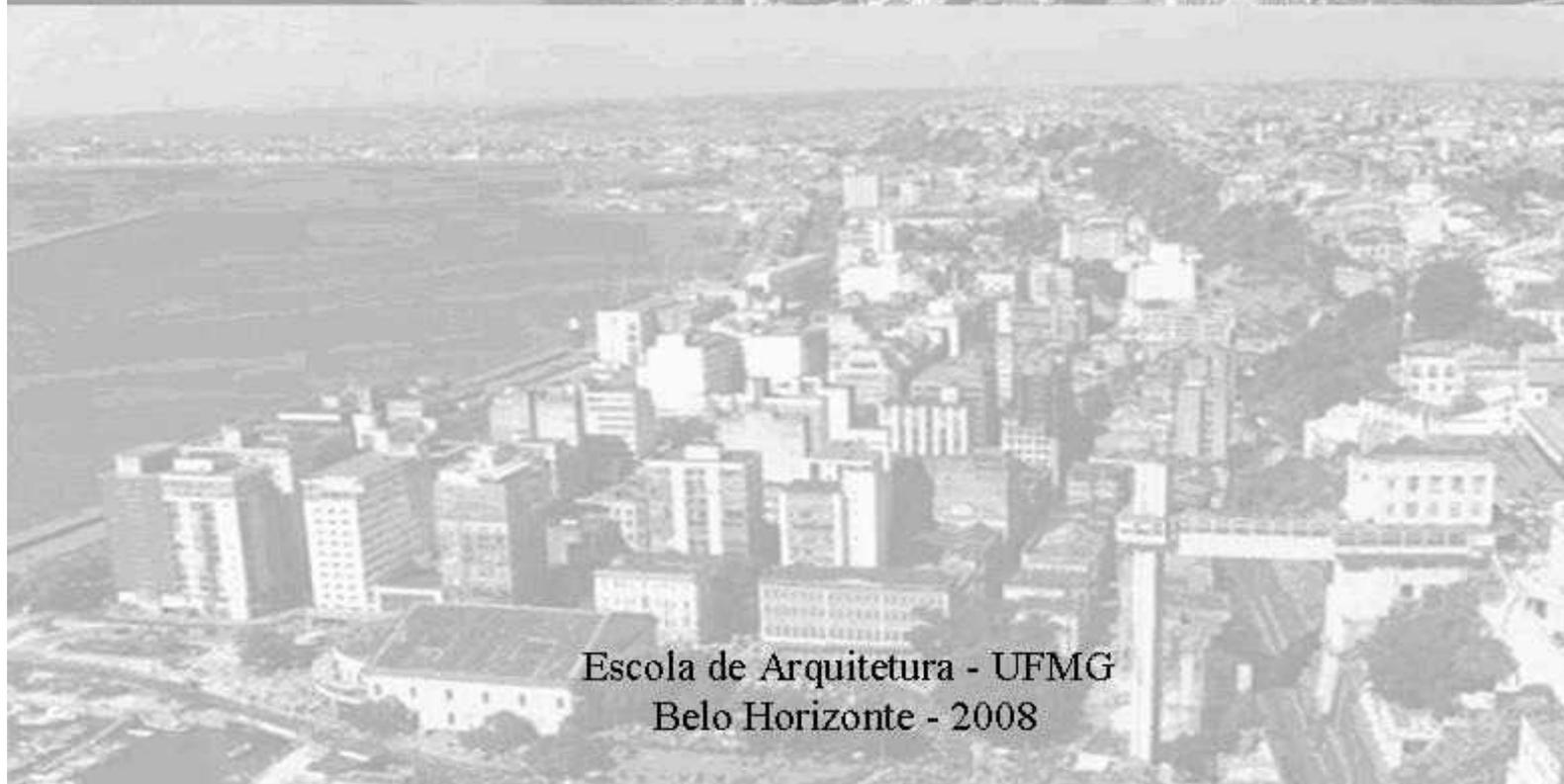




Raquel Diniz Oliveira



UM OLHAR SOBRE A ITÁLIA E O BRASIL
O tratamento de vazios urbanos em conjuntos históricos numa
perspectiva comparada



Escola de Arquitetura - UFMG
Belo Horizonte - 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Raquel Diniz Oliveira

UM OLHAR SOBRE A ITÁLIA E O BRASIL
O tratamento de vazios urbanos em conjuntos históricos
numa perspectiva comparada

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

O48o Oliveira, Raquel Diniz
Um olhar sobre a Itália e o Brasil : o tratamento de vazios urbanos em conjuntos históricos na perspectiva comparada / Raquel Diniz Oliveira - 2008.
205f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Proteção. 2. Cidades históricas – Nápoles (Itália). 3. Cidades históricas – Salvador (BA). 4. Brandi, Cesare, 1909- 5. Planejamento urbano I. Castriota, Leonardo Barci II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura III. Título

CDD : 350.85



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Dissertação intitulada “*Um olhar sobre a Itália e o Brasil: O tratamento de vazios urbanos em conjuntos históricos na perspectiva comparada*”, de autoria da mestranda Raquel Diniz Oliveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota – EA/UFMG – Orientador

Prof. Dra. Staël de Alvarenga Pereira Costa – EA/ UFMG

Prof. Dr. José Geraldo Simões Júnior – FAU/ Mackenzie

Prof. Dra. Jupira Gomes de Mendonça
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
EA/UFMG

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2008.

Rua Paraíba, 697 – Belo Horizonte, MG – 30130-140 – Brasil – tel.: (031) 3409-8818

Ao meu grande amor e maior incentivador.

Agradeço,

Aos meus pais, pela formação e oportunidade de realização pessoal e profissional.

Ao Leo, pelas críticas, paciência, amor, compreensão e apoio incondicional.

A Filomena De Martino pela preciosa amizade e disposição para o enriquecimento da pesquisa acerca de Nápoles.

A todos professores e amigos que contribuíram para minha formação profissional e, em especial, aos professores Leonardo Barci Castriota e Staël de Alvarenga Pereira Costa, Mestres com os quais tive o privilégio de conviver.

Ringrazio,

Ai miei genitori per la formazione e l'opportunità di crescita personale e professionale.

A Leo, per le critiche, pazienza, amore, comprensione ed appoggio incondizionato.

A Filomena De Martino, per l'amicizia preziosa e disposizione per lo arricchimento della ricerca su Napoli.

A tutti i professori ed amici che hanno contribuito per la mia formazione professionale ed in speciale ai professori Leonardo Barci Castriota e Staël de Alvarenga Pereira Costa, Maestri con i quali ho avuto il privilegio di convivere.

“un vero viaggio consiste non nel vedere posti nuovi, ma nel vedere con occhi nuovi.”

(M. Proust)

“O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.”

(Gregório de Matos)

“Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra das coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós...”

(Lúcio Costa, 1929)

RESUMO

Este estudo tem por escopo analisar o tratamento de vazios urbanos em conjuntos históricos, numa perspectiva comparada, a partir de dois casos semelhantes, um italiano e outro brasileiro. Foram escolhidas as cidades de Nápoles, na Itália e Salvador, no Brasil.

A pesquisa inicia-se com o destaque dos principais aspectos históricos e a leitura morfológica de cada uma dessas cidades. Posteriormente, elas são analisadas à luz da teoria de Cesare Brandi sobre o trato de lacunas, transpondo-se as idéias deste autor para o campo da Arquitetura e Urbanismo. A seguir, discutem-se alternativas para o tratamento arquitetônico deste espaço.

Ao final, conclui-se que intervenções inapropriadas podem descaracterizar os conjuntos históricos, comprometendo a condição artística das cidades. Portanto, para evitar isto, as novas intervenções devem ser cuidadosamente planejadas para que se harmonizem com o patrimônio histórico e cultural.

Palavras-chave: lacuna, patrimônio histórico e cultural, centro histórico, Cesare Brandi, desenho urbano.

ABSTRACT

This study analyzes the design of urban voids in historic centers, with a comparative approach, initiating from two similar cases, one in Italy and the other in Brazil. Therefore, were chosen Naples and Salvador.

The research starts with the emphasis of the most important historical aspects and the morphologic reading of each one of those cities. Later, they are analyzed in the light of Cesare's Brandi theories of lack management, transposing this author's ideas for the context of the Architecture and Urbanization. Next, the study discusses some possible choices for architectural design of those spaces.

Finally, the conclusion is that inaccurate interventions can disqualify the historic centers, jeopardizing the artistic condition of the cities. Therefore, to avoid this problem, new interventions should be carefully planned in order to reconcile themselves with the historical and cultural heritage.

Keywords: voids, historical and cultural heritage, historic center, Cesare Brandi, urban design.

RIASSUNTO

Questo studio c'è come scopo analizzare il trattamento di lacune urbane in centri storici, sulla prospettiva comparata partendo da due casi simili, uno italiano e l'altro brasiliano. Per questo, furono scelti le città di Napoli, in Italia e Salvador, in Brasile.

La ricerca comincia con l'enfasi degli aspetti storici e principali ed anche la lettura morfologica di ambedue città. Dopo, sono analizzati alla luce delle teorie di Cesare Brandi sul trattamento di lacune, trasponendo le idee di questo autore per il campo dell'Architettura ed Urbanistica. Inoltre, è discusso anche sulle possibilità del trattamento architettonico di questo spazio.

Alla fine, è concluso che gli interventi inadeguati possono squalificare i centri storici, compromettendo la condizione artistica delle città. Per evitare ciò, le nuove intenzione dovrebbero essere pianeggiate con cura di modo ad armonizzarsi con il patrimonio storico e culturale.

Parole chiave: lacuna, bene storico e culturale, centro storico, Cesare Brandi, disegno urbano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa mundi com as cidades de Nápoles e Salvador destacadas	24
FIGURA 2. Mapa da Itália com a cidade de Nápoles destacada	25
FIGURA 3. Mapa do relevo de Nápoles com quotas ilustrativas, bem como o perfil topográfico	27
FIGURA 4. Panorama de Nápoles com o Vesúvio ao fundo	27
FIGURA 5. Mapa do centro histórico da cidade de Nápoles, com a área objeto de estudo sombreada em vermelho	28
FIGURA 6. Mapa destacando a cidade de Salvador	29
FIGURA 7. Gravura de Salvador elaborado por Claes Jansz Visscher e Hessel Gerritsz, ca. 1624	31
FIGURA 8. Panorama de Salvador, com destaque para o elevador Lacerda, ao lado direito, além do contraste entre a cidade alta e baixa	32
FIGURA 9. Mapa do centro histórico da cidade de Salvador, com a área objeto de estudo sombreada em vermelho	33
FIGURA 10. Mapa das muralhas gregas onde se podem identificar os núcleos primitivos de Nápoles	40
FIGURA 11. Traçado grego do século V a.C. e suas muralhas, dito Ippodameo	42
FIGURA 12. Vista da <i>Via Benedetto Croce, decumanus inferior</i>	43
FIGURA 13. Vista da <i>Via dei Tribunali, decumanus major</i>	43
FIGURA 14. Mapa com o traçado grego em negrito, bem como as transformações romanas em linha tracejada, destacada em vermelho, juntamente com suas instituições em preto e ainda algumas das principais edificações atuais preenchidas com linha diagonal	45
FIGURA 15. Ilustração da <i>Neapolis</i> do século I d.C., com destaque para o <i>Tempio di Dioscuri</i> e a área do <i>Foro Romano</i>	46
FIGURA 16. Vista do <i>Castel dell'Ovo</i>	49
FIGURA 17. Traçado do período Medieval	50
FIGURA 18. Vista lateral esquerda e posterior do <i>Castel Capuano</i>	51
FIGURA 19. Traçado do período Angioino	53
FIGURA 20. Tavole Strozzi	55

FIGURA 21. Vista da <i>Porta Capuana</i>	56
FIGURA 22. Traçado do período Vice-real. Expansão das muralhas destacada em vermelho e o Quarteirão Espanhol em cinza	58
FIGURA 23. Vista da <i>Via Sergente Maggiore</i> , parte do <i>Quartieri Spagnoli</i> , onde a autora residiu no período em que esteve em Nápoles coletando material para este estudo	59
FIGURA 24. Planta de Nápoles em 1566 de <i>Antonio Lafreri</i>	61
FIGURA 25. Planta sucessiva de Nápoles de <i>Wopendaal</i>	61
FIGURA 26. Traçado do período Bourbon. Em vermelho, expansão da Via Toledo	64
FIGURA 27. Planta da expansão urbana Nápoles do período grego até os tempos modernos	66
FIGURA 28. Traçado contemporâneo de Nápoles	68
FIGURA 29. Mapa dos Quarteirões de Nápoles	70
FIGURA 30. Vista do <i>Centro Direzionale</i> ao fundo e à esquerda, bem como da estação central ferroviária à direita	72
FIGURA 31. Modelo experimental da área extraído do site oficial da Kenzo Tange Associates	73
FIGURA 32. Vista aérea da avenida principal do <i>Centro Direzionale</i>	73
FIGURA 33. Mapa do uso das vias: em preto, ruas transitáveis por veículos, azul escuro com acesso limitado, azul claro percorridas por microônibus e, em rosa, vias de pedestre	74
FIGURA 34. Mapa com alguns dos principais edifícios de Nápoles	76
FIGURA 35. Mapa do Perímetro do centro histórico de Nápoles, na variante ao plano regulador geral de 1999, com destaque para o núcleo greco-romano em vermelho	79
FIGURA 36. Traçado di período greco-romano do século IV a.C. e suas muralhas	81
FIGURA 37. Vista ilustrativa da Via San Pietro a Maiella	82
FIGURA 38. Vista axonométrica do outro lado da Via San Pietro a Maiella	83
FIGURA 39. Traçado do período Aragonês e suas muralhas (1442-1503), com a alteração das quadras em vermelho	84
FIGURA 40. Mapa representativo do contraste das áreas edificadas e livres	85
FIGURA 41. Mapa representativo do contraste existente entre as zonas edificadas e as áreas livres presentes no interior destas e as ruas e praças	86
FIGURA 42. Planta de situação dos edifícios da área do Policlínico	87

FIGURA 43. A primeira de cima para baixo é a Planta de Carafa, de 1775. A de baixo é a Carta De Fazio, de 1945	87
FIGURA 44. A primeira da esquerda para a direita é a <i>Carta Capasso</i> , do século XI. A da direita é a <i>Carta Marchese</i> , de 1804	88
FIGURA 45. Foto da <i>Chiesa della Croce di Lucca</i> com os vestígios do claustro antes do isolamento definitivo	89
FIGURA 46. Foto do estado atual da Chiesa della Croce di Lucca	89
FIGURA 47. Mapa elaborado com base na Planta de Duca di Noya, 1775	90
FIGURA 48. Mapa elaborado com base na Planta de Gianbarba, 1880	90
FIGURA 49. Mapa elaborado com base na Planta Cadastral, 1908	91
FIGURA 50. Mapa elaborado com base na Planta Cadastral, 1977	91
FIGURA 51. Estado atual, 2007	93
FIGURA 52. Na parte de cima, foto do claustro do <i>Monasterio della Sapienza</i> durante a demolição, e na parte de baixo, foto do Policlínico em 1936	93
FIGURA 53. Mapa da estrutura urbana	96
FIGURA 54. Mapa da evolução urbana	98
FIGURA 55. Mapa dos tecidos urbanos	99
FIGURA 56. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo um, na <i>Via della Sapienza</i>	100
FIGURA 57. Perspectiva do conjunto edilício	100
FIGURA 58. Vista lateral esquerda de um quarteirão do tipo um, na Via Santa Maria di Costantinopoli	101
FIGURA 59. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo dois	102
FIGURA 60. Vista lateral de um quarteirão do tipo dois (Castel Capuano)	102
FIGURA 61. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo três	102
FIGURA 62. Vista lateral de um quarteirão do tipo três (Policlínico)	102
FIGURA 63. Mapa dos tipos edilícios	104
FIGURA 64. Na imagem à esquerda, em sua parte superior, tem-se o levantamento da fachada da Igreja Saint-Sernin, em Toulouse, França, antes do restauro e, na inferior, tem-se a proposta de intervenção da fachada de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc	106
FIGURA 65. Porta Nolana, resquício da muralha aragonesa, na cidade de Nápoles	106
FIGURA 66. Vazio atual com os pavilhões do policlínico	110
FIGURA 67. Hipótese do vazio sem os pavilhões do policlínico	110

FIGURA 68. Vista aérea do Policlínico	111
FIGURA 69. Vista do <i>Vicolo Luigi De Crecchio</i> , continuação da <i>Via del Sole</i> , com destaque para os pavilhões do Policlínico à direita	115
FIGURA 70. Vista da <i>Via Maria Longo</i> , onde sua continuação é perpendicular ao <i>Vicolo Luigi De Crecchio</i>	115
FIGURA 71. Montagem das elevações da <i>Via della Sapienza</i>	116
FIGURA 72. Montagem das elevações da <i>Piazza Miraglia</i>	116
FIGURA 73. Montagem das elevações do antigo <i>Vico Ficariola</i>	116
FIGURA 74. Montagem das elevações da <i>Via del Sole</i>	116
FIGURA 75. Vista aérea do centro histórico da cidade de Nápoles, Itália	118
FIGURA 76. Implantação do projeto com os dois pavilhões do Policlínico	120
FIGURA 77. Fotos da maquete do projeto com os dois pavilhões do Policlínico	120
FIGURA 78. Secção transversal do projeto com os dois pavilhões do Policlínico	121
FIGURA 79. Área vazia sem os pavilhões do policlínico	121
FIGURA 80. Implantação do projeto da área pública não edificada	121
FIGURA 81. Implantação do projeto da área pública edificada	121
FIGURA 82. Implantação do projeto da área pública edificada	122
FIGURA 83. Elevação transversal no sentido da <i>Via del Sole</i> , perspectiva, elevação transversal no sentido do antigo <i>Vico Ficariola</i>	122
FIGURA 84. Mapa elaborado com base na Planta de Duca di Noya de 1775 e do estado atual de 2007	124
FIGURA 85. Implantação do projeto com os dois pavilhões do Policlínico	124
FIGURA 86. Mapa dos antigos mosteiros elaborado com base na Planta de Duca di Noya, 1775	126
FIGURA 87. Implantação do projeto da área pública não edificada	126
FIGURA 88. Implantação do projeto da área pública edificada	126
FIGURA 89. Vista de Salvador, ca. 1624	130
FIGURA 90. Croqui do traçado primitivo com as principais ruas e praças	132
FIGURA 91. Planta primitiva de Salvador, no período da fundação de Thomé de Souza, com destaque para as muralhas, em 1549.....	133
FIGURA 92. Planta primitiva da cidade de Salvador, desenhada por Teodoro Sampaio com base no original do início do século XVII	135

FIGURA 93. Mapa de Salvador elaborado por João Teixeira Albernaz I, ca. 1625 (1631)	140
FIGURA 94. Vista de Salvador do Livro de Froger, ca. 1695 (1698)	142
FIGURA 95. Recorte da Ilustração do Livro de Amédée François, ca. 1714	143
FIGURA 96. Planta da cidade de João Massé reproduzido por Vilhena, ca 1715 (1801)	144
FIGURA 97. Mapa de Salvador, ca. 1785	145
FIGURA 98. Planta do Alargamento do Cais, da Praça Riachuelo à Alfândega Nova, 1873	146
FIGURA 99. Planta de Salvador pelo Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, 1894	147
FIGURA 100. Mapa Topográfico de Salvador e seus subúrbios do século XIX, Carlos Weyl	148
FIGURA 101. Imagem da Praça Thomé de Souza com Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial na parte de baixo da foto	149
FIGURA 102. Foto da Imprensa Oficial à esquerda e da Biblioteca Pública à direita e o edifício do Fórum na parte posterior desta	149
FIGURA 103. Mapa das diferentes áreas de ocupações em Salvador	152
FIGURA 104. Mapa da evolução urbana de Salvador ao longo dos séculos	154
FIGURA 105. Mapa das regiões administrativas de Salvador	155
FIGURA 106. Mapa do Perímetro do centro histórico de Salvador e suas subáreas, com destaque para o núcleo do século XVI e XVII em vermelho	158
FIGURA 107. Croqui das principais ruas e edifícios no traçado originário de Salvador	160
FIGURA 108. Mapa de Salvador, ca. 1605 (ca. 1626)	161
FIGURA 109. Detalhe da Planta da cidade de Salvador	162
FIGURA 110. Praça do Palácio, em 1873. À esquerda, o elevador hidráulico da Conceição e a Casa das Recolhidas	163
FIGURA 111. Vista aérea do centro histórico da cidade de Salvador, invertida para facilitar a análise em comparação com as outras imagens	165
FIGURA 112. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal no século XVI	166

FIGURA 113. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal nos séculos XVII à XIX (1690-1871)	166
FIGURA 114. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal no século XX	167
FIGURA 115. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal na segunda metade do século XX (1978)	167
FIGURA 116. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal na segunda metade do século XX (1986)	168
FIGURA 117. Vista da Fachada Principal e Lateral Direita do Palácio Thomé de Souza	169
FIGURA 118. Detalhe da Fachada Lateral Direita do Palácio Thomé de Souza	169
FIGURA 119. Mapa da estrutura urbana	173
FIGURA 120. Mapa da evolução urbana	174
FIGURA 121. Mapa dos tecidos urbanos	175
FIGURA 122. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo um	176
FIGURA 123. Fachada principal do quarteirão do tipo um	176
FIGURA 124. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo dois	177
FIGURA 125. Fachada principal do quarteirão do tipo dois	177
FIGURA 126. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo três	178
FIGURA 127. Fachada principal do quarteirão do tipo três	178
FIGURA 128. Mapa dos tipos edifícios	179
FIGURA 129. Configuração atual com o Palácio Thomé de Souza	181
FIGURA 130. Hipótese do vazio sem o Palácio Thomé de Souza	181
FIGURA 131. Vista aérea da Praça Municipal e do Palácio Rio Branco à esquerda, do Palácio Thomé de Souza à direita e do Elevador Lacerda ao fundo	182
FIGURA 132. Imagem da Praça Municipal com o jardim anterior a instalação do Palácio Thomé de Souza e o Palácio Rio Branco ao fundo	182
FIGURA 133. Vista aérea do centro histórico da cidade de Salvador, Brasil	184
FIGURA 134. Croqui da perspectiva Praça Thomé de Souza na época da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial	187
FIGURA 135. Vista atual da Praça Thomé de Souza	187
FIGURA 136. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal no século XX	188

FIGURA 137. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal na segunda metade do século XX (1986)	188
FIGURA 138. Vista da <i>Rampa Maria Longo</i> da <i>Piazza Cavour</i>	191
FIGURA 139. Vista do Elevador Lacerda da Praça Thomé de Souza	191
FIGURA 140. Vista atual da Praça Thomé de Souza	193
FIGURA 141. Vista aérea do Policlínico	193
FIGURA 142. Mapa das principais áreas vazias	194
FIGURA 143. Mapa das principais áreas vazias	195

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese dos períodos Grego, Romano e Medieval da cidade de Nápoles	77
QUADRO 2 - Síntese dos períodos Vice-real, Bourbon e Contemporâneo da cidade de Nápoles	78
QUADRO 3. Cálculo estimado do custo da obra	122
QUADRO 4. Síntese dos séculos XVI, XVII e XVIII da cidade de Salvador	156
QUADRO 5. Síntese dos séculos XIX, XX e XXI da cidade de Salvador	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCP – Área de Proteção Cultural e Paisagística
CMT – Centro Municipal Tradicional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPF – Ministério Público Federal
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PRG – Plano Regulador Geral de Nápoles

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNICAMP-NESUR – Núcleo de Estudos Sociais e Urbanos da Unicamp

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema	20
1.2. Delimitação dos casos objeto de estudo no contexto de sua macro área	24
1.3. Justificativa da escolha	33
1.4. Procedimentos Metodológicos	35
1.5. Breve <i>insight</i> sobre as experiências italiana e brasileira	36

2. O CENTRO HISTÓRICO DE NÁPOLES E O POLICLÍNICO

2.1. Breve contextualização histórica	39
2.2. Evolução da malha greco-romana e surgimento do Policlínico	79
2.3. Leitura morfológica	94
2.4. A questão do vazio	104
2.5. Delimitação do perímetro objeto de estudo	117
2.6. Proposições para a área	118

3. O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR E O PALÁCIO THOMÉ DE SOUZA

3.1. Breve contextualização histórica	127
3.2. Evolução da malha original e surgimento do Palácio Thomé de Souza	158
3.3. Leitura morfológica	171
3.4. A questão do vazio	179
3.5. Delimitação do perímetro objeto de estudo	183
3.6. Proposições para a área	184
3.7. Breve cotejo entre o caso italiano e o brasileiro: o realce de suas principais semelhanças e diferenças	189

4. CONCLUSÃO

197

REFERÊNCIAS	199
--------------------------	------------

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema.

A idéia de preservação do patrimônio histórico e cultural¹, como um todo, é bem difundida mundialmente. Razoável montante de recursos é destinado a essa finalidade. No âmbito da União Européia, por exemplo, há fundos nacionais e supranacionais que tornam possível o financiamento de inúmeras obras de revitalização do acervo histórico². Na medida de suas possibilidades, o Governo Federal brasileiro também tem feito investimentos nessa área. Dados oficiais do Ministério da Cultura informam que, no ano de 2004, foram aplicados R\$ 97,8 milhões nessa tarefa³. Uma das principais iniciativas brasileiras é o Programa Monumenta⁴, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Seu objetivo primordial é garantir condições de sustentabilidade do patrimônio histórico e artístico, fazendo com que a conservação dependa, cada vez menos, de recursos federais.

¹ BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estabelece o patrimônio cultural brasileiro e dá outras providências. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Legislação. Brasília, 2006/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao.htm>. Acesso em 03 mar. 2008. “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
[...]

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dá outras providências. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Legislação. Brasília, 2006/2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso em 03 mar. 2008.

“Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

² Informações nacionais detalhadas em: MINISTERIO PER I BENI E LE ATTIVITÀ CULTURALI. Grandi Restauri. Roma, 2006. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/restauri/default.asp?nd=gr>>. Acesso em 06 mar. 2008.

Informações da região Campania detalhadas em: SOCIETÀ PER LE INIZIATIVE DI RECUPERO DI NAPOLI. Progetto Sirena. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.sirena.na.it/>>. Acesso em 06 mar. 2008.

³ MINISTÉRIO DA CULTURA. Programas e Ações. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/brasil_patrimonio_cultural/index.php>. Acesso em 31 ago. 2005.

⁴ Para maiores informações sobre o programa, consulte-se: MINISTÉRIO DA CULTURA. Monumenta. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/>>. Acesso em 24 jun. 2008.

Contudo, há ainda várias divergências quanto ao alcance a ser dado à preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como sobre a perspectiva de intervenção a ser adotada. Enquanto alguns países optam por uma postura conservadora, vendo com receio as intervenções em prédios históricos, outros as promovem em abundância, beirando o excesso.

Neste quadro, destaca-se, como um *problema* em escala cada vez maior, o *tratamento dado aos vazios urbanos em conjuntos históricos*. Por causas diversas, as intervenções no entorno imediato ou mesmo no patrimônio edificado ocorrem de modo indevido, desrespeitando a relação de equilíbrio, proporção e forma originais. Esta desarmonia traz conseqüências de várias ordens. Apenas para ilustrar, serão brevemente pontuadas duas dessas conseqüências: 1) os danos causados à memória e à imagem da cidade, em decorrência da redução ou mesmo eliminação dos vestígios históricos; e 2) o enfraquecimento de seu potencial turístico, com a conseqüente perda de receitas.

Quanto à primeira questão, tem-se que algumas formas de memória⁵ são mais difíceis de serem transmitidas e, conseqüentemente, de serem preservadas ao longo dos tempos. Por outro lado, as edificações contribuem para a preservação da memória de uma maneira mais marcante do que a linguagem ou as imagens, porque possibilitam uma imediata relação sensorial com o observador, fazendo referência ao passado. Assim, a preservação das construções históricas constitui um importante instrumento para a conservação da própria memória social, ou seja, das reminiscências vividas por um grupo ou sociedade, num dado período e contexto histórico⁶. Desse modo, o perecimento de construções antigas, ou mesmo a sua descaracterização, não acarretam apenas o surgimento de uma lacuna, mas a perda da própria identidade urbana.

O descaso com o patrimônio histórico também repercute negativamente sobre o potencial turístico das cidades. As construções antigas agregam características históricas e culturais singulares, que favorecem o turismo e, conseqüentemente, geram renda. Estes recursos podem, ao menos em parte, ser reinvestidos na própria preservação dos edifícios,

⁵ Dentre os tipos de memória, pode-se citar a visual, a oral e a escrita. Nesse sentido, consulte-se: POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5., n. 10, p. 200-212, 1992. p. 203.

⁶ CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. p. 186-206. p. 186. “O poder de rememoração não é algo natural, mas sim uma conquista, uma invenção difícil, por meio da qual os homens aprendem a se apropriar progressivamente do seu passado individual e coletivo.”

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 13. “O patrimônio uma vez constituído não é mais que um museu do social [...]”

criando um fluxo favorável não só ao crescimento econômico mas à própria preservação da memória coletiva do local. Por outro lado, a descaracterização ou mesmo a destruição em massa dessas construções desestimula o turismo, rompendo com essa cadeia positiva⁷.

Apesar da importância do tema, há ainda várias divergências quanto ao alcance a ser dado à preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como sobre a perspectiva de intervenção a ser adotada. Apenas para ilustrar, numa comparação superficial, tem-se na Itália a cultura conservadora de evitar a inserção de novos edifícios em áreas históricas, optando por erguê-los em zonas periféricas, de modo a preservar o entorno da região histórica e evitar o confronto entre a arquitetura de séculos diferentes. É o caso, por exemplo, do *Centro Direzionale*, na cidade italiana de Nápoles, que será posteriormente mencionado ao logo deste estudo. Trata-se de um bairro novo, concluído em 1995 e marcado pela presença maciça de arranha-céus, cuja construção teve como objetivo descongestionar o centro da cidade e reunir os edifícios públicos numa mesma área.

Ademais, mesmo quando inseridas novas edificações nos centros históricos, o temor de misturar o antigo com o novo faz com que as construções italianas contemporâneas sejam projetadas com tipologia tão próxima quanto possível das originais, ainda que se saiba que tais estruturas não atendem plenamente às demandas atuais.

Por outro lado, verifica-se no Brasil, em muitos casos, tendência contrária, pois construções antigas, de valor histórico e cultural inestimável, convivem lado a lado com vultuosas edificações, sem que haja integração entre as obras.

Essa dicotomia decorre, em parte, da legislação em vigor nesses países. Na Itália, as leis que se relacionam ao patrimônio histórico, de um modo geral, apresentam viés conservador, pois restringem sobremaneira as hipóteses de intervenção, para que não ofusquem ou mesmo descaracterizem os conjuntos históricos. Tais leis facultam, apenas, a demolição dos edifícios de recente formação, com a possibilidade de aproveitamento da lacuna criada ou de nova edificação no local⁸. Neste contexto, a possibilidade de novas construções em conjuntos históricos se resume aos casos de danos inevitáveis à estrutura de algum edifício, por exemplo, em virtude de guerras ou terremotos. No Brasil, por outro lado, o tombamento é admitido em vários níveis: total, simplesmente de fachada, de

⁷ CASTELLO, Lineu. O Nexo Ambiental: E nos conhecerão por nossos lugares. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2008. p. 1-22. p. 3. “A concepção teórica por trás das proposições é bem simples: monumentos atraem turistas, os quais, por sua vez, trazem o dinheiro que poderá ser empregado para investir na preservação e restauração de outros sítios e monumentos, colaborando para estabelecer, assim, novos ciclos de preservação.”

volumetria, etc, a depender do caso e das condições da obra⁹. Isto abre brechas para a realização de intervenções suscetíveis de descaracterizar o conjunto histórico.

De qualquer modo, o temor de transformar as áreas de interesse histórico aflige os diversos atores do processo, principalmente os arquitetos e urbanistas. O confronto entre arquiteturas de diferentes períodos é complexo, uma vez que implica a modificação da imagem de uma área já consolidada¹⁰. Assim, as intervenções devem se pautar por um cuidadoso planejamento, cautela e rigor técnico, sem perder de vista o respeito às referências históricas e às características peculiares do conjunto.

Ocorre que, na prática, muitas intervenções feitas anteriormente, sobretudo no século XX, foram guiadas principalmente por interesses políticos e econômicos. Neste contexto, surge a *hipótese* de se verificar se as ações dos séculos anteriores foram pautadas pelo respeito ao conjunto histórico ou se, por outro lado, criaram um contraste entre o antigo e o novo, descaracterizando-o. Neste último caso, qual tipo de intervenção melhor soluciona a questão das lacunas?

Tais desafios foram os propulsores da pesquisa. Assim, busca-se, nas linhas seguintes, traçar um sucinto paralelo entre a experiência italiana e a brasileira em matéria de tratamento dos vazios urbanos em conjuntos históricos, atentando para suas nuances e identificando os principais pontos positivos e negativos de cada uma, à luz das teorias do restauro e da conservação.

⁸ Apenas para ilustrar, tem-se o Plano Regulador Geral, aprovado pelo Decreto nº 323/2004 do Presidente da Junta Regional da Campania, o qual será analisado posteriormente.

⁹ AFONSO, Mariza Rezende. A Política Cultural e de Preservação do Patrimônio em Belo Horizonte. In: CURSO DE GESTÃO URBANA E DE CIDADES. mar. 2000, Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, WBI, LILP, IPEA, ESAF. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/gestaourbana/index1.php>>. Acesso em 01 jun. 2008. “*Tombamento parcial*: incide sobre aspectos isolados do imóvel, podendo se limitar à fachada frontal e/ou outras, volumetria ou altimetria, sendo que neste último caso a limitação se restringe à altura que poderá atingir uma nova edificação no local.

Tombamento integral: inclui os planos externos e o interior da edificação, geralmente quando possuidores de elementos ou soluções valiosas ou indissociáveis do imóvel.”

¹⁰ SILVA, Luis Octávio da. Cidade e História: um olhar epistemológico. In: PINHEIRO, Eloísa Pettit; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 151-173. p. 152. “Desde há muito, a *história de cidades* se confunde com a própria história das civilizações e do território (história local, história dos países e das regiões).”

1.2. Delimitação dos casos objeto de estudo no contexto de sua macro área.

Para atingir tais objetivos, pretende-se discorrer sobre o tratamento a ser dado aos vazios urbanos em conjuntos históricos, confrontando um trecho da cidade de Nápoles, Itália, com outro da cidade brasileira de Salvador, Bahia, ambas destacadas na figura abaixo. Posteriormente, tem-se como escopo traçar um paralelo entre essas situações práticas, buscando uma resposta plausível para o problema encontrado.

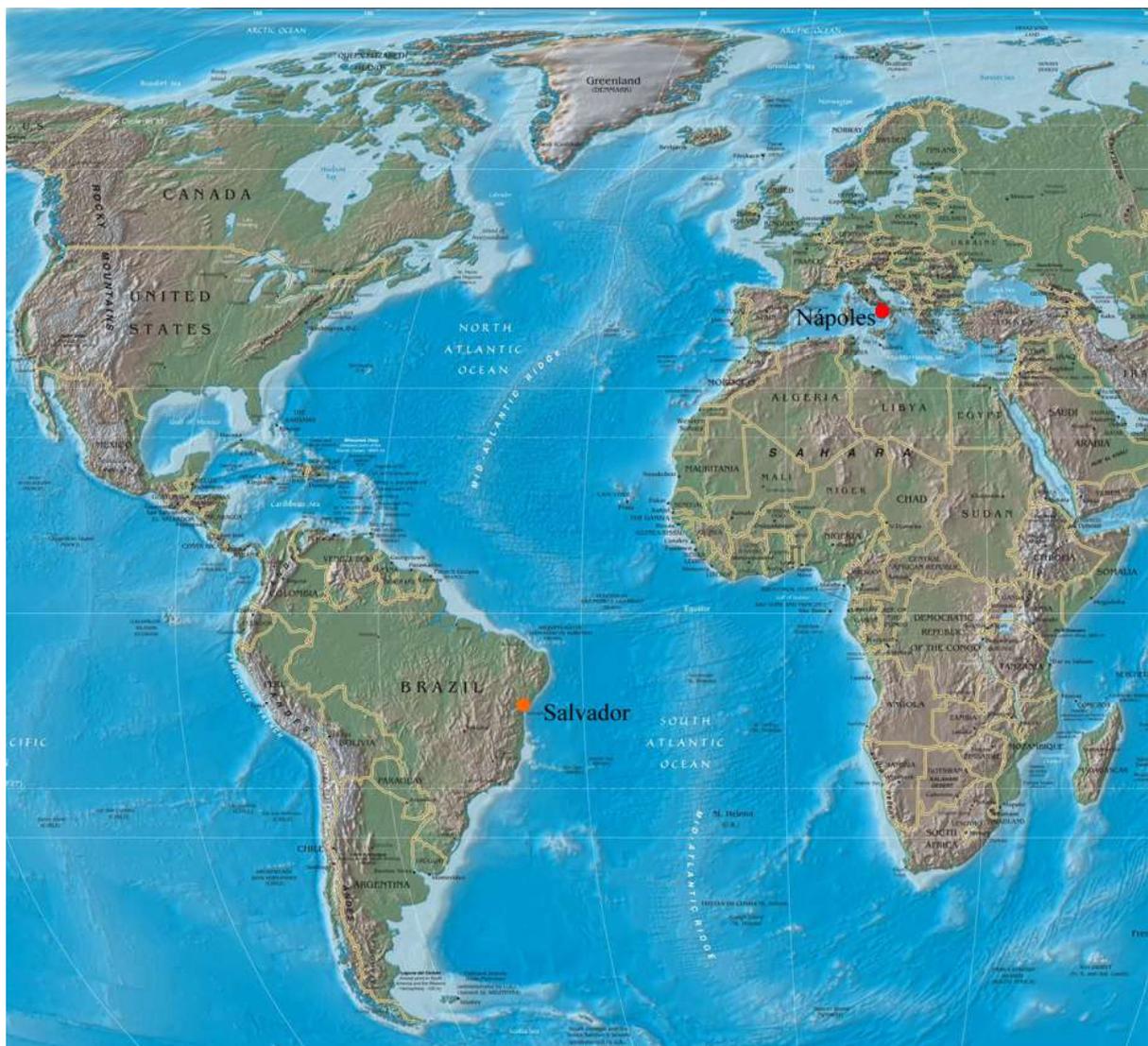


FIGURA 1. Mapa mundi com as cidades de Nápoles e Salvador destacadas. Fonte: WIKIMEDIA COMMONS. Image - World map 2004. Boston (MA), 2008. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b3/World-map-2004-cia-factbook-large-1.7m-whitespace-removed.jpg>>. Acesso em 07 mar. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Nápoles – em italiano Napoli – é a capital da região da *Campania* e situa-se no litoral sul da Itália, sendo banhada pelo Mar Tirreno, conforme se observa na figura a seguir. Segundo dados do censo de 2001, a cidade apresentava população superior a um milhão de habitantes, além de outros 4,4 milhões distribuídos ao longo da região metropolitana. Sua extensão territorial de 117 quilômetros quadrados a qualifica como *terceira maior cidade da Itália*, superada apenas por Milão e Roma¹¹.



FIGURA 2. Mapa da Itália com a cidade de Nápoles destacada. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite - Itália. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

¹¹ Dados oficiais extraídos da: COMUNE DI NAPOLI. Area statistica - Popolazione. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/2842>>. Acesso em 08 mar. 2008.

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1983. v. 13. p. 717. “La provincia di Napoli, con una superficie di 1171 Km², si pone all’ultimo posto per estensione tra le province della Campania. Affacciata a W e a S al Mar Tirreno, confina a N con la provincia di Caserta e , per un tratto brevissimo, con la provincia di Benevento.”

Note-se que a *cidade* de Nápoles possui extensão territorial de 117 quilômetros quadrados, sendo que a *província* de mesmo nome, equivalente às regiões metropolitanas do Brasil, abarca 1171 km², conforme esclarecido na seguinte obra: BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d’Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1968. v. 4. p. 717.

A origem de *Nápoles* remonta ao século 470 a.C., quando navegadores da Ilha de Rodes criaram a colônia comercial de Partenope (*Palaepolis*). Posteriormente, no século V a.C., os etruscos edificaram uma nova cidade, denominada *Neapolis* – do grego “cidade nova” - a qual viria a se tornar o atual centro histórico de Nápoles¹². A cidade foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1995¹³. Seu *clima* é predominantemente mediterrâneo, com temperatura média anual de 18° C, a qual varia de aproximadamente 4° C no mês de janeiro a 30° C em agosto¹⁴.

O *relevo* é acidentado, com especial destaque para a presença do vulcão Vesúvio, que entrou em erupção em 79 d.C., causando inigualável destruição e a morte de inúmeras pessoas, sobretudo nas cidades de Herculano e Pompéia. Contudo, desde a última erupção, em 1944, o vulcão não apresenta atividades significativas¹⁵. O cume do Vesúvio alcança 1.277 metros de altitude¹⁶. Já em parte do centro histórico, correspondente à região destacada por um círculo alaranjado, no mapa seguinte, as quotas partem de 5 a 65 metros na área da acrópole (com um desnível de 20 metros, vencidos pela rampa *Maria Longo*)¹⁷. A seguir, imagens que retratam, respectivamente, a topografia e a vista panorâmica da cidade.

¹² Para uma abordagem da história política de Nápoles, consulte-se: CROCE, Benedetto. *Storia del Regno di Napoli*. 3. ed. riv. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1944.

Para uma abordagem acerca da evolução geográfica da cidade, consulte-se: RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et al.* Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973.

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1983, v. 13, p. 404.

¹³ Informações detalhadas disponíveis no *site*: UNESCO. Historic Centre of Naples. Paris, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/726>>. Acesso em 07 mar. 2008.

¹⁴ Dados oficiais extraídos da WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. Informação Meteorológica para Nápoles (Napoli). Genebra, [200-]. Disponível em: <<http://www.smg.gov.mo/wwis/176/c00604.htm#climate>>. Acesso em 09 mar. 2008. A versão portuguesa é elaborada conjuntamente pela Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau, China, o Instituto de Meteorologia de Portugal e o Observatório de Hong Kong.

¹⁵ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4, p. 717. “Al centro del golfo si staglia l'apparato del Vesuvio, tipico vulcano a recinto, attualmente in fase di quiescenza dopo l'ultima esplosione del 1944.”

¹⁶ Nápoles. In: ENCICLOPÉDIA Microsoft Encarta. Buffalo (NY): Microsoft Encarta, 1999. 1CD-Rom.

¹⁷ Dados obtidos mediante análise do mapa planialtimétrico fornecido pelo MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.

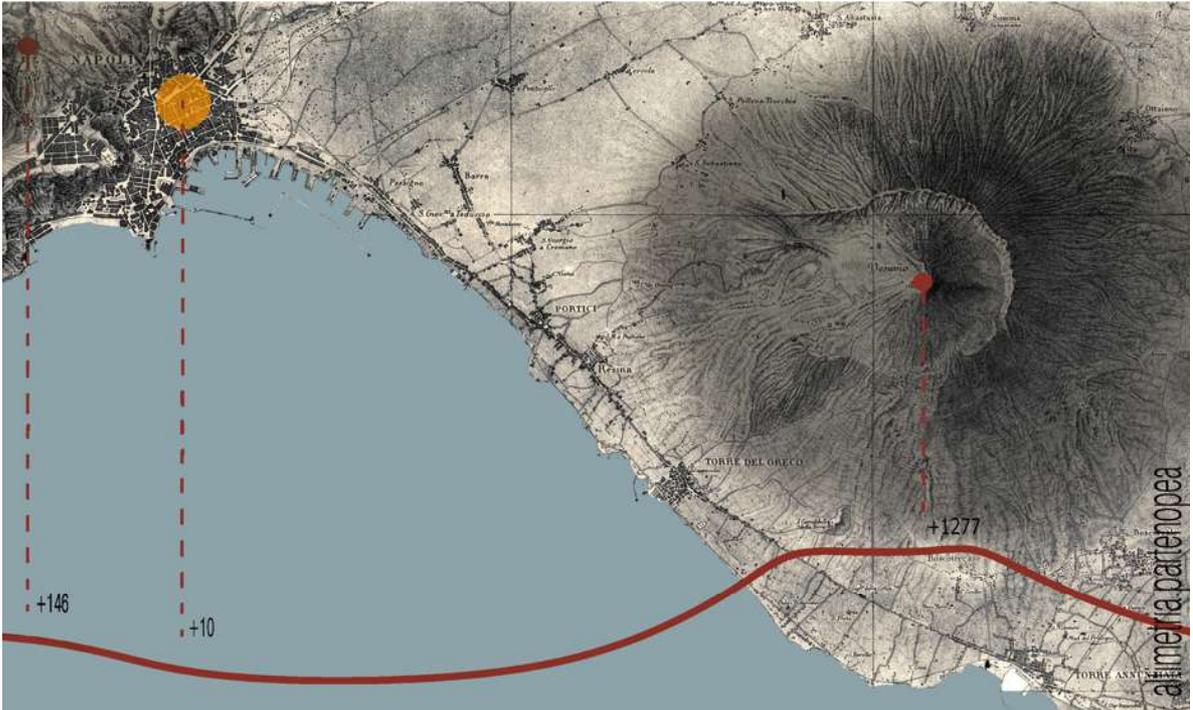


FIGURA 3. Mapa do relevo de Nápoles com quotas ilustrativas, bem como o perfil topográfico¹⁸. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1 CD-Rom. Material disponibilizado para o curso.



FIGURA 4. Panorama de Nápoles com o Vesúvio ao fundo. Fonte: WIKIPÉDIA. Nápoles. Boston (MA), 2008. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Napol.jpg>>. Acesso em 11 mar. 2008.

O trecho selecionado para análise compreende a área composta pelos pavilhões do *Policlínico*, no coração do centro histórico da cidade, bem como o seu entorno imediato. O *Policlínico* é um hospital-escola pertencente à *Università degli Studi di Napoli - Federico II*, edificado por volta de 1907 e situado no quarteirão demarcado pela *Via della Sapienza*, na parte superior, pela *Piazza Luigi Miraglia*, na porção inferior, transversalmente pela *Via del Sole*, do lado direito e, do lado esquerdo, por uma via

¹⁸ Note-se que a quota +10 refere-se ao centro histórico e o ponto mais alto (+1277) ao cume do Vesúvio.

fechada, correspondente ao vetusto *Vico Ficariola*, paralela a esta última. Originalmente composto por três pavilhões, teve um deles destruído por terremoto ocorrido em 1980¹⁹. Na figura abaixo, observa-se a vista aérea do Policlínico.



FIGURA 5. Mapa do centro histórico da cidade de Nápoles, com a área objeto de estudo sombreada em vermelho. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Nápoles. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 20 maio 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Atualmente continuam sendo desempenhadas atividades hospitalares e didáticas no complexo, ainda que a opinião pública seja fortemente contrária a isso, uma vez que se trata de um edifício com a estrutura antiga, conforme se depreende da frase seguinte, dita por Franco Rossi, Reitor da Universidade à qual pertence o Policlínico:

Situação insustentável. Dão-nos a possibilidade concreta de transferir [o Policlínico]. Mas a quem devo pedir? Eu disse a Bassolino [então Governador da região da Campania] e ao Ministro da Universidade: que possa

¹⁹ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 71. “I tre edifici del Policlinico furono ultimati nel 1907. In seguito, nel dopoguerra, dopo il terremoto del 1980, uno di esse fu abbattuto ed ora ne esistono solo due.”

*permanecer parte das aulas, tudo bem, mas o hospital não, neste edifício do século XX, seria um absurdo.*²⁰ (Tradução da autora).

Inserem-se também no objeto de estudo, como *entorno imediato*, os edifícios cujas fachadas estão de frente às quatro ruas que delimitam o Policlínico.

Esse é, em suma, o caso italiano a ser analisado.

O caso brasileiro, por sua vez, compreende a cidade de *Salvador*, capital do Estado da Bahia, situada no litoral nordeste do país, banhada pelo Oceano Atlântico, de um lado, e pela Baía de Todos os Santos, do outro, conforme figura a seguir. Segundo estimativas do ano de 2007, a cidade possuía uma população de cerca de 2,7 milhões de habitantes, sendo a *terceira mais populosa do Brasil*. Seu território é de 706 quilômetros quadrados, quase sete vezes maior que o de Nápoles²¹. Salvador foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1985²², portanto, dez anos antes de Nápoles.

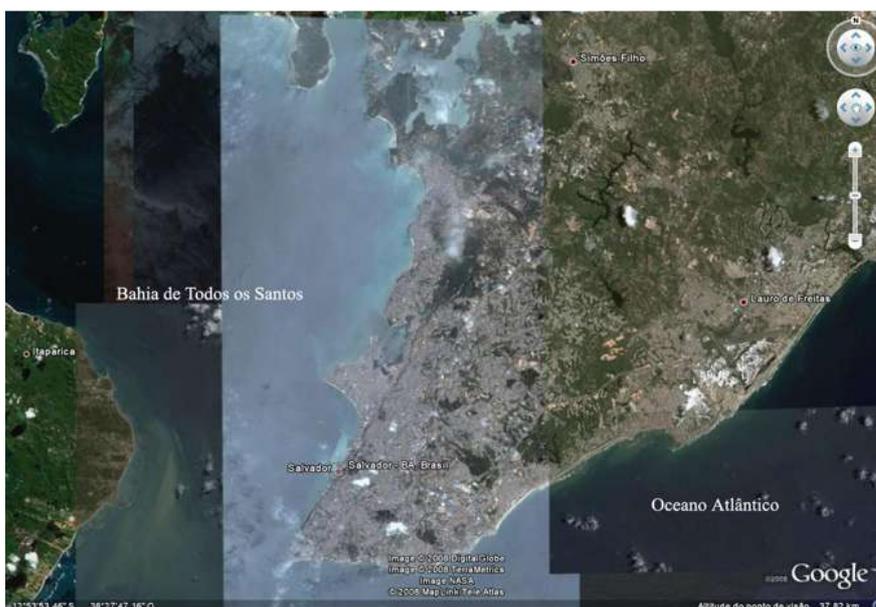


FIGURA 6. Mapa destacando a cidade de Salvador. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Salvador. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

²⁰ DEL BELLO, Giuseppe. Destinazione Afragola per il Vecchio Policlinico. *La Repubblica – Napoli*. Napoli, Sezione Napoli, p.4, 14 gennaio 2007. Disponível em: <<http://espresso.repubblica.it/dettaglio-local//1479207>>. Acesso em 07 mar. 2008. “Situazione insostenibile. Ci diano la possibilità concreta di spostarci. Ma a chi lo devo chiedere? L’ho detto a Bassolino e al ministro dell’Università: qui può rimanere parte della didattica, ma l’ospedale no, in edifici del ‘900 sarebbe un assurdo.”

²¹ Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. A cidade – Esta é Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=40>. Acesso em 08 mar. 2008.

²² Informações detalhadas disponíveis em: UNESCO. Historic Centre of Salvador. Paris, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/309>>. Acesso em 07 mar. 2008.

Salvador foi fundada em 1549, tendo sido a primeira capital do Brasil e primeira metrópole portuguesa da América do Sul²³. Sua colonização se deveu a Thomé de Souza que, cumprindo ordens do então Rei de Portugal, D. João III, desembarcou no país para erguer uma cidade-fortaleza, chamada de São Salvador. O governo de Thomé de Souza se instalou em uma edificação hoje denominada Palácio Rio Branco, situado em frente à atual Prefeitura Municipal de Salvador, os quais constituem um dos pontos mais antigos da cidade²⁴.

O *clima* é quente e úmido, tipicamente tropical, com temperatura média anual de 25° C²⁵. Ao contrário de Nápoles, Salvador apresenta reduzida variação térmica ao longo do ano.

O *relevo* é bastante acidentado, variando de zero (nível do mar) a 60 metros, em média, podendo atingir até 110 metros de altitude em alguns pontos²⁶. Talvez este contraste seja a razão pela qual os moradores costumam identificar duas grandes regiões em Salvador, a “cidade baixa” e a “cidade alta”. Porém, diferentemente de Nápoles, em Salvador a topografia não aumenta gradualmente, mas de modo abrupto, havendo pontos com desnível superior a 60 metros, o que motivou a cidade a ser uma das primeiras do país a utilizar guindastes, construídos pelos jesuítas já no final do século XVI²⁷. Nas imagens seguintes têm-se uma amostra deste contraste.

Atualmente, tem-se o célebre elevador Lacerda, iniciado em 1869 e finalizado em 1873, cujo nome é uma homenagem a seu construtor (antigo elevador hidráulico da Conceição)²⁸, ligando a cidade baixa à alta, além de planos inclinados como o do

²³ Para maiores informações ver: AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Centro Histórico de Salvador. *Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/patrim/salvador/index.htm>>. Acesso em 08 mar. 2008.

²⁴ Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. A cidade – História de Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=40>. Acesso em 08 mar. 2008.

²⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR; EMTURSA – Empresa de Turismo de Salvador. Conheça Salvador – Geografia e Clima. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.emtursa.ba.gov.br/template.asp?Nivel=00010006&IdEntidade=12>>. Acesso em 09 mar. 2008.

²⁶ SANTOS, Jémisson Mattos dos; CERQUEIRA, Érika do Carmo. Levantamento geomorfológico e mapeamento digital para elaboração do diagnóstico ambiental da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. In: X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. Disponível em: <<http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo3/3.3/153/153.htm>>. Acesso em 11 mar. 2008.

²⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 64.

²⁸ *Op. cit.* p. 185.

Gonçalves, oficialmente inaugurado em 1889, e o do Pilar ²⁹(construído no local onde séculos antes havia o guindaste das carmelitas)³⁰.



FIGURA 7. Gravura de Salvador elaborado por Claes Jansz Visscher e Hessel Gerritsz, ca. 1624. Fonte: GOULART, Nestor Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. P.23-24.

²⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 214-215.

³⁰ REDAÇÃO. Iphan tomba elevador Lacerda, em Salvador. *Folha Online*. São Paulo, Caderno Cotidiano, 08 dez. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129160.shtml>>. Acesso em 12 mar. 2008. “A atual edificação do elevador Lacerda foi construída em 1930. No entanto, os sistemas de guindaste para o transporte humano e de mercadorias da parte baixa para a “cidade alta” têm os primeiros registros em 1609, em gravuras holandesas que atualmente estão em Haia, na Holanda. Na segunda metade do século 19 o engenheiro Antonio de Lacerda gastou toda sua fortuna construindo dois túneis --um vertical e um horizontal-- para permitir o funcionamento das duas primeiras cabines de um elevador, substituindo um sistema de elevadores em planos inclinados. Em 1896, o elevador Antonio de Lacerda foi inaugurado como o primeiro elevador público do mundo, com um sistema hidráulico. O sistema foi substituído pelo elétrico em 1906. Mais duas cabines foram construídas em 1927 e a torre de 73,5 metros de altura em concreto armado --juntamente com uma ponte de acesso de 71 metros de vão-- foram construídas em apenas um ano. Em 1º de janeiro de 1930 a atual o elevador Lacerda foi inaugurado.”

Ver também: SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 118-119.



FIGURA 8. Panorama de Salvador, com destaque para o elevador Lacerda, ao lado direito, além do contraste entre a “cidade alta” e a baixa. Fonte: BORGES, Ricardo de Carvalho Abreu. Utopia x Realidad: Una propuesta de recuperación de centro histórico en una ciudad brasileña a partir de la fusión de conceptos que comprenden los universos de la música y de la arquitectura. *In*: SEMINARIO DE ARQUITECTURA LATINO-AMERICANA, 11., 2005, Oaxtepec, México. Anais... Oaxtepec: [s.n.], 2005. p. 1-22. p. 1.

O trecho selecionado para análise compreende a Praça Municipal e os edifícios do entorno, com destaque para o edifício-sede da Prefeitura Municipal de Salvador, situado no conjunto histórico da cidade, no quarteirão demarcado pela Ladeira da Misericórdia, na parte superior, pela Rua Chile/Misericórdia, na porção inferior, transversalmente pelo prolongamento da Rua do Tijolo/28 de Setembro, que termina no viaduto da Travessa do Tijolo, em função de uma grande depressão, não se estendendo até a Rua da Misericórdia, do lado direito e pela Rua do Tira Chapéu, do lado esquerdo. A área está representada na figura seguinte.



FIGURA 9. Mapa do centro histórico da cidade de Salvador, com a área objeto de estudo sombreada em vermelho. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Centro Histórico de Salvador. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 20 maio 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Essas são as áreas tombadas pelo patrimônio histórico e cultural que serão analisadas comparativamente, ao longo deste estudo. Antes, porém, cumpre esclarecer as razões que motivaram a escolha.

1.3. Justificativa da escolha.

A questão do antigo *versus* novo sempre esteve presente no âmbito da Arquitetura e, dos seus primórdios aos dias de hoje, é uma discussão que nunca deixou de ser atual³¹. Nos chamados centros históricos a inserção de edifícios contemporâneos é mais restrita, uma vez que se tratam, em regra, de áreas protegidas pelo patrimônio histórico e

³¹ PINHEIRO, Eloísa Pettit; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Os arquitetos, a cidade e o fascínio pela história. In: PINHEIRO, Eloísa Pettit; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *A cidade como história: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 9- 18. p. 09. “A história sempre fascinou os arquitetos. Durante séculos, era ela que dava a caução do que seria virtuoso ou não em termos de arquitetura e da ‘arte de construir cidades’. Fazer-se arquiteto era dominar um conjunto

cultural, nas quais é reduzida a possibilidade de demolição de imóveis para a construção de novas obras. Assim, *os vazios urbanos localizados em centros históricos constituem uma particularidade, uma situação atípica.*

Os trechos selecionados para análise comportam essa discussão. Além disso, *as características geográficas das cidades são semelhantes*, o que facilita a análise comparativa. Tanto Nápoles quanto Salvador são capitais, cidades de grande porte, situadas dentre as três maiores de seu país, sendo também litorâneas e com relevo acidentado. Não obstante, situam-se em países diferentes, com cultura e políticas de preservação diversas, o que contribui para enriquecer a análise comparativa. São, portanto, dois olhares distintos sobre uma mesma questão.

Em Nápoles, a área do Policlínico era originalmente composta por três edifícios, um dos quais foi derrubado em virtude de terremoto ocorrido na década de 80³². O PRG - *Piano Regolatore Generale* (Plano Regulador Geral)³³, *artigo 157, ambito 26*, permite ainda a demolição de edifícios de recente formação, como é o caso dos pavilhões remanescentes do Policlínico, de modo a obter-se um grande vazio urbano no coração do centro histórico. Em Salvador, por sua vez, uma ação judicial movida pelo Ministério Público Federal foi julgada procedente em primeira instância, obtendo-se pronunciamento judicial que determinou a demolição do Palácio Thomé de Souza, situado na Praça Municipal de Salvador, ou sua retirada do centro histórico³⁴, caso em que também se criaria um vazio urbano nesta área.

de lições herdadas do passado – mesmo quando essas lições eram filtradas pelas marcas da contemporaneidade do talento de quem as coligia e interpretava.”

³² FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4, p. 71.

³³ Note-se que o Plano Regulador Geral prevê para a área em exame a demolição de edifícios de recente formação além da requalificação das ruas históricas e dos espaços públicos, bem como a criação de um parque arqueológico na área do Policlínico e, por último, revitalizar os vestígios do complexo *Croce di Lucca*.

³⁴ CORDIVIOLA, Alberto Rafael. Prefeitura de Salvador: O passado no futuro e o presente no passado. *Arquitextos* n. 062. Texto especial 319, São Paulo, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp319.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008. “Em sentença de 10 de setembro de 2004, o juiz federal substituto da sétima vara do Estado da Bahia, em exercício da titularidade, seguindo um extenso documento em que relata, fundamenta e decide, julga procedente a ação proposta pelo Ministério Público e condena a remover ou demolir o Palácio Thomé de Souza situado na Praça Municipal de Salvador.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal ‘em defesa de interesses difusos referentes ao patrimônio histórico e cultural da Nação’ alegando que a obra feriria o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da Cidade que se constitui em ‘acervo de inquestionável representatividade no contexto do patrimônio histórico nacional, eis que preserva fatos ligados à História do Brasil’.

A argumentação do Ministério Público continua alegando que a edificação se situa em lugar que é objeto de tombamento coletivo, comprometendo ‘toda a originalidade, autenticidade ambiental e estética do conjunto arquitetônico *tombado* pelo Poder Público Federal, contrastando com a arquitetura original do lugar onde se situa, ademais da Igreja e Santa Casa da Misericórdia, o Palácio Rio Branco e o elevador Lacerda.”

Destarte, tanto Nápoles quanto Salvador reúnem as peculiares condições de abrigar um vazio urbano em pleno centro histórico, além de apresentarem características geográficas semelhantes, razão pela qual foram escolhidas como paradigma para análise.

Porém, cabe destacar que se adentra uma área polêmica, onde não existe um parâmetro único a ser seguido, ou mesmo um juízo absoluto a ser proferido. Cada caso deve ser devidamente analisado com bom senso, buscando uma evolução para posteriores discussões.

1.4. Procedimentos metodológicos.

Antes de iniciar propriamente a análise do problema central desta Dissertação, cabe aqui destacar as linhas metodológicas gerais que conduziram a pesquisa, sempre com a preocupação de tornar a leitura mais simples e objetiva, sem descuidar de seu caráter científico.

Nesse sentido, quando citada bibliografia em língua estrangeira, optou-se por mencionar no corpo do texto apenas a tradução livre da autora, de acordo com sua percepção. Reservou-se, então, ao rodapé, a transcrição literal das passagens citadas, no idioma original. Importante esclarecer que algumas notas de rodapé não se apóiam na bibliografia tradicional, mas em comentários da própria autora, derivados de suas anotações pessoais, colhidas por ocasião do *Master di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica*, na *Università degli Studi di Napoli – Federico II*, a fim de complementar as informações constantes do corpo do texto. Além disso, optou-se por destacar em itálico algumas palavras ou partes do texto que resumem a principal informação ali contida.

As imagens utilizadas na pesquisa, com o objetivo de enriquecer e ilustrar a análise dos espaços, serão inseridas no próprio texto, como uma extensão das idéias ali mencionadas, ao invés de virem ao final, sob a forma de um anexo³⁵. Nas imagens em que

O Processo em questão é o de nº 2000.33.00.032978-2. No momento em que redigido este trabalho, a causa encontrava-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando o julgamento do recurso interposto pelo Município de Salvador. O andamento processual pode ser consultado no portal da JUSTIÇA FEDERAL. Acompanhamento processual – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.justicafederal.gov.br/>>. Acesso em 16 mar. 2008.

³⁵ A integração entre texto e imagens, como recurso para facilitar a transmissão de idéias, é uma técnica cada vez mais recomendada pelos estudiosos da Comunicação Social. Sobre o tema consulte-se, por exemplo: ROSA, Mário. *A Reputação na Velocidade do Pensamento: A Imagem e Ética na era Digital*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

a localização das áreas mencionadas no texto for de difícil percepção, utilizou-se o recurso de indicar tais trechos, por meio de letras ou números.

A seqüência dos capítulos espelha a ordem de concepção do trabalho. Assim, primeiro são mencionadas algumas referências à arquitetura italiana, especificamente em relação à área denominada Policlínico, na cidade de Nápoles, em que a autora esteve ao longo de um ano, estudando e recolhendo material para a pesquisa. Em seguida, o texto se concentra no estudo de uma das facetas da arquitetura brasileira, analisada a partir do conjunto histórico da cidade de Salvador, na Bahia, especificamente do trecho que compreende a Prefeitura Municipal.

Por fim, é feita uma breve comparação entre os casos objeto de estudo, exclusivamente sob o prisma conceitual. A partir desse cotejo, inferiu-se quais seriam as semelhanças e diferenças entre as experiências brasileira e italiana na solução de um caso semelhante, tendo sempre em mente que não existe solução “ideal”, pois cada caso tem suas particularidades. Buscou-se, apenas, identificar algumas das principais virtudes de cada método, em um estudo que possa ser futuramente expandido pelo trabalho de outros pesquisadores.

1.5. Breve *insight* sobre as experiências italiana e brasileira.

Este tópico se dedica a trazer uma visão panorâmica dos assuntos que serão abordados ao longo do texto. Primeiramente, se discorrerá sobre a experiência italiana, iniciando-se com a sua contextualização histórica, na qual se pretende pontuar o surgimento e a evolução da malha urbana de Nápoles, a partir de suas principais modificações. Após, a análise foca-se, especificamente, numa parte do centro histórico, caracterizada pela presença da malha greco-romana, com destaque para o surgimento e a conformação atual do Policlínico.

Em seguida, estão os tópicos destinados à leitura morfológica dessa parte e à discussão acerca do tratamento de um vazio urbano nela localizado, à luz das teorias de Cesare Brandi e dos conceitos de lacuna, adição e supressão. Neste contexto, serão vistos dois cenários hipotéticos para a área em exame. O primeiro deles consiste na manutenção da área vazia já existente, em decorrência da demolição de um dos três pavilhões do Policlínico, ocorrida após um terremoto, na década de 80. O segundo baseia-se no Plano

Regulador Geral de Nápoles – PRG, que permite a eliminação dos dois pavilhões remanescentes.

O ponto seguinte consiste na delimitação do perímetro objeto de estudo, fazendo um mapeamento das principais edificações do local, bem como das ruas que as cercam. Na seqüência, serão expostas três proposições para a área, fruto dos debates ocorridos durante o *Master in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica*, no ano de 2007. A primeira proposição aproveita a estrutura dos dois pavilhões restantes, ao passo que as outras duas trabalham com a sua demolição, sendo que uma delas sugere a criação de uma área pública não edificada, enquanto a outra defende uma área pública construída. Tais projetos serão analisados à luz das teorias de Cesare Brandi.

Passa-se, então, a outro capítulo, focado na experiência brasileira, nos mesmos moldes da abordagem utilizada para o caso italiano. Tem-se, desse modo, a contextualização histórica a partir das principais modificações da malha urbana de Salvador. Após, a análise foca-se especificamente numa parte do centro histórico, pontuando o surgimento do Palácio Thomé de Souza, edifício sede da Prefeitura Municipal.

Os próximos tópicos cuidam da leitura morfológica e da discussão acerca do tratamento do vazio urbano que poderá surgir nessa área. Esta discussão também se pauta pelas teorias de Cesare Brandi, transpondo os conceitos de lacuna, adição e supressão para o contexto soteropolitano. Assim, será considerada a hipótese de remoção do Palácio Thomé de Souza, em decorrência de uma ação judicial movida pelo Ministério Público Federal, com o argumento de que esta edificação conflita com o conjunto histórico. Diante deste cenário, serão analisadas alternativas para o preenchimento dessa possível lacuna.

Posteriormente será delimitado o perímetro objeto de estudo, fazendo-se um mapeamento das principais edificações do local, bem como das ruas que as cercam. No caso brasileiro, não há proposições concretas a serem analisadas, tal como ocorrera em Nápoles, razão pela qual as teorias de Cesare Brandi foram aplicadas diretamente ao Palácio Thomé de Souza, sem descuidar das polêmicas manifestações, sobretudo no meio acadêmico, decorrentes do processo movido pelo Ministério Público Federal, pleiteando a remoção ou demolição deste edifício.

Por fim, será feito um cotejo entre o caso italiano e o brasileiro, destacando-se suas principais semelhanças e diferenças. Este paralelo partirá das características gerais até adentrar propriamente a matéria relativa ao tratamento dos vazios urbanos em conjuntos

históricos. Neste último tópico será analisado, ainda, o processo de demolição de edifícios, manutenção de vazios ou mesmo a inserção de novas construções em conjuntos históricos.

2. O CENTRO HISTÓRICO DE NÁPOLES E O POLICLÍNICO

2.1. Breve contextualização.

Antes de iniciar essa breve contextualização histórica, torna-se necessário repassar alguns dos elementos importantes de conformação urbana da cidade de Nápoles, Itália, para uma melhor compreensão da área.

Nápoles foi formada a partir de *dois núcleos urbanos*. O mais antigo, situado próximo ao mar, surgiu entre os séculos IX e VIII a.C., quando *navegadores gregos* da ilha de Rodas desembarcaram no local. Desde então, gregos vindos da ilha de *Ischia*³⁶ em direção ao continente contribuíram para o crescimento daquele núcleo e fundaram outros, como *Cuma, Miseno e Pozzuoli*. Segundo historiadores, uma possível invasão etrusca teria esvaziado o local, em meados do século VI a.C. Ocorre que os gregos que ocupavam a região de *Cuma* venceram a guerra com os etruscos e decidiram reerguer o núcleo urbano, porém em outro local. Surge, assim, no século V a.C., o *segundo núcleo urbano de Nápoles*, num planalto a leste da formação originária. Desde então, esses núcleos primitivos ficaram conhecidos como “cidade antiga” (*Palaepolis*) e “cidade nova” (*Neapolis*)³⁷.

³⁶ Ischia é uma ilha vulcânica situada no Mar Tirreno, ao sul da Itália, distante aproximadamente 30 quilômetros de Nápoles. Esta ilha se subordina administrativamente à *Provincia di Napoli*.

³⁷ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v.4 . p. 724-725. “Alla luce dei più recenti ritrovamenti archeologici sembra che i primi ad insediarsi sulla isoletta di Megaride (dove sorge Castel dell’Ovo) e sulla retrostante collina di Pizzofalcone fossero dei navigatori Rodii, tra i sec. IX e VIII a. Cristo. Verso la metà del séc. VII, a dare maggiore consistenza al borgo primitivo furono forse quei Greci che, passati da Ischia sulla terraferma, vi avevano fondato Cuma e di là si erano estesi fino a Miseno, Pozzuoli e infine Napoli, chiamata Partenope. Questo primo nucleo cittadino avrebbe cessato di aver vita intorno alla metà del sec. VI probabilmente opera degli Etruschi, allora in piena lotta con Cuma. I Cumani, sconfitti gli Etruschi nella battaglia navale del 474, ricostruirono la città, non più sul colle di Pizzofalcone, ma più ad oriente, in posizione riparata. La nuova città si chiamerà appunto Neapolis (città nuova) ed il vecchio borgo di Partenope verrà detto Palepolis (città vecchia).”

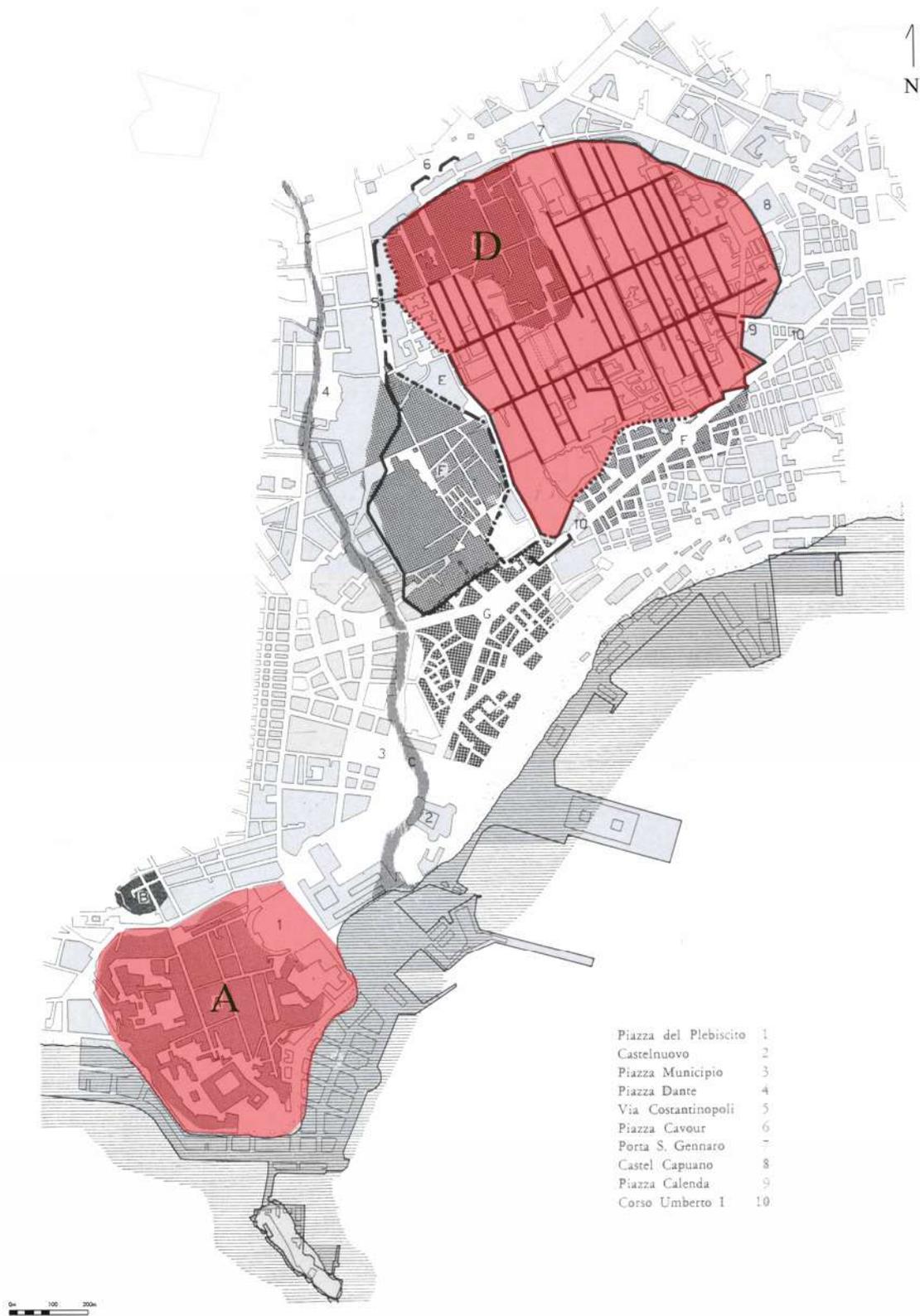


FIGURA 10. Mapa das muralhas gregas onde se podem identificar os núcleos primitivos de Nápoles. A área em destaque com a cor vermelha “A” refere-se à *Palaepolis* e a “D” à *Neapolis*. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

A área da “cidade nova” (*Neapolis*) corresponde a parte do atual centro histórico, cujo traçado originário era ortogonal³⁸, formado por quarteirões retangulares, com dimensões oscilando entre 150 e 185 metros de comprimento e 20 a 30 metros de largura³⁹. A malha urbana se desenvolvia ao longo de três vias principais, no sentido leste-oeste, com cerca de seis metros de largura, denominadas pelos romanos de *decumanus*⁴⁰ *major*, *superior* e *inferior*, correspondentes hoje à via *dei Tribunali*, para o primeiro decumano; *della Sapienza*, *Anticaglia* e *Santissimi Apostoli*, para o segundo; e *Benedetto Croce*, *San Biagio dei Librai* e *Forcella*, para o último. O comprimento médio dos *decumanus* era de 740 metros. Note-se também que as citadas vias eram trespassadas, perpendicularmente, por ruas conhecidas como *carduus*, em número aproximado de vinte, com uma média de três metros de largura e 55 metros de comprimento cada. Desse modo, *não seria exagero concluir pela ausência de um cardo principal, como de comum aos romanos, pois todos eles possuíam a mesma e reduzida dimensão.*

Já em relação às moradias, pode-se inferir que as de Nápoles eram semelhantes às de Pompéia, na mesma época, por se tratarem de cidades próximas e não haver grande diversidade nas tipologias construtivas. Tal analogia é necessária uma vez que não há vestígios das construções napolitanas, ao passo que as de Pompéia restaram preservadas, em virtude de terem sido cobertas por lava vulcânica, em decorrência da erupção do vulcão Vesúvio, ocorrida no ano 79 d.C. De regra, essas habitações não superavam os doze metros de altura, o que proporcionalmente era o dobro da largura dos *decumanus* e o quádruplo dos *carduus*⁴¹.

³⁸ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1983. v. 13. p. 402. “Il nucleo originario sorse probabilmente sull’isolotto di Megaride, su cui fu poi eretto Castel dell’Ovo, e alla base della collina di Pizzofalcone, estendendosi poi in età romana repubblicana, più a NE, dove l’abitato ebbe una regolare struttura a scacchiera con lunghe strade ortogonali, ricalcate ora dai tracciati delle vie San Biagio dei Librai, dei Tribunali e della Sapienza.”

³⁹ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l’architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L’Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. “Fondata nel 470 a.C., la città di Napoli era costruita da un sistema difensivo di mura e torri che circondavano un pianoro, sulla cui sommità sorgeva la Polis, mentre nella parte più bassa, prospiciente il mare, sorgeva probabilmente un altro centro abitato. Lo sviluppo della città, nell’area compresa tra le mura, avviene secondo un tracciato ad insule rettangolari semplici e doppie, la cui dimensione oscilla tra i 150 e i 185 metri di lunghezza e i 20/30 metri di larghezza.”

⁴⁰ A justificativa para a utilização dessas expressões romanas encontra-se no tópico intitulado “Evolução da malha greco-romana e surgimento do Policlínico”, ainda neste capítulo.

⁴¹ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d’Italia: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 722-724. “Questo nucleo d’insediamento originario aveva maglie quadrangolari con le strade principali orientate in senso E-W per una lunghezza

A figura a seguir ilustra o princípio da primeira malha urbana da *Neapolis*, cujos limites, demarcados pelas muralhas (em amarelo), correspondem às atuais vias *Foria*, ao norte, *Costantinopoli*, a oeste, *Carbonara*, a leste, e Corso Umberto I (“*Rettifilo*”), ao sul.

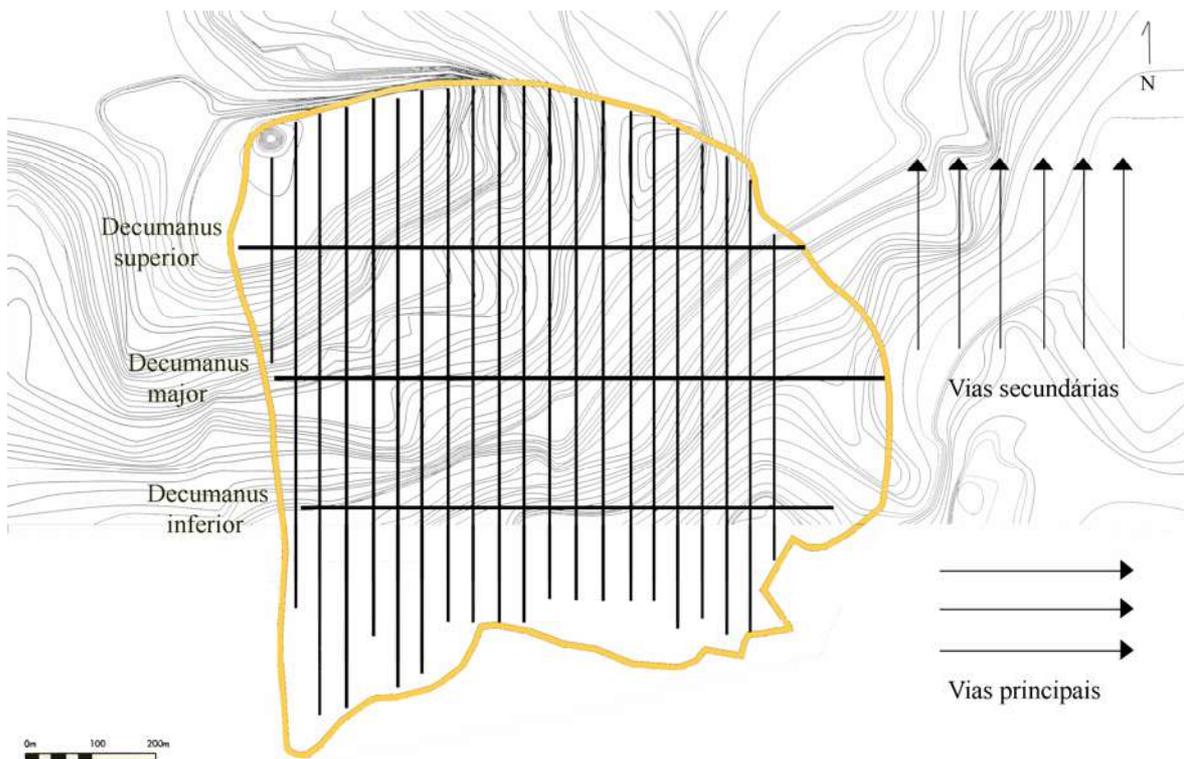


FIGURA 11. Traçado grego do século V a.C. e suas muralhas, dito *Ippodameo*⁴². Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. ICD-Rom. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

massima di 740 m e ricalcate oggi dai tracciati di via S. Biagio dei Librai, via dei Tribunali e via della Sapienza.”

PANE, Roberto. *Napoli impreveduta*. Torino: Einaudi, 1949. p. 9-11. “L’area corrispondente alla città, nel periodo anteriore all’ampliamento romano, era compresa tra l’attuale via Foria e il mare e risultava divisa in quattro zone da tre decumani orientati da ovest a est: il *decumanus major* (via Tribunali), il *decumanus superior* (Ss. Apostoli, Anticaglia, Sapienza) e il *decumanus inferior* (via Forcella, S. Biagio dei Librai). Le strade minori (*cardines*) si alternavano longitudinalmente ai blocchi edilizi (*insulae*) che furono almeno in numero di venti. Le misurazioni eseguite dal De Petra [obra postuma di Bartolommeo Capasso] consentono di stabilire che il decumano medio era lungo metri settecentoquaranta e le *insulae* metri centottantacinque con un fronte di trentacinque in corrispondenza dei decumani. Contrariamente all’uso etrusco-romano non vi erano cardini maggiori, ossia strade principali da nord a sud, perché nessuno degli attuali vici o vicoli rivela un’ampiezza notevolmente maggiore delle altre. La sezione stradale antica è ancora quella attuale: circa metri sei per le più ampie cioè i decumani, e poco più della metà per i cardini.

Tenuto conto dell’altezza delle case che, in base a un’attendibile analogia con quella di Pompei, si può ritenere non essere stata superiore a una media di metri dodici, compressi i parziali piani superiori, l’ambiente stradale non doveva apparire così angusto come è ora e cioè con fabbricati che spesso raggiungono e talvolta superano i ventiquattro metri.”

⁴² Ippodameo é expressão italiana que se refere a Hipódamo de Mileto, um famoso arquiteto a quem são atribuídos os projetos urbanísticos das cidades de Atenas e Rodes. Pela semelhança entre o traçado de Nápoles e o das citadas cidades, diz-se que o traçado napolitano foi feito sobre o modelo *Ippodameo*. Para



12



13

FIGURA 12. Vista da *Via Benedetto Croce, decumanus inferior*. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 13. Vista da *Via dei Tribunali, decumanus major*. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

É importante destacar que, na época, era comum que as cidades apresentassem algum tipo de anteparo contra invasões estrangeiras. Assim, por volta do século IV a.C., Nápoles já apresentava um eficiente sistema defensivo, composto por muralhas e um porto, o que leva a crer que já desenvolvia plena atividade comercial. Talvez por esta razão, tenha atraído a atenção dos romanos, interessados em expandir seu império para a região da *Campania*. Para isso, seria de extrema importância obter o apoio de Nápoles, o que se concretizou quando o exército romano, com o consentimento de alguns gregos favoráveis a Roma, marchou em direção a Nápoles, em 327 a.C., conquistando a cidade. Contudo, Roma concedeu ampla liberdade ao *foedus Neapolitanum* para manter sua língua, costumes e tradições de origem grega. Sendo assim, Nápoles conservou a cultura grega até a época medieval, porém as instituições, paulatinamente, se tornaram romanas⁴³.

mais detalhes, consulte-se: BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 729-730.

⁴³ Op. cit. p. 725. “Nel sec. IV Napoli risulta munita di porto e difesa da un’ampia e poderosa cinta muraria, e tutto fa pensare che vi si svolgesse un’intensa vita commerciale. Naturale quindi che i Romani considerassero essenziale per la loro espansione in Campania sottrarre la città all’influenza dei Sanniti, subentrati agli Etruschi nell’entroterra campano. Un esercito romano marcò su Napoli nel 327 e vi penetrò grazie all’aiuto di elementi greci della città favorevoli a Roma. Ebbe inizio da questo momento la lunga alleanza fra Roma e Napoli. La città conservò fino al Medioevo la cultura greca, mentre le istituzioni col tempo diventarono di fatto romane [...]”

*Os romanos mantiveram praticamente inalterado o traçado original grego, preservando algumas de suas principais construções, como os dois teatros, um aberto (Neroniano) e outro coberto (Odeon), e o Tempio di Dioscuri*⁴⁴ (sobre o qual se localiza, hoje, a igreja de *San Paolo Maggiore*). Não obstante, ergueram importantes edificações, das quais permanecem vestígios até os dias de hoje, como o *Erario*⁴⁵, cujas partes remanescentes estão sob a *Basilica di San Lorenzo Maggiore*, a *Cúria*⁴⁶, situada na região referida anteriormente, o cárcere, que corresponde atualmente à *Chiesa dei Gerolomini*, além das *Termas*⁴⁷, que se situavam entre o *Convento di Santa Patrizia* e o *Teatro Neroniano*, dentre outras⁴⁸.

Neste contexto, pode-se ainda mencionar o seguinte estudo da planta greco-romana da *Neapolis*, que retrata com maior amplitude a área em questão. No centro, observa-se um grande vazio que no período romano abrigava o *Foro*⁴⁹ e hoje corresponde aos arredores da *Piazza San Gaetano*. Ainda nesta parte, porém no canto esquerdo, situa-se o *Tempio di Dioscuri* (indicado pela letra D), que teve duas de suas seis colunas e respectivas arquitraves integradas à fachada da *Basilica di San Paolo Maggiore*. No *decumanus* superior há duas semicircunferências que foram o Teatro coberto, ou Odeon (representado pela letra A), e o descoberto, dito *di Nerone*⁵⁰ (indicado pela letra B). No

⁴⁴ O culto a *Dioscuri* nasceu em Esparta, na Grécia, difundindo-se posteriormente para a cultura romana. Em Roma, o culto a essa divindade era feito por meio de um templo localizado no interior do fórum, o que ocorreu também em Nápoles, em virtude da dominação romana.

⁴⁵ *Erario*, do latim *aerarium*, designava, na Roma antiga, o local em que eram recolhidos os tributos e depositados os recursos públicos.

⁴⁶ Local onde o Senado romano se reunia.

⁴⁷ *Termas*, do latim *thermae*, representavam, para os antigos romanos, os edifícios públicos destinados aos banhos e eram também dotados de espaço para reuniões, atividades físicas e biblioteca.

⁴⁸ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1983. v. 13. p. 404. “L’impianto ortogonale dell’antica città si conserva chiaramente nel tessuto urbano dell’attuale centro storico, lungo l’asse principale di via Tribunali.”

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 13. “Inoltre la chiesa dei Gerolomini corrisponde al piano dello *aerarium* e del carcere; quella dei Ss. Apostoli al tempio di Mercurio; S. Gregorio Armeno al tempio di Cerere; la Pietra Santa al tempio di Diana, ecc. Bagni pubblici erano situati tra il convento di Santa Patrizia e il teatro neroniano, e delle numerose ville del litorale resta solo il nome di quella di Lucullo, a Castel dell’Ovo, mentre il paesaggio flegreo, cosparso di edifici imperiali e di terme, già si annunzia con i ruderi della villa di Vedio Pollione a Posillipo e i pittoreschi resti di fabbriche marittime presso il cosiddetto tempio della Fortuna a Marechiaro.”

Cabe ressaltar que a *Basilica di San Lorenzo Maggiore* e a *Chiesa di Gerolomini* se encontram muito próximas uma da outra, o que explica o aparente conflito das informações referidas acima.

⁴⁹ De forma propositalmente sucinta, pode-se dizer que *foro* é uma espécie de praça pública onde os romanos se reuniam para discutir assuntos políticos relevantes, bem como onde os magistrados julgavam as lides.

⁵⁰ Claudio Cesare Nerone - *Nero Claudius Caesar Augustus Germanicus*, em latim - assumiu este nome após ser adotado por Cláudio I, imperador romano. Foi também Imperador de Roma aos 17 anos, de 54 a 68 d.C. Além de autor de comédias, exibiu-se em circos e teatros, dentre os quais o teatro aberto de Nápoles. Entrou definitivamente para a história ao ser acusado do grande incêndio de Roma em 64 d.C.

decumanus inferior localizava-se a área do mercado. Por fim, a Necrópole⁵¹, o Estádio e o Hipódromo situavam-se fora das muralhas, sendo que apenas estes dois últimos estão retratados na imagem.

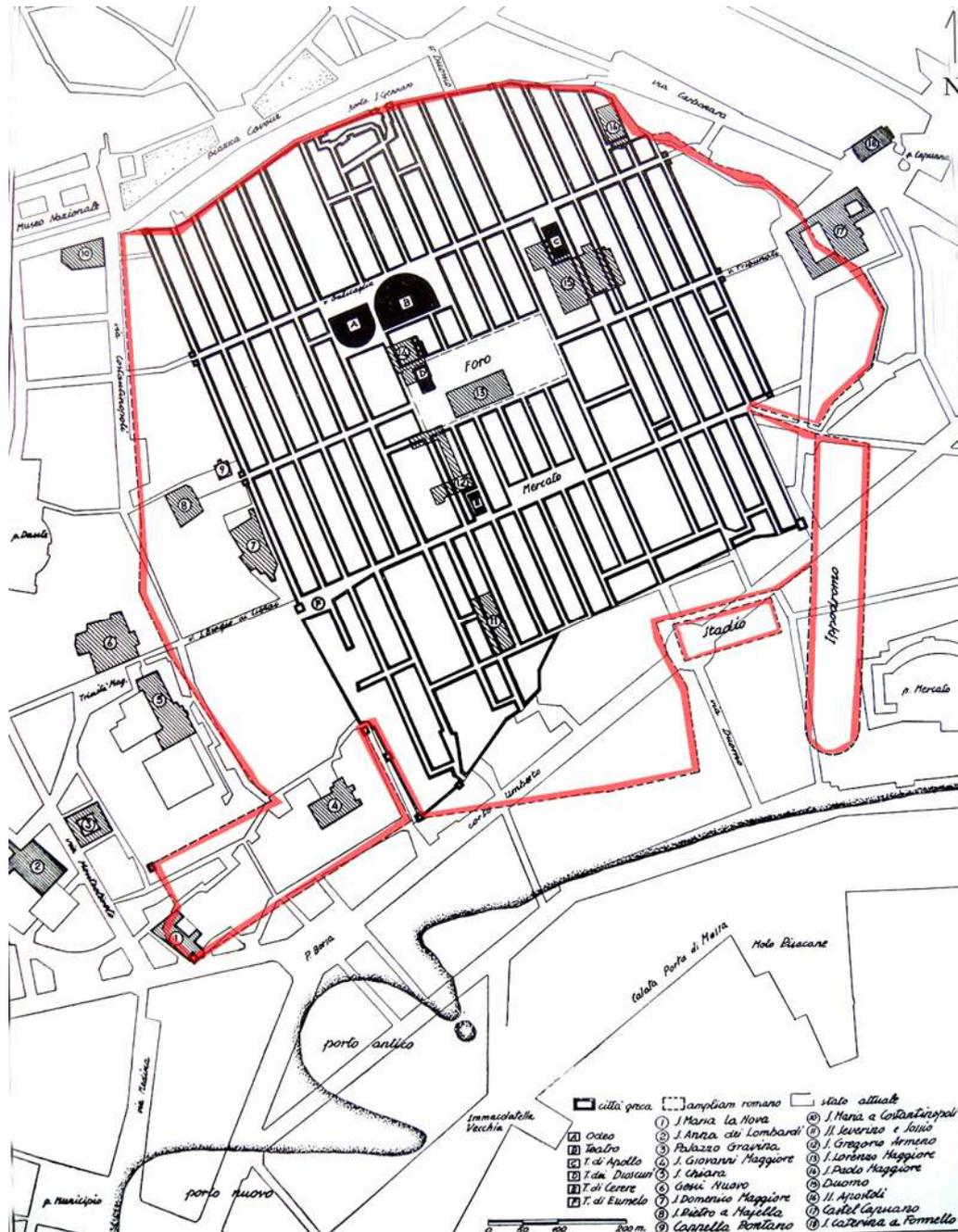


FIGURA 14. Mapa com o traçado grego em negrito, bem como as transformações romanas em linha tracejada, destacada em vermelho, juntamente com suas instituições em preto e ainda algumas das principais edificações atuais preenchidas com linha diagonal. Fonte: PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 12. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

⁵¹ A *Necrópole* situa-se no subsolo, em área situada entre dois dos mais importantes pontos turísticos da cidade, um castelo, denominado *Castel Capuano*, e uma das portas de entrada da cidade, chamada *Porta Capuana*, a qual pertenceu à última conformação das muralhas, no período Aragonês, de 1442 a 1503.

Em caráter complementar, na figura abaixo observa-se, ao fundo, um templo construído sobre colunas, com uma base elevada em relação ao restante das edificações. Trata-se do *Tempio di Dioscuri*. A área vazia em frente ao templo corresponde à praça pública onde funcionavam o *Foro* e os pequenos mercados, que no período grego abrigavam a *Ágora*⁵².



FIGURA 15. Ilustração da *Neapolis* do século I d.C., com destaque para o *Tempio di Dioscuri* e a área do *Foro Romano*. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.

*Maiores alterações no traçado urbano somente ocorreram cerca de mil anos depois, no século V d.C., ainda durante o período de dominação romana, em virtude da expansão do traçado urbano para além das muralhas, em direção ao mar*⁵³, quando o

⁵² Na antiga Grécia, funcionava como uma praça onde se tinha as assembléias públicas, os mercados e o centro religioso.

⁵³ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. "Le mura greche del V secolo a.C. rimangono inalterate fino al V secolo d.C. In epoca romana, la città, pur conservando l'impianto greco, prevalentemente rivolto all'interno delle mura che inglobano i campi coltivati, estende il reticolo delle sue insule e si affaccia verso il mare."

formato das quadras perdeu sua regularidade e precisou ser adaptado às oscilações do relevo⁵⁴.

Deste ponto em diante foi feita importante opção metodológica, em prol da *concisão e objetividade do trabalho*. Serão a seguir abordadas *apenas as épocas históricas em que ocorreram significativas alterações urbanas em Nápoles*, deixando-se de mencionar outras que, apesar de relevantes do ponto de vista econômico, social ou político, não repercutiram sobre as características arquitetônicas da cidade. Não se trata de reduzir o trabalho, omitindo fatos históricos, mas de direcionar a análise para o objeto central da dissertação, ainda que em detrimento de informações complementares, porém periféricas para este estudo. Assim, as referências a acontecimentos históricos se limitarão àqueles que repercutiram, decisivamente, sobre a conformação urbana da cidade.

Nessa linha de raciocínio, a ilustração das principais áreas a seguir tratadas será feita *ao final do tópico*, por meio de um único mapa.

Dito isto, serão agora abordadas, sucintamente, as seguintes fases históricas:

- 1) Medieval;
- 1.1) Ducal;
- 1.2) Angioina;
- 1.3) Aragonesa;
- 2) Vice-real;
- 3) Bourbon; e
- 4) Contemporânea.

O *período medieval* inicia-se com a queda do Império Romano do Ocidente, no século V d.C., estendendo-se até o século XV⁵⁵. No início desta época, *a malha viária ainda se encontrava inalterada*. Ocorre que os templos pagãos foram progressivamente transformados ou reconstruídos para servir ao culto cristão. Diversos outros edifícios também foram alvo de mudanças⁵⁶. *Com isso, tornou-se inevitável realizar algumas*

⁵⁴ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 402. “L’abitato si estese già in età romana imperiale oltre l’originaria cinta muraria, espandendosi ulteriormente in epoca medievale e perdendo la regolarità dello schema urbanistico romano anche per la necessita di adattamento alla topografia della zona.”

⁵⁵ Idade Média. In: ENCICLOPÉDIA Microsoft Encarta. Buffalo (NY): Microsoft Encarta, 1999. 1CD-Rom.

⁵⁶ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d’Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 730. “La città ha visto rinnovarsi continuamente, d’epoca in epoca, gli edifici, restando invece inalterata l’organizzazione viaria. Da antiche

alterações viárias e a ampliação das muralhas da cidade. Exemplo de tais mudanças foi a incorporação de algumas quadras e seus respectivos *carduus* para abrigar as novas construções, como se deu com a *Chiesa di San Gregório Armeno* e seu monastério, no núcleo primitivo greco-romano⁵⁷.

Note-se que a historiografia, estudo descritivo dos fatos históricos⁵⁸, vislumbra dentro do período medieval *sub-épocas* relevantes, às quais se dará especial destaque, como a Ducal, a Angioina e a Aragonesa. Com isto, pretende-se tornar o texto mais claro, ao contrário do que ocorreria se todas essas sub-épocas fossem incluídas na rubrica comum de “período medieval”.

O *período Ducal* compreende os séculos VI a XII. Neste momento, a cidade abrigava uma população de 40 mil pessoas e *sua atenção voltava-se, principalmente, à parte interna da faixa costeira, em detrimento do mar.* Excepcionalmente, no entanto, a primeira fortificação napolitana, denominada *Castel dell’Ovo*⁵⁹, foi erguida no litoral, no século XII, como se observa na imagem seguinte.

fonti si ricava che con il Medioevo i templi pagani furono trasformati o riedificati per servire al culto cristiano.

⁵⁷ *Op. cit.* p. 722. “Ampliata nella sua cerchia muraria, la Napoli medievale perse la regolarità dello schema urbanistico ed ebbe uno sviluppo disorganico, che, sotto gli Svevi, investì la zona orientale (Castel Capuano) in direzione della Terra di Lavoro.”

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 8-9.

⁵⁸ DE FUSCO, Renato. *Artifici per la storia dell’architettura*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1998. p. 12-13. “Nonostante la si dichiara scolastica, la distinzione fra *res gestae* e *historia rerum gestarum* è rimaste insuperata. La prima espressione denota la storia, cioè quanto è realmente accaduto, accade e accadrà relativamente alla vicenda umana e, pur con diversa fenomenologia, nel processo naturale; la seconda espressione, cioè la storiografia, denota lo Studio, l’interpretazione, la narrazione di quella vicenda.”

⁵⁹ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 404.



FIGURA 16. Vista do *Castel dell'Ovo*. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

A intenção de priorizar o interior da cidade se revelou com a construção da fortaleza de *Castel Capuano*, no mesmo século. Localizada na porção oriental de Nápoles, este castelo foi um importante mecanismo de defesa contra invasões estrangeiras. A seguir, mapa ilustrando a maior ocupação da parte interna, seguido de foto do *Castel Capuano*.

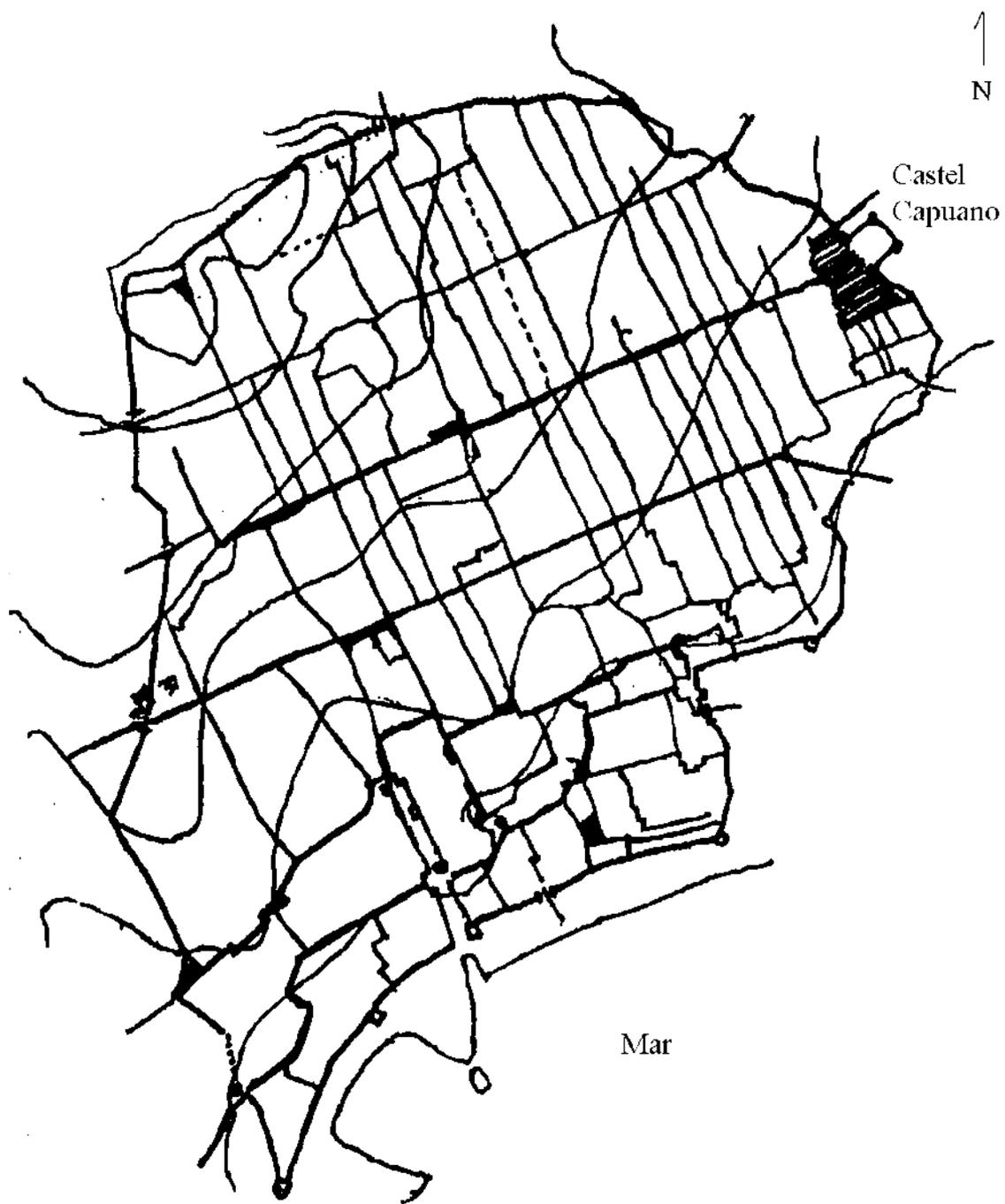


FIGURA 17. Traçado do período Medieval. Fonte: RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.



FIGURA 18. Vista lateral esquerda e posterior do *Castel Capuano*. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

Destaque-se o fato de que a malha viária e as muralhas preservaram as modificações do período medieval. Nesta fase, a transformação da cidade revelou uma *tendência, que se manteria nos séculos seguintes*, de se reconstruir por meio de *transformações quantitativas*, consistentes na alteração das funções dos edifícios romanos, bem como sua progressiva destruição. Porém a implantação urbana manteve-se inalterada, preservando a distribuição das principais edificações da cidade como igrejas, praças, mercados, etc⁶⁰.

Naquele período a cidade era dotada de duas catedrais, quatro basílicas, numerosas igrejas e vinte e nove monastérios, dentro e fora das muralhas. Desta forma, a

⁶⁰ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. "In questo periodo l'attenzione della città è rivolta prevalentemente ai fatti dell'entroterra. La costruzione della fortezza di Castel Capuano nell'area orientale sintetizza la posizione della città. Essa, con alle spalle il mare, si difende in modo prevalente verso l'entroterra. Il tracciato delle strade e il perimetro delle mura rimangono costanzialmente invariati. In questa prima fase di trasformazione la città mostra una tendenza, che si manterrà nei secoli, a ricostruirsi su se stessa pur nelle

forte predominância destes edifícios religiosos impôs, principalmente no período Vice-real, inúmeros obstáculos ao desenvolvimento construtivo⁶¹.

Na seqüência, tem-se o *período Angioino*, do século XII até a metade do XV. Aqui a população de Nápoles já havia atingido a marca de 60 mil pessoas e a cidade tornara-se capital do reino, ampliando sua influência para além dos aspectos locais. O momento é marcado por um grande desenvolvimento cultural e comercial, o que impulsionou as *atividades edilícias para além do núcleo romano*. Além disso, pode-se destacar a construção de diversos palácios, mosteiros, igrejas e do porto, hoje chamado de *Beverello* e do *Castel Sant'Elmo*, no século XIV, sob a atual colina do *Vomero*, no lugar da igreja dedicada a Sant'Erasmo⁶².

Nápoles, então, passou a ser constituída de *três partes justapostas*: 1) a área da cidade ducal, que substituiu a greco-romana; 2) uma área a sudeste da anterior, que ia da *Forcella* até o mar, no entorno da fortaleza *Castel Capuano*, e, por fim; 3) ao sudoeste, os

trasformazioni quantitative: essa distrugge progressivamente gli usi e le istituzioni del periodo romano, ma conserva, oltre all'impianto, anche la distribuzione dei luoghi primari della città, sostituendone gli edifici.”

⁶¹ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1968. v. 4. p. 724. “La città ducale ebbe due cattedrali, quattro basiliche maggiore, sette diaconie, numerose chiese e oratori e ben ventinove monasteri dentro le mura e quattro fuori. Tale sicura testimonianza è di grande interesse per la storia urbanistica di Napoli perché autorizza a ritenere che sin da allora cominciasse ad affermarsi quella forte prevalenza di edifici religiosi che nell'età barocca doveva rappresentare un deplorato impedimento allo sviluppo dell'edilizia civile.”

⁶² RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. “In epoca angioina la città è capitale del regno e la sua storia, perso il carattere di interesse provinciale, entra a far parte della storia d'Europa. Questo periodo è caratterizzato da un grande sviluppo culturale e commerciale e da estese attività edilizie.”

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geografico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 402. “Divenuta capitale di un vasto regno, sotto gli Angioini e gli Aragonesi ebbe luogo una cospicua espansione edilizia, che interessò successivamente le aree intorno al nucleo romano.”

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1968. v. 4. p. 722. “La grande fortuna della città è decisamente segnata sotto gli Angioini che, facendone la capitale di un vasto regno destinato, sotto domini e con confini diversi, a durare sino all'unificazione nazionale, le conferirono rango e fervore d'iniziativa. Rifiorirono allora le attività artistiche e quelle artigiane e commerciali, si eressero bellissimi castelli, palazzi, chiese e monasteri.”

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 14. “Se si pensa alla breve durata del dominio aragonese conviene riconoscere che, fatta eccezione del ventennio di regno di Carlo III di Borbone, in nessun'altra epoca Napoli abbia conosciuto un così grande fervore di attività edilizia. Come gli angioini avevano elevato le più importanti chiese gli aragonesi costruirono specialmente fabbriche civili e i due maggiori archi trionfali del Rinascimento. [para maiores esclarecimentos sobre a atividade edilícia e projetos aragoneses ver NICOLINI, F. *L'arte napoletana del Rinascimento*. Napoli: Ricciardi, 1925 ou PANE, Roberto. *Architettura del Rinascimento in Napoli*. Napoli: Soc. ed. Politecnica, 1937]. Il piano aragonese, ricordato dal Summonte, appare concepito come un ampliamento della città in prosecuzione della primitiva pianta a scacchiera. Era dunque la visione di una metropoli ordinata sul modello dell'età classica e cioè proprio secondo gli spiriti della Rinascenza.”

burgos⁶³ dos marinheiros e dos mercantes, além de um aristocrático bairro entre *S. Maria la Nova* e o porto⁶⁴, conforme representado abaixo.



FIGURA 19. Traçado do período Angioino. Fonte: RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

⁶³ Pequeno centro habitado ou local fortificado, conforme: Borgo. In: ZINGARELLI, Nicola. *Lo Zingarelli Minore: vocabolario della lingua italiana*. Edizione Terzo Millennio. Bologna: Zanichelli, 2001. p. 161.

⁶⁴ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. “La città si presenta costituita da tre parti giustapposte: l'area corrispondente alla città ducale, che aveva sostituito la città greco-romana; quella a sud-est, da Forcella al mare, gravitante intorno alla reggia-fortezza di Castel Capuano; quella a sud-ovest comprendente i borghi di marinai e di mercanti e un aristocratico quartiere tra S. Maria la Nova e il porto.

PANE, Roberto. *Napoli impreveduta*. Torino: Einaudi, 1949. p. 14. “Infatti è da ricordare che il maggior ampliamento operato dagli angioini con l'erezione del castello, del molo, del grande arsenale e del nuovo aristocratico borgo, situato tra queste fabbriche e l'attuale chiesa di S. Maria la Nova, venne completamente devastato, per l'insufficienza di una difesa stabile, nelle lotte tra aingioini, durazzeschi e aragonesi tra il 1382 ed il 1442.”

O período Angioino foi marcado, também, pela *construção de novos edifícios civis e militares, igrejas e complexos monásticos*, dispostos, em sua maioria, ao sul do perímetro antigo. Também surgiram palácios nos arredores do *Castelnuovo*. Já nas proximidades do *Mercato*, criou-se uma rede de vias que *convergiam na respectiva praça e seguiam em direção ao mar*, bem como houve a abertura de outras, conectando esta parte da cidade ao *Castelnuovo*. Por essa nova organização, *todas as ruas provenientes da região comercial convergiam para o porto*⁶⁵.

Estas são, em suma, as principais alterações urbanas do período Angioino.

Posteriormente, no final do século XV, tem-se o *período Aragonês*, em que houve significativo aumento da população, alcançando a marca de 100 mil pessoas. Ainda que breve, este período trouxe importantes reflexos para a estrutura urbana de Nápoles. Houve *intensa atividade edilícia*, marcada pela *expansão das muralhas* para áreas ainda não fortificadas, partindo da *Piazza Mercato* e indo até a *Porta San Gennaro*⁶⁶, onde se encontrava com a muralha já existente, formando, assim, um *novo cinturão ao redor da cidade*, englobando uma parcela das áreas que haviam sido construídas fora dos limites da muralha original. Com isso, foram trazidos para dentro do muramento os quarteirões baixos, próximos ao *Mercato*, e alguns conventos⁶⁷.

⁶⁵ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. "Si costruiscono nuovi edifici civili e militari, nuove chiese e complessi monastici, che si dispongono in gran parte immediatamente fuori del lato meridionale del perimetro antico. Intorno a Castelnuovo sorgono nuovi e ricchi palazzi ed in questa zona si svolge tutta la storia cittadina del periodo angioino. Intorno al Mercato si crea una rete di vie che convergono alla piazza e vanno al mare. Altre vie vengono aperte per collegare Castel nuovo a questa parte della città. Al nuovo porto confluiscono tutte le strade del quartiere commerciale."

⁶⁶ A *Porta San Gennaro* se localiza na parte norte do atual centro histórico, nas proximidades da *Piazza Cavour* e possibilita, nos dias de hoje, a passagem da *Via Foria* para a *Via Luigi Settembrini*.

⁶⁷ *Ibidem*. "Il periodo aragonese, anche se breve, è caratterizzato da una intensa attività edilizia: innanzitutto si costruisce una nuova cinta fortificata che dal Carmine, sotto l'area di Piazza Mercato, raggiunge porta S. Gennaro. Essa include tutti i conventi sorti fuori della città, principali elementi propulsori della dinamica urbana, e i quartieri bassi sorti intorno al Mercato."

PANE, Roberto. *Napoli imprevisa*. Torino: Einaudi, 1949. p. 14. "Un vero e proprio programma urbanistico, nel senso moderno, fu invece intrapreso dalla dinastia aragonese (1442-1501). Alfonso, duca di Calabria, ampliò l'abitato interno della città spostando tutto il confine orientale con una cintura fortificata di ventidue torri rotonde e grandi muri rivestiti di piperno a partire dal Carmine, e cioè dal mare, sino a porta S. Gennaro. Tali strutture, ancora gran parte esistenti, costituiscono la più grande opera di difesa che sia stata compiuta in Italia nel Quattrocento. La cintura fu proseguita sul lato nord e a occidente durante gli ultimi anni della dinastia (1449-1501) da Federico d'Aragona e la diresse Antonio Maschesi da Settignano. Il nuovo tratto, quasi interamente demolito nel periodo vicereale, partiva dall'attuale via Roma e volgeva per via Santa Brigida fino a raggiungere le torri di Castelnuovo."

Em um segundo momento, a expansão do sistema defensivo se deu por meio da construção de uma nova cinta, partindo da *Piazza del Gesù* ao longo da atual *Via Roma*⁶⁸, até se encontrar com o *Castelnuovo*⁶⁹.

A seguir, imagem que reproduz o retorno a Nápoles das tropas aragonesas, após a vitória na batalha contra os angioinos, em 1479. Trata-se da primeira representação prospectiva da cidade de que se tem notícia. Nela estão indicados, em primeiro plano, o novo porto e, à sua esquerda, a *Torre di San Vincenzo*, demolida posteriormente no século XVII, em função do ampliamto do porto, hoje conhecido como *Beverello*. Em segundo plano, à esquerda, tem-se o *Castelnuovo*, ligado à cinta muraria da cidade por suas torres. Por fim, ao fundo, destaque para a Colina de Sant'Elmo, em cujo ápice situa-se o castelo de mesmo nome⁷⁰.



FIGURA 20. Tavole Strozzi. Fonte: UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI FEDERICO II. Tavola Strozzi. Napoli, 2007. Disponível em: <<http://www.storia.unina.it/strozsidef.html>>. Acesso em 13 mar. 2008.

O resultado final dessas ampliações da muralha foi a criação de uma área livre, onde se incentivou a utilização residencial, tendo se tornado palco de importantes transformações urbanas. Esta área concentrava-se, inicialmente, na região do *Castel Capuano* e, posteriormente, na *Duchesca*⁷¹. Ao contrário do que ocorreria no período

⁶⁸ É curioso que a rua em comento fora originariamente batizada de via *Toledo*, numa alusão ao espanhol Pietro di Toledo, governante à época. Posteriormente, durante o período fascista de Mussolini, foi renomeada para via Roma, com a nítida intenção de apagar os resquícios da dominação espanhola. Com a queda do fascismo, voltou a ser chamada de via Toledo. Contudo, por força da tradição, os habitantes locais ainda se referem a ela como via Roma.

A criação desta rua será mencionada posteriormente, por ocasião dos comentários ao período Vice-real.

⁶⁹ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. "In un secondo momento, sul lato nord-ovest una cinta analoga da piazza del Gesù, lungo l'attuale via Roma, si congiunge al Castelnuovo."

⁷⁰ PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 15.

⁷¹ DE LUCA, Margherita. *La villa della Duchesca attraverso le fonti*. 2000. 128 p. Tese (Laurea) – Facoltà di Lettere e Filosofia, Università degli Studi di Napoli, Napoli, 2001. p. 3. "Duchesca' oggi è un quartiere di

*Ducal, nesta fase o centro de interesses volta a ser o mar, em virtude da transferência da residência real do Castel Capuano para o Castelnuovo. Tal mudança teve o objetivo de preparar a futura expansão urbana para a região deste castelo, pois se pretendia que ela se tornasse o novo coração da cidade, ainda que a rua principal continuasse a ser o *decumanus maior*, do período greco-romano. Em resumo, pode-se dizer que o retorno ao mar foi marcado por uma expansão ao oeste, enquanto a área da colina continuou praticamente inabitada, à exceção de algumas vilas e conventos⁷².*



FIGURA 21. Vista da *Porta Capuana*. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

Napoli, sito in prossimità del Castel Capuano, nella zona più antica della città, dove le strade conservano, nel nome, il ricordo di un'antica residenza Aragonese, costruita nell'ultimo scorcio del XV secolo per volere di Alfonso II, allora Duca di Calabria, e, nonostante la sua breve vita, celebre soprattutto per lo splendore dei suoi giardini. Concepita, infatti, in funzione di un raffinato parco ispirato ai giardini di stampo ispanico-musulmano, le vicissitudini storico-politiche del regno di Napoli ne hanno causato l'abbandono da parte degli Aragonesi pochi anni dopo la sua realizzazione, cui ha fatto seguito la progressiva edificazione nella zona che, nel giro di qualche decennio, ha inghiottito completamente il vasto giardino e le costruzioni che lo arricchivano."

⁷² RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. "Nella parte sud-est si liberano, con le nuove mura, aree per la residenza e questa zona diventa la più ricca di trasformazioni. L'edificazione di tale zona era stimolata dalla residenza del duca di Calabria, figlio del re, a Castel Capuano e poi alla Duchesca. Lo spostamento della residenza reale in Castelnuovo consolida definitivamente il ribaltamento sul mare dell'interesse principale della città. Anche se la principale strada della città è il Decumano maggiore dell'impianto greco-romano, il Castelnuovo si propone come nuovo baricentro della città futura."

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 16. "L'aggregato urbano della capitale aragonese segna un'espansione verso il mare e verso occidente mentre la zona in collina resta ancora quasi tutta verde, solo interrotta qua e là da alcune ville e conventi."

Após o breve período Aragonês, tem-se uma época de dominação espanhola, conhecida como *Vice-real*, que se estendeu do século XVI até a primeira metade do século XVIII, marcada por uma *massiva expansão populacional*, em que o número de habitantes da cidade saltou de 100 para mais de 500 mil. Este fato forçou Nápoles a *crescer sobre si mesma*, uma vez que fora imposta, por razões de segurança, a proibição de edificar fora das muralhas⁷³.

Neste período ocorreram profundas transformações urbanas, que fizeram com que *a cidade começasse a assumir a feição que possui hoje*. O Vice-rei espanhol *Pedro de Toledo* expandiu as muralhas principalmente na região sudoeste, permitindo com isso a criação de um bairro denominado *Quartiere Español (Quartieri Spagnoli)*, com estrutura regular e vias estreitas, além de edifícios com uma média de cinco andares. Aqui houve também a criação de longas avenidas, como a *Via Toledo*, a qual se tornou a principal artéria da cidade, em substituição à *Via dei Tribunali*. Nas adjacências dessa nova avenida viria a ser construída a primeira residência dos Vice-reis espanhóis, batizada de *Palazzo Vecchio*⁷⁴. Algumas destas alterações estão destacadas no mapa a seguir.

⁷³ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110. "In questo periodo è il massiccio aumento della popolazione che costringe ancora una volta la città a crescere su se stessa. Questo fenomeno è ancor più accentuato dal divieto, per ragioni di difesa, a costruire fuori le mura."

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 16. "Del piano attuato da Pietro di Toledo durante il suo vicereame (1532-53) è stato giustamente rilevato il fondamentale obiettivo politico: impedire il riprodursi di sollevazioni e disordini nelle province attirando nella città le grandi famiglie feudali."

⁷⁴ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 402. "All'epoca del viceré Pietro di Toledo, si svilupparono a SW della cinta muraria, fra la costa di Santa Lucia e la base del colle di Sant'Elmo, i cosiddetti quartieri spagnoli con struttura regolare e strette vie chiuse da alti fabbricati. A quell'epoca risale pure l'apertura dell'ampia via Toledo (ora via Roma), che divenne ben presto la maggior arteria cittadina, sostituendo in questa funzione l'odierna via dei Tribunali, cioè l'antico *decumanus maximus* della città romana."

RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 110-111. "[...] la città in questo periodo si trasforma profondamente, cominciando ad assumere il volto attuale. Fondamentale è l'apertura della via Toledo, che parte dall'area adiacente il Castelnuovo dove viene costruita la prima residenza dei viceré spagnoli, il Palazzo Vecchio. A monte di via Toledo si edifica il nuovo quartiere Montecalvario su una fittissima trama a scacchiera a maglie quadrate. Dietro esso, ad occidente, le mura vengono ampliate fino a raggiungere Castel S. Elmo."

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 722. "Tra la costa di Santa Lucia e la base dell'altura di San Martino si svilupparono i cosiddetti quartieri spagnoli, dalla pianta regolare e dalle vie strette tra altri fabbricati; al loro fianco venne aperta l'ampia arteria di via Toledo (oggi via Roma)."

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 16. "La via Roma che conserva ancora oggi, malgrado la moderna toponomastica, il nome del suo fondatore, si svolse sul perimetro che già in parte era stato tracciato dalla murazione aragonese, e tra la nuova strada patrizia e la collina di Sant'Elmo si

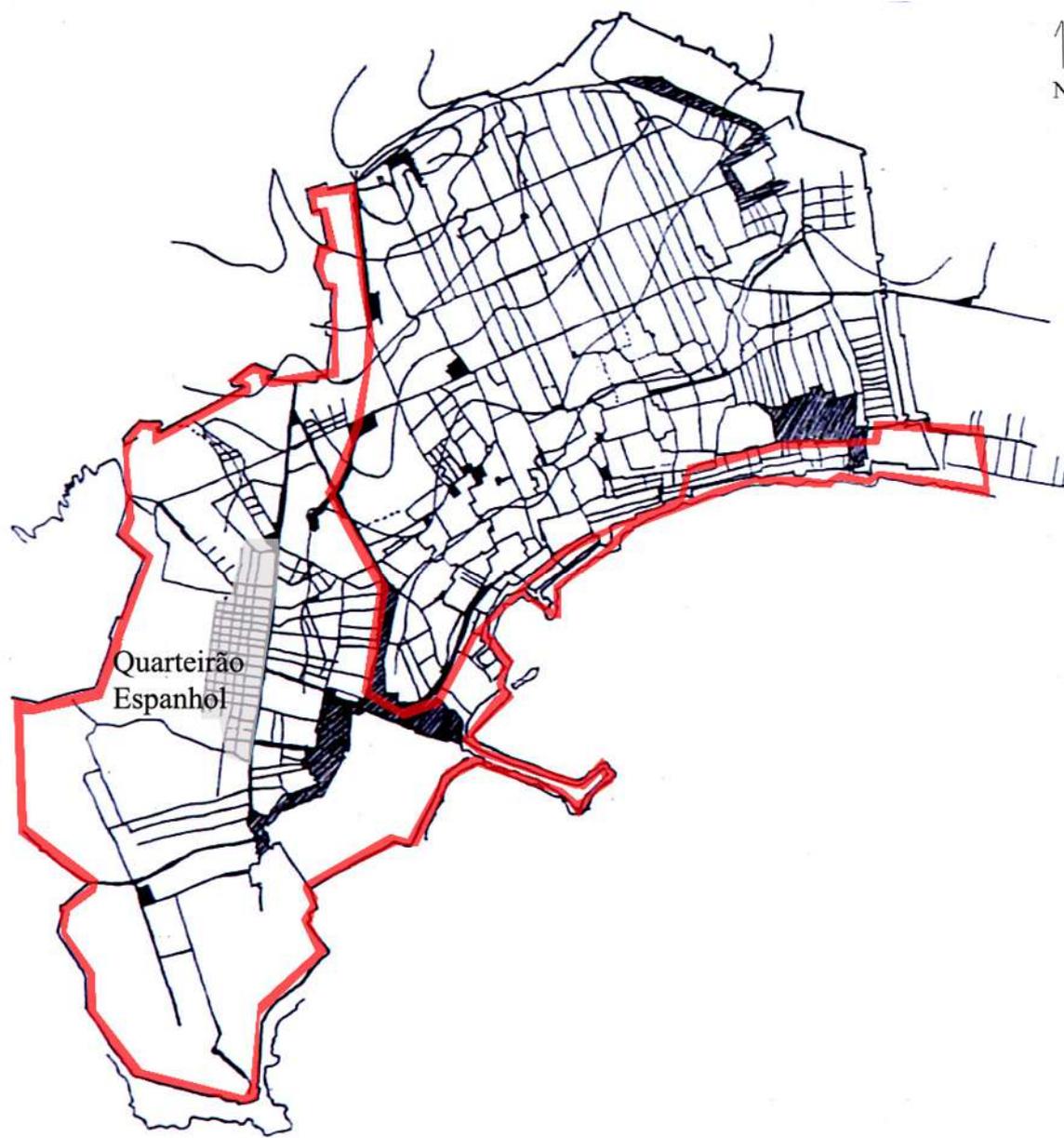


FIGURA 22. Traçado do período Vice-real. Expansão das muralhas destacada em vermelho e o Quarteirão Espanhol em cinza. Fonte: RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 111. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

allinearono uniformi quelle anguste vie dei 'quartiere', ancora oggi intatte e purtroppo non molto diverse, per igiene e condizioni sociali, da ciò che erano al tempo da dominazione spagnola."



FIGURA 23. Vista da *Via Sergente Maggiore*, parte do *Quartieri Spagnoli*. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

Em relação ao núcleo greco-romano, pode-se dizer que o *decumanus inferior*, também conhecido por “*Spaccanapoli*”⁷⁵, correspondente hoje às ruas *Benedetto Croce*, *San Biagio dei Librai*, *Forcella*, foi o único que se ampliou de forma retilínea, alcançando a marca de 2,5 quilômetros. Desta forma, passou a ser a segunda artéria mais popular da cidade, atrás apenas da *Via Toledo*. O mesmo não aconteceu com o *decumanus major* e o *superior*, pois a ampliação destes, de modo retilíneo, foi obstruída pela presença de importantes igrejas, como a *Croce di Lucca*, *Santa Maria della Sapienza* e *San Pietro a Maiella*⁷⁶.

⁷⁵ Assim chamado por parecer dividir a cidade em duas, partindo da parte alta da região do Castel Sant’Elmo indo até *Forcella*, além de perpassar todo o centro histórico de leste a oeste.

Ver Também: CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 167-195. p. 184-185.

⁷⁶ PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 16-17. “In questo periodo la città andò anche estendendosi in corrispondenza del nucleo greco-romano, ed é curioso osservare come lo svolgimento rettilineo dei tre decumani sia stato proseguito solo per quello inferiore che ha poi preso il nome di Spaccanapoli. Dopo via Toledo, Spaccanapoli è l’arteria più viva e più popolare della città, percorrendo circa due chilometri e mezzo, dalla chiesa dei Sette Dolori fino a Forcella, e cambiando nome sette volte. Se si osserva la pianta cittadina appare chiaro per quale ragione lo stesso non sia avvenuto per gli altri due decumani: importanti chiese come la Croce di Lucca, la Sapienza e S. Pietro a Maiella rappresentavano un limite che non era possibile violare.”

Na Planta de Nápoles de Antonio Lafreri, a seguir, pode-se contemplar a ampliação feita por *Pedro de Toledo*. Nela tem-se o *decumanus inferior* (na foto seguinte, logo abaixo da letra C) prolongado até o *Castel Sant'Elmo*, como também a primeira sede do Vice-rei, a qual, posteriormente, deu lugar ao *Palazzo Vecchio*.

As transformações e ampliações empreendidas durante a dominação espanhola podem ser fortemente sentidas confrontando-se a planta de *Lafreri* com a do *Wopendaal*⁷⁷. Na primeira, compreende-se o desenho das muralhas aragonesas, que se manteve igual na parte direita, dando continuidade ao longo da atual *Via Foria*, encontrando-se com a *Via Santa Maria di Costantinopoli*, para então subir, praticamente, pela análoga continuação do *decumanus inferior* até o *Castel Sant'Elmo*. Todavia, a proibição de se construir fora das muralhas, citada anteriormente, não foi respeitada, em função do constante aumento populacional, o que originou os burgos de *Sant'Antonio Abate* (a nordeste do *Castel Capuano* - A), *Loreto* (a leste da *Piazza del Mercato* - B), *Avvocata* (a noroeste da atual *Piazza Dante* - C), *Vergini* (a nordeste da presente *Piazza Cavour* - D) e *Chiaia* (a leste do *Palazzo Vecchio* - E). Com isso, as muralhas restringiram a ligação entre o centro antigo e a parte nova da cidade⁷⁸.

⁷⁷ *Op. cit.* p. 17-19. “Ciò è ancora più chiaramente visibile nella bella pianta del Lafredi, che porta la data del 1566, quando cioè l’ampiamiento di Pietro di Toledo era già stato attuato: qui Spaccanapoli termina in alto tra poche case e zone verdi sino a raggiungere una strada tortuosa che conduce all’ingresso della nuova fortezza vicereale di Castel Sant’Elmo, sul luogo di quella primitiva dell’età angioina. Il gran convento della Trinità delle Monache, al limite nord di Spaccanapoli, non era ancora stato costruito. Esso è chiaramente delineato in una pianta successiva, quella dell’olandese Wopendaal, nella quale è da riconoscere un prezioso documento non solo per lo sviluppo urbanistico ma anche il disegno delle maggiori fabbriche, rese in prospettiva con un’eccezionale fedeltà di particolari malgrado la piccolezza delle singole superfici. Un confronto fra la pianta Lafredi e quella Wopendaal consente di seguire la trasformazioni e gli ampliamenti attraverso un secolo di dominazione spagnola. Così nella prima è uno dei rari ricordi del Palazzo Vecchio, prima sede dei viceré, poi demolito per la più vasta costruzione dell’attuale palazzo reale. Ma ancor più singolare interesse presenta la prospettiva della celebrata villa aragonesa di Poggioreale, che fu poi interamente distrutta e edlla quale gli studiosi hanno solo ricordi i disegni del Serlio e del Peruzzi.”

⁷⁸ *Op. cit.* p. 18-19. “Nel Lafreri è assai chiaro il percorsro della murazione spagnola che riallaccia con quello aragoneso, conservato intatto lungo il confine orientale; poi, secondo un andamento parallelo all’attuale via foria, la cinta vicereale giunge alla porta di S. Maria di Costantinopoli dalla quale piega bruscamente verso sud-est, includendo l’altura di S. Agnello, e risale verso Castel Sant’Elmo quasi paralalmente a Spaccanapoli. È interessante ricordare che la pianta Lafreri porta la stessa data della drammatica che vietava la costruzione di nuove case al difuori della cinta fortificata; ma il continuo aumento della popolazione fu più forte della legge e nuove zone sorsero con i borghi di S. Antonio abate, Loreto, Avvocata, Vergini e Chiaia, così che la murazione vicereale, specialmente nel tratto nord, servì soltanto a impedire un più organico collegamento tra l’antico centro e le parti nuove.”



FIGURA 24. Planta de Nápoles em 1566 de *Antonio Lafreri*. Fonte: PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p.17. Imagem alterada para inserir a indicação por letras. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.



FIGURA 25. Planta sucessiva de Nápoles de *Wopendaal*. Fonte: PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p.18. Imagem alterada para inserir a indicação por letras. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

No final do período em questão, Nápoles já contava com mais de 600 mil habitantes e seu centro vital passara a ser o *Largo di Palazzo*, situado no entorno do *Palazzo Vecchio*, interligado com a praça do *Castelnuovo*. O deslocamento do centro das decisões políticas para esta nova área reforça a tendência iniciada no período Angioino e intensificada no período Aragonês de priorizar o mar em detrimento do interior da cidade⁷⁹.

Outro dado importante é que, por ser uma capital de destaque, Nápoles recebeu grande afluxo de pessoas, provenientes de diferentes partes, gerando excesso de mão-de-obra e, conseqüentemente, desemprego. Assim, na medida em que a cidade se desenvolvia, a miséria aumentava. Isto foi decisivo para que, em 1656, *uma peste dizimasse boa parte da população local*. Estima-se que 250 mil pessoas tenham morrido. Este número se torna ainda mais estarrecedor quando observado que somente no interior das muralhas viviam aproximadamente 350 mil pessoas, sendo 500 mil a população total da época⁸⁰.

Dando continuidade à linha histórica proposta, tem-se, na segunda metade do século XVIII, até por volta da primeira metade do século XIX, o *período Bourbon*, no qual *Nápoles assume a feição que se mantém substancialmente inalterada até os dias de hoje*. Nesta época, a população oscila entre 600 e 700 mil habitantes, em função da peste do período anterior. As transformações urbanas se resumem a *dois elementos fundamentais*: 1) a destruição das muralhas; e 2) a conquista da área da colina, na parte oeste.

⁷⁹ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 111. "Il centro della vita di questa città, che è passata dai 100.000 abitanti del periodo aragonese a 600.000 abitanti, è il Largo di Palazzo, che si è formato attorno al Palazzo Vecchio, collegato con la piazza allargata di Castelnuovo. La città si avvia a diventare monocentrica, o meglio monoassiale gravitante su un centro. L'asse è la via Toledo, che dalla zona del mare, anche se timidamente, va verso l'entroterra."

⁸⁰ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1968. v. 4. p. 722. "Intanto l'attrazione della capitale richiamava masse sempre più vaste di individui: nel 1656, alla vigilia della famosa pestilenza che decimerà la popolazione, entro le mura napoletane si raccoglievano circa 350 mila persone."

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 19-20. Le attuali difficoltà della vita napoletana causate specialmente dalla grande densità della popolazione urbana, non compensata da una adeguata struttura economica, hanno avuto origine nel periodo del vicereame. [...]. In tal modo la miseria aumentò con l'incrementarsi dell'urbanismo. Ogni viceré che lasciava la reggia era salutato con commozone e nostalgia, quasi fosse stato l'uomo della Provvidenza, mentre incontro al suo successore si moveva una turba affamata di popolo le cui suppliche descrivevano uno stato di squalore e chiedevano urgenti soccorsi. La politica dei balzelli e la estorsione dei 'donativi', il pauroso addensarsi di una popolazione ridotta, in notevole parte, a forme di attività del tutto occasionali e precarie, quando non addirittura all'accattonaggio, fece capo la più grande sciagura che Napoli abbia forse subito in tutta la sua storia: l'epidemia di peste del 1656 la quale spense circa duecentocinquantamila abitanti riducendo la città quasi a un deserto.

Sob o reinado de *Carlo III*, Nápoles se torna uma capital autônoma que vê erguer sob si diversos edifícios públicos, de forma aleatória, como o *Albergo dei Poveri*, a *Reggia di Capodimonte* e de *Portici* além do *Teatro San Carlo*, do *Foro Carolino* (atual *Piazza Dante*) e do *Emeciclo*⁸¹ di *San Francesco di Paola* (atual *Piazza del Plebiscito*)⁸².

Tem-se, ademais, a abertura de importantes vias, como o panorâmico *Corso Vittorio Emanuele*, com seus cinco quilômetros que trespassam horizontalmente toda a zona oeste da cidade, entre a colina do *Vomero* e o bairro *Montecalvario*, até se encontrar com a região da *Mergellina*⁸³, aos pés da colina de *Posillipo*.

No limite da *Neapolis* (coração do atual centro histórico), foi aberta a *Via Foria*, que termina com o *Orto Botanico* e a praça em frente ao *Albergo dei Poveri*, tendo como escopo a interligação desta zona à parte leste da cidade, sendo um dos principais acessos de Nápoles⁸⁴. Contudo, *a intervenção mais importante foi a extensão da Via Toledo, do período Aragonês, para além do centro histórico, alcançando a zona de Capodimonte*, ao norte da cidade, onde foi construída a *Reggia di Capodimonte*. Assim, referida via tornou-se uma das mais extensas da cidade, sendo marcante no traçado urbano⁸⁵.

⁸¹ Ou *Hemicyclium*, do latim, consiste em qualquer estrutura ou espaço semicircular.

⁸² BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 404. “Sotto Carlo III di Borbone N., tornara capitale autonoma, si arricchì di grandiosi edifici pubblici: l’Albergo dei Poveri, del Fuga (1751); la reggia di Capodimonte, di G. A. Medrano (dal 1738); il Foro Carolino (1757) del Vanvitelli.”

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p.20. “Un periodo ricco di promesse parve iniziarsi con Carlo III di Borbone e il ritorno di Napoli a capitale di un regno autonomo nel 1734. Furono allora iniziati edifici degni di una grande metropoli europea, come i palazzi reali di Capodimonte e di Portici, l’Albergo dei poveri, i Granili, il teatro S. Carlo, e operarono fra gli altri i due maggiore architetti italiani del tempo: Luigi Vanvitelli e Ferdinando Fuga. È però da osservare che anche allora le nuove fabbriche non si inquadrono in un organico programma urbanistico. Ne è caratteristica prova il senso di vaga approssimazione e di malcelato disordine riconoscibile nelle due principali piazze borboniche: il Foro Carolino, poi piazza Dante e l’emeciclo di S. Francesco di Paola, poi piazza Plebiscito.”

⁸³ Região próxima ao mar, marcada pelo porto de mesmo nome, a oeste do *Castel dell’Ovo*.

⁸⁴ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l’architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L’Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 111. “È questo il periodo in cui Napoli assume il volto che manterrà sostanzialmente immutato fino ai giorni nostri.

Gli elementi fondamentali della trasformazione sono due: l’abbattimento delle mura e la conquista della zona collinare ad occidente. Si aprono strade importantissime: il Corso V. Emanuele taglia orizzontalmente tutta la zona occidentale della città tra la collina del Vomero e il quartiere Montecalvario, fino a raggiungere Mergellina ai piedi della collina di Posillipo. Via Foria collega il centro con la zona orientale, principale accesso alla città.”

⁸⁵ *Ibidem*. “Ma l’intervento più importante è certo il completamento dell’asse che, iniziato con via Toledo, prosegue fino al limite superiore del centro antico e, in epoca napoleonica, scavalca con un ponte il vallone della Sanità, congiungendosi alla zona di Capodimonte dove è stata costruita una reggia.”

PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 20. “Più tardi, verso la fine del regno, furono tracciate due ottime strade: via Foria, terminante con l’Orto botanico e la piazza che si apre davanti

Nesse momento, ampliaram-se as zonas habitadas para a área da colina de *Capodimonte*, nas proximidades do atual *Albergo dei Poveri*, e também no alto do *Capodichino*. Ou seja, até mesmo as áreas de difícil ocupação, como as colinas, passaram a ser urbanizadas⁸⁶.

A seguir, mapa destacando algumas alterações do período.

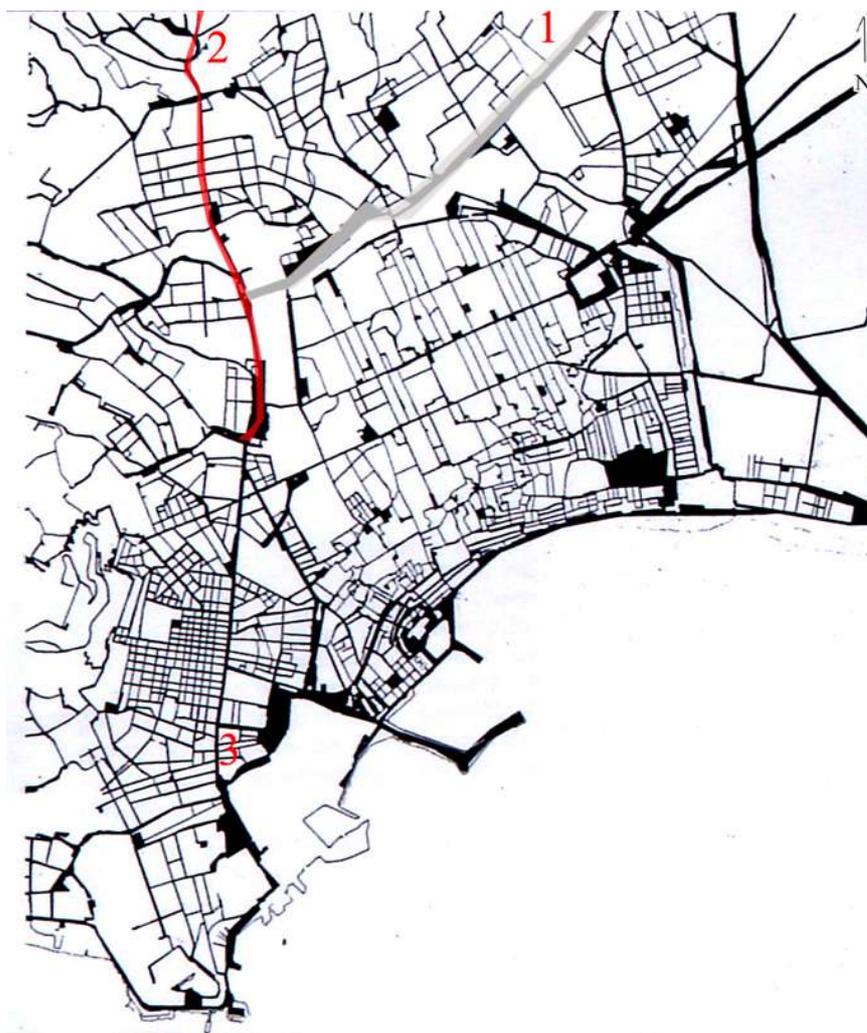


FIGURA 26. Traçado do período Bourbon. Em vermelho, expansão da Via Toledo. Via Foria destacada em cinza. 1) *Albergo dei Poveri*; 2) *Reggia di Capodimonte*; 3) *Teatro San Carlo*. Fonte: RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 111. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

all'Albergo dei poveri, ed il bel corso panoramico che si snoda per cinque chilometri a mezza costa della nuova arteria (che doveva intitolarsi a Maria Teresa e poi, per la sopraggiunta unità d'Italia, prese il nome di Vittorio Emanuele) fu giustamente intesa con l'emanazione di una legge che, limitando l'altezza degli edifici a valle della strada, anticipava la moderna concezione della tutela paesistica."

⁸⁶ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 402. "Nel sec. XVIII l'abitato si estese ampiamente alla base della collina di Capodimonte intorno all'Albergo dei Poveri e sulle pendici del colle di Capodichino."

Finalmente, a partir da segunda metade do século XIX, tem-se início o *período contemporâneo*, marcado, sobretudo, pelo crescimento populacional em todas as direções, a exploração de novas áreas e a criação de zonas industriais. Segundo o censo de 2001, Nápoles já superara a marca de um milhão de habitantes, além de outros quatro milhões distribuídos ao longo da região metropolitana, em províncias como Caserta, Avellino, Salerno e Benevento⁸⁷.

Traçada essa linha evolutiva histórica, a partir das principais modificações urbanas de Nápoles, apresenta-se agora uma imagem sintetizando as alterações de cada período, com suas respectivas subdivisões. Assim, observa-se na imagem a seguir a era *greco-romana*, do século V a.C. até V d.C, em que surgiu o traçado que deu origem ao atual centro histórico. A influência normanda, no período *Ducal*, abrangeu a área da *Via Foria*, *Castel Capuano* e *Castel dell'Ovo*. O curto período de dominação germânica no início da época *Angioina* não aparece no mapa, por não ter originado uma área nova, apesar de ter produzido novos edifícios em zonas existentes, como a primeira universidade de Nápoles⁸⁸. Dentre as subdivisões deste período, incluem-se o Angiò e o D'Angiò-durazzo, que repercutiram sobre as zonas do mercado e do porto, bem como a área entre o atual centro histórico e a *Via Toledo*, além do *Castelnuovo*. A época *Aragonesa* começa no final do século XV e vai até o início do XVI, compreendendo a área que se inicia na *Via Carbonara* e se prolonga até o mercado e o *Castelnuovo*. O período de dominação espanhola, também conhecido como *Vice-real*, prolonga-se do século XVI a XVIII. Nele foi acrescentada a área entre a *Piazza Dante* e o mar, ao longo da *Via Toledo*. Segue-se uma época de dominação francesa (*Bourbon*), marcada pela extensão da *Via Toledo* e a criação de outras importantes artérias urbanas, como o *Corso Vittorio Emanuele*, o *Palazzo Reale*, a *Reggia di Capodimonte*, o *Albergo dei Poveri*, o *Foro Carolino (Piazza Dante)*,

⁸⁷ RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 112. "Con questo intervento la classe borghese napoletana tenta di dare un volto alla sua città; in realtà i momenti fondamentali sono due: il primo vede la crescita abnorme della città con la creazione di zone industriali e insediamenti popolari in tutte le direzioni. L'altro è la ricerca della classe borghese di enucleare nella città intera la città per rappresentarsi: questa città è in sostanza la città sul mare che va da Mergellina per via Caracciolo, attraversa il centro chiuso da via Roma (via Toledo) e piazza Municipio, e si conclude con il corso Umberto."

⁸⁸ A *Università degli Studi di Napoli – Federico II* funcionou em sedes religiosas, como o *Convento di San Domenico Maggiore*, e após o seu fechamento, reabriu nova sede, no século XVII, no *Palazzo degli Studi*, hoje o *Museo Archeologico Nazionale*, sendo transferida no século XVIII para o *Convento del Salvatore*, antigo *Collegio dei Gesuiti* e, finalmente, no século XIX, após a epidemia de cólera, a estrutura torna-se inadequada sendo definitivamente transposta para a atual sede, localizada no *Corso Umberto I*. Dados da

Emeciclo di San Francesco di Paola (Piazza Plebiscito), dentre outras. O que se reconhece por *contemporâneo* engloba a segunda metade do século XIX aos dias de hoje, tendo diversos traços marcantes, dentre eles a criação de muitos bairros, como o *Riviera di Chiaia*, *Vomero* e *Arenella*.

Examinando o mapa, pode-se verificar o predomínio dos traçados greco-romano e Vice-real, ou espanhol, em detrimento dos demais, à exceção do período contemporâneo, no qual foram criadas as zonas periféricas da cidade.

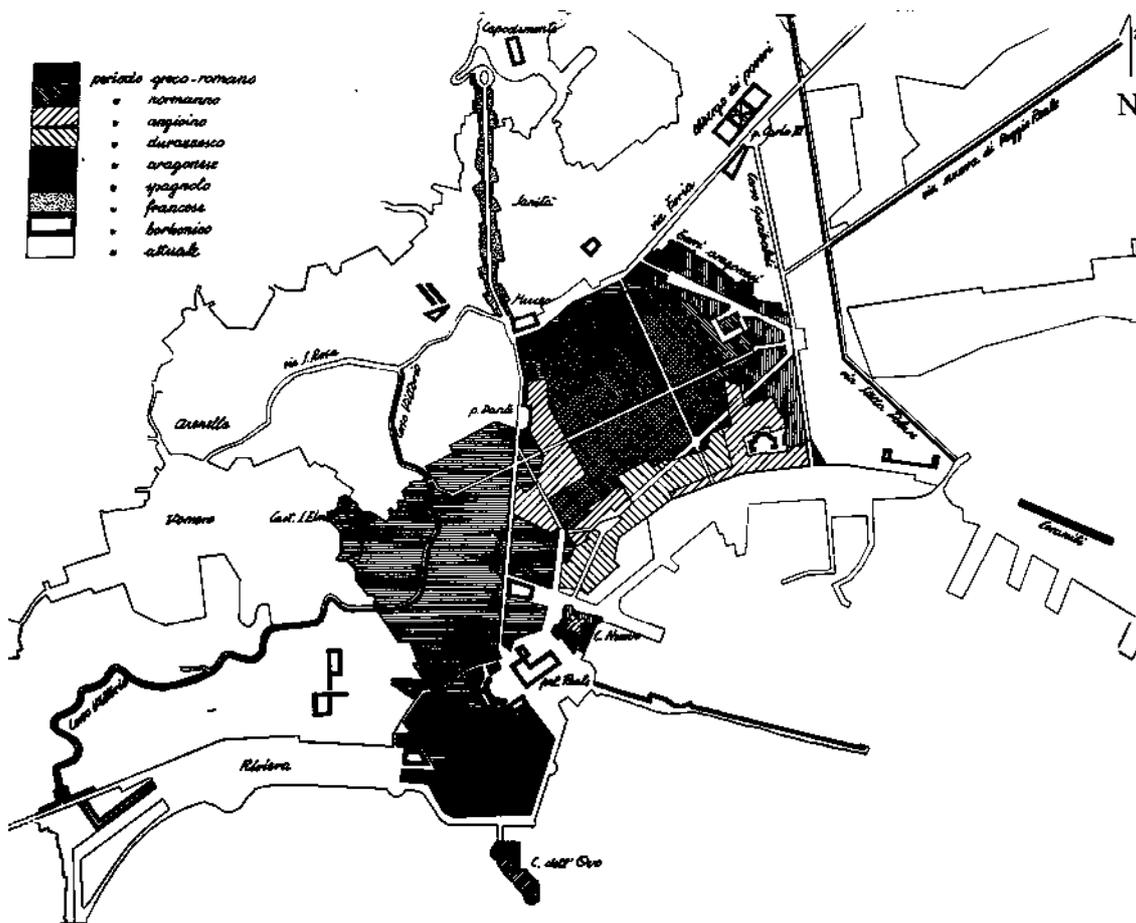


FIGURA 27. Planta da expansão urbana Nápoles do período grego até os tempos modernos. Fonte: PANE, Roberto. *Napoli impreveduta*. Torino: Einaudi, 1949. p. 27.

Em relação ao período contemporâneo, uma epidemia de cólera ocorrida em 1884 acometeu grande parte dos moradores de Nápoles, fazendo com que muitos bairros antigos fossem destruídos ou esvaziados. Isso contribuiu para o surgimento de uma nova perspectiva de intervenção sobre a cidade, denominada *Risanamento*, que, entre outras

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI FEDERICO II. Cenni Storici. Napoli, 2007. Disponível em: <<http://www.unina.it/ateneo/cenni/index.jsp>>. Acesso em 30 mar. 2008.

medidas de natureza sanitária, promoveu a abertura do *Corso Giuseppe Garibaldi* (número 1 no mapa seguinte) e do *Corso Umberto I* (número 2), este com subdivisões que se ligam à *Via Toledo* e à *Piazza Municipio* (ao redor do *Castelnuovo*). Tais avenidas conduzem à estação central de trens, situada na *Piazza Giuseppe Garibaldi*. Próximo ao mar, foi criada a *Via Francesco Caracciolo* (número 3), partindo da região de *Santa Lucia*⁸⁹ até o bairro da *Mergellina*, a *Via Riccardo di Candida Gonzaga Filangieri* (delimitada, de um lado, pelo *Castelnuovo* e, do outro, pelo *Palazzo Vecchio e o Teatro San Carlo*), a *Via dei Mille* (paralela à *Via Caracciolo*, algumas ruas acima, no sentido norte) e a *Piazza Amedeo* (na continuação da *Via dei Mille*). A necessidade de se melhorar o tráfego levou, ainda, à criação da *Via Duomo* (número 4), avenida de grande porte, em local anteriormente ocupado por um *carduus* romano, o que alterou significativamente o traçado do núcleo greco-romano, que não contava com nenhuma via nova e desse porte. Anteriormente, a área em questão apresentava apenas ruas antigas e bastante estreitas⁹⁰.

Tais modificações no núcleo originário de Nápoles, em especial a abertura da *Via Duomo* e do *Corso Umberto I*, parecem ter se inspirado na transformação de Paris, realizada pelo Barão de Haussmann, entre 1853 a 1869. Segundo ele, as vias medievais eram insuficientes para o trânsito e inadequadas às exigências higiênicas. Por isso, decidiu criar avenidas largas e retilíneas na malha histórica⁹¹.

⁸⁹ Região localizada na parte sul da *Piazza Plebiscito*.

⁹⁰ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 402. “Un vasto rinnovamento urbanistico ed edilizio ebbe luogo all’indomani dell’epidemia colerica del 1884: buona parte dei quartiere più antichi furono abbattuti o sventrati dando origine a nuove importanti direttrici urbane, quale specialmente l’ampio corso Umberto I con le sue diramazioni delle vie Sanfelice e Depretis.”

No mesmo sentido: PANE, Roberto. *Napoli impreveduta*. Torino: Einaudi, 1949. p. 20-21.

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d’Italia: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 722-724. “Per risollevarla dalle tristi condizioni igieniche, morali e sociali in cui versava si resero necessari un piano di risanamento urbano e numerose provvidenze governative. Dagli inizi del nostro secolo lo sviluppo demografico e quello edilizio hanno assunto un ritmo considerevole, anche in relazione al miglioramento delle condizioni igienico-sanitarie, all’incremento delle iniziative industriali, al potenziarsi delle attività portuali e del traffico in genere.”

RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l’architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L’Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 112. “[Il Risanamento é stato fatto in due direzioni]. La prima é lo sventramento della città con un asse, il Corso Umberto, che collega il centro con la Ferrovia nella zona orientale: a questa é legato il progetto della piazza Municipio intorno a Castelnuovo e l’apertura della via Caracciolo sulla linea del mare ad occidente, da Santa Lucia a Mergellina. Intorno a questa, le zone dell’alta borghesia: via Filangieri, via dei Mille, piazza Amedeo.”

⁹¹ FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 18.

Ver também: BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 90-122.



FIGURA 28. Traçado contemporâneo de Nápoles. Principais avenidas deste período destacadas em vermelho: 1) *Corso Giuseppe Garibaldi*; 2) *Corso Umberto I*; 3) *Via Francesco Caracciolo*; 4) *Via Duomo*. Fonte: RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 113. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Outro aspecto a ser destacado no período contemporâneo foi a *construção de novas zonas residenciais*, como a que se localiza na região da *Fuorigrotta*, atrás da colina de *Posillipo* e sob a colina do *Vomero*. A distribuição populacional se guiou por critérios econômicos. Assim, enquanto a alta burguesia acomodou-se na região litorânea e mais valorizada da cidade (*Riviera di Chiaia*), as pessoas de menor poder aquisitivo se concentraram no centro histórico, o que lhe causou progressiva degradação⁹².

⁹² RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et alii*. Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973. p. 112. “La seconda operazione è la costruzione di zone residenziali ex novo: il Vasto alle spalle della Ferrovia, Fuorigrotta dietro la collina di Posillipo, il Vomero sulla collina occidentale. La città si presenta come una struttura selezionata nelle parti e con una distribuzione dei nuovi valori di

Neste contexto, *Nápoles experimentou rápido desenvolvimento urbanístico e demográfico, amparado pela melhoria das condições sanitárias e o incremento das atividades industriais e portuárias*. Em poucas décadas, as moradias tomaram conta da área plana do *Vomero* (letra D do mapa seguinte), da parte inclinada da colina de *Posillipo* (A), do bairro *Capodichino*, que abriga o aeroporto internacional de Nápoles e se situa a sete quilômetros do centro histórico (H), além da porção ao sudoeste da colina de *Posillipo*, onde surgiu o bairro de *Fuorigrotta* (B). Em 1925 e 1926, a cidade incorporou ao seu território diversos municípios, expandindo-se principalmente a oeste da *Fuorigrotta*, no sentido *Bagnoli* e *Pozzuoli* (B), a noroeste na zona de *Pianura* (C), *Chiaiano* e *Guantai* (E), a nordeste na área de expansão industrial de *Secondigliano-Casoria* (H), a sudeste com a ampliação de *Ponticelli* e dos bairros industriais de *Barra* e *San Giovanni a Teduccio* (J). Já as zonas F e I, que correspondem, respectivamente, à estação ferroviária e ao porto, passaram por uma grande modernização em razão das destruições bélicas. Esse crescimento urbano e demográfico foi tão rápido quanto desordenado, o que ocasionou a carência de algumas estruturas básicas, como escolas, áreas de lazer, áreas verdes e até mesmo ausência de rede de esgoto em alguns pontos. Isto sem falar no notório problema da cidade em relação à coleta de lixo, claramente deficitária, e da situação caótica da rede viária, insuficiente para comportar o expressivo número de automóveis e vespas⁹³, problema agravado pela imprudência dos motoristas, sobretudo nas tímidas vias do centro histórico⁹⁴.

luogo. Si definiscono tre zone fondamentali: per l'alta borghesia, il proletariato e il sottoproletariato. Le parti più antiche, destinate al sottoproletariato, sono avviate a un progressivo degrado.”

⁹³ Nome comercial de um difundido tipo de *motorscooter* fabricado na Itália.

⁹⁴ BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini-Novara, 1983. v. 13. p. 402-404. “Con l’inizio del nostro secolo [refere-se ao século XX], migliorate le condizioni igienico-sanitarie e potenziate le attività industriali e portuali, lo sviluppo demografico e urbanistico assunse un ritmo più veloce; l’abitato si estese rapidamente in pochi decenni sul ripiano del Vomero e sulle pendici collinari da Posillipo a Capodichino, mentre a SW sorgeva il quartiere di Fuorigrotta, collegato al centro urbano dalla Metropolitana e da tre gallerie sotto la collina di Posillipo. Nel 1925 il comune di N. [refere-se a Nápoles] incorporò il territorio dei soppressi comuni di San Pietro a Patierno, Barra, Ponticelli, San Giovanni a Teduccio, nel 1926 aggregò il territorio dei comuni di Secondigliano, Chiaiano e Uniti, Pianura e Soccavo, e l’anno successivo l’isola di Nisida, staccata dal comune di Pozzuoli. Lo sviluppo edilizio più recente si attua in varie direzioni, specialmente a W da Fuorigrotta verso Bagnoli e Pozzuoli, a NNE verso i centri di Pianura, di Chiaiano e di Guantai, a NE nell’area di espansione industriale di secondigliano-Casoria, a E e a SE con l’ampliamento di Ponticelli e dei quartieri industriali di Barra e di San Giovanni a Teduccio. La situazione urbanistica risente del mondo caotico in cui si è sviluppata la città, accentuato negli ultimi decenni dalla speculazione edilizia, dall’assenza di piani urbanistici preordinati e dalla sopravvivenza di larghe sacche di miseria, dove le condizioni igienico-sanitarie sono estremamente gravi; va quindi aumentando il già preoccupante gravissimo squilibrio tra le esigenze degli abitanti e l’insufficienza dei servizi sociali, quali scuole, impianti sportivi, verde pubblico, fognature, ecc., fra il traffico cittadino sempre più massiccio e caotico e la rete stradale del tutto inadeguata.”



FIGURA 29. Mapa dos Quarteirões de Nápoles. De baixo para cima, da esquerda para a direita, em amarelo (A) tem-se os bairros *San Ferdinando*, *Chiaia* e *Posillipo*; no laranja (B), *Bagnoli* e *Fuorigrotta*; em lilás (C), *Soccavo* e *Pianura*; em verde (D), *Vomero* e *Arenella*; em marrom (E), *Chiaiano*, *Piscinola-Marianella* e *Scampia*; em rosa (F), *San Giuseppe*, *Montecalvario*, *Avvocata*, *Mercato*, *Pendino* e *Porto*; em cinza (G), *Stella* e *San Carlo Arena*; em azul claro (H), *Miano*, *Secondigliano* e *San Pietro a Patierno*; em azul (I), *Vicaria*, *San Lorenzo*, *Poggioreale* e *Zona industriale* e, por último em azul escuro (J), *Ponticelli*, *Barra* e *San Giovanni a Teduccio*. Fonte: COMUNE DI NAPOLI. Le Municipalità – Ambiti territoriali. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/2692>>. Acesso em 27 mar. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 724. “Negli ultimi cinquant’anni la popolazione della città è raddoppiata giungendo oggi ad oltre 1 250 000 ab., con una densità di circa 11 mila ab. per Km². Le nuove costruzioni hanno invaso il ripiano del Vomero e i fianchi delle colline da Posillipo a Capodichino, si sono congiunte al nucleo industriale di Bagnoli con il modernissimo quartiere di Fuorigrotta, e vanno ora gradatamente prendendo possesso delle conche di Soccavo e di Pianura e della zona di Secondigliano. L’espansione edilizia ha ormai catturato numerosi centri limitrofi, travalicando i limiti comunali: si può ormai tranquillamente asserire che Pòrtici e Casòria, e fors’anche Pozzuoli, Resina, San Giòrgio a Cremano vanno divenendo quartieri, quali industriali e quali residenziali, della grande metropoli. L’avanzata delle nuove edificazioni è però avvenuta molto spesso in maniera caotica: ne è risultato uno squilibrio spropositato tra spazi liberi ed aree edificate, tra traffico cittadino e rete viaria, tra servizi sociali, estremamente carenti (scuole, impianti sportivi, parchi e persino rete fognaria), e le esigenze della popolazione. Nell’area urbana è possibile distinguere, sulla base della loro destinazione funzionale e delle caratteristiche formali e strutturali, vari quartieri. Quello compreso tra la stazione centrale, piazza Dante, e le vie Foria, Monteoliveto, corso Umberto I e corso Garibaldi racchiude il nucleo più antico della città e presenta una rete stradale regolare, numerosi edifici di culto (il duomo, S. Chiara), il corpo centrale degli istituti universitari, il tribunale e la pretura. È il quartiere che assomma una pluralità di funzioni (culturali, commerciali, religiose) e, per l’alto indice di affollamento, presenta le forme di vita più tipiche della popolazione napoletana. Ad W di questo nucleo si presenta il quartiere amministrativo, l’autentico centro degli affari, che gravita intorno alla piazza Municipio. Funzioni fundamentalmente commerciali hanno invece le aree urbane nei pressi della stazione ferroviaria e del porto mercantile. Questi ultimi quartieri hano subito gravi danni nel corso degli eventi bellici e sono stati soggetti ad un notevole rammodernamento. Tra il Vomero e le colline di Posillipo si stendono le zone più signorili, ove i bei parchi e le ville settecentesche sono spesso state sacrificate all’espansione dell’edilizia moderna. L’area di Santa Lucia e quella di Mergellina, collegate con una bellissima strada litoranea, sono state valorizzate con la costruzione di grandi alberghi, ristoranti e locali notturni. Lo sviluppo edilizio si attua ormai lungo nuove direttrici: una prima da Fuorigrotta (a W) si proietta in direzione di Bagnoli e di Pozzuoli, una seconda (a N-NE) tende a conglobare i centri di Pianura, di Chiaiano e di Guantai, una terza si protende a NE, nell’area di espansione industriale di Secondigliano-Casòria; infine Ponticelli (a E) e i quartieri industriali di Barra e di San Giovanni a Teduccio (a SE) costituiscono il raccordo con i comuni circumvesuviani.”

Ainda no período contemporâneo, Nápoles presenciou o surgimento de outros bairros, como o *Rione Elena* (letra A do mapa anterior), a oeste, o *Rione Arenella* e *Materdei* a noroeste (D) e o *Luzzatti* a leste (J), além da construção da via panorâmica *Francesco Petrarca*, na região de *Posillipo*. Esses novos bairros buscavam abrigar parte da crescente população. Todavia, não foram suficientes para “desafogar” o centro histórico que, após a II Guerra Mundial, já apresentava elevada densidade demográfica e, hoje, alcançou níveis inaceitáveis⁹⁵.

Não se pode deixar de notar que apesar das guerras, terremotos e epidemias, *a Nápoles contemporânea ainda conserva, no centro histórico, as características do traçado greco-romano, ainda que parcialmente alterado por intervenções processadas, principalmente, no período medieval*, como a união de quarteirões para a formação de igrejas, conventos e mosteiros. Assim, apesar da irregularidade de alguns quarteirões, ainda hoje é possível perceber o traçado original, ordenado pelos *carduus* e *decumanus*⁹⁶.

Por outro lado, *a grande concentração de construções, sobretudo nos bairros mais antigos, contribuiu para maximizar os prejuízos causados pelas guerras*, uma vez que a proximidade das edificações fez com que os danos causados a uma delas

⁹⁵ PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 22. “Sorsero ancora il rione Elena a occidente e in data più recente i rioni Arenella e Materdei a nord, il rione Luzzatti verso est. [...]. Sono state costruite strade panoramiche a Posillipo, il cui splendido declivio è stato in parte guastato dalle sparse case del rione Speme e sarà deturpato del tutto se la tutela paesistica non riuscirà a vincolare alcune superstiti macchie di verde.

[...]

Nel complesso, il notevole incremento edilizio dell'ultimo cinquantennio, se è valso a soddisfare in parte i bisogni di una popolazione che aumenta in misura assai maggiore di quella che sarebbe consentita dai suoi mezzi di esistenza, non è bastato affatto a diminuire la densità demografica del centro urbano; densità che, se poteva dirsi grave prima della guerra, può oggi definirsi addirittura tragica. Qualche sommario dato statistico fornirà un'idea più precisa della situazione: nel 1931, mentre a Genova il sei per cento della popolazione si trovava in condizioni di eccessivo affollamento, Napoli raggiungeva il cinquantasei per cento: 93.358 persone vivevano a tre o quattro in una sola stanza, 13.574 in sette o otto e così di seguito. Intorno al 1935 Napoli aveva una popolazione di circa 840.000 abitanti con una densità media di 7193 per chilometroquadrato. I tanto deplorati ‘bassi’, abitazioni terrene costituite da un unico vano, erano 55.934 e cioè di gran lunga la più alta percentuale in Italia. L'addensamento risultava essere di quattro persone per stanza, sebbene, a rendere un pò meno impressionante questo rilievo, si sia aggiunto che il numero delle persone di età inferiore ai dieci anni rappresentava il ventidue per cento della popolazione. Inoltre è stato anche osservato che le terrazze di copertura e i balconi offrivano, in questo paese dal clima mite e favorevolmente esposto ai venti marini, uno sfogo della casa destinato ad attenuare i pericoli dell'addensamento; [...].”

⁹⁶ *Op. cit.* p. 8-9. “Già il Capasso e il Beloch intuirono che, nelle sue strade attuali, la parte antica della città era ancora presente, e ciò per il fatto che essa, malgrado le guerre, i terremoti e le molte epidemie di colera e di peste, non era mai stata distrutta; è da aggiungere anzi che entro la cerchia delle antiche mura, i soli tratti irregolari corrispondono a parziali rifacimenti di età medioevale: specialmente a quelle chiese e conventi che incorporarono alcune *insulae* con i relativi *cardines* come il primitivo duomo che incorporò due strade e alcuni tempi, e una strada il convento di S. Gregorio Armeno. Ma altri importanti edifici religiosi si fondarono e si ampliarono fra i tre decumani determinando quello che, con poche varianti, è ancora oggi l'aspetto ambientale del centro antico.”

repercutissem diretamente sobre as demais, gerando um efeito de destruição em massa. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o *Borgo di Loreto*, nas proximidades da área do mercado. Ademais, na reconstrução dessas áreas foram adicionados um ou mais andares aos edifícios, o que agravou a concentração já existente⁹⁷.

É importante salientar, ainda, a criação do *Centro Direzionale*, concebido pelo arquiteto japonês Kenzo Tange e concluído em 1995. Situado no entorno da estação ferroviária central, no *Quartiere di Poggioreale*, este novo bairro, que se destaca pela *presença maciça de arranha-céus*, teve como objetivo descongestionar o centro da cidade e reunir os edifícios públicos numa mesma área.



FIGURA 30. Vista do *Centro Direzionale* ao fundo e à esquerda, bem como da estação central ferroviária à direita. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

⁹⁷ *Op. cit.* p. 23-26. “D’altra parte l’eccessiva compattezza edilizia, particolarmente nei vecchi rioni, ha fatto in modo che le distruzioni operate dalla guerra raggiunghessero una estensione massima.

[...]

Intere zone prossime ai centri industriali, agli scali ferroviari e portuali, come il borgo di Loreto, sono state praticamente rase al suolo, mentre altre perdite rilevanti sono state lamentate nelle dense isole della città antica. E qui è da aggiungere che i parziali rifacimenti dai privati e dagli enti pubblici, quasi sempre con l’aggiunta di uno o più piani rispetto a quelli delle fabbriche distrutte, hanno reso vana quell’opera di diradamento che, approfittando delle avvenute distruzioni, sarebbe stato possibile realizzare mediante un tempestivo e autorevole piano di ricostruzione.”

A estrutura do *Centro Direzionale* é caracterizada por uma malha regular que se subdivide em quadras. O eixo viário principal trespassa o centro do bairro e o divide pela metade. Na região são marcantes, ainda, as praças de diversos formatos (circulares, quadrangulares, arborizadas) além dos estacionamentos e viadutos subterrâneos.



31



32

FIGURA 31. Modelo experimental da área extraído do site oficial da Kenzo Tange Associates. Fonte: KENZO TANGE ASSOCIATES. Profile – Masterpiece – 1995, Master Plan and Design for Napoli Administration Center. Tokyo, 2001. Disponível em: <http://www.ktaweb.com/profile/en_works.html>. Acesso em 28 mar. 2008.

FIGURA 32. Vista aérea da avenida principal do *Centro Direzionale*. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. ICD-Rom.

Outra importante modificação da época refere-se ao *transporte público*. No final da primeira metade do século XIX, ainda no período Bourbon, fora criada a primeira linha ferroviária da Itália, a *Napoli-Portici*. No final deste século, já no período contemporâneo, edificou-se a primeira estação ferroviária de Nápoles, denominada *Napoli Centrale*, a qual foi reedificada na segunda metade do século XX, a fim de ampliar suas instalações. Atualmente, tal estação engloba também a linha de metrô e encontra-se em reestruturação⁹⁸.

Hoje, há sete linhas de metrô integradas a quatro funiculares⁹⁹, o que facilita o acesso à parte alta da cidade, como, por exemplo, ao *Vomero*. Além disso, estão em curso

⁹⁸ Para maiores informações consultar a seguinte obra: GAMBONI, Antonio; NERI, Paolo. *Napoli-Portici: La prima Ferrovia d'Italia (1839)*. Napoli: Fausto Fiorentino, 1987.

⁹⁹ “Funicular”. Sistema de transporte destinado a subir e descer fortes declives, no qual a tração do veículo é feita por cabos acionados por motor estacionário. Dado encontrado em: Funicular. In: DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001. ICD-Rom.

projetos de instalação de outras linhas, como as da estação arqueológica *Toledo, Duomo e Municipio*¹⁰⁰.

Contudo, *as maiores dificuldades em matéria de transporte público ocorrem no centro histórico*. Por possuir ruas estreitas, a região não comporta mais o pesado trânsito de veículos. Assim, para melhorar a mobilidade, foi preciso restringir o acesso destes ao *decumanus major e inferior* do lado esquerdo, até o ponto em que se encontram com a *Via Duomo*, bem como em alguns *carduus*. Nestas áreas, o trânsito de veículos é restrito, sendo seu número controlado por fiscais, enquanto noutras há verdadeira proibição, admitindo-se apenas a passagem de pedestres. Em todo o restante, é permitida a passagem de automóveis, ainda que estas zonas não o comportem, o que contribui para o caos urbano, conforme se observa no mapa abaixo.

Sendo assim, até mesmo a via *Toledo* não foi suficiente para comportar o afluxo vindo do *Quartieri Spagnoli*, o que fez com que o trecho compreendido entre a *Piazza Carità* e a *Piazza Plebiscito* precisasse ser restringido para funcionar quase que exclusivamente como via de pedestres.

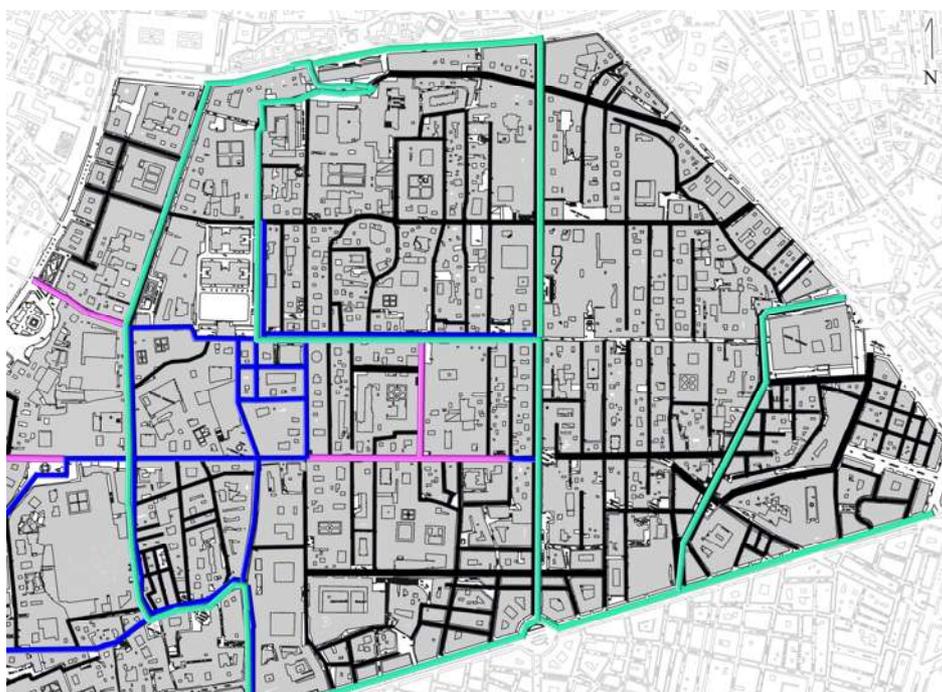


FIGURA 33. Mapa do uso das vias: em preto, ruas transitáveis por veículos, em azul, com acesso limitado, em verde, percorridas por microônibus e, em rosa, vias de pedestre. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.

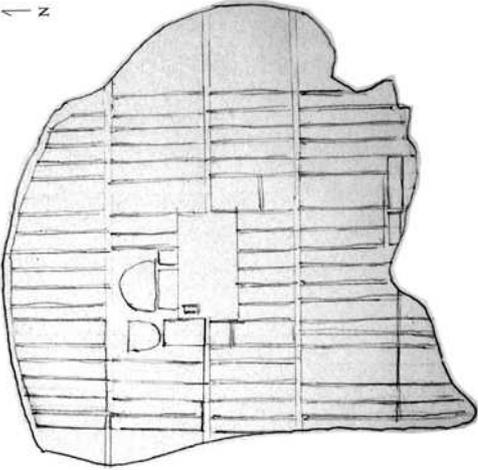
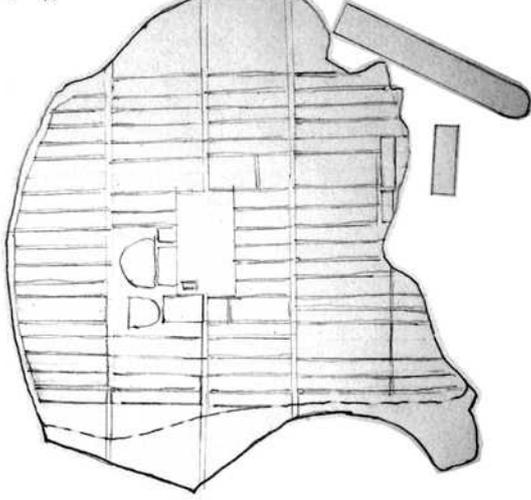
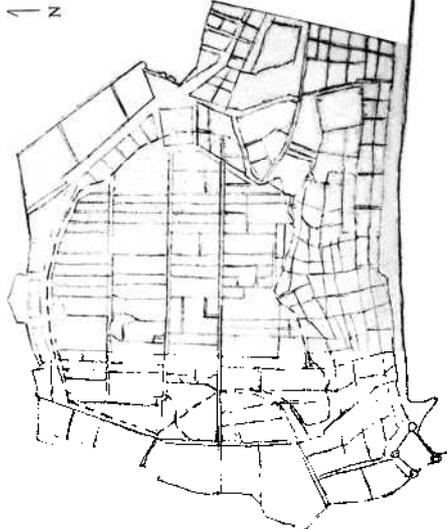
¹⁰⁰ METRONAPOLI. Le linee Metronapoli. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.metro.na.it/>>. Acesso em 10 abr. 2008.

Ao longo do texto foram feitas referências a diversas construções importantes da cidade Nápoles, algumas ilustradas por meio de fotos. Deste modo, a representação cartográfica a seguir complementa as informações anteriores e sintetiza o que já foi dito, pois reúne a localização dos principais edifícios napolitanos em um único mapa. Nele estão contidas as seguintes referências: 1) *Palazzo Reale di Napoli e Piazza Plebiscito*; 2) *Palazzo Reale di Capodimonte – Museo e Galleria Nazionali di Capodimonte*; 3) *Castel Nuovo o Maschio Angioino*; 4) *Castel dell’Ovo*; 5) *Castel Sant’Elmo*; 6) *Cattedrale di Napoli o Duomo di San Gennaro*; 7) *Chiesa di San Francesco di Paola*; 8) *Chiesa di San Ferdinando*; 9) *Chiesa di San Giacomo degli Spagnoli*; 10) *Chiesa dell’Incoronata*; 11) *Chiesa di Santa Maria la Nova*; 12) *Chiesa di Santa Anna dei Lombardi*; 13) *Chiesa di Santa Chiara*; 14) *Chiesa di San Domenico Maggiore*; 15) *Chiesa di Santa Maria di Donnaregina*; 16) *Chiesa di Santa Croce al Mercato*; 17) *Chiesa di San Lorenzo Maggiore*; 18) *Chiesa di San Severino e Sosio*; 19) *Chiesa di San Giovanni a Carbonara*; 20) *Chiesa di San Gennaro extra moenia, Ospizio di San Gennaro dei Poveri*; 21) *Chiesa di Santa Maria di Piedigrotta*; 22) *Certosa di San Martino, Museo Nazionale di San Martino*; 23) *Chiesa di Sant’Angelo a Nilo*; 24) *Chiesa di Sant’Antonio Abate*; 25) *Palazzo Cuomo, Museo Civico Gaetano Filangieri principe di Satriano*; 26) *Palazzo Cellamare*; 27) *Università degli Studi di Napoli – Federico II*; 28) *Palazzo Gravina*; 29) *Castel Capuano, Porta Capuana*; 30) *Teatro San Carlo*; 31) *Albergo dei Poveri*; 32) *Palazzo degli Studi – Museo Archeologico Nazionale*; 33) *Accademia delle Belle Arti di Napoli*.



FIGURA 34. Mapa com alguns dos principais edifícios de Nápoles. Fonte: BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Città e Paesi d'Italia*: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4. p. 723.

Para se obter uma visão que sintetize a evolução da cidade de Nápoles, organizaram-se os seguintes quadros, nos quais são visualizados os principais períodos históricos mencionados e suas características gerais.

 <p>↑ N</p>	<p>Período: Grego (séc. V a.C.)</p>	<p>População: Indefinida</p> <p>Tendência: Ocupação do traçado ortogonal cercado por uma muralha.</p>
 <p>↑ N</p>	<p>Romano (séc. IV a.C.)</p>	<p>Indefinida</p> <p>Manutenção das características do traçado grego e sua ampliação rumo a oeste.</p> <p>Construção de edifícios romanos como o erário, a cúria, as termas, o estádio e o hipódromo.</p>
 <p>↑ N</p>	<p>Medieval: Ducal, Angioino e Aragonês (séc. V d.C.)</p>	<p>40 - 100 mil habitantes</p> <p>Alteração das funções dos edifícios romanos e do traçado urbano, em função da união de alguns quarteirões para abrigar complexos religiosos.</p> <p>Construção do Castel Capuano e realce da importância do interior. Tendência invertida com a transferência da residência real para a beira mar.</p> <p>Ampliação das muralhas em direção ao mar.</p>

QUADRO 1. Síntese dos períodos Grego, Romano e Medieval da cidade de Nápoles. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

		
<p>Período: Vice-real ou espanhol (séc. XVI)</p>	<p>Bourbon (2ª metade do séc. XVIII)</p>	<p>Contemporâneo (2ª metade do séc. XIX-XXI)</p>
<p>População: 100 - 600 mil habitantes</p>	<p>600 - 700 mil habitantes</p>	<p>Superior a um milhão de habitantes</p>
<p>Tendência: Ampliação das muralhas a sudoeste e criação do quarteirão espanhol. A importância do mar em detrimento ao interior da cidade é intensificada.</p>	<p>Destruição das muralhas; ocupação das partes mais altas; abertura de novas vias como a Via Foria, o Corso Vittorio Emanuele além da extensão da Via Toledo.</p>	<p>Expansão generalizada: criação das áreas industriais; de novas zonas residenciais e comerciais como o Centro Direzionale. Obras de Risanamento como a abertura do Corso Giuseppe Garibaldi, da Via Duomo, do Corso Umberto I e da Via Francesco Caracciolo, junto ao mar.</p>

QUADRO 2. Síntese dos períodos Vice-real, Bourbon e Contemporâneo da cidade de Nápoles. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

2.2. Evolução da malha greco-romana e surgimento do Policlínico.

As próximas linhas se dedicam à análise das principais transformações ocorridas numa parte do centro histórico de Nápoles, caracterizada pela presença da malha greco-romana, uma vez que nela se situa o Policlínico. Assim, tal área merece uma abordagem mais específica sobre a evolução de suas principais construções, complementando a contextualização feita anteriormente.

De início, cabe ressaltar que o limite do centro histórico de Nápoles compreende uma área muito maior do que aquela em que se fez presente a malha greco-romana, ainda que esta constitua sua principal zona. Nele estão contidos vários bairros, além de regiões industriais e pontos isolados. No mapa abaixo, tem-se o centro histórico destacado em preto e o traçado greco-romano delimitado por uma linha vermelha.

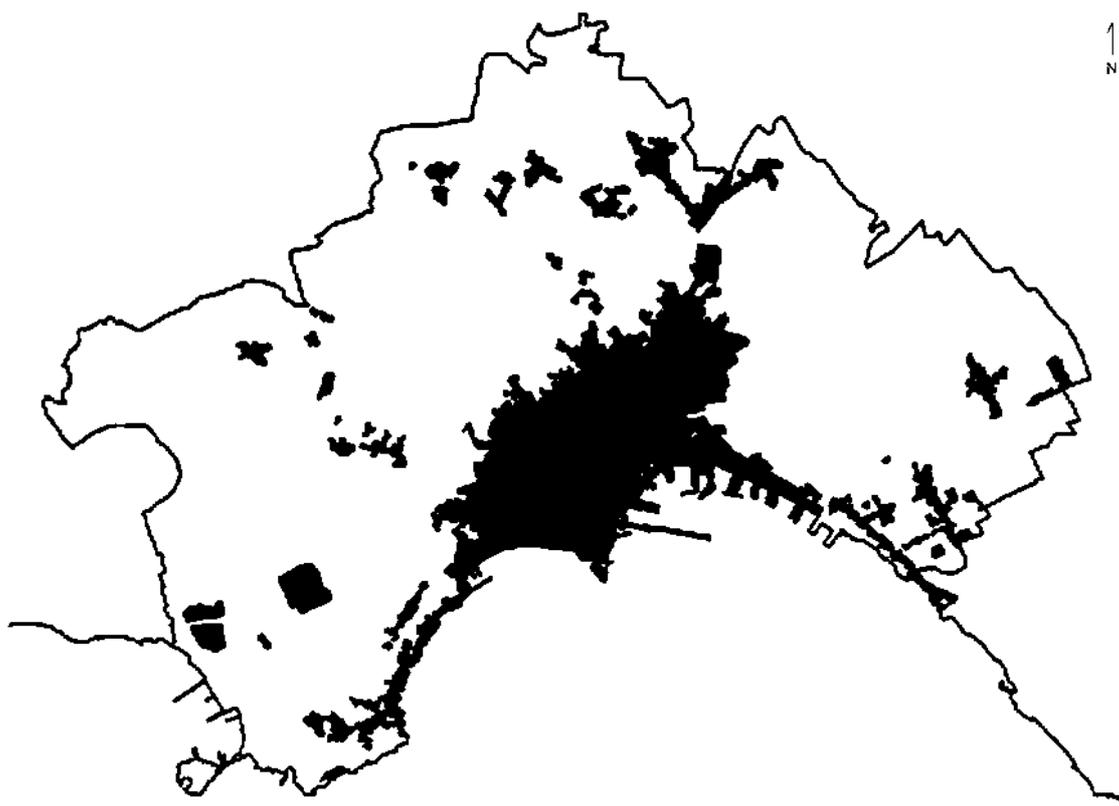


FIGURA 35. Mapa do Perímetro do centro histórico de Nápoles, na variante ao plano regulador geral de 1999, com destaque para o núcleo greco-romano em vermelho. Fonte: CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In: BIDOUCZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 167-195. p.192. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

O traçado primitivo do atual centro histórico de Nápoles, correspondente à *Neapolis*, conforme já descrito anteriormente, foi idealizado pelos gregos no século V a.C., num modelo de cidade caracterizado por uma malha urbana extremamente regular. *Tal desenho se baseia no modelo de divisão regular das cidades criado por Hipódamo de Mileto e estruturado a partir de um princípio geométrico.* Este modelo influenciou o traçado de Nápoles, Pompéia e outras cidades fundadas na mesma época de Mileto e Rodes. Segundo o modelo preconizado por ele, as ruas eram em ângulo reto, com poucas principais no sentido do comprimento e muitas secundárias transversais. Todavia, a cidade era cercada por muralhas e seu perímetro não seguia uma forma precisa, pois os lotes terminavam de modo irregular, diante dos obstáculos naturais¹⁰¹.

No século IV a.C., Nápoles foi ocupada pelos romanos e essa malha urbana foi facilmente incorporada por eles, pois era muito semelhante ao seu próprio traçado¹⁰². *Com isso, as ruas principais e secundárias do traçado grego passaram a ser denominadas, respectivamente, de decumanus e carduus, de acordo com a tradição romana.* Esta a razão pela qual o texto se refere ao traçado de Nápoles como sendo *greco-romano* (criado por gregos e incorporado à tradição romana, com algumas modificações).

Desse ponto em diante, tal área manteve-se circundada por muralhas, contendo quadras retangulares transpassadas por três vias principais e longitudinais, orientadas no sentido leste-oeste, quais sejam, os *decumanus superior, major e inferior*. Tais ruas correspondem, hoje, à *Via della Sapienza, Anticaglia e Santissimi Apostoli (decumanus superior)*, *Via dei Tribunali (decumanus major)*, e *Via Benedetto Croce, San Biagio dei Librai e Forcella (decumanus inferior)*.

Havia também cerca de vinte ruas secundárias e transversais, no eixo norte-sul, denominadas de *carduus*. No período romano, alguns *carduus* desapareceram e outros foram criados, alterando o formato dos quarteirões, conforme se observa na figura seguinte. Destaca-se, ainda, o grande retângulo no centro do traçado, correspondente à área em que funcionava o foro, além de duas formas circulares, os teatros coberto e descoberto.

¹⁰¹ BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1983. p. 113-114.

¹⁰² *Op. cit.* p. 197. “[...] as cidades romanas traçadas com um desenho regular, de origem militar ou civil, devem considerar-se uma ampliação em escala urbana do método geral da *centuriatio* [consistente num projeto que utiliza as maiores vias, o *decumanus maximus* e o *cardo maximus*, para definir o centro ideal da cidade], isto é, um prosseguimento, simplificado e padronizado, da prática hipodâmica difundida no mundo helenístico.”



FIGURA 36. Traçado de período greco-romano do século IV a.C. e suas muralhas. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. ICD-Rom.

As habitações, denominadas *domus*, eram análogas às de Pompéia, no mesmo período. De regra não superavam os doze metros de altura e tinham em média dois pavimentos. Sua planta era quadrada e *em peristilo*, ou seja, com pátio interno e jardim rodeado por colunas, por onde entravam luz e ar para os ambientes do fundo¹⁰³.

Com o crescimento da população, desenvolveu-se um novo tipo de moradia coletiva, as *insulae*, com maior número de andares, em torno de quatro a cinco, podendo atingir até mais em função das ampliações. De um modo geral, essas construções em série formavam um bloco edílico e cobriam todo o quarteirão. Em virtude disto, alguns autores italianos, como Roberto Pane¹⁰⁴, utilizam o termo *insulae* como sinônimo dos próprios quarteirões. As *insulae* também eram quadrangulares, caracterizadas por um pátio interno

¹⁰³ BONAVENTURA, Maria Antonietta Lozzi. *Pompeii Reconstructed*. Roma: Archeolibri, 2007. p. 8-9.

¹⁰⁴ Observe-se na passagem a seguir a utilização do termo *insulae* como sinônimo de quarteirão: PANE, Roberto. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949. p. 10-11. “Le strade minori (*cardines*) si alternavano longitudinalmente ai blocchi edilizi (*insulae*) che furono almeno in numero di venti. Le misurazioni eseguite dal De Petra [obra postuma di Bartolommeo Capasso] consentono di stabilire che il decumano medio era lungo metri settecentoquaranta e le *insulae* metri centottantacinque con un fronte di trentacinque in corrispondenza dei decumani.”

com jardim, circundado por uma *loggia* (galeria coberta composta por arcadas)¹⁰⁵. Essa transformação reforçou ainda mais a desproporção entre a altura dos edifícios e a largura das vias nesta área, aumentando a sensação de corredor estreito. A estrutura dos edifícios era formada por blocos de pedra e o andar térreo apresentava uma base em pedra rusticada, com um grande portal de entrada, em arco ou retangular, o qual muitas vezes superava o limite do pavimento. Já as fachadas apresentavam balcões e aberturas distribuídas regularmente. O andar térreo, por sua vez, podia ser utilizado como habitação ou ocupado por algum tipo de comércio (*tabernae*). A imagem a seguir, apesar de contemporânea, ilustra bem essa tipologia, ainda que apresente transformações e acréscimos em relação ao modelo originário mencionado no texto.



FIGURA 37. Vista ilustrativa da *Via San Pietro a Maiella*. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 65.

Na vista axonométrica a seguir tem-se uma idéia do que foi dito acima. Nota-se um bloco edilício com a base em pedra rusticada e vários edifícios englobados. Em destaque, a construção central, de planta quadrada com pátio interno e jardim circundado por uma *loggia*, ao redor da qual se abre uma série de janelas simétricas, com o objetivo de captar luz e ventilação para os ambientes.

¹⁰⁵ BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983. p. 163.

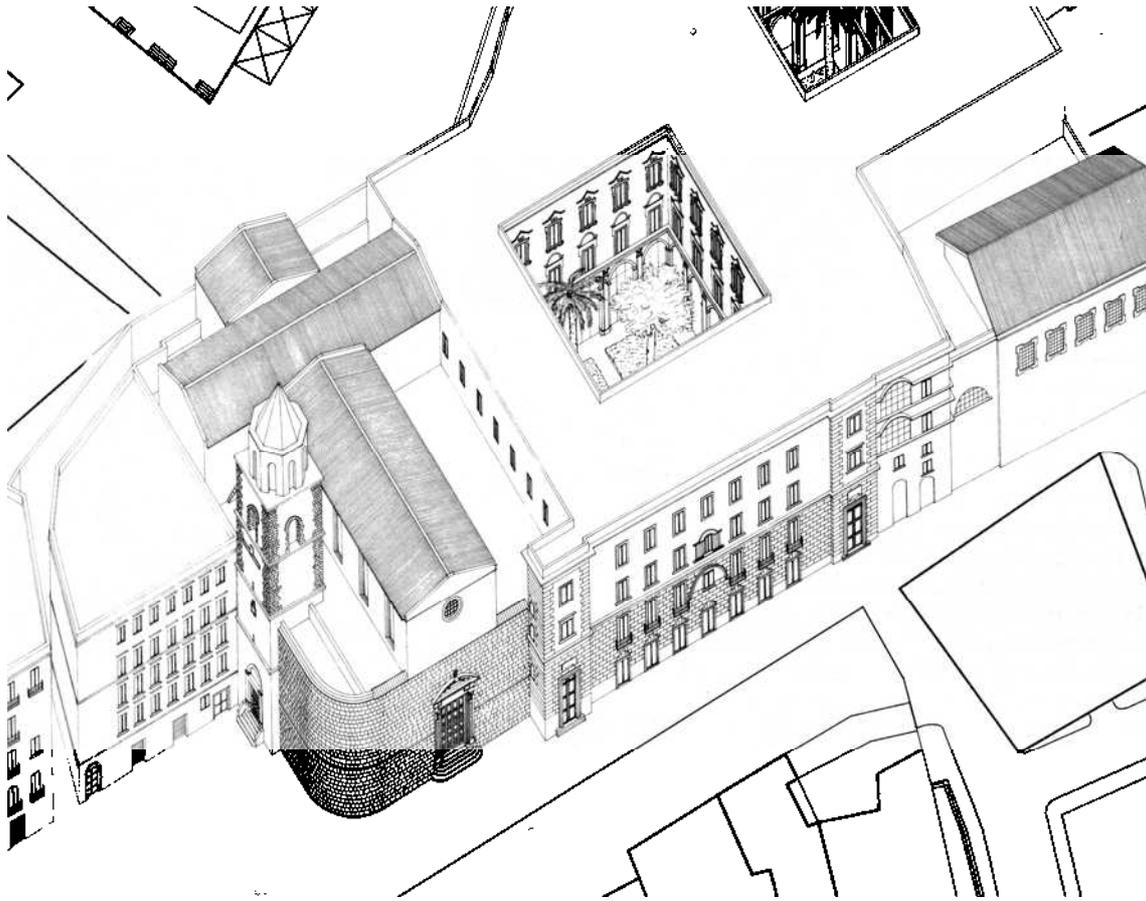


FIGURA 38. Vista axonométrica do outro lado da *Via San Pietro a Maiella*. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 75.

No período medieval, as alterações nos quarteirões foram ainda mais marcantes, sobretudo na época Aragonesa, como se observa na próxima figura. Diversos *carduus* formam fechados, englobando duas ou mais quadras. Em função disso, foram abertas novas vias transversais. Esta transformação foi motivada, principalmente, pelas grandes construções de caráter religioso, como igrejas, conventos e mosteiros, que ganharam força na época. Não obstante, o traçado greco-romano ainda podia ser fortemente sentido pela presença dos *carduus* e dos *decumanos*.



FIGURA 39. Traçado do período Aragonês e suas muralhas (1442-1503), com a alteração das quadras em vermelho. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.

Podem-se destacar, ainda, outras transformações importantes, como a criação da *Via Duomo*, no lugar de um antigo *carduus*, facilmente notada quando se compara sua proporção com a das demais ruas. Ressalte-se, também, a edificação do Policlínico e posterior demolição de um de seus pavilhões, em decorrência de terremoto ocorrido na década de 80¹⁰⁶.

No mapa seguinte, a organização do traçado grego ainda se faz sentir de modo marcante, por exemplo, na forma remanescente do teatro. Note-se, ainda, o surgimento de largos ou pequenas praças, contrapostos às massivas construções, cujos pátios internos intencionalmente não foram representados na imagem, com o objetivo de *ressaltar a aparente sensação de bloco que se tem ao transitar pela área*.

¹⁰⁶ O histórico evolutivo desta área será futuramente analisado, ainda neste tópico.

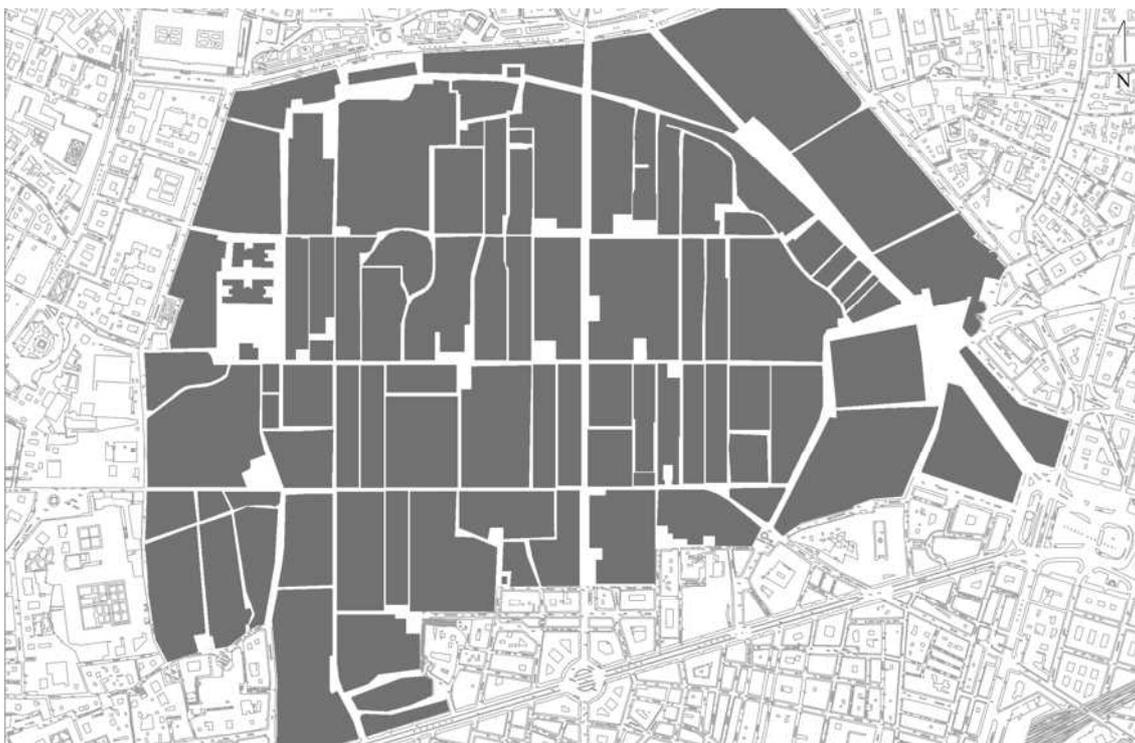


FIGURA 40. Mapa representativo do contraste das áreas edificadas e livres. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.

Contrao-ndo-se a próxima imagem com a antecedente, percebe-se a importância da tipologia construtiva com pátios internos, responsável por suavizar o denso traçado por meio da criação de vazios, ainda que ocultos no interior de cada construção. Estes vazios comumente abrigam pátios com áreas verdes, suprimindo, em parte, a carência do centro histórico em relação a locais públicos com o devido tratamento paisagístico. Outra importante função destas áreas livres é melhorar a iluminação e ventilação das construções.

O mapa a seguir destaca a real relação existente entre os vazios e as áreas construídas, a qual não é perceptível por quem caminha pelas ruas, apesar de constituir uma importante característica morfológica de Nápoles.

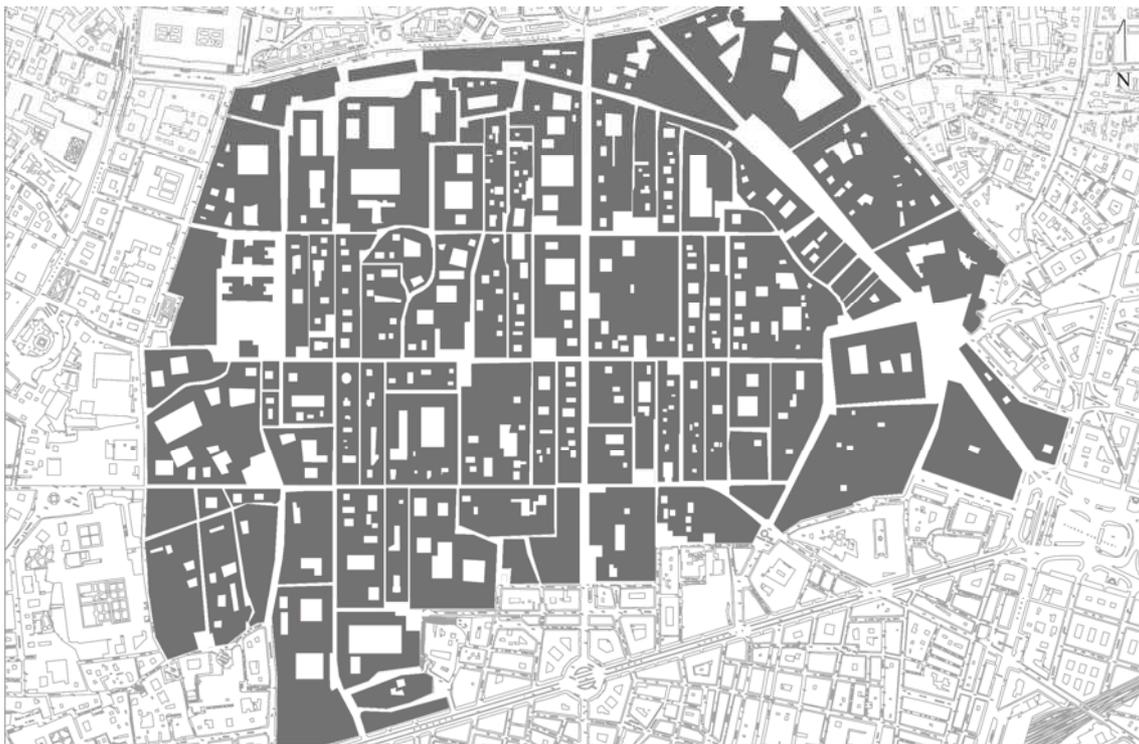


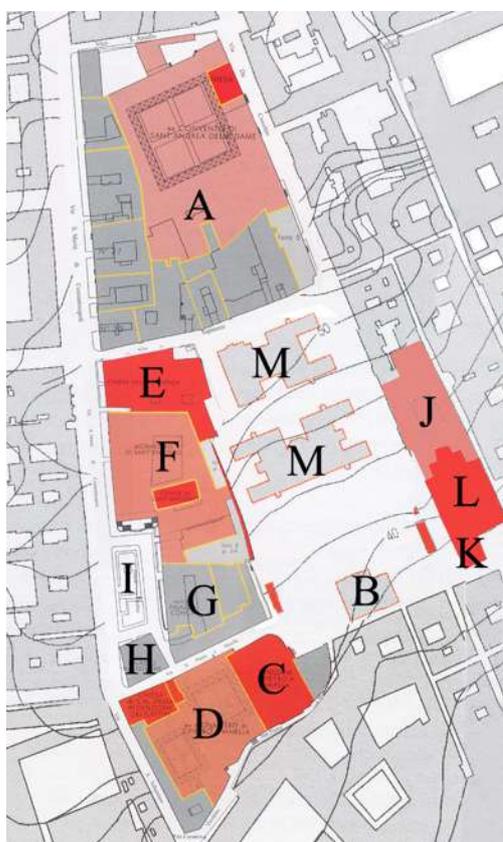
FIGURA 41. Mapa representativo do contraste existente entre as zonas edificadas e as áreas livres presentes no interior destas e as ruas e praças. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. ICD-Rom.

A partir de agora a análise se concentrará, especificamente, no Policlínico e seu entorno. A maioria dos bairros ali situados passou por grandes transformações em virtude da construção de conventos. Todavia, duas delas, à direita dos pavilhões, mantiveram praticamente inalteradas as proporções originais.

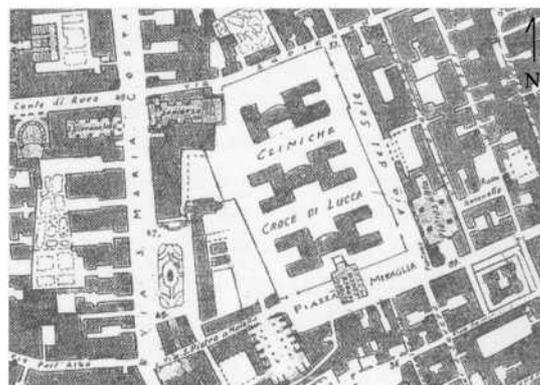
Em 30 de julho de 1896, o *Ministero della Pubblica Istruzione*, com base no permissivo da Lei n° 339, aprovou uma convenção relativa à ampliação da *Università degli studi di Napoli*, cujo ponto “c” previa a construção de seis edifícios universitários no local em questão, para funcionarem como hospital-escola. Todavia, *somente três foram efetivamente construídos*, a partir do projeto dos engenheiros Quaglia e Melisurgo, iniciado em maio de 1899¹⁰⁷. Surge, assim, o Policlínico de Nápoles.

Eis o elenco das principais construções da área, a serem estudadas nas linhas seguintes: 1) Na parte superior do Policlínico tem-se o *Monasterio di Sant’Andrea delle Dame* (letra A na planta de situação seguinte); 2) Na parte inferior estão a *Chiesa della Croce di Lucca* (B), *Chiesa di San Pietro a Maiella* (C) e o ex *Monasterio di San Pietro a Maiella* (D), atual Conservatório de Música; 3) À esquerda, a *Chiesa della Sapienza* (E), o *Monasterio e Chiesa di Sant’Antonio di Padova* (F), os Palácios *Conca* (G) e *Mastellone*

(H) e a *Piazza Bellini* (I); 4) À direita, paralela à *Via del Sole*, tem-se uma das poucas quadras que manteve praticamente intacta sua forma retangular originária. Ali se situam o ex *Monasterio di Santa Maria della Pietra Santa* (J), atual Corpo de Bombeiros, a *Cappella Pontano* (K), de 1492, com planta quadrada, anexada à *Chiesa di Santa Maria Maggiore* (L), além de blocos residenciais; 5) No centro, onde hoje estão os dois pavilhões remanescentes do Policlínico (M), já houve os Palácios *De Curtis* e *D'Aponte*, no final do século XV, e, posteriormente, os Monastérios *di Santa Maria della Sapienza* e *della Croce di Lucca*.



42



43

FIGURA 42. Planta de situação dos edifícios da área do Policlínico. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 23; 60; 62; 70; 74; 180. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 43. A primeira de cima para baixo é a Planta de Carafa, de 1775. Destaque para a antiga área do complexo conventual onde hoje se localiza o Policlínico. A de baixo é a Carta De Fazio, de 1945. Destaque para os pavilhões do Policlínico após a demolição da estrutura anterior. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 61.

¹⁰⁷ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 71.

É possível sustentar que a fundação do *Monasterio di Sant'Andrea delle Dame*, na parte superior do Policlínico, utilizou-se das antigas muralhas, do século IV a.C., sobre a *Via Costantinopoli*. Tal edifício teve sua construção iniciada em 1583 e, após o terremoto de 1732, passou por intensas reformas para reparação dos danos. A partir de 1800, iniciou-se a *tendência de se montar clínicas universitárias na região*. Em função disso, o trecho sobre o *Vico Sant'Aniello* foi refeito, de modo a favorecer a nova função dos edifícios. Apesar de ter sido destinado a abrigar famílias sem teto, em 1864, o monastério passou a funcionar como clínica de olhos a partir de 1891, destinação que permaneceria nos anos seguintes. Seguindo essa tendência, na década de 60 do século XX, um edifício em cimento armado, situado na esquina entre a *Via Luigi De Crecchio* (continuação da *Via del Sole*) e a *Via Sapienza*, também foi destinado a clínicas universitárias¹⁰⁸.

Quanto à parte inferior do Policlínico, as notícias mais antigas sobre a região indicam que ali existiram três igrejas: *Sant'Eufemia*, no *Vico Due Amanti* (atual *Via San Pietro a Maiella*), de 920; *Sant'Angelo*, na antiga *Porta Donnorso*; e *Sant'Agata a Ficariola*, em um beco que partia desta porta. Tais edifícios foram incorporados pela construção de uma igreja e um monastério, que, posteriormente se tornariam *San Pietro a Maiella*, conforme se observa nas imagens a seguir. Esta igreja data de 1299 e foi reestruturada após um incêndio ocorrido em 1407, porém somente assumiu sua forma atual entre 1493 e 1508. Ainda hoje este edifício funciona como igreja, ao passo que o monastério deu lugar ao Conservatório de Música. Duas importantes ruas da parte inferior do Policlínico, *Via San Pietro a Maiella* e *Via San Sebastiano*, foram abertas, respectivamente, em 1538 e 1580¹⁰⁹.

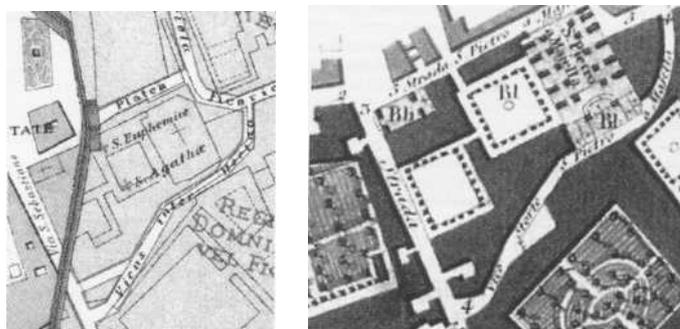


FIGURA 44. A primeira da esquerda para a direita é a *Carta Capasso*, do século XI. A da direita é a *Carta Marchese*, de 1804. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 74.

¹⁰⁸ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 23-25.

¹⁰⁹ *Op. cit.* p. 74 e 76.

Ainda na porção sul, destaca-se a *Chiesa della Croce di Lucca*, fundada em 1537, juntamente com um pequeno monastério. Em 1610, esta igreja foi reerguida em novo edifício, sobre uma via pública hoje correspondente à *Piazza Miraglia*. Em decorrência das obras para a instalação das clínicas universitárias, a igreja perdeu sete metros do lado da abside. Contudo, de 1920 a 1935, foi utilizada como sala de concerto da Associação A. *Scarlatti* e hoje é utilizada pela Universidade de Nápoles como sede de convênios¹¹⁰.



45



46

FIGURA 45. Foto da *Chiesa della Croce di Lucca* com os vestígios do claustro antes do isolamento definitivo. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 70.

FIGURA 46. Foto do estado atual da *Chiesa della Croce di Lucca*. Fonte: Arquivo pessoal de Filomena De Martino e Vincenzo Peluso.

Em 1564, inicia-se a história de um importante monastério situado à esquerda do Policlínico. Trata-se do *Monasterio di Sant'Antonio di Padova*, construído a partir da reunião de alguns edifícios, como o *Palazzo del Duca di Traetto*. Referido complexo foi ampliado em 1637, por meio da incorporação do *Palazzo Conca* (de 1445), resultando na eliminação do beco existente entre eles, na esquina da *Piazza Bellini*, numa transversal do antigo *Vico Ficariola*, o qual foi englobado pelo monastério¹¹¹. Atualmente, o complexo de *Sant'Antonio di Padova* pertence à Universidade de Nápoles.

Do lado direito do Policlínico se encontra a *Chiesa di Santa Maria Maggiore* (também chamada *della Pietrasanta*), criada no século VI, numa das poucas quadras que manteve praticamente intacta a forma retangular do traçado romano. Entre 1653 e 1678, a citada igreja foi reconstruída e adquiriu sua feição atual, cuja fachada liga-se à *Cappella Pontano*. Já em 1803, foi criado o *Monasterio di Santa Maria della Pietrasanta*, hoje ocupado pelo Corpo de Bombeiros. Vale mencionar que anteriormente existiu nessa área a

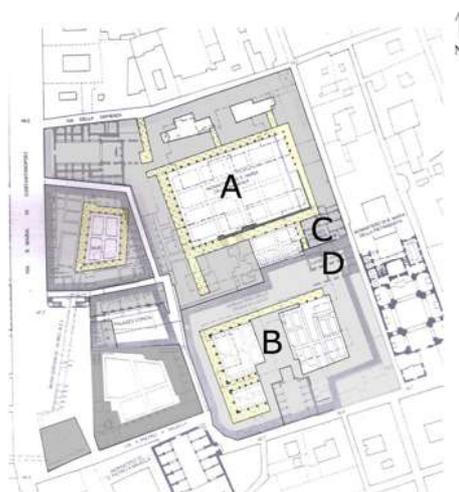
¹¹⁰ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 72.

¹¹¹ *Op. cit.* p. 61.

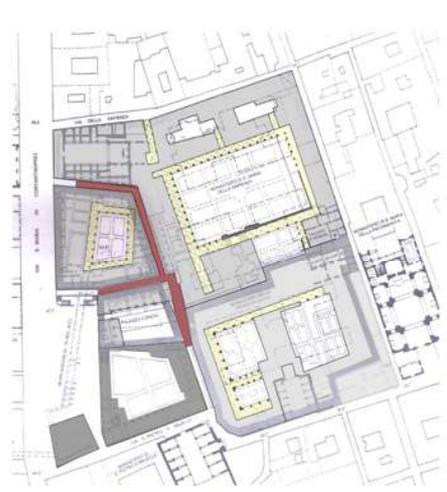
Igreja de *Sant'Eutimio*, construída em 836, no *Vico Sole e Luna* (ou *Vico Sole*), hoje chamado de *Via del Sole*, a qual foi destruída em 1585¹¹².

No centro da área onde hoje estão os dois pavilhões remanescentes do Policlínico existiu, em 1507, a *Chiesa della Sapienza*, associada a um colégio para estudantes carentes. Ela se localizava sobre a *Via Costantinopoli* e as feições atuais começaram a ser assumidas a partir de 1614. Esta construção foi o primeiro núcleo do monastério de mesmo nome que viria a se formar após várias transformações, sobretudo nos séculos XVI e XVII, até que em 1800 ocupasse toda a parte alta entre o *Vico Sole e Luna* e a *Via Sapienza*, restando hoje apenas a igreja defronte à *via Costantinopoli*¹¹³.

As imagens seguintes retratam as principais construções da área do Policlínico. Observe-se que os monastérios *della Sapienza* (letra A na imagem abaixo), na parte superior, e *della Croce di Lucca* na inferior (B), com seus amplos pátios internos, englobaram três quarteirões inteiros e parte de uma quarta, dando origem a uma forma irregular, que foi totalmente ocupada pelos complexos religiosos, erguidos sobre os antigos palácios *D'Aponte* (C) e *De Curtis* (D). Atente-se, ainda, para o fechamento do *Vico Ficariola*, destacado em vermelho, no segundo mapa abaixo, como consequência da ampliação dos edifícios que o margeavam.



47



48

FIGURA 47. Mapa elaborado com base na Planta de Duca di Noya, 1775. Autoria de Filomena De Martino. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 48. Mapa elaborado com base na Planta de Gianbarba, 1880. Autoria de Filomena De Martino. Note-se, o fechamento do *Vico Ficariola*, em vermelho. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

¹¹² REGINA, Vincenzo. *Le chiese di Napoli: viaggio indimenticabile attraverso la storia artistica, architettonica, letteraria, civile e spirituale della Napoli sacra*. Napoli: Newton & Compton, 2004.

¹¹³ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 60; 68.

Entre o final século XVII e início do XVIII, as monjas decidiram demolir o *Palazzo Conca* (número 1 no mapa abaixo)¹¹⁴. O edifício isolado que fecha a *Piazza Bellini*, na parte inferior esquerda do mapa acima, é o *Palazzo Mastellone* (2)¹¹⁵, um dos raros edifícios em ilha do centro antigo. Desde então, a área inteira passou a abrigar monastérios, até que surgisse o interesse de ali instalar clínicas universitárias, a partir de 1886. Para a instalação dessas clínicas foi necessário demolir os monastérios *della Sapienza* e *della Croce di Lucca*, restando apenas suas respectivas igrejas, sobre a *Via Costantinopoli* (3) e a *Piazza Miraglia* (4). Na área liberada, foram construídos três edifícios paralelos (5, 6 e 7), bastante semelhantes em suas formas e ligados por um plano subterrâneo, cujas obras ocasionaram graves danos arqueológicos. Tais edificações remontam ao início do século XX, porém hoje restam apenas dois prédios, uma vez que o primeiro deles (7), próximo à *Piazza Miraglia*, foi demolido após um terremoto ocorrido em 1980.

Ainda sobre as transformações da área, observa-se abaixo, na figura da esquerda, de 1908, em vermelho, um conjunto de pequenas construções em “L” que seriam uma série de estabelecimentos comerciais e de artesãos, de pequeno porte. Já na figura da direita, de 1977, percebe-se que tais edificações desapareceram.

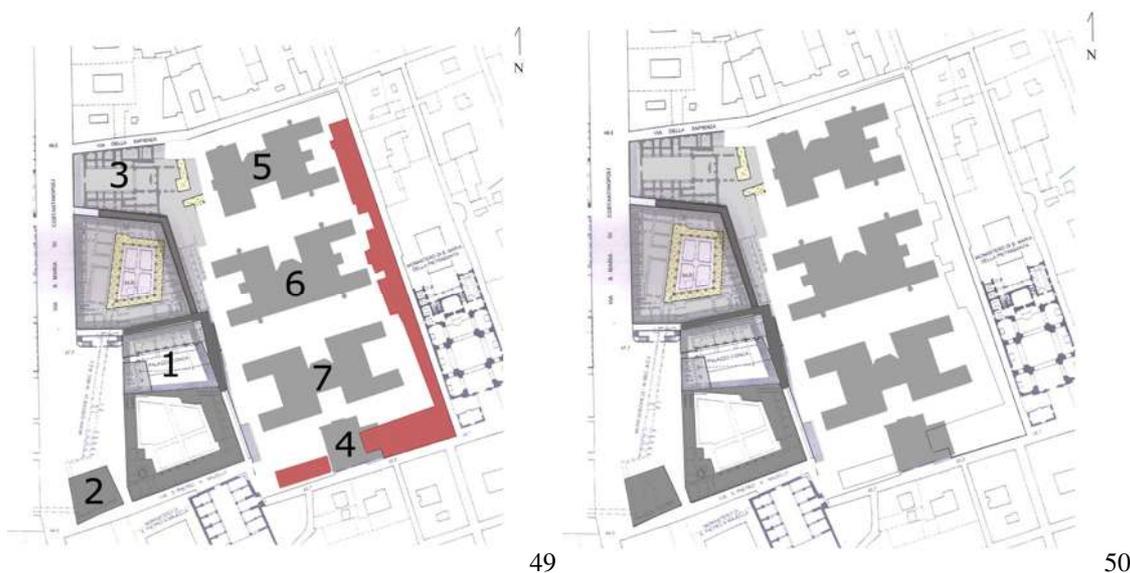


FIGURA 49. Mapa elaborado com base na Planta Cadastral, 1908. Autoria de Filomena De Martino. Estabelecimentos comerciais destacados em vermelho. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 50. Mapa elaborado com base na Planta Cadastral, 1977. Autoria de Filomena De Martino.

¹¹⁴ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 62.

¹¹⁵ *Op. cit.* p. 69.

Pela contextualização feita até aqui, nota-se que *o Policlínico constitui o único caso de implantação livre no centro histórico de Nápoles, ou seja, distanciado das construções ao redor e contrastando com a densa malha urbana do local*. Diferentemente da tipologia construtiva habitual dessa área, que aproveitava todos os limites do terreno, deixando livre a parte interna, os pavilhões do Policlínico foram erguidos centralizados no terreno, simetricamente afastados entre si e das construções vizinhas, abrindo mão da idéia da planta retangular com pátio. Contudo, a motivação da implantação dos pavilhões, de natureza higiênico-funcional, não tinha nenhum paralelo com a paisagem, o que contribuiu para que este tipo de intervenção urbanística fosse posteriormente abandonado em outros casos. Apenas para frisar, o Policlínico era composto de três edifícios, cuja construção fora concluída por volta de 1907. Posteriormente, um deles foi demolido em 1980, após sofrer graves danos em sua estrutura, em virtude de um terremoto. Com isso, hoje restam apenas dois prédios, sendo que a área vazia deixada pelo terceiro funciona como estacionamento para veículos¹¹⁶.

Quanto à sua tipologia construtiva, os edifícios eram três grandes blocos de concreto, isolados uns dos outros. Observem-se, na imagem a seguir, as *formas peculiares dos três pavilhões*. O primeiro deles, de cima para baixo, assemelha-se a uma letra “T” conectada a uma letra “E” (algo próximo de “TE”). O do centro se parece com duas letras “E” invertidas (“□°E”). Já o último dos pavilhões lembra duas letras “C” invertidas (“□°C”). Cada um deles apresenta no centro uma pequena torre semicircular, funcionando como “conector” entre os blocos. Essas construções tinham altura variável, com média de quatro pavimentos e um quinto como anexo. Apesar da forma não muito usual, percebe-se um nítido esforço em dialogar com os edifícios do entorno, seja pela altura ou até mesmo pelos elementos arquitetônicos. Nos dois primeiros pavimentos, nota-se um desenho que faz lembrar o embasamento de pedra rústica. E em relação às aberturas, os modelos antigos foram utilizados sem ressalva. No primeiro andar foram utilizados arcos, no segundo retângulos com frontões e do terceiro em diante, no lugar dos frontões, tinha-se um simples remate retangular. O telhado que se percebe na imagem seguinte, de 1936, desapareceu em função dos novos acréscimos, sendo substituído por uma laje plana impermeabilizada.

¹¹⁶ FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica*: centro antico. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 71.



51



52

FIGURA 51. Estado atual, 2007. A autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 52. Na parte de cima, foto do claustro do *Monasterio della Sapienza* durante a demolição, e na parte de baixo, foto do Policlínico em 1936. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 70.

Após essa contextualização da área, conclui-se que o processo de desenvolvimento urbano de Nápoles foi bastante dinâmico, dando origem a uma malha variada, como uma colcha de retalhos, mas que ainda assim conserva elementos do traçado original greco-romano. Desta forma, entende-se que a inserção dos novos pavilhões do Policlínico, no lugar dos mosteiros *della Sapienza e della Croce di Lucca*, quebrou o ritmo edilício da área, marcado por sucessivas formas interligadas, pois estes pavilhões parecem desconectados do restante e não são coerentes com a rica variedade do traçado urbano. Neste caso, o critério utilizado para integrar os edifícios novos aos antigos se restringiu ao gabarito máximo e a ornamentos alusivos ao estilo do conjunto histórico¹¹⁷.

A nova forma, composta por blocos isolados, provoca um grande contraste na malha urbana, pois não houve correspondência geométrica, o que favoreceu a descontinuidade da imagem, já que a nova perspectiva é alheia ao contexto¹¹⁸. Essa descontinuidade fica ainda mais evidente quando se recorda que a área em exame sempre se destacou por sua perspectiva contínua, formada pela sucessão de construções, formando

¹¹⁷ ROSSI, Aldo. Un progetto per la città antica. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 7-19, mar./apr., 1973. p. 7. “Voglio dire che la cosa peggiore è il credere che con limitazioni volumetriche o con i tetti a falde si possa riprodurre la misura della città gotica, o che basti un intonaco giallo (ma spesso si tratta di plastica!) per ambientare qualche brutta casa moderna con l'edilizia settecentesca delle città barocche. Non esiste contrasto tra le diverse architetture nel tempo se non il ridicolo di architetture che nascono da un più generale decadimento culturale.”

¹¹⁸ MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Intervenções Modernistas e Pós-modernistas em Sítios Históricos*. P@ranoá Eletrônico, Brasília, v. 6, p. 1-21, 2004. p. 12-13.

uma cortina edilícia. Entretanto, é compreensível que assim o seja, pois sua construção foi fortemente influenciada por questões sanitárias e, na época, a concepção teórica sobre o caso era diferente da que se tem hoje.

Por fim, já foi dito que o Plano Regulador Geral prevê a demolição de edifícios do século XX, como os do Policlínico, por considerá-los sem interesse histórico. O que se pergunta é: demoli-los é a melhor opção? E ainda que seja, o que fazer no local? Deve-se edificar algo novo ou manter o espaço vazio?

Algumas respostas possíveis a essas questões serão fornecidas adiante. Antes, porém, cumpre fazer a análise morfológica da área.

2.3. Leitura morfológica.

Este tópico dedica-se à leitura morfológica de uma parte do centro histórico de Nápoles, na qual se situam os pavilhões do Policlínico. São utilizadas como substrato teórico as considerações de Michael Conzen em relação às paisagens urbanas históricas¹¹⁹. Este autor foi um dos precursores da análise morfológica e ainda hoje é uma importante fonte de consulta. Foi num de seus estudos, no campo da geografia, que ganharam destaque alguns conceitos relevantes para a morfologia e para o gerenciamento das paisagens urbanas históricas. Este trabalho enfocou centros antigos situados em pequenos núcleos urbanos da Inglaterra, a partir dos quais procurou inferir como alguns fatores condicionam o tecido urbano¹²⁰.

Deste modo, com base nas idéias de Conzen, pode-se afirmar que Nápoles, em relação à sua estrutura urbana, apresenta um conjunto edilício contínuo e de uso variado (residências, comércio e prestação de serviços).

Os *carduus* mantêm em grande parte o caráter residencial (em cinza claro, no mapa a seguir), à exceção de algumas poucas ruas, como, por exemplo, a *Via del Sole*, que

¹¹⁹ CONZEN, Michael R.G. Historical townscapes in Britain: a problem in applied geography. *The urban landscape: historical development and management*. London, n.13. p. 55-74. C. 1981. (Special publication/ Institute of British Geographers). Artigo traduzido por Staël de Alvarenga Pereira Costa.

¹²⁰ SHANE, Grahame. The Emergence of "Landscape Urbanism". *Harvard Design Magazine: Architecture As Conceptual Art?* Cambridge, Massachusetts. n. 19, Fall 2003/Winter 2004. Disponível em: <http://www.gsd.harvard.edu/research/publications/hdm/back/19_onlandscape.html>. Acesso em 24 ago. 2008. "Landscape urbanists are just beginning to battle with the thorny issue of how dense urban forms emerge from landscape and how urban ecologies support performance spaces. The linear organization of the village main street leading to a common space, with its row-house typology and long thin land subdivisions, is one of the oldest global urban patterns, studied by the pioneer urban morphologist Michael R.G. Conzen in the 1930s."

conta com a presença dos pavilhões do Policlínico e do Corpo de Bombeiros, a *Via Mezzocannone* (pólo secundário), junto à *Università degli Studi di Napoli*, e a *Via Santa Chiara*, continuação da *Via Santa Maria di Costantinopoli* (H), junto à igreja de mesmo nome, além de outras menores, cuja menção no texto não é necessária.

Já os *decumanus* (representados em cinza escuro, no mapa seguinte) possuem características diversas entre si. Enquanto o *superior*¹²¹ (número 1, no referido mapa) é maciçamente utilizado para fins residenciais e religiosos, o *major*¹²² (2) destaca-se como pólo secundário, possui cunho religioso e abriga um variado comércio local, contendo mercearias, açougue, peixaria, *salumeria*, sacolão, farmácia, etc. Por fim, o *decumanus inferior*¹²³ (3) constitui o pólo principal da região e destaca-se pelo seu comércio e por serviços mais elaborados, ainda que tenha também uma utilização religiosa, de menor expressão. Num de seus trechos (E) há elevada concentração de joalherias, enquanto outros abrigam, por exemplo, livrarias, cafés, restaurantes, perfumarias, lojas de *souvenir*, casas lotéricas, papelarias, etc.

No mapa seguinte observam-se, ainda, vias predominantemente comerciais e/ou de serviços (em cinza médio, no mapa a seguir), algumas secundárias e outras principais. Apenas estas últimas serão mencionadas no texto, pois atuam como suporte ao pólo principal. São elas: a *Via Foria*, na parte superior; o *Corso Umberto I*¹²⁴, na parte inferior; a *Via Toledo*, no lado esquerdo; a *Via Santa Maria di Costantinopoli*, que apresenta um comércio especializado em artigos artísticos (H) e outro dedicado a gêneros musicais (F), em função de ali se situarem a *Accademia delle Belle Arti* e o Conservatório de Música. Há também a *Via Duomo* (C), com um comércio de cunho religioso, devido à presença da catedral de Nápoles; a *Via Carbonara*, com estabelecimentos especializados em couro (B); além das vias *Cesare Rosaroll* e o *Corso Giuseppe Garibaldi*, com serviços e comércio variados.

Destacam-se, ainda, a *Via San Gregorio Armeno* (letra D no mapa seguinte), onde são vendidos presépios durante o ano inteiro; a *Via Port'Alba* (G), junto à porta de mesmo nome, caracterizada por livrarias e sebos; e a área dos mercados (A), com estabelecimentos mercantis e/ou de serviços.

¹²¹ O *decumanus superior* é composto pela vias *della Sapienza*, *Anticaglia* e *Santissimi Apostoli*.

¹²² Representado pela *Via dei Tribunali*.

¹²³ Formado pelas vias *Benedetto Croce*, *San Biaggio dei Librai* e *Forcella*.

¹²⁴ O *Corso Umberto I* se caracteriza, ainda, por suas inúmeras agências bancárias e o entorno da *Piazza Garibaldi* que, em razão da proximidade com a estação central de trens, concentra muitos hotéis e albergues.

Ainda em relação à estrutura urbana, destacam-se como barreiras artificiais a *Stazione Circumvesuviana* (b1) e a *Stazione Napoli Centrale* (b2), além de um obstáculo natural, o desnível de 20 metros vencido pela *Rampa Maria Longo* (b3). As áreas periféricas estão além dos pólos secundários.

Por fim, a área em exame já está consolidada há séculos, não havendo zonas disponíveis para crescimento. Com isso, a tendência é a expansão de Nápoles a nordeste (TE), nas áreas próximas ao aeroporto, pois são ainda sub-exploradas¹²⁵.



FIGURA 53. Mapa da estrutura urbana. Em cinza claríssimo, a malha urbana atual. Em cinza um claro, as vias predominantemente residenciais. Em cinza médio as vias predominantemente comerciais e/ou de serviços. Em cinza escuro os *decumanus*: 1) *Superior* – *Via della Sapienza*; *Anticaglia* e *Santissimi Apostoli*, com uso predominantemente residencial e religioso; 2) *Major* – *Via dei Tribunali*, com uso predominantemente de comércio local (*local life*) e religioso; 3) *Inferior* – *Via Benedetto Croce*, *San Biaggio dei Librai* e *Forcella*, com uso predominante comercial, religioso e de serviços como a *Università degli Studi di Napoli*. As letras maiúsculas definem áreas de comércio especializado: A) Feiras livres; B) Couros; C) Artigos religiosos; D) Artesanato (presépios); E) Joalheria; F) Artigos musicais; G) Livrarias e Sebos; H) Artigos de Belas Artes. Como barreiras destacam-se: b1) *Stazione Circumvesuviana*; b2) *Stazione Napoli Centrale*; b3) *Rampa Maria Longo* (desnível de 20 metros). Já as letras p, pp e ps definem respectivamente periferia, pólo principal e pólo secundário. Por fim, a letra TE define a direção da tendência de expansão da cidade. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

¹²⁵ REDAZIONE. Mercato Immobiliare: l'espansione continua. Rilevante la crescita dei settori terziario e produttivo al sud. *Consulenza Immobiliare*. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.consulenzaimmobiliare.org/2007/01/13/mercato-immobiliare-lespansione-continua/>>. Acesso em 25 jul. 2008. “Si può giusto rimarcare che, a fianco dei comuni maggiormente abitati, si annoverano ai primi posti come NTN Casalnuovo di Napoli e Acerra, confermando il dato del 2005 che aveva evidenziato come il nuovo asse di espansione edilizia si fosse spostato ad oriente del capoluogo, lungo la direttrice Napoli-Benevento, storicamente poco sfruttata dal punto di vista edilizio.”

A paisagem urbana histórica de Nápoles possui uma estrutura formal complexa, derivada das diversas transformações pelas quais passaram os núcleos original, medieval e pós-medieval. O primeiro núcleo compreendia a malha greco-romana do século V a.C. ao V d.C. e sua muralha (em cinza escuro, no mapa seguinte), além de inúmeras igrejas medievais no estilo Gótico, que em alguns casos foram reestruturadas em estilos posteriores, como o Barroco e o Rococó. Tal área é definida ainda por uma fileira de palácios, formando uma cortina edilícia que foi paulatinamente sendo substituída, sobretudo no período medieval¹²⁶. Tais edificações têm em média quatro a cinco pavimentos, são feitas em pedra (*tufo* ou *piperno*) e, muitas vezes, possuem estabelecimentos comerciais (*tabernae*) no andar térreo. Fora das muralhas do núcleo originário tinha-se, ainda, a área da necrópole (n) e o *carbonarium* (c), local para onde ia o lixo urbano.

Na seqüência, tem-se o traçado medieval dos séculos V a XV d.C. (em cinza médio, no mapa a seguir) e a muralha do período Aragonês. No período posterior, o Vice-real, ou espanhol (século XVI ao XVIII), as muralhas mantiveram seus limites na área em exame, expandindo-se apenas para sudoeste, razão pela qual não aparece no mapa seguinte. Não obstante a proibição de se edificar fora das muralhas, originaram-se nesta época os burgos de *Avvocata* (A), *Vergini* (B) e *Sant'Antonio Abate* (C). Por fim, tem-se o traçado do período Bourbon (em cinza claro), da segunda metade do século XVIII à primeira metade do XIX, e a componente tradicional (em linha diagonal), o *Palazzi delle Studi* do século XVI, atual Museu Arqueológico Nacional. Já como componentes recentes (em linha paralela) destacam-se: os pavilhões do Policlínico (1) e a escola pública (2), ambos do século XX, além das obras do *Risanamento*, do final do século XIX: a *Via Duomo* (3), o *Corso Umberto I* e a *Piazza Nicola Amore* (4), a *Piazza Giuseppe Garibaldi* (5), o *Corso Giuseppe Garibaldi* (6) além da *Stazione Circumvesuviana* (7), do mesmo período. Ressalta-se, por fim, que essas ruas de recente formação configuram um elemento de destaque na paisagem urbana histórica.

¹²⁶ Note-se que na parte subterrânea ainda é possível encontrar ruínas das edificações greco-romanas.



FIGURA 54. Mapa da evolução urbana. Em cinza escuro a malha greco-romana do século V a.C. – V d.C. e sua muralha. A letra n define a área da necrópole e a c o *carbonarium*. Em cinza médio o traçado medieval do século V d.C. – XV e sua muralha Aragonesa (século XV), último período desta época. Definido por uma mancha cinza, os burgos vice-reais, do século XVI - XVIII, extra muros: A) *Avvocata*; B) *Vergini*; C) *Sant' Antonio Abate*. Em cinza claro o traçado do período Bourbon (2ª metade do século XVIII – 1ª metade do XIX). Em linha diagonal, a componente tradicional, o *Palazzi delle Studi* do século XVI, atual Museu Arqueológico Nacional. Em linha paralela as componentes recentes: 1) Pavilhões do Policlínico (século XX); 2) Escola pública (século XX); 3) *Via Duomo* (XIX); 4) *Corso Umberto I* e *Piazza Nicola Amore* (XIX); 5) *Piazza Giuseppe Garibaldi* (XIX); 6) *Corso Giuseppe Garibaldi* (XIX); e 7) *Stazione Circumvesuviana* (século XIX). Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

Quanto ao tecido urbano, há três áreas identificadas no mapa a seguir, agrupadas segundo as características de cada uma com relação às quadras, à implantação dos edifícios no lote e ao uso em geral. No que toca às ruas, suas dimensões são variáveis. Enquanto os *carduus* são bastante estreitos (3 metros de largura, em média), os *decumanus* são um pouco mais largos (6 metros), assim como as demais vias internas (6 a 10 metros). Já as principais possuem um porte mais adequado ao tráfego de veículos e pedestres (a *Via Duomo* possui 16 metros de largura e as demais cerca de 20 a 30 metros).

Neste contexto, destaca-se como primeiro tipo predominante, e também de maior ocorrência, o grupo de quarteirões formado por uma cortina edilícia de quatro a cinco pavimentos (em cinza claro, no mapa seguinte). O segundo tipo refere-se ao conjunto

de quarteirões formados por um único edifício, de quatro a nove pavimentos (em cinza médio)¹²⁷.

Por fim, têm-se os quarteirões ou lotes formados por edifícios em ilha, implantados livremente no terreno, com uma média de quatro a cinco pavimentos (em cinza escuro). Nele estão incluídos o Policlínico, o *Palazzo Mastellone*, na *Piazza Bellini* e um outro palácio na *Piazza Cavour*.



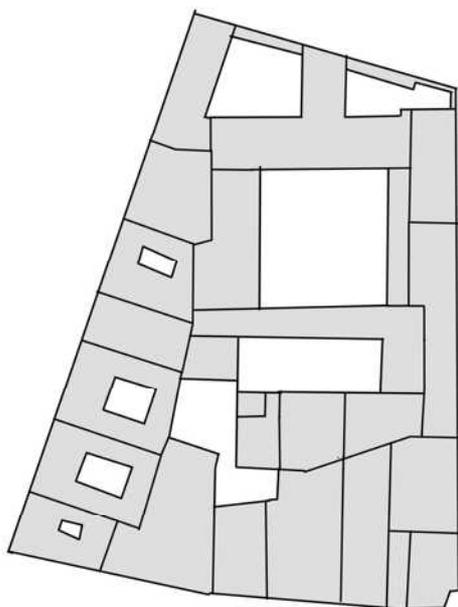
FIGURA 55. Mapa dos tecidos urbanos. 1) Quarteirões formados por cortina edilícia de quatro a cinco pavimentos; 2) Quarteirões formados por um único edifício de quatro a nove pavimentos; e 3) Quarteirões ou lotes formados por edifícios em ilha de quatro a cinco pavimentos. A autoria é de Raquel Diniz Oliveira.

A *tipologia da primeira área* representada no mapa acima (área 1) é constituída de edificações com utilização residencial, religiosa e de serviços, ou mesmo um misto entre eles. As formas das quadras são variadas, indo desde desenhos retangulares até semicirculares, como na área do antigo teatro. Esta variedade se deve às transformações ocorridas no traçado, especialmente no período medieval, quando várias quadras e ruas se fundiram para dar lugar a grandes edificações, especialmente aquelas de caráter religioso.

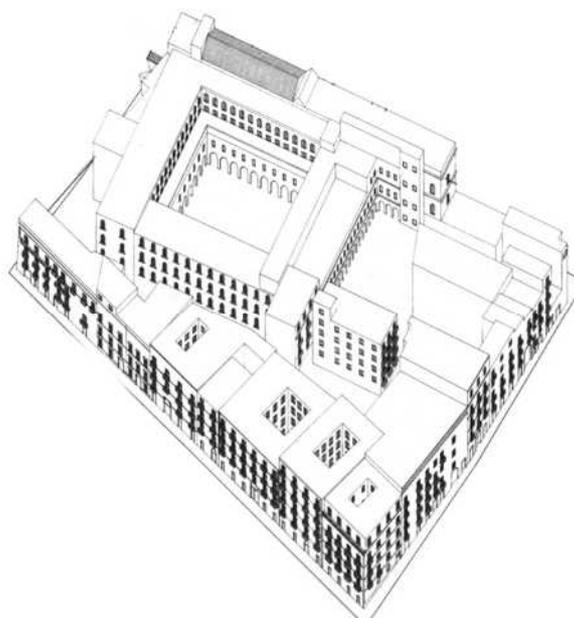
¹²⁷ No interior dessa área, os palácios mais baixos, de quatro a cinco pavimentos, situam-se junto ao Museu Arqueológico, na parte superior esquerda, nas proximidades da *Via Cesare Rosaroll*, na parte superior direita e na área do mercado, junto ao Castel Capuano. Enquanto os mais altos, de cinco a nove pavimentos, se situam próximos ao outro mercado localizado abaixo do *Corso Umberto I* e no entorno da *Piazza Garibaldi* além da escola na *Via Foria*.

O quarteirão é completamente ocupado. Com isso, não há afastamento entre os prédios, nem mesmo um quintal ao fundo. As construções são coladas uma nas outras, formando uma cortina edilícia.

Já os edifícios possuem planta quadrangular, com ao menos um pátio interno, atingindo média de quatro a cinco pavimentos. A fachada dessas construções apresenta grandes aberturas ornamentadas, distribuídas simetricamente, tais como janelas ou portas com balcão. O ingresso se faz por um amplo portal, que se estende além de um único pavimento e geralmente conduz ao pátio principal e às escadarias. O material tradicionalmente utilizado são as pedras de *Tufo* ou *Piperno*¹²⁸, sendo que em algumas construções o andar térreo conserva essas pedras *in natura*, enquanto noutras há um revestimento com argamassa pintada em variadas cores. As figuras abaixo ilustram a citada tipologia.



56



57

FIGURA 56. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo um, na *Via della Sapienza*. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 57. Perspectiva do conjunto edilício. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 24.

¹²⁸ Pedras da região, de origem vulcânica. O *Tufo*, de cor amarela, é poroso, leve, resistente, fácil de se furar e reduzir em blocos. Já o *Piperno*, originário de uma outra formação vulcânica, mais antiga que a do *Tufo*, consiste numa rocha de cor cinza utilizada como revestimento de construção e para a realização de portais, fundações e demais partes estruturalmente solicitadas dos edifícios. Fonte: notas de aula colhidas durante o Master di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica, cursado na Università degli Studi di Napoli – Federico II, durante o ano de 2007.

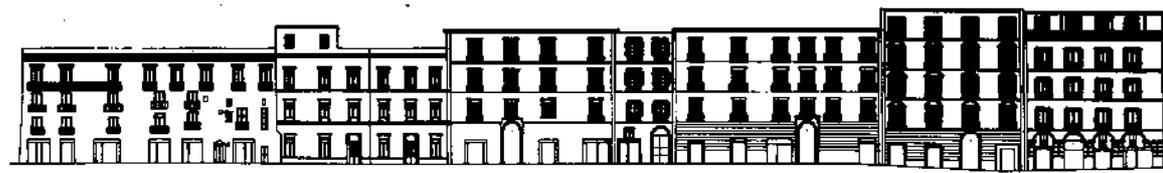


FIGURA 58. Vista lateral esquerda de um quarteirão do tipo um, na *Via Santa Maria di Costantinopoli*. Fonte: FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4. p. 24.

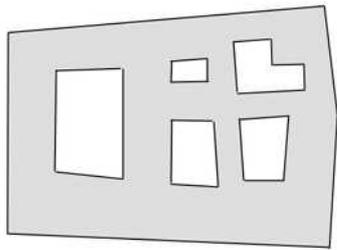
A *tipologia da segunda área* também é constituída de edificações com utilização residencial, religiosa e de serviços, ou mesmo um misto entre eles. As quadras, porém, são um pouco mais regulares e derivam de uma forma retangular ou trapezoidal, não tendo passando por transformações tão significativas quanto aquelas ocorridas na malha greco-romana. Tal unidade morfológica se deve à formação mais recente desta área¹²⁹, se comparada com o núcleo original, no qual se situam quase todas as construções do primeiro tipo. Aqui também o quarteirão é inteiramente ocupado, mas por um único edifício e não por uma seqüência deles, como ocorre com a primeira área examinada. Além disso, as quadras possuem uma dimensão menor do que aquelas do tipo um, com apenas dois exemplares em maior escala, o *Museo Archeologico Nazionale* e o *Castel Capuano*.

Os edifícios possuem as mesmas características construtivas do tipo anterior, com a ressalva de que as construções apresentam quatro a cinco pavimentos em algumas áreas¹³⁰ e cinco a nove em outras¹³¹. Apesar do maior número de andares, estes edifícios não destoam muito daqueles com menos pavimentos, porque possuem um pé direito menor. Além disso, a escola situada na *Via Foria* destoa do padrão das fachadas locais, por ser mais recente e ter sido feita em concreto. Tais descrições podem ser observadas nas figuras seguintes.

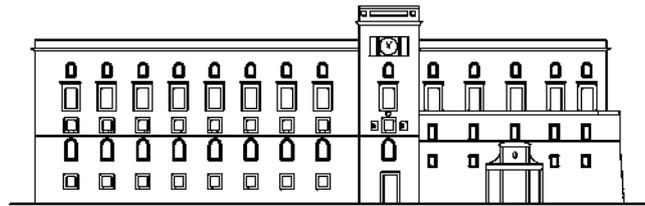
¹²⁹ Parte surgida no período medieval (séculos V a XV) e o restante nos períodos Vice-real (séculos XVI-XVIII) e Bourbon (séculos XVIII-XIX).

¹³⁰ Junto ao museu arqueológico, na parte superior esquerda do mapa dos tecidos urbanos, nas proximidades da *Via Cesare Rosaroll*, na parte superior direita e à direita do *Castel Capuano*, na área do mercado que ali se encontra.

¹³¹ Próximo ao mercado localizado abaixo do *Corso Umberto I*, no entorno da *Piazza Garibaldi* além da escola situada na *Via Foria*.



59



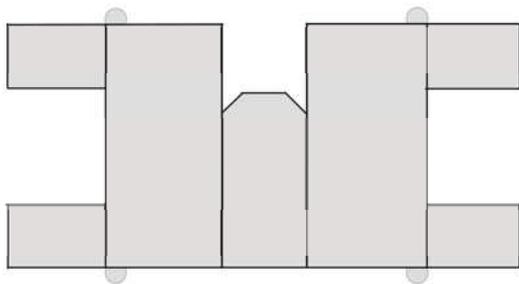
60

FIGURA 59. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo dois. No caso, o *Castel Capuano*. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 60. Vista lateral de um quarteirão do tipo dois (*Castel Capuano*). No caso, a vista da *Via Carbonara*. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

A tipologia da terceira área é igualmente composta por edificações religiosas, residenciais e de serviços, com a diferença, em relação às anteriores, de que não há utilização mista¹³². Têm-se algumas quadras atípicas, como, por exemplo, os lotes em que se situam os palácios *Mastellone*, na *Piazza Bellini* e o outro, na *Piazza Cavour*. A ocupação em ilha, com edifícios afastados em todas as suas faces, não é usual para os padrões do centro histórico de Nápoles, marcado por quarteirões integralmente ocupados.

O padrão construtivo dos edifícios não diverge muito das duas áreas anteriores, apesar de que apenas o palácio situado na *Piazza Cavour* possui pátio interno. As fachadas e o material empregado nas construções também são similares, à exceção do Policlínico, no qual foi utilizado concreto. As imagens abaixo ilustram essas informações.



61



62

FIGURA 61. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo três. No caso, um dos pavilhões do Policlínico. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 62. Vista lateral de um quarteirão do tipo três (Policlínico). No caso, a vista da *Via del Sole*. Autoria de Filomena De Martino.

¹³² Isso porque são apenas três as edificações dessa área: 1) Os palácios *Mastellone* e da *Piazza Cavour* (residenciais); 2) A *Chiesa Croce di Lucca* (religiosa); e 3) O Policlínico (serviços hospitalares e educacionais).

Por fim, serão destacados, em um único mapa, os *principais tipos edilícios* da parte do centro histórico de Nápoles em que estão situados os pavilhões do Policlínico. Têm-se, então, os de uso misto (em cinza claríssimo no mapa seguinte), os de serviços de atendimento ao público (em cinza claro), os educacionais (em hachura cinza) e aqueles religiosos (em cinza escuro).

Nota-se, ainda, a forte predominância de igrejas e monastérios do século VI a XVI, como o *Complesso Monastico di Santa Chiara* (1); *Chiesa del Gesù Nuovo* (2); *Basilica di San Domenico Maggiore* (3); *Complesso di San Gregório Armeno* (4); *Basilica di San Lorenzo Maggiore* (5); *Cattedrale* ou *Duomo di San Gennaro* (6); *Basilica di San Paolo Maggiore* (7); *Chiesa di Santa Maria Maggiore alla Pietra Santa* (8); *Chiesa della Croce di Lucca* (9); *Chiesa di Santa Maria della Sapienza* (10); *Chiesa di San Giovanni a Carbonara* (11); *Chiesa di Santa Caterina a Formiello* (12); *Chiesa di Sant'Agostino alla Zecca* (13); além de uma concentração de grandes edifícios educacionais, como a Escola Estadual (17), a *Università degli Studi di Napoli* - entre a *Spaccanapoli* e o *Corso Umberto I* - a *Accademia delle Belle Arti* (19) e o Policlínico (20). Têm-se, ainda, o sistema de tráfego, como o metrô¹³³ (linhas ativas representadas por “M” e linhas em construção por “m”) e a ferrovia (F).

Ao longo da *Via Cesare Rosaroll*, ainda existem vestígios da muralha da última fase do período medieval (15). Os edifícios posteriores utilizaram como base tal muralha, sendo que a *Caserma Garibaldi* (16) manteve até mesmo suas torres¹³⁴. Assim, pode-se dizer que a paisagem urbana histórica é diversificada e apresenta muitas surpresas visuais¹³⁵, em razão de ter sido planejada em diferentes momentos históricos, bem como pela conformação viária, pelas condições do sítio e pela heterogeneidade construtiva. Nela se destacam os complexos monásticos, os grandes edifícios – como o *Castel Capuano* (14) e o *Museo Nazionale* (18) – além da cortina edilícia e dos vestígios das muralhas da cidade.

¹³³ As duas estações em construção (m) são áreas arqueológicas situadas no Corso Umberto I, a primeira na *Piazza Nicola Amore (Duomo)* a segunda na *Piazza Giovanni Bovio (Università)*, no prolongamento do *Complesso Monastico di Santa Chiara* (1) fruto de um grande ampliação das linhas de metrô.

¹³⁴ Existem ainda outras torres, abandonadas ou habitadas, além da *Porta Capuana*, antigo acesso leste da cidade medieval.

¹³⁵ Apesar de que as ferrovias – como a *Stazione Circumvesuviana* e *Stazione Napoli Centrale* – restringem a visão de áreas próximas a elas.

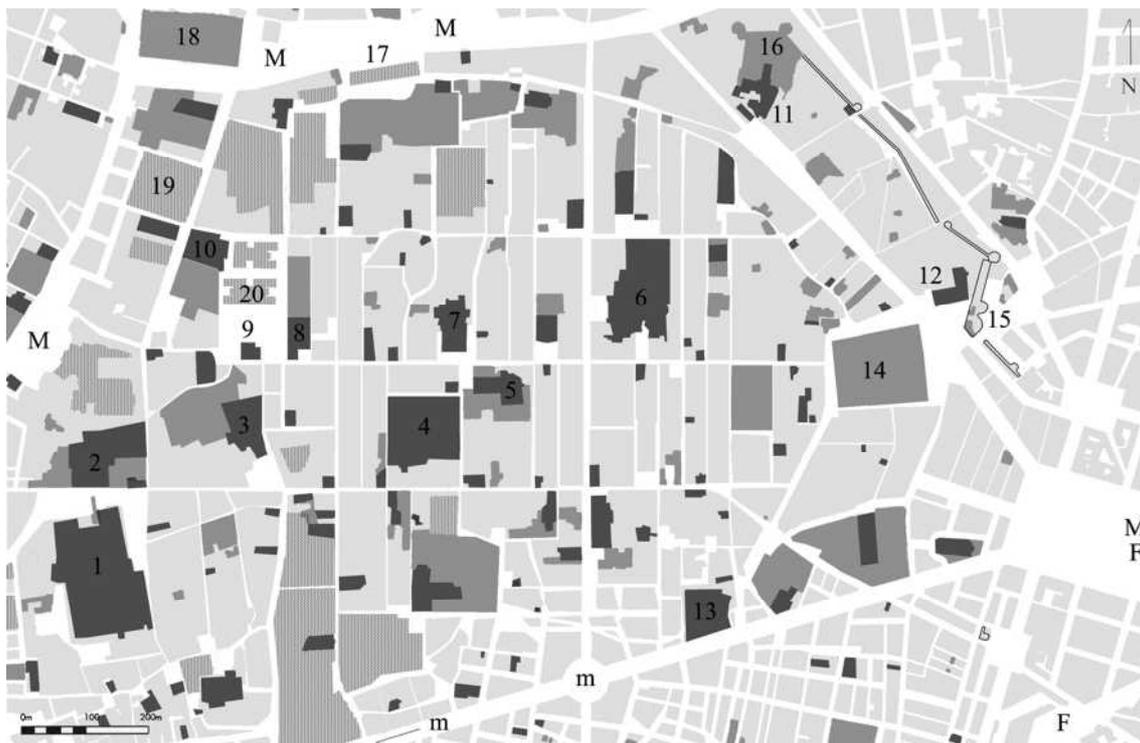


FIGURA 63. Mapa dos tipos edilícios. Em cinza claríssimo, os edifícios de uso misto (residência, comércio e/ou serviços); em cinza claro, os edifícios de serviços de atendimento ao público. Em hachura cinza, os edifícios educacionais; em cinza escuro, os edifícios religiosos. As letras maiúsculas definem o sistema de tráfego: M) Metrô e F) Ferrovia. A letra m minúscula define as estações de metrô em construção. Os números definem alguns dos principais tipos edilícios como: 1) *Complesso Monastico di Santa Chiara* (século XIV); 2) *Chiesa del Gesù Nuovo* (século XVI); 3) *Basilica di San Domenico Maggiore* (século XIII); 4) *Complesso di San Gregório Armeno* (século VIII); 5) *Basilica di San Lorenzo Maggiore* (século XII); 6) *Cattedrale ou Duomo di San Gennaro* (século XIII); 7) *Basilica di San Paolo Maggiore* (século XIII-IX); 8) *Chiesa di Santa Maria Maggiore alla Pietra Santa* (século VI); 9) *Chiesa Croce di Lucca* (século XVI); 10) *Chiesa Santa Maria della Sapienza* (século XVI); 11) *Chiesa San Giovanni a Carbonara* (século XIV); 12) *Chiesa Santa Caterina a Formiello* (século XVI); 13) *Chiesa Sant'Agostino alla Zecca* (século XIII); 14) *Castel Capuano* (século XII); 15) Vestígios da muralha aragonesa (século XV); 16) *Caserma Garibaldi* (século XV-XVI); 17) Escola estadual (século XX); 18) *Museo Nazionale*, antigo *Palazzo delle Studi* (século XVI); 19) *Accademia delle Belle Arti* (século XVIII); 20) Policlínico (século XX). Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

2.4. A questão do vazio.

Dentre as inúmeras contribuições acerca da teoria do restauro¹³⁶, podem-se destacar as de Viollet-le-Duc¹³⁷, John Ruskin¹³⁸, Camillo Boito¹³⁹, Gustavo Giovannoni¹⁴⁰

¹³⁶ Para uma visão global do pensamento de diversos autores, consultem-se: JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986; e PHILIPPOT, Paul. “Restoration from the Perspective of the Humanities”, In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 216-229.

¹³⁷ KÜHL, Beatriz Mugayar. *Restauração – Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

VIOLLET –LE-DUC et al. “V – Restoration and Anti-Restitution, In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 47-55.

¹³⁸ RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. London: 1901.

e Giovanni Carbonara, dentre outros¹⁴¹. Porém este estudo irá priorizar as idéias de Cesare Brandi, por considerá-las uma abordagem mais apropriada para se tratar os casos do Policlínico de Nápoles e da Prefeitura Municipal de Salvador. O autor citado desenvolve uma teoria que complementa e enriquece a discussão do tema, pois trata dos conceitos de lacuna, adição e supressão. Note-se, entretanto, que não se pretende discorrer sobre o processo de restauração ou conservação, enumerando as principais colocações sobre o tema, pois isto atuaria contra a concisão e objetividade do trabalho. A análise seguinte foca-se, exclusivamente, nos fundamentos doutrinários acerca da lacuna, adição e supressão, abordando o aspecto formal do vazio, em relação ao traçado urbano, bem como sua utilização contemporânea.

No que tange à *adição e supressão*, o autor considera historicamente legítima a conservação dos acréscimos, ao passo que a remoção, quando justificada, deve ser feita de modo a deixar traços de si mesma sobre a obra, permitindo identificá-la¹⁴². Entende ele que as adições, apesar de feitas em diferentes épocas, também fazem parte da história da obra, razão pela qual sua supressão deve ser fundamentada. Para exemplificar esta idéia com base em uma situação concreta, tem-se que os trabalhos de restauro executados por Viollet-le-Duc, no século XIX, completaram os edifícios, pois este pensador acreditava que eles não continham todos os elementos necessários para compor um estilo¹⁴³. Nas imagens seguintes pode-se observar um caso de reconstituição compósita, na qual algumas modificações, dentre elas duas torres, foram acrescentadas à igreja de Saint-Sernin, na França. Outro exemplo é o acréscimo de um edifício a uma vetusta porta da muralha aragonesa, na cidade de Nápoles.

Os casos supracitados têm em comum a inserção de estratificações de diferentes épocas nos edifícios históricos. Todavia, no primeiro, percebe-se a intenção de

_____. *The Stones of Venice*. London: 1981. v. 3.

PAIM, Gilberto. *A beleza sob suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹³⁹ BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

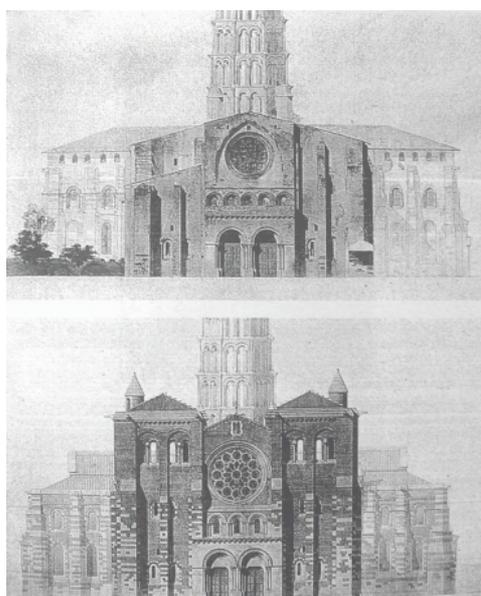
¹⁴⁰ GIOVANNONI, G. *L'urbanistica dall' antichità ad oggi*. Firenze: 1943.

¹⁴¹ CARBONARA, Giovanni. "The Integration of the Image: Problems in the Restoration of Monuments", In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 236-243.

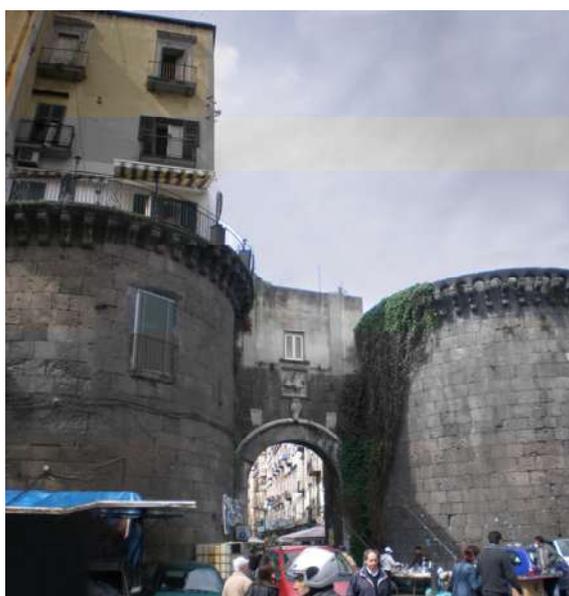
¹⁴² BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 35. "Discende da ciò che la conservazione dell'aggiunta deve considerarsi regolare: eccezionale la rimozione. Tutto il contrario di quello che l'empirismo ottocentesco consigliava per i restauri."

¹⁴³ CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2003. p. 156-157. "[...] a contribuição de Viollet-le-Duc em geral se reduz a uma definição célebre de seu *Dictionnaire*: 'Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado'".

retornar a um estado que se acreditava ser o original, com base nas concepções subjetivas do arquiteto que conduziu a intervenção, gerando um resultado fantasioso. Esta conduta não se harmoniza com as idéias de Cesare Brandi, como se verá adiante, pois a reconstituição aproximou-se muito do acréscimo. No segundo exemplo, por outro lado, não houve a intenção de devolver o monumento a seu estado original, mas de reformá-lo para se adaptar ao novo uso que já vinha recebendo informalmente, o de abrigar moradias. Tem-se aqui o conceito puro de acréscimo, segundo Brandi.



64



65

FIGURA 64. Na imagem à esquerda, em sua parte superior, tem-se o levantamento da fachada da Igreja Saint-Sernin, em Toulouse, França, antes do restauro e, na inferior, tem-se a proposta de intervenção da fachada de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Fonte: CASIELLO, Stella. *Restauro: dalla teoria alla prassi*. Napoli: Electa Napoli, 1989. p. 113.

FIGURA 65. Porta Nolana, resquício da muralha aragonesa, na cidade de Nápoles. Fonte: Arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

Ainda nessa linha de raciocínio brandiana, destaque-se que *a reconstituição é diferente do acréscimo*. Neste, pode-se completar ou desenvolver, sobretudo na Arquitetura, funções diversas das iniciais. Aquela, por outro lado, tem como escopo modificar a obra, intervindo de maneira análoga ao processo criativo originário, fundindo o velho com o novo, com a intenção de não diferenciá-los. Portanto, quanto mais o acréscimo se aproximar da reconstituição, pior será. Já a reconstituição será tão melhor

quanto mais se afastar do acréscimo e visar à constituição de uma unidade nova sob a antiga¹⁴⁴.

De todo modo, é sempre um *juízo de valor* que determinará a prevalência de uma ou outra instância na conservação, na remoção dos acréscimos ou na reconstituição¹⁴⁵.

Ao fazer uma adição, deve-se atentar para o que Brandi entendia como cópia, imitação e falsificação. O mesmo objeto pode ser considerado imitação ou falsificação, conforme a intenção com qual fora produzido ou colocado em circulação. O citado autor diferencia os três casos¹⁴⁶:

1) *Cópia*: produção ou reprodução semelhante de um objeto segundo o estilo de um determinado período histórico ou personalidade artística, *com o objetivo de documentação*;

2) *Imitação*: se assemelha à cópia, exceto na intenção, que *é a de gerar um engano* acerca da época, material ou autor (falso histórico);

3) *Falsificação*: difusão do objeto no comércio, *ainda que não tenha a intenção de trazer um engano* em relação aos materiais, à época ou ao autor da obra (falso artístico). A falsificação se funda no juízo.

No que se refere ao tratamento das *lacunas*, Cesare Brandi as compreendia, com relação à obra de arte, como uma interrupção no tecido figurativo¹⁴⁷. Sua teoria colhe fundamentos nas experiências da *Gestalt*¹⁴⁸ (ou psicologia da forma). Na corrente da Gestalt, a percepção ocorre de um trecho restrito para uma visão global, nunca o contrário (do todo para as partes). Ainda de acordo com esse raciocínio, a noção de conjunto se sobrepõe às características individuais da imagem¹⁴⁹. Assim, não existem monumentos

¹⁴⁴ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 36-37.

¹⁴⁵ *Op. cit.* p. 42-46. “[...] dal punto di vista dell’Estetica, si capovolge l’importanza rispetto all’istanza stoica, che poneva in primo luogo la conservazione delle aggiunte. Per l’istanza che nasce dall’artisticità dell’opera d’arte, l’aggiunta reclama la remozione.”

¹⁴⁶ *Op.cit.* p. 65-67.

¹⁴⁷ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 18.

¹⁴⁸ SCHMIDT, Laila Rotter. *A percepção visual da forma: a teoria e as lacunas da Gestalt*. *Advérbio*. Cascavel, p. 1-11, 2008. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/adverbio/v4/artigos/artigo09.pdf>>. Acesso em 27 maio 2008. p. 4. “[Gestalt é a] corrente psicológica que surgiu no final do século XIX, opondo-se ao Behaviorismo.”

Ver também: KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: UNB, 1996. p. 32.

¹⁴⁹ SCHMIDT, Laila Rotter. *A percepção visual da forma: a teoria e as lacunas da Gestalt*. *Advérbio*. Cascavel, p. 1-11, 2008. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/adverbio/v4/artigos/artigo09.pdf>>. Acesso em 27 maio 2008.

“vivos” ou “mortos”, pois até mesmo aqueles em ruína devem ser considerados “vivos” e capazes de transmitir uma mensagem¹⁵⁰.

Todavia, é necessário transpor o raciocínio de Brandi, voltado às Artes Plásticas, para a Arquitetura, especificamente para o problema dos conjuntos urbanos, nos casos em que há uma interrupção da malha urbana. No entanto, a tarefa se torna ainda mais complexa quando a área escolhida constitui um conjunto histórico. *Ao contrário do que se possa imaginar, a questão mais grave não é o que falta, mas o que é inserido indevidamente e que se torna, muitas vezes, um corpo estranho*¹⁵¹.

Ainda sobre o tratamento das lacunas, o referido pensador pontuava que as premissas teóricas deveriam se adequar às particularidades de cada caso (*caso per caso*)¹⁵². Ressaltava, ademais, que toda e qualquer integração ou complemento, ainda que mínimos, deveriam ser facilmente identificados, sem a ajuda de documentos especiais¹⁵³.

Conforme relembra Brandi, na pintura, a solução para o problema da lacuna tentou escapar da reintegração fantasiosa, fazendo-se uso da aplicação de tinta neutra. Todavia, a imparcialidade deste método foi contestada por se acreditar que qualquer cor escolhida poderia influenciar na distribuição cromática da obra. Outra opção encontrada foi converter a lacuna em fundo da pintura, nos casos em que esta retratasse uma figura, como uma mancha que permitisse perceber a continuação da imagem¹⁵⁴.

Ainda assim, a redução da percepção da lacuna como figura, por meio da utilização de tinta neutra, é menos arbitrária do que o complemento de fantasia. Em suma, a solução ideal seria aquela que não prejudicasse o futuro da obra nem alterasse a sua essência¹⁵⁵.

¹⁵⁰ O seguinte autor debruça-se sobre a teoria de Brandi, esclarecendo: JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986. p. 418. “‘If a ‘lacuna’ is treated in a wrong way, it may become visually a disturbance to the reading of the work of art itself.

[...]

The concept of ‘dead’ and ‘living’ monuments was not considered appropriate, because all monuments, even those in ruins, were considered ‘living’ and capable of transmitting their message.”

¹⁵¹ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 18. “[...] resta pur sempre aperto il problema delle lacune, posto dall’esigenza stessa che proibisce le integrazioni di fantasia. [...]

Una lacuna, per quanto riguarda l’opera d’arte, è una interruzione nel tessuto figurativo. Ma, contrariamente a quello che si crede, la cosa più grave, riguardo all’opera d’arte, non è tanto quel che manca quanto quel che indebitamente si inserisce.”

¹⁵² JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986. p. 422. “The solution for the best policy thus remains to be decided in each case guaranteeing that restoration in any case be ‘preceded and followed by an archaeological and historical study of the monument.’”

¹⁵³ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 71;74-76.

¹⁵⁴ *Op. cit.* p. 18.

¹⁵⁵ *Op. cit.* p. 19.

Há, ainda, o *tratteggio*, um método reversível que utiliza finas linhas verticais para promover a reintegração de partes perdidas da pintura, permitindo sua leitura integral, porém sem a intenção de criar uma imagem fantasiosa, pois utiliza técnica e materiais diversos dos aplicados na obra original, sendo, por isso, facilmente identificável¹⁵⁶.

Todavia, a Arquitetura não pode ser analisada simplesmente com as mesmas premissas de uma obra de arte, pois muito além dos aspectos estético e histórico, tem-se a função e a utilidade da obra arquitetônica ou urbana, o que a torna mais complexa.

Como já afirmado no texto, *as lacunas são as partes faltante de uma obra, perdidas ao longo do tempo ou destruídas. Transpondo essa idéia para a Arquitetura e Urbanismo, pode-se entendê-las como a ausência de parte de um edifício, ou do traçado urbano, em razão de destruições bélicas, abalos sísmicos, ou mesmo destruição causada pelo homem.*

Retornando agora aos casos específicos selecionados para estudo neste trabalho, *há em Nápoles um vazio urbano produzido pela demolição do terceiro pavilhão do Policlínico, o que ocasionou uma lacuna de aproximadamente 4.500 metros quadrados (90 x 50 metros) no centro histórico da cidade. Não necessariamente deve-se construir ali, mas ao menos contextualizar esse espaço com o tecido urbano. Hipoteticamente, pode-se pensar ainda na área livre que surgiria com a demolição dos outros dois pavilhões do Policlínico, já prevista no Plano Regulador Geral, acrescentando 10.350 metros quadrados (90 x 115 metros) de vazio, perfazendo um total de 14.850 metros quadrados (aproximadamente 90 x 165 metros).* Isto contribuiria para a formação de um vão ainda maior no traçado remanescente do período greco-romano.

As imagens a seguir ilustram como seria esse vazio. Na figura da esquerda, a área livre já existente, em decorrência do pavilhão que fora demolido após o terremoto de 1980. Na da direita, a área que se formaria com a demolição dos dois pavilhões restantes.

¹⁵⁶ *Op. cit.* p. 74.

Ver também: JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986. p. 418. “A reversible method in thin vertical lines was in fact developed at the Institute for the reintegration of ‘integratable’ losses in a painting, aiming at the appreciation of the unity of the whole work of art while revealing the restoration on close inspection.”



66



67

FIGURA 66. Vazio atual com os pavilhões do policlínico. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área do Policlínico de Nápoles. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 01 jun. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 67. Hipótese do vazio sem os pavilhões do policlínico. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área do Policlínico de Nápoles. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 01 jun. 2008. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

Lidar com vazios urbanos em conjuntos históricos constitui um problema. Conhecem-se, com precisão, as características da parte faltante (o pavilhão demolido do Policlínico). Todavia, esta parte tampouco possuía um diálogo com o contexto histórico que justificasse a sua permanência. Ademais, a idéia de reviver um período anterior, com uma construção que deixou de existir, pode comprometer a originalidade do conjunto, pois este será completado em momento diverso, por pessoa distinta do criador. Corre-se o risco de incorrer num falso artístico e histórico, uma vez que a construção que existia anteriormente fora feita num momento específico, por uma dada razão e para exercer uma função da época. Além disso, qual seria o critério para se escolher um dentre os vários períodos históricos e utilizá-lo como modelo para a nova edificação? É razoável prestigiar um período em detrimento dos demais? Deve-se atentar para os perigos de recriar uma construção que não tem um papel na contemporaneidade. *Assim, seria preferível fazer algo com feição atual, respeitando o passado, porém com um sentido no presente.*

Por tudo que foi dito até aqui, percebe-se que *o preenchimento de lacunas deve se cercar de uma série de cuidados prévios*, sob pena de incorrer em alguns equívocos. Não existe uma solução pronta, um *standard* de referência. Por isso, as diversas opções devem ser minuciosamente estudadas, caso a caso. O próprio Cesare Brandi sugeria isto. Deste modo, *têm-se dois cenários*: um como está atualmente, com os dois pavilhões e o vazio gerado pelo terceiro, conforme se observa na imagem a seguir; e outro mais radical, caracterizado pelo vazio de toda a área, sem qualquer dos pavilhões. *Nos dois cenários a*

arqueologia se mostra de suma importância, principalmente no trato da parte subterrânea e da Chiesa della Croce di Lucca, conforme prevê o Plano Regulador Geral.

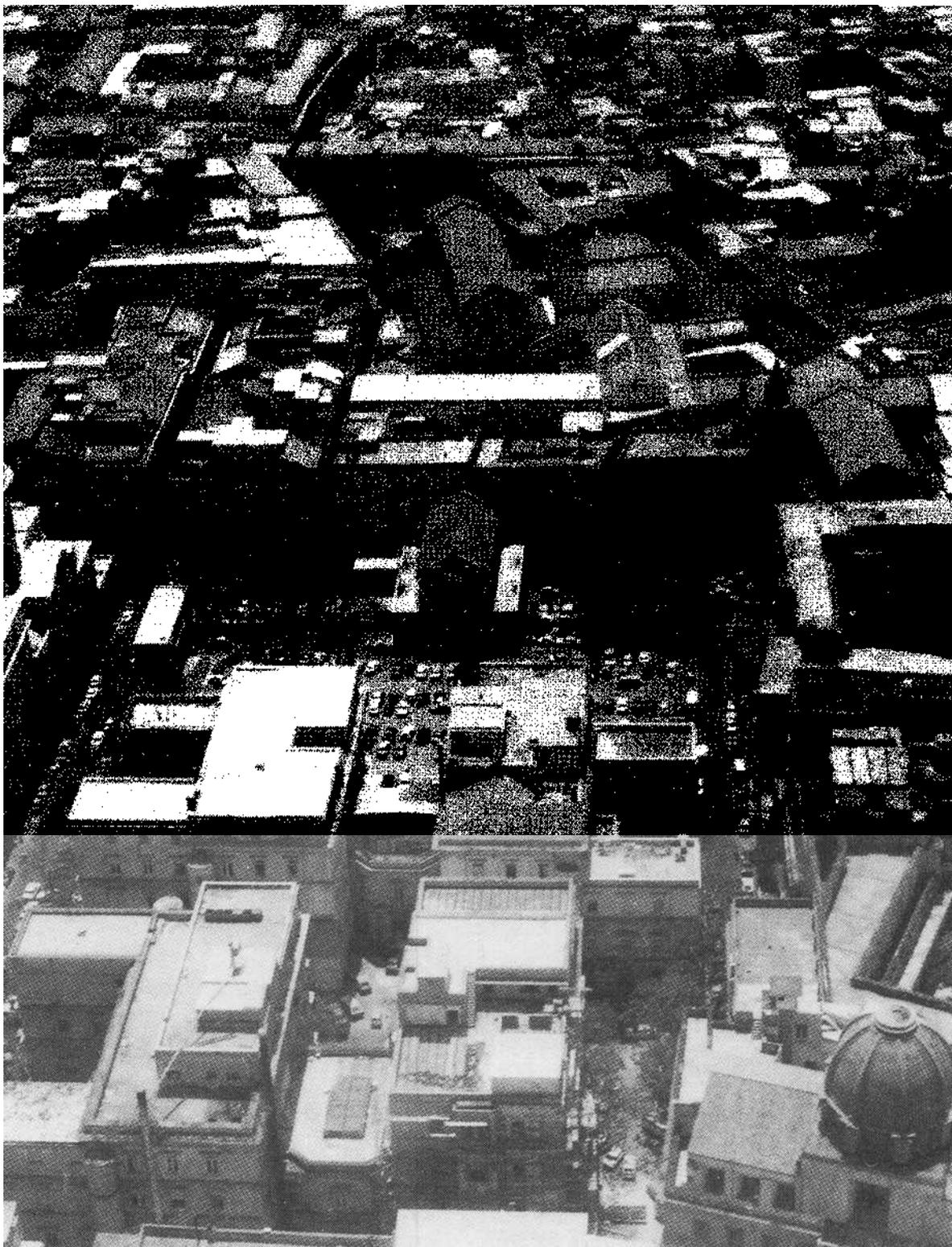


FIGURA 68. Vista aérea do Policlínico. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.

No que toca ao primeiro cenário, o vazio hoje existente permite tanto estender a *Piazza Miraglia* quanto o fechamento por meio de novo edifício. Contudo, qualquer acréscimo nesta área representaria um grande desafio, uma vez que os pavilhões remanescentes do Policlínico não se relacionam com o espaço ao seu redor, já que foram dispostos de modo centralizado no lote, com formas bem distintas das tradicionalmente presentes ali.

Já o segundo cenário compreende a retirada dos pavilhões remanescentes e se baseia em autorização do Plano Regulador Geral. Nesta hipótese, haveria um enorme vazio em pleno coração do centro histórico. A solução, neste cenário, poderia dar-se tanto por adição quanto por supressão. Caso se opte pela *adição*, será preciso respeitar os volumes e proporções existentes, buscando uma nova conexão desta parte do tecido urbano com o restante. Ela deverá ser percebida como algo novo, mas que dê continuidade à lógica já estabelecida. De outro modo, caso se opte pela *supressão*, não é recomendável manter um vazio de tamanhas proporções no centro histórico, caracterizado justamente pela densidade dos edifícios. Assim, sugere-se recriar alguns parâmetros a fim de estabelecer uma relação menos discrepante entre esse novo espaço e as ruas e fachadas dos edifícios ao seu redor, uma vez que o vazio lhes dará maior visibilidade e tais construções não possuem o tratamento necessário para se relacionar com uma área livre tão grande.

Neste ponto, convém abordar, sucintamente, algumas posturas de intervenção em centros históricos que estimularam a produção de vazios urbanos, por meio da supressão de edifícios: na Itália, o *diradamento* e, na Espanha, o *esponjamiento*.

O *diradamento edilizio* é uma teoria apresentada por Gustavo Giovannoni, na primeira metade do século XX. *Diradamento*, em italiano, significa o desbastamento de parte da densa vegetação de uma mata ou bosque, de modo a possibilitar o desenvolvimento da vegetação remanescente, sem o que esta seria “sufocada”. Significa, em suma, podar o excessivo e desnecessário¹⁵⁷. Por meio de uma metáfora, o termo foi transposto para a Arquitetura e Urbanismo¹⁵⁸. Nesta área, sua proposta é manter o tráfego maciço de veículos fora dos centros históricos, como forma de evitar a abertura de novas ruas. Buscava também o desenvolvimento de condições sociais e higiênicas, bem como a

¹⁵⁷ Diradamento. In: ZINGARELLI, Nicola. *Lo Zingarelli Minore: vocabolario della lingua italiana*. Edizione Terzo Millennio. Bologna: Zanichelli, 2001. p. 161.

¹⁵⁸ CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2003. p. 201.

conservação e restauração dos edifícios históricos¹⁵⁹. Para tanto, considerava necessário demolir casas aqui e acolá, ou mesmo um grupo de edifícios, criando no lugar uma praça ou jardim. O resultado pretendido é a criação de oportunidades para se introduzir áreas verdes nos centros históricos, enfatizando os valores arquitetônicos e a singularidade dos monumentos, através do aumento da quantidade de espaços vazios ao seu redor¹⁶⁰.

O *esponjamiento* é a manifestação espanhola de um raciocínio semelhante. Esta palavra deriva do verbo *esponjar*, que significa abrir buracos, tornar mais poroso um objeto. Ou seja, a expressão também se relaciona à criação de vazios no tecido urbano, em decorrência da eliminação de edifícios¹⁶¹.

Ocorre que o exagero na adoção dessas teorias tem acarretado, algumas vezes, a demolição de edifícios de inegável valor histórico, nos casos em que, apesar de sua importância para a identidade coletiva, não se tem o cuidado necessário para preservá-los¹⁶². Foi o que ocorreu, por exemplo, com relação à área do Raval, no centro histórico de

¹⁵⁹ JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986. p. 352. “This theory, first presented in 1913 (201), he called ‘diradamento edilizio’ (‘thinning-out’ of urban fabric). It meant keeping major traffic flows outside these areas so as to avoid cutting new streets into them; it also meant the improvement of the social and hygienic conditions as well as the conservation and restoration of the historic buildings.”

No mesmo sentido: BAETA, Rodrigo Espinha. Renovação urbanística da cidade de Roma após o Risorgimento: Fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2008. p. 1-61. p. 48. “Sem dúvida, sua teoria que pregava o *risanamento* (saneamento) dos bairros históricos através da prática do *diradamento*, ou seja o ‘rareamento’ da massa edificada a partir de pequenas demolições pontuais das áreas muito densas, abrindo praças e lugares de respiro, foi utilizada como argumento para muito dos desventramentos fascistas, principalmente o isolamento dos monumentos clássicos – como o Augusteo, por exemplo.”

¹⁶⁰ JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986. p. 352. “To reach this, he wrote, it was necessary to ‘demolish here and there a house or a group of buildings, and to create in their place a piazza or a garden’ [...]. [...] [that should] give an opportunity to introduce some greenery, and to emphasize the architectural values of single monuments by providing more space around them.”

¹⁶¹ GUTIERREZ, Gaspar Maza; TORNER, Francesc Magrinyà. Inmigración y huecos en el centro histórico de Barcelona (1986-2000). *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. V, n. 94, p. 1-19, ago., 2001. p. 3. “Si se analiza el significado que tiene en su literalidad el verbo esponjar se observa que significa ahuecar, hacer más poroso un cuerpo. La noción de hueco tiene asociada implícitamente una noción de vacío.”

Veja-se também: BENACH, Núria; TELLO, Rosa. En los intersticios de la renovación: Estrategias de transformación del espacio y flujos de población em Barcelona. *Revista de Geografía*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 3, p. 93-114, 2004. p. 104. “El ‘esponjamiento’ ha representado la apertura de espacios libres allí donde no los había junto a la remodelación de edificios históricos y la creación de infraestructuras culturales con el fin de preparar el centro para un proceso de ‘gentrification’ que se preveía difícil pero a estas alturas seguramente ya irreversible.”

¹⁶² CAPEL, Horacio. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado ‘Modelo Barcelona’. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, n. 233, p. 1-70, fev., 2007. p. 14. “Esas operaciones han llevado al derribo de edificios de valor histórico indudable, a veces catalogados, y se han destruido áreas emblemáticas de la alta edad media al siglo XIX. No

Barcelona. Este local foi incluído em um plano de revitalização, sendo ali construído o Museu de Arte de Barcelona, projetado por Richard Meier, em frente ao qual se situa uma enorme praça, praticamente vazia, a fim de dar maior destaque à fachada do museu¹⁶³.

Neste contexto, *entende-se que a criação de um vazio em área tradicionalmente ocupada por construções de valor histórico e cultural, não é a melhor opção. É preferível utilizar-se de artifícios para contextualizar o espaço com os elementos anteriormente existentes, buscando moldar o vazio de acordo com as referências presentes no contexto e no histórico da área*, que, no caso específico de Nápoles, abrigou dois grandes monastérios. Tal opção se amolda às já mencionadas lições da Gestalt, no sentido de que a percepção ocorre de um trecho restrito para uma visão global, evidenciando a importância de se contextualizar as diversas partes do todo, a fim de que o conjunto tenha unidade.

Pode-se assim, no âmbito da Arquitetura, adotar solução análoga à proposta por Brandi para o problema das lacunas na pintura, consistente na utilização de tinta neutra. Tal solução teria a virtude de possibilitar a leitura do traçado urbano até mesmo em suas lacunas, por meio de elementos que dêem continuidade ao desenho da cidade, tanto em planta quanto em volumetria.

Em conclusão parcial, sustenta-se que a conservação dos dois pavilhões remanescentes do Policlínico se justifica porque tais edifícios, ainda que não sejam a solução ideal, fazem parte da história da área há mais de cem anos. Por outro lado, o Plano Regulador Geral os considera como construções de menor valor histórico, permitindo sua demolição. Nesta hipótese, não faria sentido manter qualquer traço dos pavilhões, mesmo porque eles não estavam perfeitamente inseridos no contexto do local, mas propor algo novo para a área, buscando uma melhor solução para o conjunto.

Nesse sentido, a demolição dos pavilhões do Policlínico abriria uma brecha para que a próxima proposta se empenhe em valorizar mais a composição volumétrica tradicional da área. Isto porque a conformação destes pavilhões, dois grandes blocos retangulares e espaçados, excluiu a possibilidade de surpresas que a irregularidade do traçado antigo possibilitava aos transeuntes. Tal traçado tinha como marca as ruas estreitas

se ha prestado suficiente atención al mantenimiento del patrimonio inmobiliario existente, que además de su valor de uso tiene otro esencial para la identidad de la ciudad.”

¹⁶³ *Op. cit.* p. 12. “Las intervenciones decididas en los años 1980 aceptaron estas ideas, partiendo de la necesidad del esponjamiento del centro histórico. Se consideró que era preciso seguir con la apertura de dichas vías, pero también que debían introducirse adaptaciones en su trazado. [...] Simultáneamente se

e com desenho irregular, acompanhando a ondulação dos blocos edifícios, num ritmo inconstante, conduzido ora pela mudança na direção das ruas ou largos, ora por recuos ou prolongamentos de algum edifício, o que conferia à paisagem uma característica bem diversa da monotonia da regularidade. Já os citados pavilhões são contrários a essa tendência, pois estão soltos numa ampla área, sendo facilmente percebidos, mesmo à distância¹⁶⁴. Nas imagens abaixo tem-se uma noção do que foi dito.



69



70

FIGURA 69. Vista do *Vicolo Luigi De Crecchio*, continuação da *Via del Sole*, com destaque para os pavilhões do Policlínico à direita. Autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 70. Vista da *Via Maria Longo*, onde sua continuação é perpendicular ao *Vicolo Luigi De Crecchio*. Autoria de Filomena De Martino.

A alteração da perspectiva em decorrência da inserção dos pavilhões do Policlínico, além de acabar com o “fator surpresa”, expõe as fachadas dos edifícios no seu entorno de uma forma nunca antes evidenciada, já que existe um considerável espaço livre entre os pavilhões. Com isso, amplia-se o campo de visão, possibilitando um maior distanciamento do observador. Ocorre que as fachadas postas em evidência neste novo

realizaron vastas operaciones de fuerte renovación en el Raval, como la construcción del Museo de Arte Contemporáneo (MACBA) y la plaza situada ante el mismo.”

¹⁶⁴ SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992. p. 63. “[...] irregularidades não causam, de maneira alguma, um efeito ruim; ao contrário, aumentam a naturalidade, estimulam nosso interesse e, sobretudo, reforçam o caráter pitoresco do conjunto.”

contexto não possuem o tratamento necessário para serem contempladas de uma forma tão ampla, mesmo porque muitas delas sequer são principais. Com isso, a relação entre a rua e as fachadas é distorcida, como consequência da criação de novos ângulos e proporções entre os cheios e vazios. A seguir, o entorno do Policlínico.



FIGURA 71. Montagem das elevações da *Via della Sapienza*. A autoria de Filomena De Martino.



FIGURA 72. Montagem das elevações da *Piazza Miraglia*. A autoria de Filomena De Martino.



FIGURA 73. Montagem das elevações do antigo *Vico Ficariola*. A autoria de Filomena De Martino.



FIGURA 74. Montagem das elevações da *Via del Sole*. A autoria de Filomena De Martino.

Como já afirmado, não existe uma única solução para o problema. Qualquer que seja a proposta de trato do vazio urbano em centro histórico, é preciso, primeiro, empreender profunda retrospectiva histórica da área, analisando cuidadosamente suas transformações. Em seguida, a proposta deve buscar um diálogo entre a área e seu entorno, sempre pautado pelo bom senso e pelo juízo crítico. O tópico 3.5 deste capítulo analisa algumas proposições para o Policlínico de Nápoles, ilustrando essa difícil tarefa.

2.5. Delimitação do perímetro objeto de estudo.

O perímetro objeto de estudo, em relação à cidade de Nápoles, engloba o *complexo do Policlínico*, mais especificamente os dois pavilhões ainda existentes e a área vazia anteriormente ocupada pelo terceiro pavilhão, destruído por um terremoto na década de 80. Além deste complexo, também são objeto de análise as *mais expressivas construções do entorno imediato*, pois estão contextualizadas na mesma área.

Assim, o caso italiano compreende, ao norte, o ex Convento *Sant'Andrea delle Dame*, atualmente parte de um complexo de clínicas universitárias, juntamente com o Policlínico, com uma de suas faces voltada para a *Via della Sapienza*. Esta área ocupa um quarteirão inteiro. Na parte sul, onde está situada a *Piazza Miraglia*, tem-se como referência a *Chiesa della Croce di Lucca* e os blocos residenciais ao longo dela. Um pouco mais adiante, localiza-se o ex *Monasterio* (atual Conservatório de Música) e *Chiesa di San Pietro a Maiella*. A oeste, tendo como eixo o antigo *Vico Ficariola*, destaca-se uma cortina edilícia que compreende a *Chiesa della Sapienza*, o ex *Monasterio e Chiesa di Sant'Antonio di Padova* e o *Palazzo Conca*. Um pouco a frente estão o *Palazzo Mastellone* e a *Piazza Bellini*. Por fim, a leste, margeando a *Via del Sole*, tem-se uma seqüência de construções que une prédios residenciais, igrejas e órgãos públicos. Ali estão o ex *Monasterio di Santa Maria della Pietra Santa*, atual Corpo de Bombeiros, a desativada Igreja de *Santa Maria Maggiore* e a *Cappella Pontano*.

A hipótese de vazio urbano em centro histórico, objeto central deste estudo, compreende os dois pavilhões remanescentes do Policlínico (suscetíveis de demolição segundo o Plano Regulador Geral – PRG), bem como a área livre onde estava o terceiro pavilhão. O entorno imediato será abordado como forma de contextualizar e enriquecer esta discussão. A área em comento pode ser observada no mapa seguinte.



FIGURA 75. Vista aérea do centro histórico da cidade de Nápoles, Itália. O perímetro objeto de estudo foi delimitado pela linha vermelha. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área do Policlínico de Nápoles. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

2.6. Proposições para a área.

O Plano Regulador Geral, aprovado pelo Decreto n° 323/2004 do Presidente da Junta Regional da *Campania*, determina, em relação à área do Policlínico, que se promova:

Art. 157. Âmbito 26: Acrópole e Praça Cavour.

1. [...] A tal fim a variante se articula nas seguintes iniciativas:

[...]

f) a requalificação das ruas históricas e dos espaços públicos abertos;

[...]

2. [...]

[...]

b) o desnivelamento dos restos arqueológicos e também a evidenciação dos vestígios do complexo della Croce di Lucca sobre a área dos policlínicos, prévia demolição dos referidos pavilhões;

[...]

3. [...]

[...]

*d) intervenção relativa ao parque arqueológico na área dos policlínicos pela base de um projeto unitário;*¹⁶⁵

Outro artigo da mesma norma dispõe que a área do Policlínico pode abrigar as seguintes atividades, públicas ou privadas:

Art. 111. Unidade edilícia especial oito-novecentesca originária ou de reestruturação a estrutura modular.

[...]

6. [...]

*- órgãos públicos ou privados, de caráter cultural – tais como museus, bibliotecas, sedes expositivas, centros de pesquisa, arquivos – administrativo e direcional – como, por exemplo, sede de instituições públicas - religiosa, esportiva, hospitalar, assistencial em geral, escolar, mercantil, receptiva; habitações ordinárias, especiais, coletivas; são admitidos no andar térreo atividades artesanais de produção e os exercícios comerciais rápidos, desde que os cômodos do andar térreo, a serem utilizados no comércio, bem como outros eventuais cômodos do andar térreo e andares superiores sejam servidos de acessos autônomos aos espaços externos da unidade edilícia; é também permitida a utilização para sedes universitárias, com a condição de que o uso seja exclusivo para a inteira unidade edilícia.*¹⁶⁶

¹⁶⁵ Para acesso as normas ver: COMUNE DI NAPOLI. Aree tematiche – Territorio e Riqualificazione urbana – Servizi di Riqualificazione ed Arredo Urbano – Pianificazione urbanistica – Piano regolatore genelare – Variante generale al Prg – Norme di attuazione. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/1044>>. Acesso em 08 mar. 2008. Plano Regulador Geral, aprovado pelo Decreto n° 323/2004 do Presidente da Junta Regional da Campania: “Art. 157. Ambito 26: Acropoli e piazza Cavour.

1. [...] A tal fine la variante si articola nelle seguenti iniziative:

[...]

f) la riqualificazione delle strade storiche e degli spazi pubblici aperti;

2. [...]

[...]

b) il disvelamento dei reperti archeologici, nonché la messa in luce di quanto residuo del complesso della Croce di Lucca sottostante l’area dei policlinici, previa demolizione dei relativi corpi di fabbrica.

3. [...]

[...]

d) intervento relativo al parco archeologico nell’area dei policlinici della base di un progetto unitario.”

¹⁶⁶ *Ibidem.* “Art. 111. Unità edilizia speciale otto-novecentesca originaria o di ristrutturazione a struttura modulare.

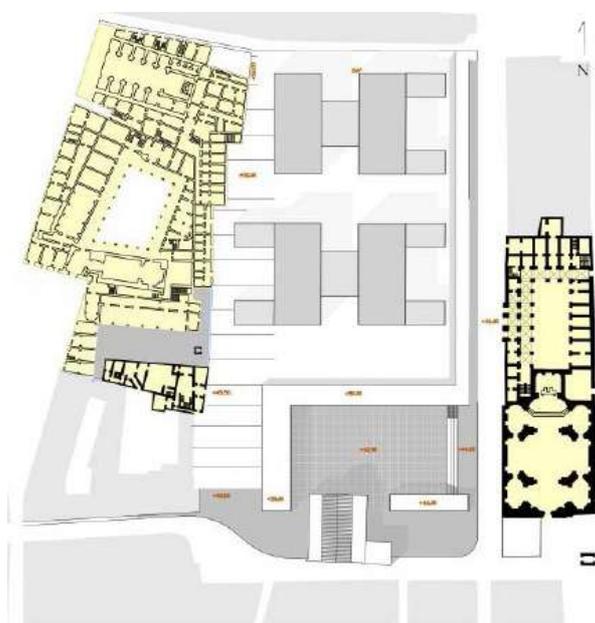
[...]

6. [...]

- attrezzature, pubbliche o private, a carattere culturale – quali musei, biblioteche, sedi espositive, centri di ricerca, archivi – amministrativo e direzionale – quali ad esempio sedi di istituzioni pubbliche – religioso, sportivo, ospedaliero e assistenziale in genere, scolastico, mercatale, ricettivo; abitazioni ordinarie, specialistiche, collettive; sono ammissibili al piano terra le attività artigianali di produzione e gli esercizi commerciali al minuto, a condizione che sia i vani del piano terra interessati da tali utilizzazioni che gli altri eventuali vani del piano terra e i piani superiori siano serviti da autonomi accessi agli spazi esterni all’unità edilizia; è altresì consentita l’utilizzazione per sedi universitarie, a condizione che l’uso sia esclusivo per l’intera unità edilizia.”

Por ocasião do *Master in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica*¹⁶⁷, no ano de 2007, foram debatidas e desenvolvidas algumas proposições para o Policlínico, dentre outras. Ao final dessas discussões, preponderaram *três propostas*: a primeira preservava os pavilhões remanescentes, a segunda sugeria sua demolição e manutenção de uma área não edificada, enquanto a última consistia numa nova edificação que ocupasse o vazio deixado pelos blocos do Policlínico. Em todas elas se mostravam presentes os objetivos de criar áreas verdes, espaços públicos, estrutura para um *campus* universitário e comércio local, além de um espaço dedicado à música, na *Piazza Miraglia*, tendo em vista que no entorno imediato situa-se o Conservatório de Música¹⁶⁸. Outra preocupação comum foi a valorização da *Chiesa della Croce di Lucca*, único vestígio do vetusto monastério que existia ali.

Nas imagens a seguir pode-se contemplar a primeira proposta, consistente na manutenção dos dois pavilhões do Policlínico. Observe-se o aproveitamento da estrutura existente e, na parte inferior, um alargamento da *Piazza Miraglia*. Tem-se, ainda, a instalação de áreas verdes e um bloco em “L” destinado a abrigar estabelecimentos comerciais.



76



77

FIGURA 76. Implantação do projeto com os dois pavilhões do Policlínico. Autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 77. Fotos da maquete do projeto com os dois pavilhões do Policlínico. Autoria de Vincenzo Peluso.

¹⁶⁷ A autora desta Dissertação foi aluna regular do referido curso, admitida mediante concurso.

¹⁶⁸ Instalado no antigo *Monasterio San Pietro a Maiella*.

A figura abaixo ainda se refere à primeira proposição e complementa as imagens anteriores. Nela se vislumbra a relação do projeto com a *Chiesa della Croce di Lucca* e o skyline da *Via del Sole*, realçando o percurso subterrâneo que liga a *Piazza Miraglia* aos pavilhões e, sobretudo, valorizando os vestígios arqueológicos do local.



FIGURA 78. Seção transversal do projeto com os pavilhões do Policlínico. Autoria de Vincenzo Peluso.

As próximas imagens mostram, da esquerda para a direita: 1) a área vazia a ser trabalhada, com apenas a *Chiesa della Croce di Lucca* na parte inferior; 2) a segunda proposta, consistente na demolição dos pavilhões e manutenção de uma área não edificada, destacando-se a extensão da *Piazza Miraglia* e a grande área verde limitada por anteparos que definem a antiga relação de proporção entre as fachadas dos edifícios e as ruas; 3) a terceira proposta, sugerindo uma nova edificação, composta por uma seqüência de blocos interligados que ocupem o vazio deixado pelo Policlínico e mantenham o mesmo limite da proposição anterior, fazendo, assim, uma releitura dos pátios internos, do modo como costumavam ser nos mosteiros antigos.

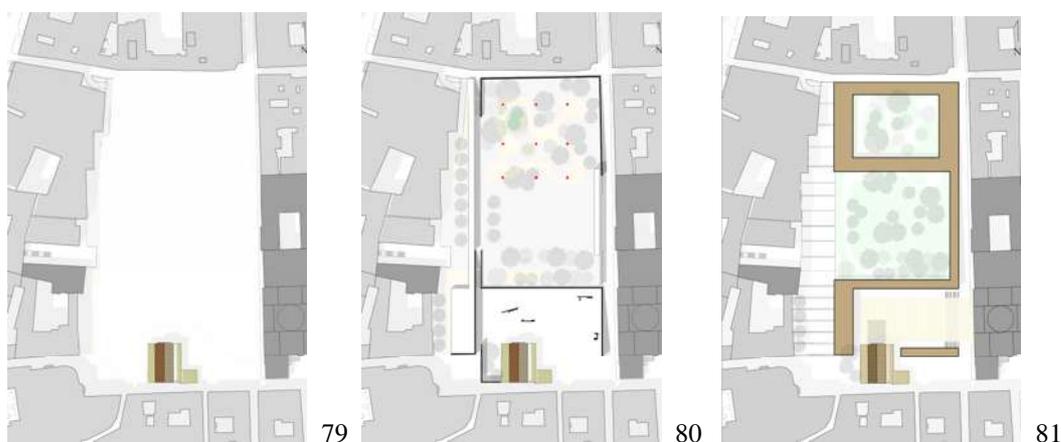


FIGURA 79. Área vazia sem os pavilhões do policlínico. Autoria de Filomena De Martino.

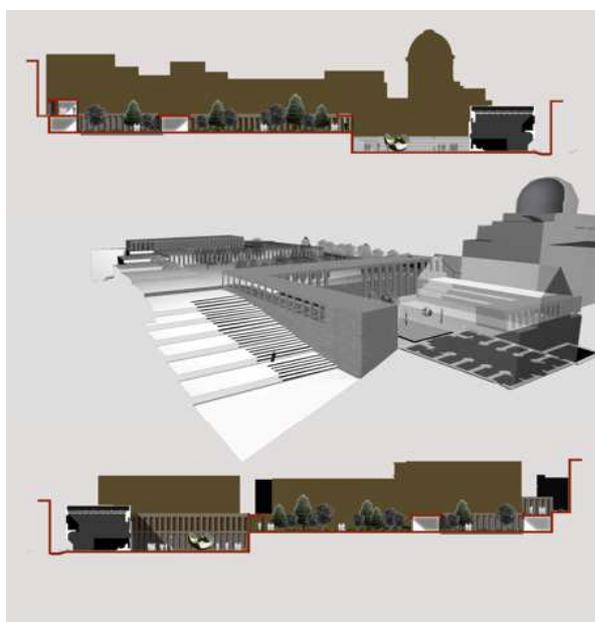
FIGURA 80. Implantação do projeto da área pública não edificada. Autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 81. Implantação do projeto da área pública edificada. Autoria de Filomena De Martino.

As próximas figuras tratam com mais detalhes da terceira proposta, a área pública edificada após a demolição dos dois pavilhões remanescentes do Policlínico. O escopo era o de intervir no lugar com nova arquitetura, tendo como referência os parâmetros anteriores ao Policlínico, a fim de estabelecer uma relação menos discrepante entre esse novo espaço e as ruas e fachadas dos edifícios ao seu redor. As funções propostas são, da quota mais baixa para a mais alta: lojas de artesanato, museu da música, espaços comerciais e universidade. Logo abaixo, consta um quadro com a estimativa de gastos para essa intervenção.



82



83

FIGURA 82. Implantação do projeto da área pública edificada. A autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 83. Elevação transversal no sentido da *Via del Sole*, perspectiva, elevação transversal no sentido do antigo *Vico Ficariola*. A autoria de Vincenzo Peluso.

Custos e Fases da Intervenção	
Demolição dos pavilhões do Policlínico	11.500.000,00 euros
Escavação e consolidação do percurso arqueológico	3.000.000,00 euros
Restauro da Fachada da <i>Chiesa della Croce di Lucca</i>	400.000,00 euros
Construção dos novos edifícios	9.000.000,00 euros
Sistematização externa	2.200.000,00 euros
Custo total da obra	26.100.000,00 euros

QUADRO 3. Cálculo estimado do custo da obra. A autoria de Vincenzo Peluso.

É possível analisar as três propostas apresentadas anteriormente segundo os parâmetros de intervenção propostos por Cesare Brandi¹⁶⁹. Tendo sempre em mente que cada caso é um caso, ou seja, que não existe uma única solução ideal, em abstrato, pode-se dizer, quanto ao primeiro projeto, que é válida a conservação dos dois pavilhões remanescentes, por se tratarem de acréscimos realizados no conjunto histórico, representando uma nova estratificação que faz parte da história do contexto. Contudo, o vazio resultante da demolição do terceiro pavilhão deve ser trabalhado. Neste caso, cabe recordar a lição de Brandi segundo a qual o que falta não é a questão mais grave, mas sim o que pode ser inserido indevidamente, dando origem a um corpo estranho. Atente-se, ainda, para a recomendação de que a solução para o problema da lacuna deve escapar da reintegração fantasiosa.

As técnicas preconizadas por Cesare Brandi para a reintegração de lacunas em obras de arte *não se aplicam ao caso sob exame, porque o Policlínico não se equipara às obras consideradas pelo referido pensador em seus estudos*, uma vez que não representa edifício de valor histórico, ao menos segundo o Plano Regulador Geral de Nápoles – PRG. Além disso, não há qualquer vestígio dos mosteiros que já existiram no local¹⁷⁰, os quais foram integralmente substituídos pela construção do Policlínico.

Quanto à pintura, por exemplo, Brandi sustentava ser possível a aplicação de tinta neutra, consistente na utilização de uma média das cores na obra, apesar de sua discutível imparcialidade. Para aperfeiçoar tal técnica, poderia ser utilizada a diferença de nível entre a lacuna e o restante da pintura ou mesmo o *tratteggio*. Este se vale de finas linhas verticais, de modo a reintegrar as lacunas. Todavia, a aplicação de qualquer destes métodos na Arquitetura só seria possível caso existisse, em construção de reconhecido valor histórico, alguma lacuna passível de reintegração, o que não é o caso. O que se tem, repita-se, é uma lacuna situada em área de interesse histórico, porém decorrente da demolição de um edifício desprovido desse valor.

Já quanto ao tratamento de vazios por meio da adição, Cesare Brandi advertia para o risco de se incorrer numa cópia, imitação ou falsificação. Deve-se evitar a reprodução de um edifício segundo o estilo de determinado período histórico, pois isto poderia gerar um engano acerca da época, material ou autor da obra, dando origem a um falso histórico e/ou artístico. Além disso, para esse pensador, a inserção de uma arquitetura

¹⁶⁹ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 18; 19; 35-37; 42-46; 60; 65-67; 71-76.

verdadeiramente contemporânea no contexto antigo é algo inaceitável. Assim, a instalação de um bloco em “L”, tal como sugerido na primeira das propostas referidas anteriormente, não seria desejável, porque as novas construções não se relacionariam com as referências históricas da área e por se tratarem de nova arquitetura. Abaixo, pode-se observar o limite dos antigos mosteiros com os pavilhões remanescentes do policlínico em contraste com o novo projeto proposto.



FIGURA 84. Mapa elaborado com base na Planta de Duca di Noya de 1775 e do estado atual de 2007. Em rosa o limite do ex. *Monasterio della Sapienza e della Croce di Lucca* e em vermelho os pavilhões do Policlínico. Autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 85. Implantação do projeto com os dois pavilhões do Policlínico. Autoria de Filomena De Martino.

Em suma, a intenção não é reviver um período anterior, com uma construção que deixou de existir, mas devolver a área à sua conformação original. Mesmo porque incluir ali um novo edifício, cuja forma negue a característica do lugar, destoando do contexto, recairia no mesmo equívoco do Policlínico. Ao contrário, deve haver um respeito em relação às formas tradicionalmente utilizadas, de modo que seja perceptível que se trata de uma construção nova, perfeitamente adaptada ao contexto do local, como o camaleão faz em relação à paisagem (*mímesis*), porém sem a pretensão de copiar um estilo. Essa nova construção deve recompor a unidade do conjunto urbano, sendo a mais próxima possível da perspectiva original em relação à massa, cor e altura.

¹⁷⁰ Refere-se aos mosteiros *della Sapienza e della Croce di Lucca*.

Ainda de acordo com a hipótese de aplicação das idéias de Cesare Brandi à situação do Policlínico de Nápoles, a remoção dos blocos remanescentes, preconizada na segunda e terceira propostas, só seria aceitável mediante uma justificativa plausível. Como no caso não se tem uma justificativa suficiente, a demolição dos referidos edifícios não seria aceita por Brandi, pois não seria possível que a supressão deixasse traços de si mesma sobre a obra, mesmo porque esta deixaria de existir, já que os edifícios seriam eliminados. Todavia, o Plano Regulador Geral de Nápoles – PRG adota solução diversa, pois permite a demolição desses edifícios, o que torna importante analisar também o tratamento a ser dado à lacuna que pode surgir no local.

Também sob esse aspecto, pode-se afirmar que as propostas de Cesare Brandi acerca da reconstituição não se aplicam ao caso do Policlínico. Primeiro, pela ausência de obra de reconhecido valor histórico a ser reintegrada e, segundo, porque se tais construções forem demolidas não haverá sequer uma base - leia-se um edifício - no qual possa ser aplicada a referida técnica. Por outro lado, a criação de um amplo vazio no local, com a demolição dos dois pavilhões remanescentes, cria a oportunidade para que uma nova construção venha a resgatar os parâmetros dos monastérios que já existiram ali, reintegrando-se ao contexto da área.

Especificamente quanto à segunda proposta, o vazio decorrente da demolição dos dois pavilhões do Policlínico persistiria, pois ali seria instalada apenas uma área verde não edificada, limitada por anteparos que pretenderiam recriar a sensação de bloco edilício que marcava o local. Ocorre que tais anteparos são muito sutis para representar essa cortina edilícia e recriar a perspectiva originária. Por essa razão, não se adequariam às idéias de Cesare Brandi.

Já o último projeto propõe inserir uma nova edificação na área do Policlínico. Esta nova construção seria composta por uma seqüência de blocos interligados que buscaria recriar a forma dos antigos monastérios fazendo, assim, uma releitura dos pátios internos. Na verdade, este edifício não teria exatamente a mesma massa construída que os antigos monastérios, mas, ainda assim, tentaria resgatar a perspectiva da rua, ao menos em sua essência, num exemplo de aplicação das Teorias de Cesare Brandi. A seguir pode-se observar a planta dos antigos monastérios, com base nos desenhos de Duca de Noya, em contraste com o segundo e o terceiro projeto. Nesse caso, note-se também a tentativa de recriar os antigos parâmetros das construções anteriores presente nas novas proposições.

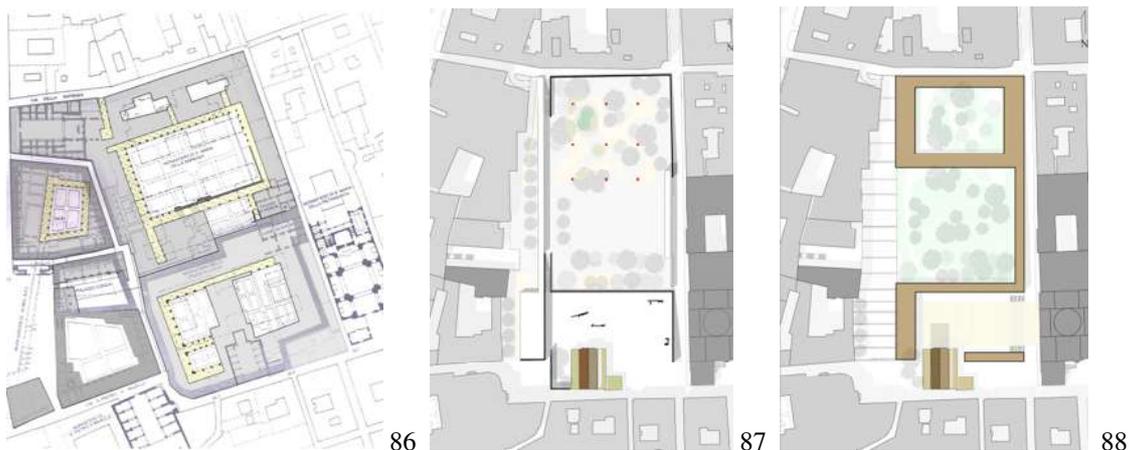


FIGURA 86. Mapa dos antigos monastérios elaborado com base na Planta de Duca di Noya, 1775. Autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 87. Implantação do projeto da área pública não edificada. Autoria de Filomena De Martino.

FIGURA 88. Implantação do projeto da área pública edificada. Autoria de Filomena De Martino.

Em suma, as intervenções em conjuntos históricos devem se pautar pela integração entre o antigo e o novo, que não destoe das características tradicionais do lugar. Deste modo, as próximas construções devem ser apenas uma nova estratificação, recriando a mesma realidade arquitetônica que já existiu¹⁷¹.

¹⁷¹ KÜHL, Beatriz Mugayar. *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*. R. CPC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006. p. 32. “Apesar de qualquer intervenção implicar mudanças, isso não deve significar cancelar fatos históricos de interesse para, naquele espaço, sobrescrever uma nova história, por melhor que seja essa “nova história”. Na arquitetura, em que em geral, a “mínima intervenção” assume um vulto maior, e em que muitas vezes são necessárias adições (mesmo que de natureza essencialmente técnica como uma nova rede hidráulica ou instalações elétricas) a ação contemporânea deve se colocar como um novo estrato, uma aposição, uma justaposição, uma integração e jamais como eliminação ou substituição de documentos históricos para forçar uma nova realidade totalmente diversa daquilo que lá existe.”

3. O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR E O PALÁCIO THOMÉ DE SOUZA

3.1. Breve contextualização histórica.

Concluída a análise do caso italiano, em Nápoles, passa-se agora ao estudo da experiência brasileira, na cidade de Salvador, estado da Bahia. Este primeiro tópico cuida especificamente da evolução histórica desta área, desde a formação até os dias de hoje.

Adota-se aqui o mesmo *método* empregado para a contextualização do caso italiano. Assim, em prol da concisão e clareza, serão abordadas *apenas as épocas históricas em que ocorreram significativas alterações urbanas em Salvador* deixando-se de mencionar outras que, apesar de relevantes do ponto de vista econômico, social ou político, não repercutiram decisivamente sobre as características arquitetônicas da cidade. Rememorando a ressalva já feita no capítulo anterior, cabe destacar que não se trata de reduzir o trabalho, omitindo fatos históricos, mas de direcionar a análise para o objeto central da tese, ainda que em detrimento de informações complementares, porém periféricas.

O domínio sobre Salvador foi definido antes mesmo de seu “descobrimento”. Isso porque, no final do século XV, potências europeias como Portugal e Espanha investiam maciçamente na expansão marítima, em busca de novas terras. Neste contexto, Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha, descobriu a América do Sul no final de 1494. Na época, contudo, não se sabia ao certo qual a extensão deste continente. Assim, os reis de Portugal e Espanha, com a intenção de prevenir futuros litígios sobre a propriedade das novas terras, celebraram o Tratado de Tordesilhas, estipulando uma linha imaginária de demarcação, de norte a sul do planeta, distante 370 léguas¹⁷² a oeste da ilha de Cabo Verde, na África. Por esse acordo, tudo que fosse descoberto a leste da linha pertenceria a Portugal enquanto as terras a oeste seriam da Espanha. Com isso, o Brasil viria a se tornar propriedade de Portugal, o que somente ocorreu de modo oficial em 1500, quando uma

¹⁷² “légua”. Medida de distância em vigor antes da adoção do sistema métrico, cujo valor era de aproximadamente 6.600 m. Dado encontrado em: Léguas. In: DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001. ICD-Rom.

expedição liderada por Pedro Álvares Cabral, com o objetivo de chegar à Índia, ancorou no país¹⁷³.

Há doutrina sustentando que o comandante da referida embarcação dava nome aos lugares descobertos conforme o dia do santo correspondente. Por isso, ao chegar numa ampla baía, em 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, teria denominado-a de Bahia de Todos os Santos, conforme aparece na Carta de Américo Vespucci a Pedro Soderini, em 1504¹⁷⁴. Apesar das controvérsias a esse respeito, a carta do Padre Manoel da Nóbrega, de 10 de agosto de 1549, fazia uma superficial referência à Bahia de Todos os Santos, como sendo o local onde se localizava a cidade, e que após as comemorações de *Corpus Christi* passou a ser conhecida como cidade do Salvador¹⁷⁵. Não se desconhece que o nome inicial da cidade era *São Salvador da Bahia de Todos os Santos*, porém, buscando simplificar o texto, de agora em diante será utilizada apenas a palavra Salvador.

Têm-se, no período do descobrimento, relatos de patrícios espanhóis que começaram a se fixar no Brasil, na região do atual Estado da Bahia, por recomendação da Rainha Catarina, de origem espanhola e esposa do então Rei de Portugal, Dom João III, além de trabalhadores que viriam a contribuir para a construção da futura capital¹⁷⁶.

O primeiro sistema utilizado para a colonização do Brasil foi o de *capitanias hereditárias*, em 1534, que consistia na doação, pelo Rei de Portugal, de um território a um donatário, que geralmente era um fidalgo e colaborador do Estado, para que o explorasse e administrasse. No exercício de suas atribuições, cabia ao donatário nomear funcionários, exercer a Justiça, cobrar impostos e distribuir terras (sesmarias) aos novos povoadores¹⁷⁷.

A capitania da Bahia foi entregue a Francisco Pereira Coutinho, que se estabeleceu em uma enseada e fundou uma vila na praia (local correspondente ao atual Bairro da Barra)¹⁷⁸, mais tarde conhecida como cerca Vila Velha ou “Povoação do

¹⁷³ Descobrimento do Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Microsoft Encarta. Buffalo (NY): Microsoft Encarta, 1999. 1CD-Rom.

¹⁷⁴ SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 110, 127.

¹⁷⁵ *Op. cit.* p. 177.

¹⁷⁶ SILVA, Alberto. *A cidade do Salvador: aspectos seculares*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, Livraria Progresso, 1957. p. 37-38.

¹⁷⁷ Capitanias Hereditárias. In: ENCICLOPÉDIA Microsoft Encarta. Buffalo (NY): Microsoft Encarta, 1999. 1CD-Rom.

¹⁷⁸ BRASIL. Ministério da Cultura – Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Cadernos técnicos n. 3., v. 1. p. 311.

SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 129; 141-142.

Pereira”¹⁷⁹. Após a morte deste donatário, o Rei de Portugal avocou a capitania, pois estava interessado em seus atributos militares e localização estratégica, para ali instalar a sede do Governo Geral - o que veio a ocorrer em 1549, além do fato de que o sistema de capitanias hereditárias não estava funcionando a contento¹⁸⁰.

Dando continuidade a essa política, Thomé de Souza foi o escolhido para governar o Brasil e ser o capitão-general da fortaleza de Salvador, construída com o propósito de se tornar a primeira capital do país¹⁸¹. Ao chegar ao local, tomou posse do povoado de vassallos portugueses (“Povoação do Pereira”), porém concluiu que não seria apropriado instalar ali a futura sede do Governo. Para esta foi escolhida uma área irregular, na porção interna da baía, no sentido norte, com aproximadamente 1000 metros de comprimento por 350 metros de largura, no ponto mais alto da costa. Com isso, a cerca de Vila Velha, localizada a uma légua de distância, funcionou apenas como suporte até que a nova cidade oferecesse condições suficientes para a transferência, apesar de que certo número de pessoas permaneceu ali para povoar e defender a vila¹⁸².

Destarte, *o local selecionado para a fundação da nova cidade era estratégico do ponto de vista militar*. Situado no alto de uma colina, cerca de 60 metros acima do nível do mar, com forte declive em direção à baía que a abrigaria, em área praticamente plana e com visão privilegiada. Era, ainda, cercado pelo vale do Rio das Tripas (também conhecido como Ribeiro) e de frente para um porto protegido, conforme se observa na imagem a seguir. Tal conformação forçava o inimigo a transpor o Rio das Tripas e subir as ladeiras da cidade que, na parte frontal do porto, apresentavam declive quase perpendicular, o que os colocava desprotegidos e vulneráveis ao contra-ataque. Assim, *as próprias características geográficas do lugar funcionavam como mecanismo de defesa*, complementado por duas fortificações na parte baixa, uma em cada extremidade, sendo a mais importante denominada de São Jorge, além do baluarte de Santa Cruz e da estância de São Thomé, junto à Porta de Santa Luzia, do baluarte de São Tiago e dos muros que

¹⁷⁹ CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 16-17.

¹⁸⁰ *Op. cit.* p. 23. Para maiores informações sobre a capitania da Bahia ver também p. 14-16.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 123-124.

¹⁸¹ Capitanias Hereditárias. In: ENCICLOPÉDIA Microsoft Encarta. Buffalo (NY): Microsoft Encarta, 1999. 1CD-Rom.

CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 27-28.

¹⁸² *Op. cit.* p. 57-58.

desciam a ribanceira em direção ao porto, como sugeria uma carta de Luiz Dias, mestre das obras¹⁸³.



FIGURA 89. Vista de Salvador, ca. 1624. Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 19.

O *núcleo primitivo de Salvador* foi erguido numa área irregular e fortificada, com os seguintes limites: ao norte, pela borda de um precipício que ia até o mar (onde hoje se localiza o eixo da Rua do Tijolo); ao sul, por dois baluartes e um vazio, este correspondente à atual Praça Castro Alves; a leste, por um trecho que coincidia em parte com a Rua dos Capitães, com encostas que desciam até o Ribeiro; e, por fim, a oeste, pelo mar e pela via hoje denominada Ladeira da Praça.

Na área em foco havia, ainda, quatro portas protegidas por baluartes. A primeira, ao norte, correspondente ao começo da Rua da Misericórdia, onde a depressão natural servia de fosso. A segunda, ao sul, denominada de Santa Luzia, em função de uma ermida¹⁸⁴ ali edificada. A terceira porta situava-se a leste, sendo acessível pelo Beco da

¹⁸³ Note-se que há divergência quanto ao número de fortes e à localização dos muros mencionados no texto. Neste estudo, adotou-se a orientação constante de documentos antigos, mencionada na obra: CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 58-63; 66.

¹⁸⁴ Pequena igreja ou capela em lugar ermo ou fora de uma povoação.

Água de Gasto (continuação da Rua do Tira-chapéu). A última delas ficava na porção oeste, onde hoje se localiza a Rua do Pau da Bandeira.

Pela porta ao norte tinha-se um caminho para o porto, onde mais tarde se originou a Ladeira da Misericórdia. Já a porta ao sul conduzia à Vila Velha¹⁸⁵. Destarte, *havia uma verdadeira acrópole no alto da colina, com variados sistemas defensivos*. Dois deles eram voltados para o mar, sendo um junto à Praça do Palácio e o outro no extremo da Travessa da Ajuda. Outros quatro sistemas defensivos voltavam-se para a terra, sendo que um deles protegia a Porta Sul (ou de Santa Luzia) enquanto os demais ficavam na parte leste, à mesma distância uns dos outros. Completando o arsenal protetor, havia muros com fossos profundos, traspassados por pontes levadiças.

Quanto ao traçado urbano do núcleo primitivo, a cidade tinha quatro ruas longitudinais, três transversais e duas praças, ou largos. A principal e também mais extensa era a Rua Direita dos Mercadores (letra A no croqui a seguir), que ia da porta norte à sul, com aproximadamente 300 metros de comprimento. As outras vias longitudinais eram as Ruas da Ajuda (B), do Pão de Lot (C) e dos Capitães (D), esta também conhecida como Rua do Brejo¹⁸⁶. Já as transversais eram, da esquerda para a direita, a Rua do Tira-Chapéu (ou da Assembléia, E), das Vassouras (F) e Travessa da Ajuda (ou Rua do Berquó, G). Infelizmente, não há vestígios destas fortificações do núcleo primitivo. Desde 1587, já não havia memória do local onde estiveram os muros da fundação da cidade¹⁸⁷.

¹⁸⁵ SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p.184.

¹⁸⁶ CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 119.

¹⁸⁷ SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 187-188; 193.

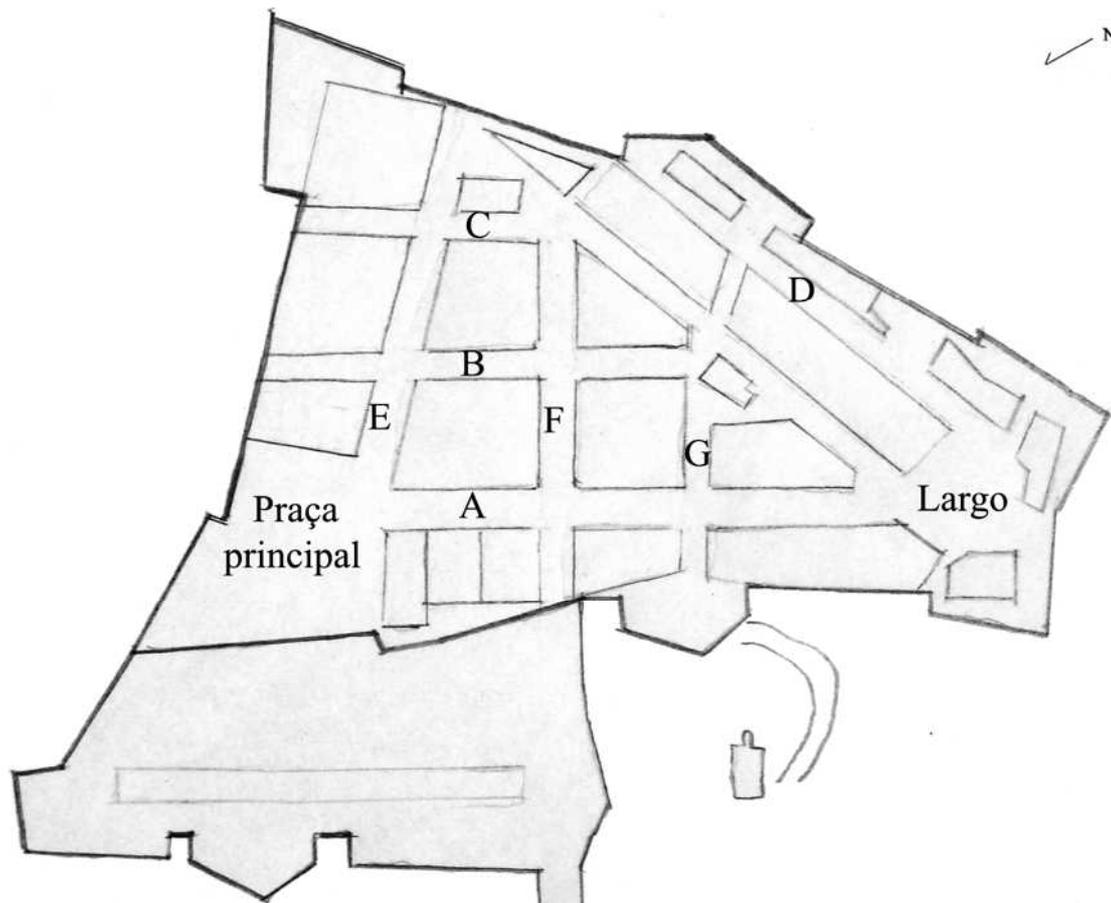


FIGURA 90. Croqui do traçado primitivo com as principais ruas e praças. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

Na Praça principal, ou do Palácio, onde fora construído o Pelourinho, encontravam-se o Palácio do Governador (identificado na figura seguinte pela letra A), a Casa de Câmara e Cadeia (D) e, ao norte, as Repartições da Alfândega e dos Armazéns (F). Ainda no interior dos muros, encontrava-se uma única e modesta igreja, dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, também conhecida como a Sé de Palha (C). Fora do limite dos muros, segundo cartas do Padre Manoel da Nóbrega, ficavam o Terreiro de Jesus, onde os padres da companhia de Jesus fizeram seu colégio, e o provisório Hospital que levava o nome de Nossa Senhora das Candeias (G), onde hoje se tem a Santa Casa da Misericórdia¹⁸⁸.

¹⁸⁸ *Op. cit.* p. 189-190; 192.

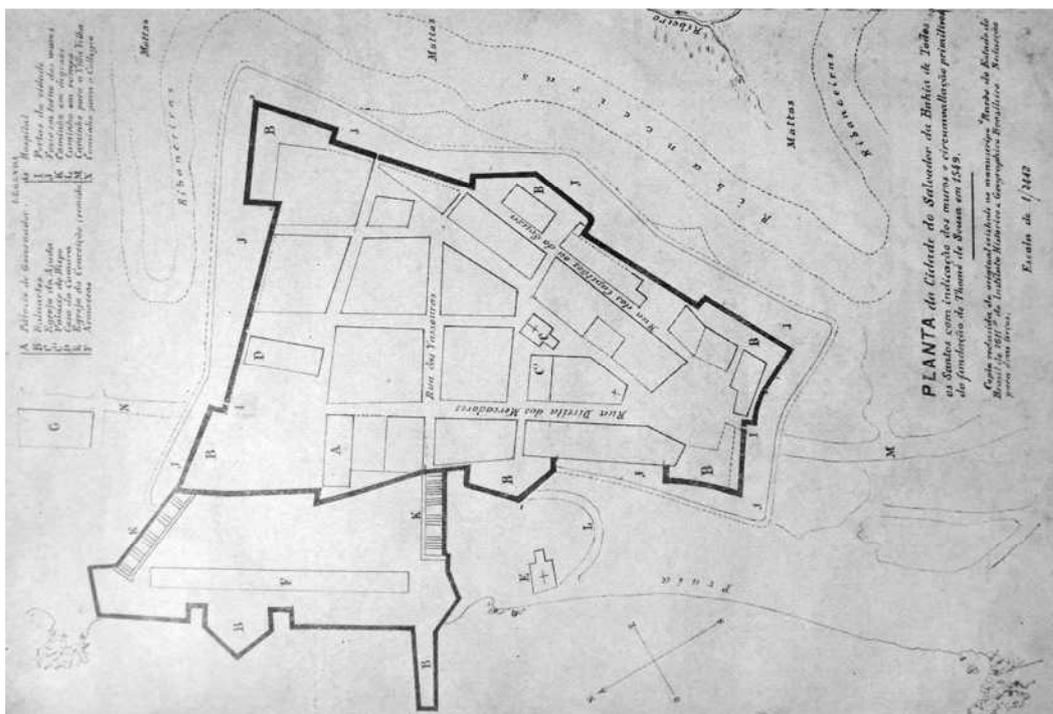


FIGURA 91. Planta primitiva de Salvador, no período da fundação de Thomé de Souza, com destaque para as muralhas, em 1549. Fonte: SAMPAIO, Theodoro. *Historia da Fundação da Cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 184 bis. Legenda: A) Palácio do Governador; B) Baluartes; C) Igreja da Ajuda; C') Palácio do Bispo; D) Casa de Câmara e Cadeia; E) Igreja da Conceição (ermida); F) Armazéns; G) Hospital; I) Portas da cidade; J) Fosso em torno dos muros; K) Caminho em degraus; L) Caminho em rampas; M) Caminho para Vila Velha; N) Caminho para o Colégio.

Ainda com base no mapa acima, pode-se observar que *o plano urbanístico inicial de Salvador foi planejado para ter um traçado regular*, que sofreu algumas adaptações em razão das inconstâncias do sítio¹⁸⁹. Para se ter um exemplo, o local onde hoje se encontram a Rua da Ajuda e a Praça Municipal passou por obras de terraplanagem, enquanto na Rua Misericórdia foi aterrado um fosso.

Os padrões de racionalidade e regularidade do traçado em análise eram inspirados na tradição europeia que, por sua vez, tinha como modelo as cidades do fim da Idade Média, com suas muralhas e plantas retangulares, bem como esquemas renascentistas aplicados sobre um plano xadrez¹⁹⁰.

¹⁸⁹ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 102-104.

Ver Também: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português: Séculos XIII – XVIII*, Portugal – Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 32.

MADEIRA, Teresa. Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. In: ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL, UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS - 1415-1822, 2001, Lisboa. Anais... Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses, mar. 2001. p. 247-264. p. 247.

¹⁹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 127-128.

*Com o crescimento urbano, o traçado foi aos poucos perdendo sua regularidade para se adaptar à topografia acidentada*¹⁹¹. Na imagem seguinte, observa-se que o núcleo primitivo se expandiu no sentido norte, para além dos muros, onde já se situavam o Colégio dos Jesuítas, com sua igreja (letra F no mapa seguinte), e o hospital dos pobres (D). Desta forma, surgiram novas ruas, como a atual Rua das Portas do Carmo, que ia do Terreiro de Jesus (R) até a Porta de Santa Catarina (P), posteriormente chamada Porta do Carmo, em função do convento ali instalado (H). A antiga Rua Direita dos Mercadores passou a ser designada como Rua Direita do Palácio, começando da Porta de Santa Luzia, ao sul (P), e indo até o Palácio do Governador (A). Posteriormente foi estendida até a Igreja da Sé (E), sendo que este novo trecho levou o nome de Rua da Misericórdia. Deste ponto em diante, era a Rua do Colégio. A interrupção do traçado em frente à Casa da Fazenda e Alfândega e dos Armazéns (C), no local em que hoje se situa a Rua do Tijolo, era motivada por uma profunda depressão¹⁹².

Fora das muralhas e portas, em direção ao mar, não havia ruas, somente caminhos íngremes que conduziam à praia. Na área pertencente ao Colégio dos Jesuítas (letra F no mapa seguinte) havia um caminho até o Armazém (O) de sua propriedade, localizado na praia, o qual se estendia também até a Fonte dos Padres (um dos pontos onde se colhia água potável), que serviria posteriormente para a base da Ladeira do Taboão.

Ainda a oeste, um segundo caminho partia do norte da Praça do Palácio até a Fonte do Pereira, a qual, nos anos seguintes, viria a se transformar na Ladeira da Misericórdia. Um terceiro, com traçado curvilíneo, atingia a praia nas proximidades da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, sendo que dele resta apenas um pequeno trecho que hoje pertence à Rua do Pau da Bandeira. Outro deles conduzia ao mesmo ponto do anterior e corresponde hoje à Ladeira da Conceição. Por fim, o último dos caminhos a oeste terminava no Forte Sobre o Mar, também conhecido como Forte de São Marcelo (L), e nos Armazéns da Alfândega (N).

Além dos citados caminhos da parte oeste, na direção do mar, havia diversos outros. Ao sul, por exemplo, os que conduziam à Vila Velha ou ao Rio Vermelho; ao norte, rumo ao interior da região, junto aos engenhos de açúcar e pastagens responsáveis pelo

¹⁹¹ *Op. cit.* p. 129-130.

¹⁹² SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 273-274.

abastecimento da cidade; além dos que se integravam ao Convento do Carmo (letra H no mapa seguinte), ao Convento São Bento (K) e à Ermida do Desterro (Q)¹⁹³.

Acrescente-se o fato de que os principais edifícios da cidade, tanto públicos quanto privados, além das lojas dos mercadores e das tendas dos artistas se localizavam na Rua Direita, então principal artéria do núcleo urbano. Paralela a esta havia a Rua da Ajuda, que também abrigava mercadores e importantes edificações, dentre as quais se destacavam a Antiga Sé de Palha (letra I no mapa seguinte) e o Palácio do Bispo (J). Na Praça principal (S), além do Pelourinho, estavam o Palácio (A), a Casa de Câmara e Cadeia (B) e a Casa da Fazenda, Alfândega e Armazéns (C). No terreiro de Jesus (R) se encontrava o Colégio da Companhia dos Padres (F) e sua Igreja, próximos ao Convento de São Francisco (G)¹⁹⁴.

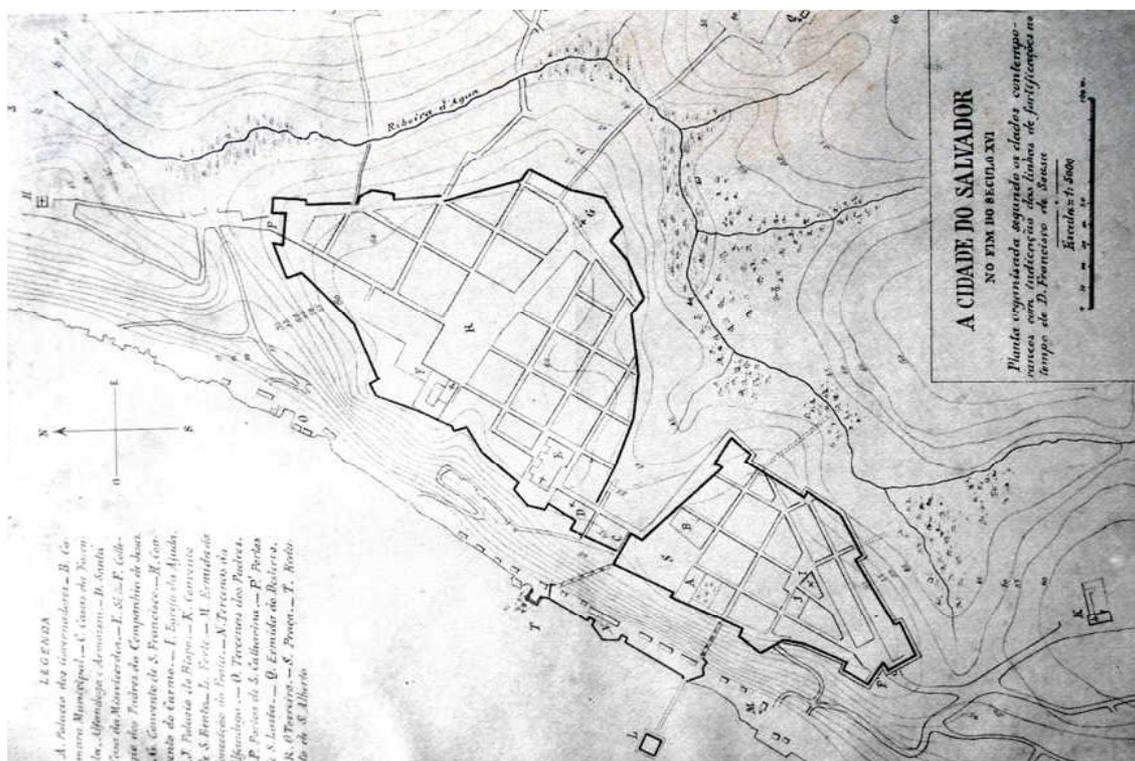


FIGURA 92. Planta primitiva da cidade de Salvador, com base no original do início do século XVII. Destaque para as muralhas da fundação de Thomé de Souza. Fonte: SAMPAIO, Theodoro. *Historia da Fundação da Cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 256 bis. Legenda: A) Palácio do Governador; B) Câmara Municipal; C) Casa da Fazenda, Alfândega e Armazéns; D) Santa Casa da Misericórdia ou Hospital dos pobres; E) Igreja da Sé; F) Colégio dos Padres Jesuítas; G) Convento de São Francisco; H) Convento de Nossa Senhora do Carmo; I) Igreja da Ajuda; J) Palácio do Bispo; K) Convento de São Bento; L) Forte; M) Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Praia; N) Armazéns da Alfândega; O) Armazéns dos Padres; P) Porta de Santa Catarina; P') Porta de Santa Luzia; Q) Ermida do Desterro; R) Largo Terreiro de Jesus; S) Praça do Palácio; T) Reduto de Santo Alberto. Tal imagem foi invertida para facilitar a leitura em relação às outras plantas.

¹⁹³ SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 274-275.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

Complementando as informações anteriores, Sylvio de Vasconcelos destaca que as cidades brasileiras da época possuíam quadras subdivididas em lotes, razoavelmente regulares, com cerca de duas, três ou quatro braças (4,4 metros, 6,6 metros e 8,8 metros, respectivamente) cujos fundos muitas vezes atingiam as ruas do outro lado¹⁹⁵.

Quanto à primeira área de formação da cidade, houve a ampliação das muralhas e a construção de uma série de cortinas ligadas aos baluartes, como nos fundos do Colégio dos Padres, no adro da Igreja da Sé e nos terrenos da Santa Casa da Misericórdia. *Todavia, na depressão situada entre o núcleo novo e o primitivo, correspondente à área da atual Rua do Tijolo, as muralhas eram interrompidas, o que fazia com que a cidade ficasse vulnerável a ataques inimigos*¹⁹⁶.

No que toca ao *traçado urbano*, as mais nobres ruas da época apresentavam, em média, sete a nove metros de largura¹⁹⁷. Os limites naturais da cidade eram o mar, a montanha e o brejo formado pelo Rio das Tripas, sendo que as muralhas funcionavam como um limite artificial. Ao norte havia a porta de Santa Catarina (hoje, Largo do Pelourinho) e ao sul a de Santa Luzia (atual Praça Castro Alves), defendidas, respectivamente, pelos baluartes São Tiago e São Thomé¹⁹⁸. Posteriormente, com o estabelecimento dos Beneditinos e dos Carmelitas, estas portas passaram a se chamar Porta do Carmo e de São Bento¹⁹⁹. A região com maior concentração urbana estava em torno da Porta de Santa Luzia, em razão da facilidade de acesso ao porto e por ser próxima da tradicional feira em que os índios trocavam mantimentos e produtos da caça e pesca com os moradores da baixada²⁰⁰.

As partes alta e baixa da cidade possuíam características bastante distintas. Esta última, também denominada de Ribeira ou praia, contava com reduzido número de vias públicas, havendo especial destaque para a que abrigava o porto e era margeada pelo

¹⁹⁵ VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 106.

¹⁹⁶ SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. p. 293.

¹⁹⁷ CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 118-119.

¹⁹⁸ *Op. cit.* p. 103-106.

¹⁹⁹ *Op. cit.* p. 107.

²⁰⁰ *Op. cit.* p. 47; 106.

Sobre o tema, apreciem-se, também, as lições de: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 55.

paredão da colina, onde posteriormente surgiria um comércio atacadista²⁰¹. Na beira mar, situavam-se apenas repartições e estabelecimentos ligados à navegação. Construções de extrema importância foram a Ribeira do Góis ou das Naus, que funcionava como ancoradouro, doca naval e estaleiro de reparação, a Casa dos Armazéns, onde se recolhiam o sal e outros produtos, a Casa da Fazenda e Contos, e a Casa da Pólvora²⁰².

Na parte alta da cidade, por outro lado, havia muitas vias públicas e duas praças. Esta área abrigava os órgãos administrativos e possuía também função residencial. Os edifícios mais importantes da época, sob o ponto de vista político, como, por exemplo, as sedes do governo geral e local, a Residência do Governador e a Casa de Câmara e Cadeia situavam-se numa mesma praça (atual Praça Municipal), o que converteu a região no centro de decisões da cidade²⁰³. O principal acesso aos referidos edifícios se dava por meio da Rua Direita do Palácio, sendo que acessoriamente a Rua da Ajuda e duas ladeiras que vinham do porto também conduziam até ali. Duas importantes características desse local, especialmente dignas de nota, são a forma grosseiramente triangular da malha urbana, na região do brejo, e a criação de um símbolo alusivo à autoridade do governo, o Pelourinho. Outras importantes edificações situadas nas proximidades da praça foram a capela em homenagem a Nossa Senhora da Ajuda, erguida em caráter provisório até que fosse construída a Igreja da Sé, e o Hospital das Candeiras, no local em que hoje se localiza a Santa Casa da Misericórdia²⁰⁴. Além disso, algumas importantes ruas da parte alta foram a Rua Direita do Palácio (atual Rua Chile), as ruas da Ajuda, da Praia e do Brejo além da Travessa da Ajuda²⁰⁵.

A ligação entre o porto e a parte alta da cidade era originalmente feita por meio de três ladeiras. A primeira, denominada de Ladeira da Misericórdia, passava pela Rua da Praia e pela praça onde se situavam os edifícios do governo. A segunda partia de trás da Ribeira das Naus e alcançava a Travessa da Ajuda. Por fim, a última delas era a Ladeira da Conceição. Posteriormente, outras formas de acesso foram criadas, como a Ladeira da Montanha, em 1878²⁰⁶, com declive mais brando, o elevador construído pelos

²⁰¹ BRASIL. Ministério da Cultura – Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Cadernos técnicos n. 3., v. 1. p. 311.

²⁰² CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 108-109.

²⁰³ *Op. cit.* p. 118-119.

²⁰⁴ *Op. cit.* p. 113-114.

²⁰⁵ *Op. cit.* p. 68; 103; 111; 113; 117-118.

²⁰⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 155.

padres jesuítas, os planos inclinados e, por fim, o elevador público erguido na área da Praça Municipal. Cumpre citar também o fato de que a cidade se comunicava de um extremo ao outro, praticamente em linha reta, por meio de duas vias principais: a Rua Direita do Palácio e sua paralela, Rua da Ajuda²⁰⁷.

Feitas essas breves considerações sobre o traçado original de Salvador, passa-se, agora, a abordar sua *expansão urbana*. Antes, porém, *cumpre ressaltar que as informações históricas podem ser divergentes conforme o autor consultado. Assim, optou-se por seguir as orientações de algumas obras clássicas, cujas afirmações baseiam-se na análise de documentos antigos, sem a pretensão de fornecer uma visão excludente ou de esgotar o tema*. Edison Carneiro, por exemplo, sustenta que o núcleo original de Salvador compreendia apenas o trecho localizado entre a atual Praça Castro Alves e a Praça Municipal, sendo delimitado por muralhas. Contudo, o mesmo autor pondera que não seria de todo equivocado admitir que já naquela época a expansão da cidade teria sido ainda maior, alcançando a parte externa das muralhas, principalmente ao norte, uma vez que existem indícios desse fato, como o Colégio dos Jesuítas²⁰⁸.

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que a parte sul de Salvador rapidamente atingiu a saturação. Assim, com a construção da nova Igreja da Sé, houve *relevante movimento edilício em direção ao norte*, sendo que por volta de 1584, o núcleo urbano já havia se estendido até Santo Antônio d'além do Carmo. A instalação do Mosteiro de São Bento, na parte alta, deu ainda mais força a esse movimento de expansão, prolongando-se até o atual Bairro da Barra e da Graça, pois atraiu moradores para sua vizinhança, vindos tanto da cidade quanto da Vila Velha. *Nesse momento, a cidade já extrapolara seus limites originários e as muralhas não mais existiam*²⁰⁹.

Segundo Luiz Dias²¹⁰, Salvador se desenvolveu paralelamente ao mar, seguindo a linha de cumeada e apresentando um traçado ortogonal, adaptado à topografia da região. A arquitetura da época pode ser sintetizada em três grandes momentos, cada um dos quais guiado por um interesse predominante. Destarte, tem-se: 1) a *arquitetura militar*, de 1599 a 1649, quando as diversas tentativas de invasão holandesa motivaram a substituição dos materiais tradicionalmente utilizados na construção (barro, taipa e palha)

²⁰⁷ CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 115-116.

²⁰⁸ *Op. cit.* p. 148 e 152.

²⁰⁹ *Op. cit.* p. 121.

por outros mais resistentes, numa evolução das técnicas construtivas; 2) a *influência religiosa* das construções, na segunda metade do século XVII; e 3) nos séculos XVIII e XIX, a *arquitetura civil* alcançou o auge, motivada pelo apogeu econômico do período do ouro. A seguir, sucinta análise de cada um desses períodos.

Como dito anteriormente, as origens de Salvador remontam a uma época em que Portugal pretendia assegurar sua propriedade sobre o Brasil e, para isso, determinou a instalação da sede do governo geral em uma região estratégica do ponto de vista militar. *Nessa época, foram erguidas importantes fortificações, como os fortes de São Jorge, Santa Cruz, São Thomé e São Tiago, dentre tantos outros.* No final do século XVI, a população girava em torno de 8.000 habitantes e a cidade era um importante porto de exportação de açúcar e fumo, além de porta de entrada de escravos, provenientes, sobretudo, da África²¹¹.

*A topografia de Salvador pode até ter contribuído para a formação da cidade, favorecendo seu sistema defensivo. Todavia, o desenvolvimento em dois planos, separados por uma íngreme escarpa, não se deu de forma fácil*²¹². *Em Nápoles, a topografia não propiciou uma ligação espontânea entre a parte baixa e as colinas, demandando a solução por meio de funiculares, o que somente veio a ocorrer séculos depois da formação do núcleo urbano originário, quando as partes altas da cidade passaram a ser povoadas*²¹³. *Salvador também conviveu com o problema do desnível. Contudo, aqui o desafio precisou ser enfrentado mais cedo, pois as partes altas foram as primeiras a serem ocupadas e era necessário conectá-las ao mar.* Esta parece ter sido a causa para, já no século XVI, os jesuítas terem construído um grande guindaste na cidade, chamado de Guindaste dos Padres, para o transporte de cargas e pessoas (hoje há no local o Plano Inclinado Gonçalves). Outras ordens religiosas, como os beneditinos e os carmelitas, seguiram, posteriormente, a mesma tendência²¹⁴.

Na figura abaixo destacam-se grandes áreas externas às muralhas, que correspondem, da esquerda para a direita, ao Quartel do Carmo, das Palmas e de São

²¹⁰ BRASIL. Ministério da Cultura – Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Cadernos técnicos n. 3., v. 1. p. 311.

²¹¹ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 36.

²¹² SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 63 e 64.

²¹³ A ocupação das colinas ocorreu na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, durante o período Bourbon.

²¹⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 65.

Bento. Dentre os diversos sistemas defensivos ali retratados, tem-se o Forte do Mar, ou de São Marcelo, abaixo da praça principal.



FIGURA 93. Mapa de Salvador elaborado por João Teixeira Albernaz I, ca. 1625 (1631). Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 27.

No século XVII, as ordens religiosas receberam grandes concessões de terra fora das muralhas e ali ergueram importantes edificações, como por exemplo, o Convento de Nossa Senhora do Carmo, dentre outros²¹⁵. Com isso, houve expansão urbana para além dos limites do núcleo original, dando origem a duas áreas de destaque: a Praça Administrativa, com a Casa de Câmara e Cadeia; e o Terreiro de Jesus, onde os jesuítas haviam implantado o seu colégio²¹⁶. Por volta de 1650, a população já atingira a marca de 10.000 pessoas e ainda iria duplicar até o final do século²¹⁷.

Os principais tipos de habitação da época eram os sobrados e as casas térreas, sendo aqueles com piso de assoalho e estas com chão batido. Na segunda metade do século

²¹⁵ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 36.

²¹⁶ BRASIL. Ministério da Cultura – Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Cadernos técnicos n. 3., v. 1. p. 311.

²¹⁷ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 37.

XVII, em razão da melhoria dos padrões construtivos, foram construídas residências maiores²¹⁸.

Ainda no século XVII, os livros de Posturas e as Atas da Câmara de Salvador demonstravam *preocupação em controlar a organização urbana*, revelando crescente interesse em relação ao abastecimento de água, abertura de vias, calçamento e alinhamento. Já em meados do século seguinte, a Câmara teria legislado sobre a aparência das construções e fiscalizado rigorosamente as fachadas, para que sua alteração não prejudicasse o alinhamento. Essa tendência se consolidou em 1726, quando foi proibida a edificação sem o consentimento oficial²¹⁹.

No final do século XVII, foi descoberto ouro em Minas Gerais, o que ocasionou grande afluxo de pessoas para a região, gerando demanda por alimentos. Isso favoreceu as fazendas de gado da Bahia, que se multiplicaram e passaram a abastecer essa área com carne. Contudo, o desmatamento utilizado para as pastagens criou grandes zonas semi-áridas, hoje correspondentes ao sertão baiano²²⁰. Essa tendência se acentuou na metade do século XVIII, quando também foi descoberto ouro na Chapada Diamantina, região da Bahia. Esse comércio de gado e metais foi especialmente favorável a Salvador, pois a tornou responsável pelo abastecimento de uma vasta área que ia do Piauí a Minas Gerais. Com isso, além de açúcar e fumo, que já eram produtos tradicionais desde o século XVI, o porto da cidade passou a exportar também ouro, tornando-se o maior do Atlântico sul²²¹. Com isso, Salvador alcançou o posto de segunda maior cidade do império português em termos populacionais, atrás apenas de Lisboa. Nessa época, os edifícios públicos foram quase todos substituídos por estruturas maiores e mais novas e houve a construção de importantes marcos arquitetônicos, tanto civis quanto religiosos²²².

Essa tendência de acelerado crescimento urbano continuou no início do século XVIII, quando até os terrenos mais íngremes foram valorizados, havendo a construção de várias ladeiras, como se observa abaixo, na vista de Salvador contida no livro de Froger.

²¹⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 150; 158-159.

²¹⁹ *Op. cit.* p. 121; 147.

²²⁰ Isso porque um regulamento vetava a criação de gado a menos de 10 léguas (60 quilômetros) do litoral, conforme: SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 37-38.

²²¹ *Ibidem*.

²²² Dados oficiais extraídos da página da: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Um pouco de História. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/cidade/dentro_mapas.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.

Na referida imagem há algumas casas nas encostas e as ladeira do Carmo, da Conceição, de Santa Tereza e da Praça aparecem, em grande parte, construídas. Na “cidade baixa” as construções se alinhavam ao longo da Praia da Ribeira até o Bairro Água de Meninos, alojando um número crescente de estabelecimentos comerciais, característica que perduraria até o final do século²²³.



FIGURA 94. Vista de Salvador do Livro de Froger, ca. 1695 (1698). Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 35 e 36.

Em relação à *estrutura das residências*, pode-se dizer que eram fortemente inspiradas nos palacetes de Lisboa, do século XVII. Uma das maiores foi o Palácio Episcopal, de 1715, feito em pedra de lioz portuguesa aparelhada. O andar térreo das residências costumava servir como depósito, loja ou acomodação de escravos, à exceção daquelas mais importantes, as quais ostentavam um tratamento diferenciado nas entradas²²⁴.

Nessa época, Salvador começou a adquirir a conformação urbana que mantém até os dias de hoje, marcada pela eliminação definitiva das muralhas e a adoção de uma arquitetura eminentemente religiosa, de estilo barroco, com edificações em lotes estreitos, ao longo de becos e ladeiras²²⁵. Em 1730, a parte central da cidade já estava quase totalmente desenvolvida, sendo que no seu entorno foram construídas a Praça Rio Branco, a Avenida Sete de Setembro, ruas que conduziam ao sul, em direção ao Forte de São

Consulte-se também: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 163.

²²³ *Op. cit.* p. 159.

²²⁴ *Op. cit.* p. 160-161.

²²⁵ BRASIL. Ministério da Cultura – Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Cadernos técnicos n. 3., v. 1. p. 311.

Pedro, e, ao norte, formou-se o Bairro de Santo Antônio. O crescimento urbano alcançou também as regiões da Quinta dos Padres, Água de Meninos e Alto da Soledade²²⁶.

No mapa abaixo, do Livro de Amédée François, datado de 1714, têm-se o Palácio (letra K), a Casa da Moeda (M), a Audiência (Tribunal da Relação, letra L) e a Casa de Câmara e Cadeia (P'), todos situados na praça principal (I)²²⁷. *Comparando-se o citado mapa com figuras anteriores, sobretudo a planta primitiva da cidade de Salvador, desenhada por Teodoro Sampaio, ou a imagem de João Teixeira Albernaz, pode-se perceber que a cidade evoluiu, seu sistema defensivo foi aprimorado e as muralhas ampliadas na direção do Mosteiro de São Bento, à direita. Ademais, foram incluídos os novos bairros surgidos no entorno do Convento de Nossa Senhora do Carmo, à esquerda, e na direção da Igreja de Nossa Senhora da Palma, ao norte*²²⁸.



FIGURA 95. Recorte da Ilustração do Livro de Amédée François, ca. 1714. Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 30. Legenda: As letras de interesse já foram mencionadas no texto.

²²⁶ Dados oficiais extraídos da página da: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Um pouco de História. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/cidade/dentro_mapas.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.

²²⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 164.

²²⁸ *Op. cit.* p. 176.

Ratificando os dizeres do parágrafo acima, a planta de Salvador elaborada por João Massé, a seguir, revela a existência de vários projetos de fortificação, com destaque para o da cidadela da Palma (1), próximo à Casa da Pólvora (2), cujos quartéis, somados, possuíam área comparável ao núcleo primitivo da cidade, ao passo que na figura anterior (ilustração do livro de Amédée François) era uma simples área vazia²²⁹. Comparando a figura seguinte também com a planta primitiva da cidade de Salvador, desenhada por Teodoro Sampaio, e a imagem de João Teixeira Albernaz, observa-se que foram feitas inúmeras construções religiosas, como as igrejas de Santo Antônio (3), do Desterro (4), de Santa Tereza (5), da Palma (6), do Rosário (7), do Pilar (8) e do Corpo Santo (9)²³⁰.

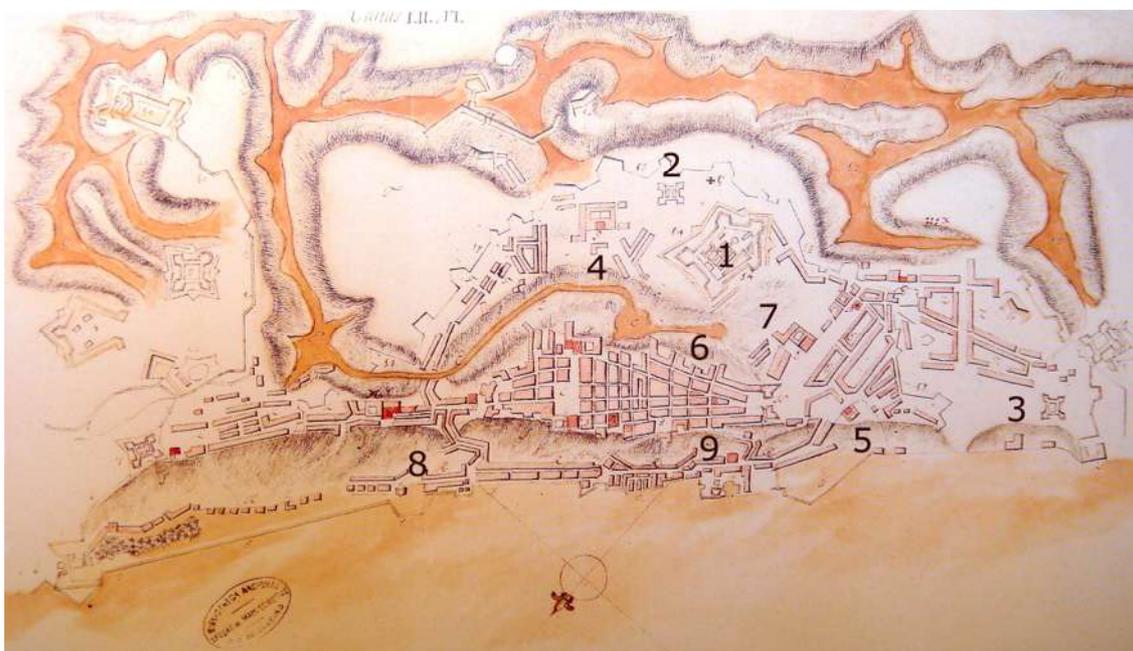


FIGURA 96. Planta da cidade de João Massé reproduzido por Vilhena, ca 1715 (1801). Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 37. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

Já na imagem seguinte, do final do século XVIII, destaca-se, em vermelho, o aumento da ocupação no sentido leste, oposto ao mar, para uma área além das antigas hortas, onde havia uma vala por onde corria o dique do Rio das Tripas:

²²⁹ *Op. cit.* p. 177.

²³⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. p. 180.



FIGURA 97. Mapa de Salvador, ca. 1785. Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 43. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

O êxodo de pessoas para outras regiões, bem como a transferência da Capital para o Rio de Janeiro, em 1763, fizeram com que a população de Salvador permanecesse praticamente inalterada na segunda metade do século XVIII, mantendo a cifra de 40.000 habitantes²³¹. Os efeitos negativos dessa transferência só não foram maiores porque Salvador se manteve como capital da província, durante o Império, e como capital do Estado da Bahia após a Proclamação da República, em 1889²³².

No início do século XIX, a população era de 45.000 pessoas e, por volta de 1900, já teria quase quadruplicado, atingindo a marca de 206.000 habitantes. Nessa época, a economia local sofreu forte alteração, pois com a escassez de ouro em Minas Gerais e na Bahia este metal foi substituído pela cana de açúcar, que se tornou o principal objeto do comércio²³³. Tais transformações contribuíram para a expansão urbana da cidade, marcada pelo surgimento de novos bairros, sobretudo ao norte, onde se instalou a população de classe média baixa.

Houve também o incremento dos meios de transporte, com a construção de novas ruas, viadutos, linhas de transporte coletivo e um elevador hidráulico, ligando a

²³¹ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 39.

²³² *Op. cit.* p. 74.

²³³ *Op. cit.* p. 39-40; 41.

cidade alta à baixa, além da construção de diversas ferrovias²³⁴. Além disso, foram feitos alguns aterros para a melhoria e ampliação do porto, conforme se observa na figura abaixo, resultando na criação das ruas Conselheiro Dantas, Portugal, e do Cais Novo, atual Miguel Calmon²³⁵.

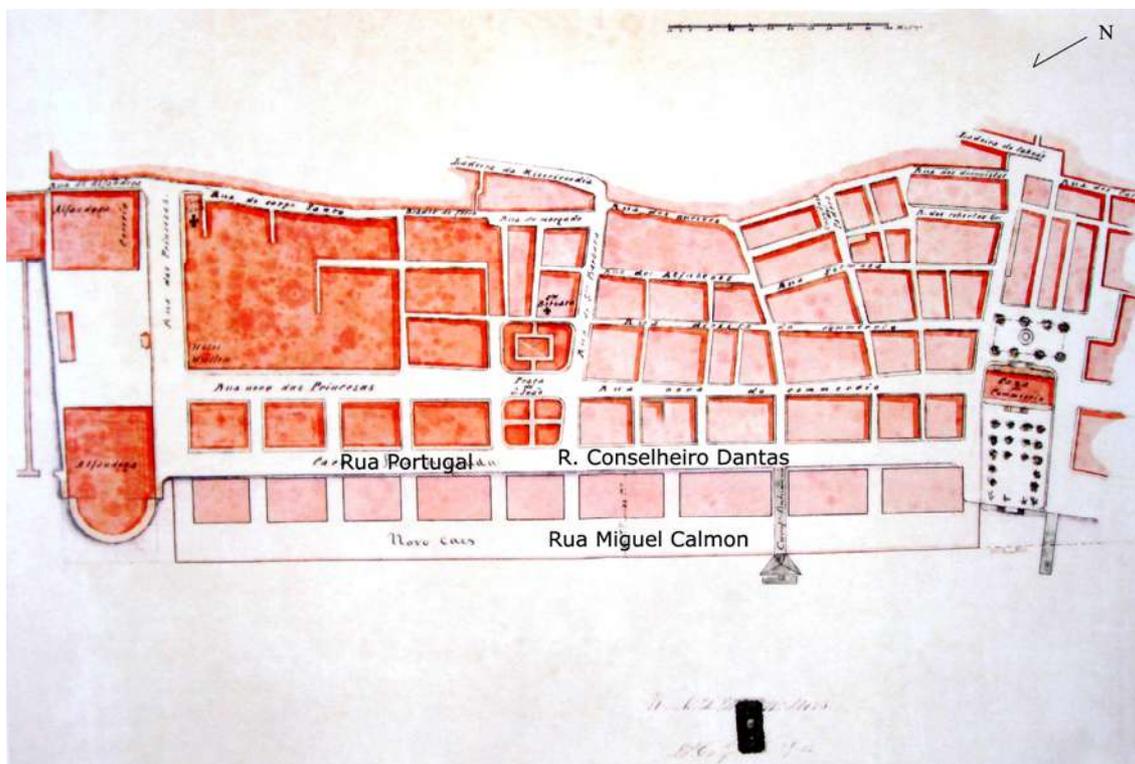


FIGURA 98. Planta do Alargamento do Cais, da Praça Riachuelo à Alfândega Nova, 1873. Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 41. Note-se que esta imagem foi desenhada de forma invertida.

Uma importante obra, do ponto de vista histórico e cultural, teve sua construção iniciada em 1806 e concluída em 1812. Trata-se do Teatro de São João, que colocou em evidência o Largo do Teatro, convertendo-o num dos principais largos da época²³⁶. Houve ainda a ampliação do traçado urbano, sobretudo de 1822 a 1890, por exemplo, com o acréscimo dos bairros de Itapagipe, Penha, Bonfim e Calçada, ao norte; Barra, Vitória, Graça e Rio Vermelho, ao sul; Brotas, a leste, além de novas ladeiras criadas para ligar a cidade baixa à alta. Pode-se, ainda, citar a implantação da Rua da Vala,

²³⁴ *Op. cit.* p. 40.

²³⁵ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 42.

²³⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 74.

decorrente da canalização do Rio das Tripas, desde o Bairro do São Bento até a Baixa dos Sapateiros, a qual será enfocada a seguir, além da construção do elevador Lacerda²³⁷.

No mapa a seguir, observa-se que a ampliação urbana respeitou as características originais do relevo, adaptando-se a elas, o que redundou num desenho muito mais orgânico que o do núcleo primitivo, de malha regular.

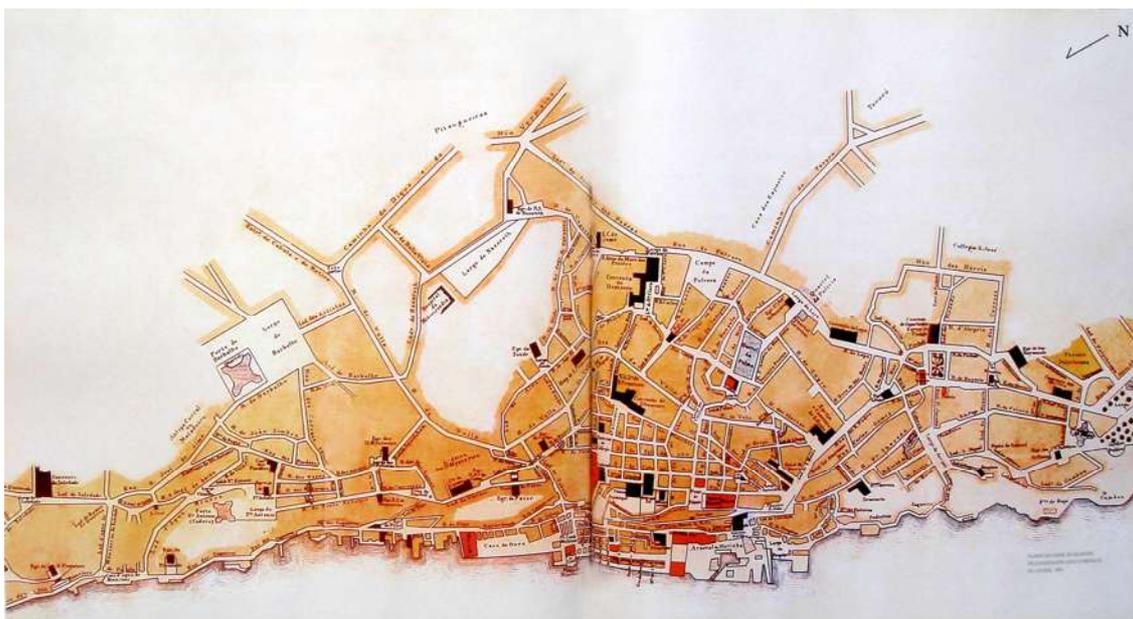


FIGURA 99. Planta de Salvador pelo Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, 1894. Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 264-265.

Já no mapa topográfico de Salvador e seus subúrbios, a seguir, confeccionado por Carlos Weyl, no século XIX, tem-se a expansão da malha urbana ao longo da Baía de Todos os Santos e alguns pontos isolados de ocupação na área periférica.

²³⁷ Dados oficiais extraídos da página da: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Um pouco de História. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/cidade/dentro_mapas.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.

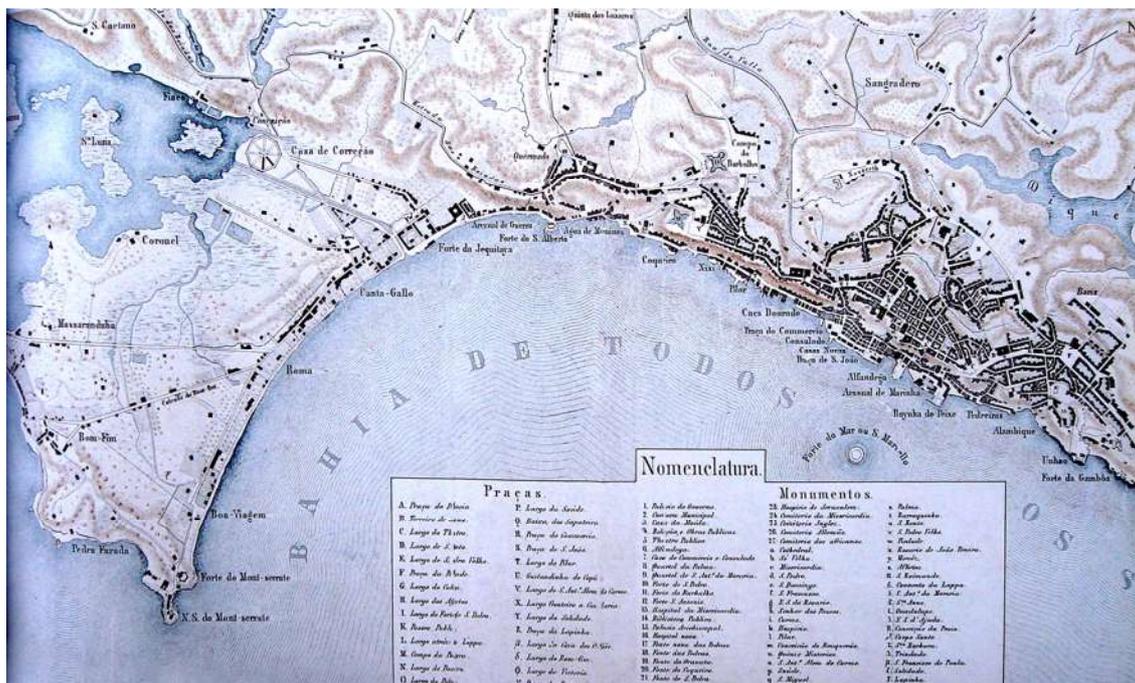


FIGURA 100. Mapa Topográfico de Salvador e seus subúrbios do século XIX, Carlos Weyl. Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 167.

No final do século XIX, mais precisamente em 1888, a abolição da escravatura contribuiu para a decadência das atividades agrícolas baseadas nessa forma de trabalho²³⁸. Com isso, a economia açucareira entrou em crise. Ocorre que, posteriormente, os progressos obtidos na cultura do cacau, sobretudo ao sul do Estado da Bahia, *inverteram parte do fluxo migratório*, gerando um amortecimento demográfico em Salvador²³⁹.

Pouco antes, em 1851, o Governo Imperial permitiu a demolição do passadiço existente entre o Palácio e a Casa da Relação, visando a aumentar a área útil da praça. Pelo mesmo motivo, autorizou-se a demolição do edifício da Relação, o que, em 1869, também viria a ser solicitado por Antônio Lacerda, para construir no local o elevador hidráulico da Conceição. Todavia, a falta de recursos fez com que, por muitos anos, nada fosse edificado ali. Quando finalmente se decidiu urbanizar a praça, a Casa da Moeda, de 1694, já não existia, pois fora substituída pela Imprensa Oficial do Estado, no ano de 1915, localizada ao lado da Biblioteca Pública, de 1919²⁴⁰.

²³⁸ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 43.

²³⁹ *Op. cit.* p. 44.

²⁴⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 69.



101



102

FIGURA 101. Imagem da Praça Thomé de Souza com Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial na parte de baixo da foto. Fonte: NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. Contraponto: o museu do Ara Pacis no centro de Roma e o Palácio Thomé de Souza no centro histórico de Salvador. In: MARIANO, Liliane; NETO, Joaquim Viana; MORAES, Ariadne (Org.). *Paisagens mediadas: olhares sobre a imagem urbana*. Salvador: UNIFACS, 2008. p. 95-138. p. 122.

FIGURA 102. Foto da Imprensa Oficial à esquerda e da Biblioteca Pública à direita e o edifício do Fórum na parte posterior desta. Fonte: NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. Contraponto: o museu do Ara Pacis no centro de Roma e o Palácio Thomé de Souza no centro histórico de Salvador. In: MARIANO, Liliane; NETO, Joaquim Viana; MORAES, Ariadne (Org.). *Paisagens mediadas: olhares sobre a imagem urbana*. Salvador: UNIFACS, 2008. p. 95-138. p. 124.

Tal como ocorrera em Nápoles, porém em menores proporções, as epidemias também fizeram inúmeras vítimas em Salvador. Em 1855, por exemplo, a cólera causou 25 mil óbitos nas principais cidades do recôncavo baiano, como Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, além de Salvador, sendo que em 1857, a febre amarela matou outras três mil pessoas apenas na capital baiana²⁴¹. As epidemias geraram uma crise no abastecimento, pois os comerciantes e criadores, com medo, evitavam negociar, o que elevou os preços de vários produtos e causou escassez²⁴².

Nesse contexto, a construção da Rua da Vala, atual Rua Doutor José Joaquim Seabra, sobre a vala central do Rio das Tripas, desempenhou importante papel. Referido rio teve seu nome derivado do costume local de ali se atirar restos de animais e todo tipo de sujeira, o que tornava a região foco de várias doenças. A construção da Rua da Vala foi lenta e difícil, em virtude das características do lugar, alagadiço e suscetível de se converter num pântano, porém contribuiu decisivamente para a melhoria das condições sanitárias. Porém tais condições pioraram em 1873, quando a crise financeira se acentuou e o governo diminuiu as verbas para limpeza. Com isso, houve o retorno do beribéri, da febre amarela, da varíola, da erisipela, da tuberculose e de outros males crônicos que

²⁴¹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 78.

²⁴² *Op. cit.* p. 89.

atingiram também a burguesia²⁴³. Com isso, encerram-se as breves considerações sobre século XIX e passa-se, agora, à análise do período contemporâneo.

No início do século XX, grande parte do sistema de transportes já estava instalado, sendo que um bonde servia as áreas mais adensadas, como os bairros da Barra, Rio Vermelho, Brotas, Retiro, Liberdade e Itapagipe, além dos fortes de São Pedro e Barbalho²⁴⁴. Esse novo meio de transporte, juntamente com os automóveis, acarretou o alargamento de várias vias, permitindo a substituição de edifícios antigos por outros mais novos. Com isso, *surgiram os primeiros arranha-céus de Salvador*, pertencentes a bancos e grandes empresas comerciais, localizados sobre os aterros do porto, na “cidade baixa”, bem como os que abrigavam repartições públicas, hotéis e jornais, ao longo das vias de maior importância da “cidade alta”²⁴⁵.

Essas novas formas de transporte requereram *adaptações na malha viária*, como o alargamento das ruas da Misericórdia, Chile, Ajuda e Carlos Gomes, além da Avenida Sete de Setembro, todas na parte alta, e das ruas Portugal e Conselheiro Dantas, na parte baixa²⁴⁶. Houve também a criação da Rua Visconde de Mauá e a diminuição do declive de outras vias²⁴⁷. Destacam-se, ainda, a demolição da velha Igreja da Sé e de outros quatro quarteirões nas redondezas, a fim de ali edificar a Praça da Sé e um viaduto que a conectava com a Rua da Ajuda²⁴⁸. Complementando essas obras, foram adotadas medidas para descongestionar o tráfego, especialmente no coração da região central, onde o problema se mostrava mais intenso, em virtude da ausência de centros secundários e da concentração das atividades em um mesmo local²⁴⁹.

Quanto à população, os cerca de 40.000 habitantes que Salvador possuía na metade do século XVIII já haviam aumentado para 550.000 no século XX²⁵⁰. Após 1940, o progresso agrícola, sobretudo na produção do cacau, fez com que a cidade passasse a receber emigrantes provenientes de áreas rurais do interior do Estado, interessados em

²⁴³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 120.

²⁴⁴ Dados da: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Um pouco de História. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/cidade/dentro_mapas.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.

²⁴⁵ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 45.

²⁴⁶ *Op. cit.* p. 107.

²⁴⁷ *Op. cit.* p. 111.

²⁴⁸ *Op. cit.* p. 120.

²⁴⁹ *Op. cit.* p. 124 e 126.

²⁵⁰ *Op. cit.* p. 37.

trabalhar na lavoura²⁵¹. Desse período em diante, a população de Salvador aumentaria, em média, 15.000 habitantes por ano, *dos quais dois terços provenientes do interior*²⁵². Isto levou a uma grande extensão da superfície construída²⁵³.

Todavia, a oferta de empregos não foi suficiente para absorver toda essa nova mão-de-obra, contribuindo para a formação de cortiços em áreas desprovidas de infraestrutura básica e ocupadas ilegalmente, conhecidas como “invasões”. Por outro lado, os beneficiados pela indústria ou comércio construíram luxuosos edifícios nos bairros da Graça e da Barra²⁵⁴. Conseqüência dessa expansão urbana foi também a criação de um novo núcleo comercial no Bairro Liberdade, além daquele já existente nas adjacências do porto.

O mapa a seguir traz uma síntese da ocupação do espaço na metade do século XX. Do interior em direção ao mar, predomina a área ocupada pela classe mais pobre, seguida de trechos que abrigavam a classe média, intercalados com pequenas zonas decorrentes de invasão e, no litoral sul, ficava a parcela mais abastada da população. Por fim, há dois núcleos, um comercial, situado junto ao porto, e outro industrial, próximo às áreas invadidas, nos bairros da Penha e Mares²⁵⁵.

²⁵¹ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 45-46.

²⁵² *Op. cit.* p. 47.

²⁵³ *Op. cit.* p. 64.

²⁵⁴ *Op. cit.* p. 49.

²⁵⁵ *Op. cit.* p. 50.

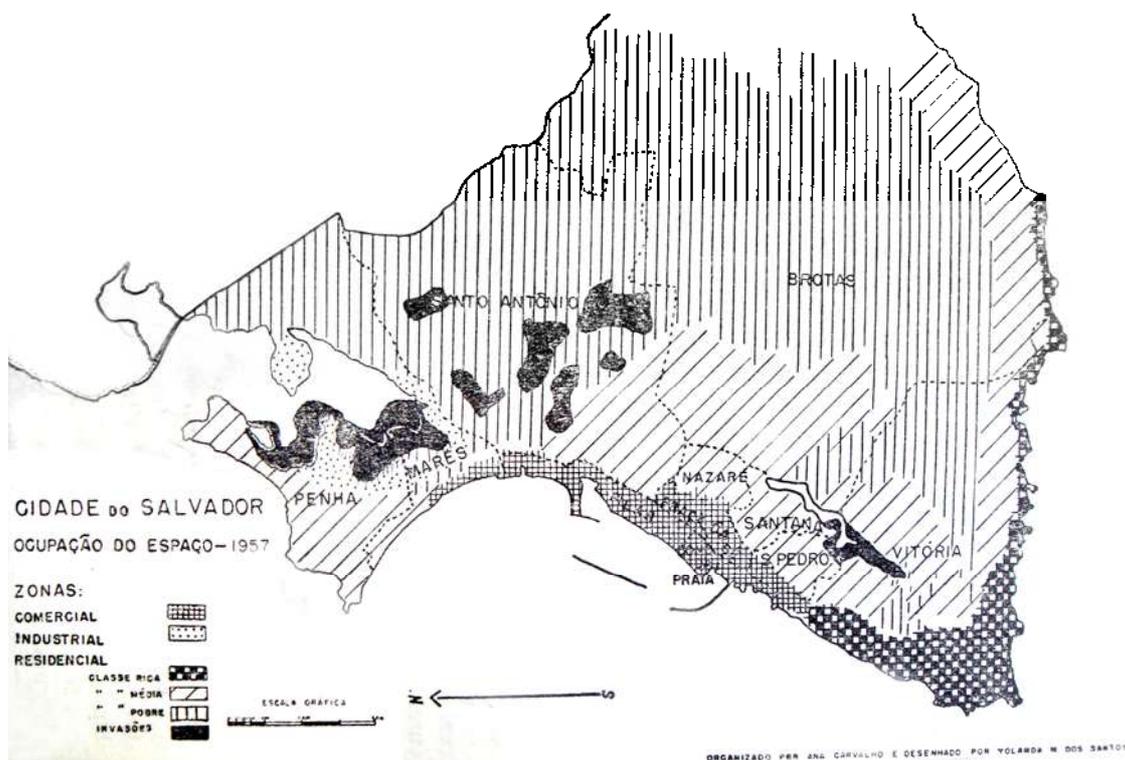


FIGURA 103. Mapa das diferentes áreas de ocupações em Salvador. Fonte: SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 55.

A topografia *sui generis* da cidade condicionou sua ocupação e demandou diversas intervenções humanas, como o nivelamento da área da Praça Municipal e da Rua Misericórdia, o aterramento do porto, dentre outros²⁵⁶.

O primeiro vale a ser ocupado foi a Baixa dos Sapateiros, em 1835. Daí em diante, o crescimento da população e a melhoria das técnicas construtivas facilitaram a edificação em terrenos com declive, antes ocupados apenas pelos mais pobres. Ademais, a valorização de tais terrenos, em decorrência de obras públicas e das facilidades de transporte, ocasionou a expulsão dos antigos moradores. As praias atlânticas também são de ocupação recente e os terrenos ali situados aumentaram muito de preço após a construção da auto-estrada que liga o aeroporto ao centro da cidade. Apesar da grande valorização dessas novas áreas, é curioso notar que a maior densidade demográfica ainda se encontra no centro, parte mais antiga da cidade e com dificuldades de ocupação decorrentes de suas características topográficas²⁵⁷.

²⁵⁶ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 56.

²⁵⁷ *Op. cit.* p. 56-58.

Em 1950, a construção da BR-116 (Rio-Bahia) e a instalação de grandes empresas, como a Petrobrás e outras refinarias, gerou intenso fluxo migratório para Salvador e seu entorno, tendência que se acentuou na década de 70, com a criação do Pólo Petroquímico²⁵⁸. Neste contexto, algumas mudanças foram essenciais para melhorar a dinâmica da cidade, como a proliferação das avenidas de vale, facilitando a expansão em diversas direções, a construção do Shopping Iguatemi e o desenvolvimento de um sofisticado núcleo comercial na Barra²⁵⁹. Além disso, a criação do Centro Administrativo da Bahia – CAB, a cerca de 15 quilômetros do tradicional centro da cidade, possibilitou a “desterritorialização” deste, pois dali retirou, progressivamente, alguns órgãos públicos. Note-se que, até 1960, o centro concentrava a rede de infra-estrutura e as facilidades de acesso, funcionando como coração da cidade. Mesmo após a citada “desterritorialização”, a área ainda abriga parte da administração municipal, funções do comércio e serviços populares²⁶⁰.

Essa tendência de concentrar os edifícios públicos no centro de Salvador existe desde a formação do núcleo primitivo da cidade. Houve várias tentativas de alterar tal quadro, muitas delas infrutíferas, como ocorreu com a transferência da Prefeitura Municipal para o Solar da Boa Vista²⁶¹. Não obstante, alguns prédios públicos foram reacomodados com sucesso em outras áreas, como o Palácio do Governador – rebatizado de Palácio Rio Branco em 1919, o qual foi transferido para o Centro Administrativo da Bahia no ano de 1979. Neste edifício funcionou temporariamente a Prefeitura Municipal e, de 1986 em diante, nele se encontra a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia²⁶². Atualmente, a Prefeitura está no Palácio Thomé de Souza, construído em caráter provisório, especialmente para abrigá-la, situado no local anteriormente ocupado pela Biblioteca Pública.

²⁵⁸ Dados oficiais extraídos da página da: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Um pouco de História. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/cidade/dentro_mapas.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.

Ver também: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 47-58. p. 49.

²⁵⁹ *Ibidem*. Ver também: *Op. cit.* p. 50.

²⁶⁰ BRANDÃO, Maria de Azevedo. Uma Proposta de Valorização do Centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 93-108. p. 95-97.

²⁶¹ FRANCO, Ângela. Não só de Referência Cultural (Sobre)Vive o Centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 31-46. p. 32-33.

²⁶² FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. Arquivos – Centro de Memória. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo_cmemo_memgovs_palacio_historico.asp>. Acesso em 05 maio 2008.

O mapa a seguir resume a evolução urbana de Salvador ao longo dos anos. Na pequena mancha negra, funcionou o primeiro centro administrativo, religioso e militar. No final do século XVI, tal núcleo foi lentamente ampliado, se estendendo sobre as colinas que circundavam o platô primitivo, atravessando o vale do Rio das Tripas até a atual Rua Doutor José Joaquim Seabra. Já no início do século XVIII, observa-se, no entorno do núcleo originário, uma rápida expansão de norte a sul, decorrente dos progressos da agricultura e do intenso êxodo rural. Nessa área surgiram novos bairros, beneficiados pela instalação das linhas de transporte coletivo. No início do século XIX, o crescimento foi inferior ao do período precedente, merecendo destaque os trabalhos no porto e os grandes aterros. Por fim, no século XX, houve acentuada expansão, impulsionada pela agricultura e pelo desenvolvimento de novas tecnologias construtivas, que possibilitaram a ocupação dos vales. Contudo, esta última ampliação acabou por fazer com que várias pessoas, provenientes, sobretudo, do interior do estado, se tornassem desempregadas ou mesmo subempregadas, por falta de melhores oportunidades. Tal desequilíbrio na ocupação deu origem tanto a bairros ricos quanto a bolsões de pobreza, instalados em áreas invadidas²⁶³.

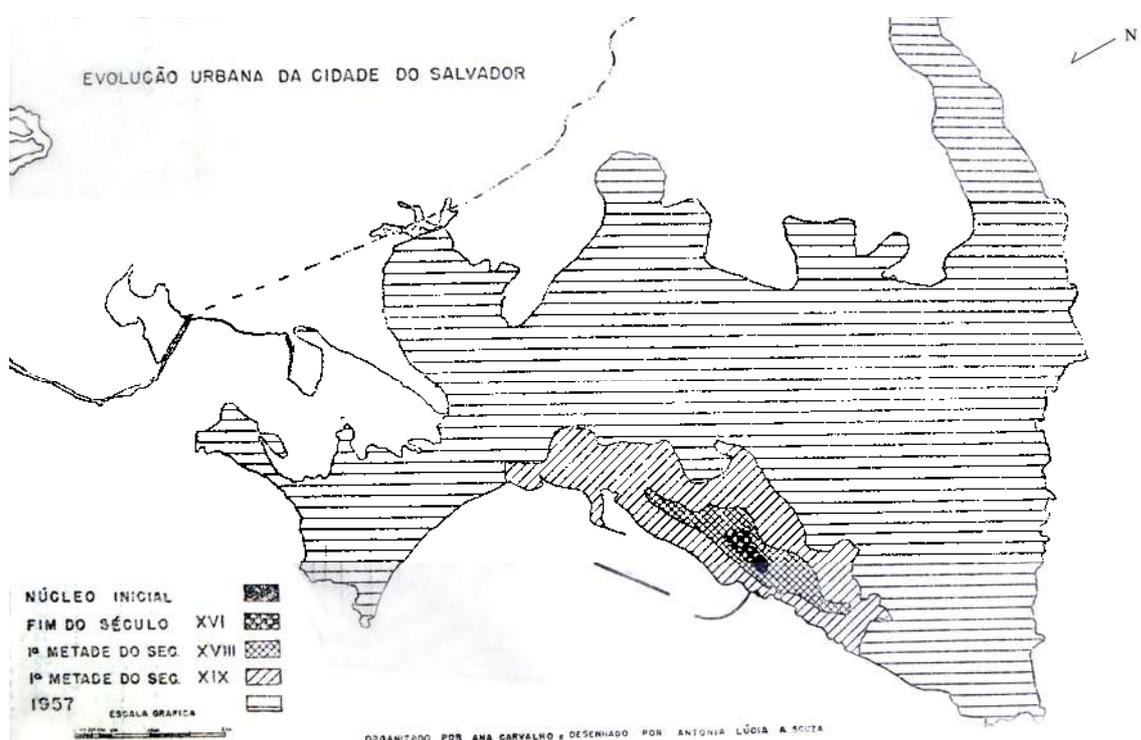


FIGURA 104. Mapa da evolução urbana de Salvador ao longo dos séculos. Fonte: SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 59.

²⁶³ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 58-63.

Complementando as informações anteriores, o mapa abaixo retrata as divisões administrativas de Salvador, apontando a localização dos principais bairros comentados ao longo do texto.

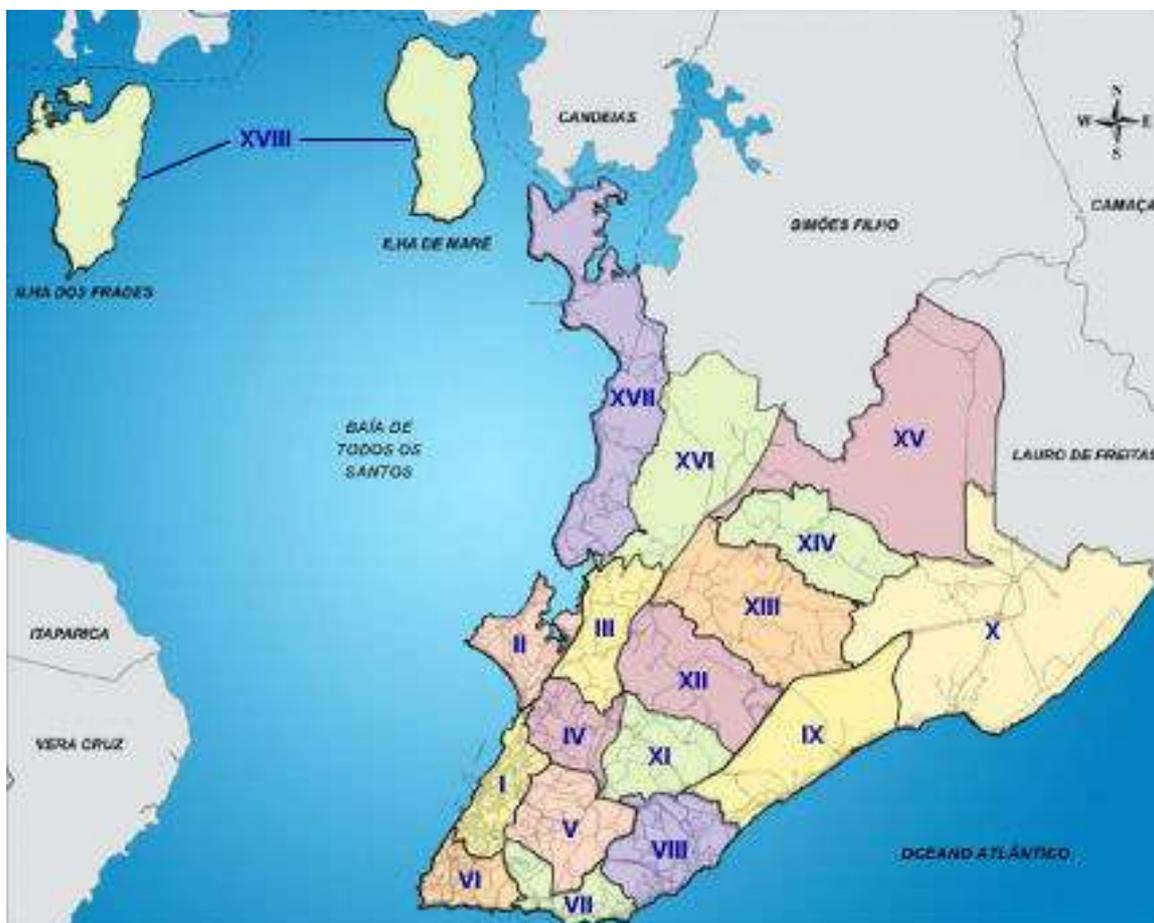
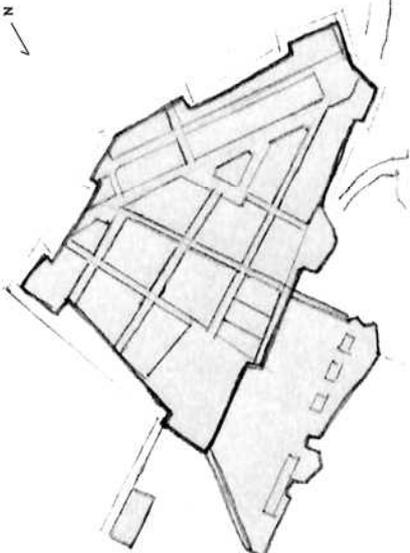
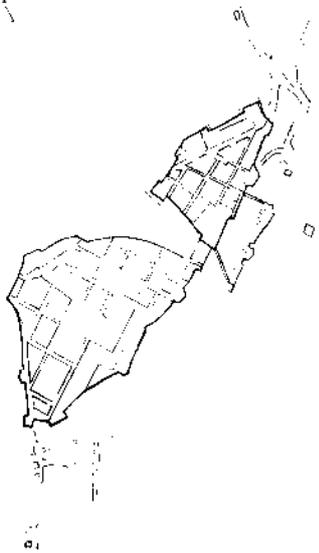
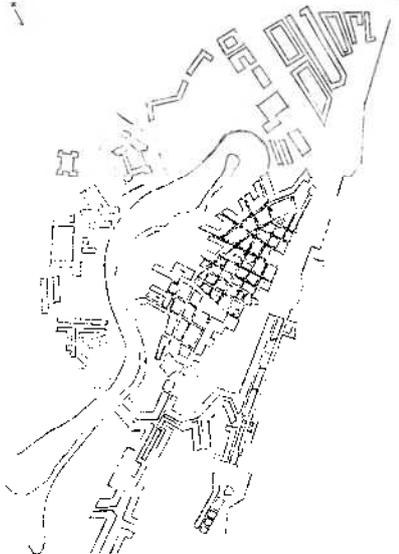


FIGURA 105. Mapa das regiões administrativas de Salvador. I) centro; II) Itapagipe; III) São Caetano; IV) Liberdade; V) Brotas; VI) Barra; VII) Rio Vermelho; VIII) Pituba/ Costa Azul; IX) Boca do Rio/ Patamares; X) Itapuã; XI) Cabula; XII) Tancredo Neves; XIII) Pau da Lima; XIV) Cajazeiras; XV) Ipitanga; XVI) Valéria; XVII) Subúrbios ferroviários; XVIII) Ilhas. Fonte: Dados oficiais extraídos da página da: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Mapas – Estrutura Político-Administrativa. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/ssadados/mapas/administrativa.htm>>. Acesso em 15 abr. 2008.

Para se obter uma visão que sintetize a evolução da cidade de Salvador, organizaram-se os seguintes quadros, nos quais são visualizados os principais séculos mencionados e suas características gerais.

	<p>Período: 2ª metade do século XVI</p>	<p>População: 8 mil habitantes</p>	<p>Tendência: Ocupação do traçado ortogonal cercado por uma muralha. Instalação de residências e órgãos administrativos na parte alta e estabelecimentos ligados a navegação na parte baixa. Destaque para a arquitetura militar.</p>
	<p>Século XVII</p>	<p>10 - 20 mil habitantes</p>	<p>Expansão no sentido norte em direção ao antigo Hospital das Candeias, próximo ao Colégio dos Jesuítas. extra muro. O traçado começa a se adaptar a topografia. Construção de edifícios religiosos ganha força.</p>
	<p>Século XVIII</p>	<p>20 - 45 mil habitantes</p>	<p>Acelerado crescimento urbano em razão da descoberta do ouro. Ampliação do traçado no sentido leste, na área da Cidadela da Palma, norte, no entorno do Convento de Nossa Senhora do Carmo e sul ao longo do Mosteiro de São Bento. Eliminação dos muros da cidade. Destaque para a arquitetura civil. Ocupação das encostas</p>

QUADRO 4. Síntese dos séculos XVI, XVII e XVIII da cidade de Salvador. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

		
<p>Período: Século XIX</p>	<p>Século XX</p>	<p>Século XXI</p>
<p>População: 45 - 206 mil habitantes</p>	<p>206 - 550 mil habitantes</p>	<p>Superior a 2,7 milhões de habitantes</p>
<p>Tendência: Alargamento urbano marcado pelo surgimento de novos bairros, especialmente ao norte. Novo traçado gera uma forma orgânica em função das características naturais. Ampliação do porto e criação de novas ruas (R. do Cais Novo ou Miguel Calmon e da Vala).</p>	<p>Intensa imigração decorrente do progresso agrícola gera um excedente que forma as áreas de invasões. Extensão da superfície construída. Construção dos primeiros edifícios sobre o aterro do porto, na cidade baixa. Alargamento de vias em função das novas formas de transporte. Demolição da Igreja da Sé e seu entorno para a criação da Praça da Sé.</p>	<p>Expansão em diversas direções. Ocupação das praias atlânticas. Criação do Centro Administrativo da Bahia, para descongestionar o centro, da auto estrada para o aeroporto, da BR - 116 e de avenidas de vale. Instalação de refinarias contribuíram para espalhar a ocupação.</p>

QUADRO 5. Síntese dos séculos XIX, XX e XXI da cidade de Salvador. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

3.2. Evolução da malha original e surgimento do Palácio Thomé de Souza.

As próximas linhas se dedicam à análise das principais transformações ocorridas numa parte específica do centro histórico de Salvador, onde se localiza o Palácio Thomé de Souza, sede da Prefeitura Municipal, de modo a complementar as informações anteriores.

O limite do centro histórico de Salvador compreende uma faixa que se estende para além do núcleo urbano originário, dos séculos XVI e XVII, dividida nas seguintes subáreas: 1) São Bento/Barroquinha; 2) Misericórdia/Castro Alves; 3) Pelourinho/Sé; e 4) Santo Antônio/Carmo²⁶⁴. No mapa abaixo, a parte em amarelo corresponde ao centro histórico, sendo o núcleo originário, no qual se insere o caso objeto de estudo, destacado em vermelho.



FIGURA 106. Mapa do Perímetro do centro histórico de Salvador e suas subáreas, com destaque para o núcleo do século XVI e XVII em vermelho. Fonte: PELO PELÔ. O centro histórico de Salvador. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://pelopelourinho.blogspot.com/2008/06/o-centro-historico-de-salvador.html>>. Acesso em 06 jul. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

O núcleo primitivo de Salvador surgiu na metade do século XVI, tendo sido planejado para ser a capital da colônia. Por razões militares, foi instalado em uma região elevada, a cerca de 60 metros acima do nível do mar, com forte declive em direção à baía. A região da beira-mar e o porto desempenharam, inicialmente, atividades secundárias, de apoio a esse núcleo primitivo²⁶⁵.

²⁶⁴ BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. Requalificação urbana: novos caminhos para o centro histórico de Salvador. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2008. p. 1-16. p. 8-9.

²⁶⁵ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 112.

A topografia peculiar deu origem às cidades “baixa” e “alta”, sendo que nesta última, mais especificamente no entorno da Praça do Palácio, se instalaram os edifícios mais importantes da época, como o Palácio do Governador²⁶⁶. Ambas ostentavam malha urbana regular. Contudo, apenas o relevo da parte baixa, composto por uma planície, favorecia este traçado. Note-se, ainda, que as ruas mais amenas se orientavam sobre o eixo norte-sul. Já as que vinham da praia ou conduziam ao mar eram mais íngremes e se orientavam no sentido oeste-leste²⁶⁷.

O núcleo primitivo de Salvador, correspondente, hoje, ao coração do centro histórico, era formado por um traçado xadrez, com quarteirões quadrangulares e ruas que se transpassavam em ângulo reto, adaptado, na medida do possível, às condições do terreno²⁶⁸, conforme se observa no mapa seguinte.

Importante destacar que *em Salvador também havia uma clara hierarquia entre ruas, tal como em Nápoles, com os carduus e decumanus*. Tinha-se, então, na capital baiana, uma via principal, normalmente designada Rua Direita, e as outras vias secundárias²⁶⁹. Desta forma, sobressaiu-se a Rua Direita do Palácio ou dos Mercadores, onde se concentravam os principais edifícios privados e públicos, como o Palácio do Governador (número 1, no mapa a seguir) e a Casa de Câmara e Cadeia (2), além de estabelecimentos comerciais. Menos importante do que esta, porém com preponderância em relação às demais vias, tinha-se a Rua da Ajuda (paralela à Rua Direita do Palácio), onde se localizavam o Palácio do Bispo (3), a Igreja da Sé de Palha (4), algumas atividades mercantis e outras edificações relevantes²⁷⁰.

²⁶⁶ PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. *Urban renewal - urban revolution?*. 1980. 175 f. Dissertation (Master) - Joint Centre for Urban Design, Oxford Polytechnic, Oxford, 1980. p. 36; 39.

²⁶⁷ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 112; 142.

²⁶⁸ *Op. cit.* p. 142.

²⁶⁹ MADEIRA, Teresa. Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. In: ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL, UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS 1415-1822, 2001, Lisboa. Anais... Lisboa: Comissão dos Descobrimientos Portugueses, mar. 2001. p. 247-264. p. 248. “Estes aglomerados planeados são caracterizados pela existência de uma rua central rectilínea que liga dois pontos importantes do aglomerado, onde sensivelmente a meio desta se abre um largo, sendo essa rua principal cortada por travessas e onde frequentemente existem outras duas ruas paralelas a esta, menos importantes e menos largas”.

²⁷⁰ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 142.

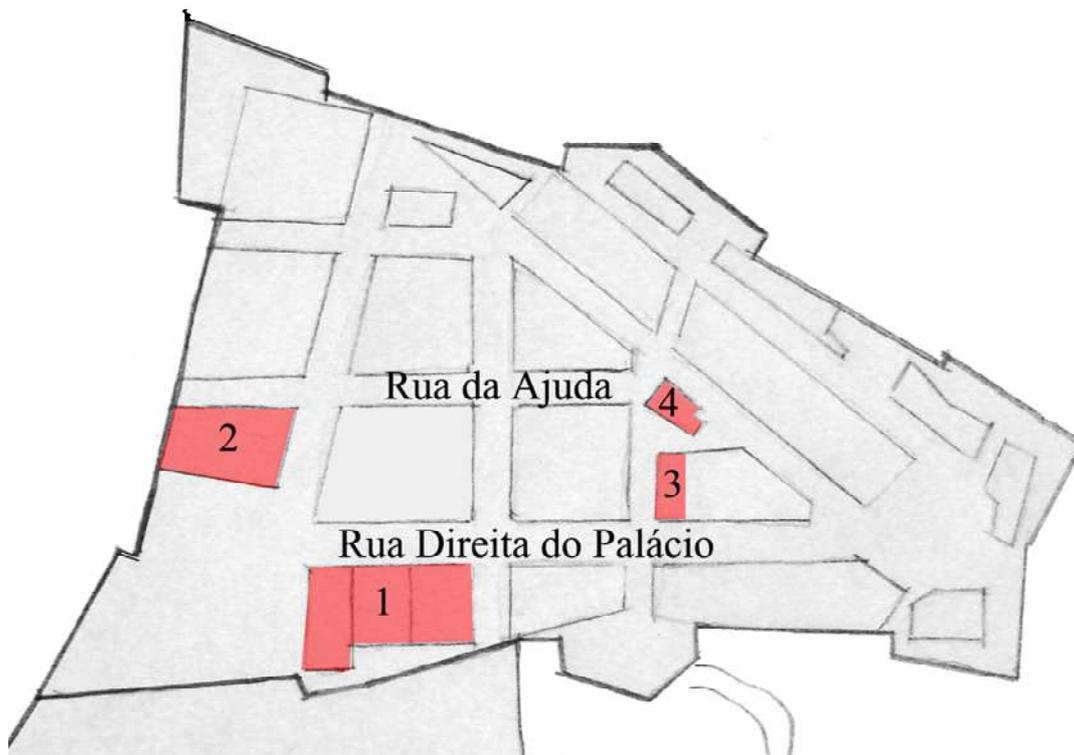


FIGURA 107. Croqui das principais ruas e edifícios no traçado originário de Salvador. 1) Palácio do Governador; 2) Casa de Câmara e Cadeia; 3) Palácio do Bispo; 4) Igreja da Sé de Palha. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

No início do século XVII, Salvador ampliou-se em direção ao lado esquerdo do mapa a seguir (sentido norte), mantendo seu traçado ortogonal, limitado pelas características geográficas da área e pelas grandes construções religiosas então existentes. Esta expansão urbana não foi planejada e desenvolveu-se linearmente, dando origem a um traçado de ruas tortuosas e pequenas praças, como se observa, em especial, nas proximidades da Porta do Carmo, na extremidade esquerda da imagem seguinte (9). Tal mapa apresenta, ainda, importantes áreas públicas que formavam os principais vazios da malha urbana²⁷¹. São elas, da esquerda para a direita: o Terreiro de Jesus (10), atual Praça XV de Novembro, o Largo da Sé (11), onde hoje existe a Praça da Sé, a Praça do Palácio (1), atual Praça Municipal e o Largo do Teatro (12), que deu lugar à Praça Castro Alves.

Note-se, por fim, a existência de uma grande interrupção no traçado, representada por uma linha marrom (8), na parte central do mapa seguinte. Tal área corresponde a uma profunda depressão e nela se encontra, atualmente, a Rua do Tijolo ou 28 de Setembro. No ponto em que esta cruzaria a Rua da Misericórdia tem-se uma edificação.

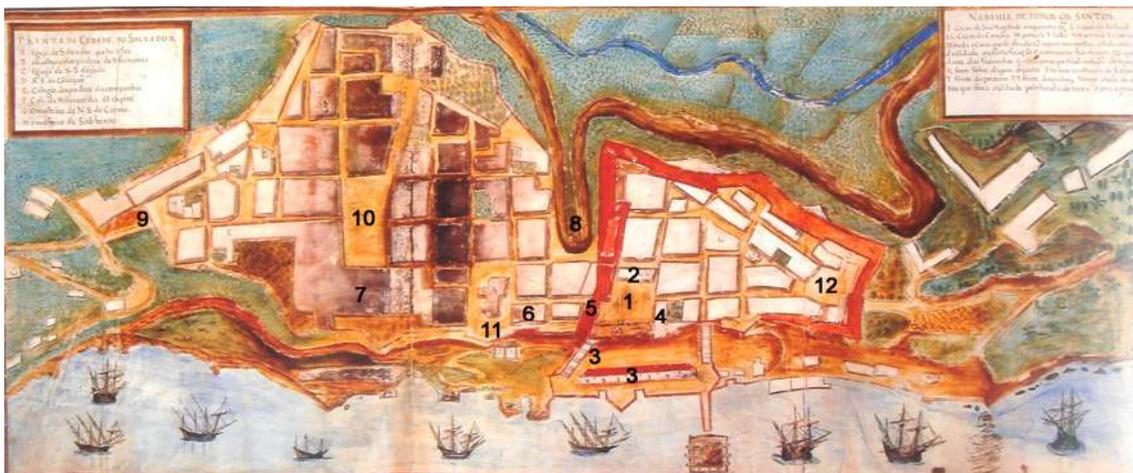


FIGURA 108. Mapa de Salvador, ca. 1605 (ca. 1626). Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 18. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Ainda com base no mapa anterior, merecem especial destaque algumas construções localizadas dentro da área delimitada por uma linha vermelha. Assim, na Praça do Palácio (1), atual Praça Municipal, situavam-se: a Casa de Câmara e Cadeia (2), atual Câmara dos Vereadores, na parte superior; os Armazéns e caminhos em degraus (3), na parte inferior; uma muralha rodeada por longo fosso (5), do lado esquerdo; e o Palácio do Governador (4), atual Palácio Rio Branco, do lado direito. Fora das muralhas estavam o Hospital da Misericórdia (6), atual Museu da Misericórdia e o Colégio dos Jesuítas (7), atual Faculdade de Medicina.

Contrastando o referido mapa com o que vem a seguir, observa-se o surgimento de dois novos edifícios na área da Praça do Palácio: a Casa da Moeda (D), onde antes estiveram as muralhas primitivas, e a Casa da Relação (E), numa área vazia da parte inferior, que era ligada aos armazéns.

²⁷¹ *Op. cit.* p. 142-143.

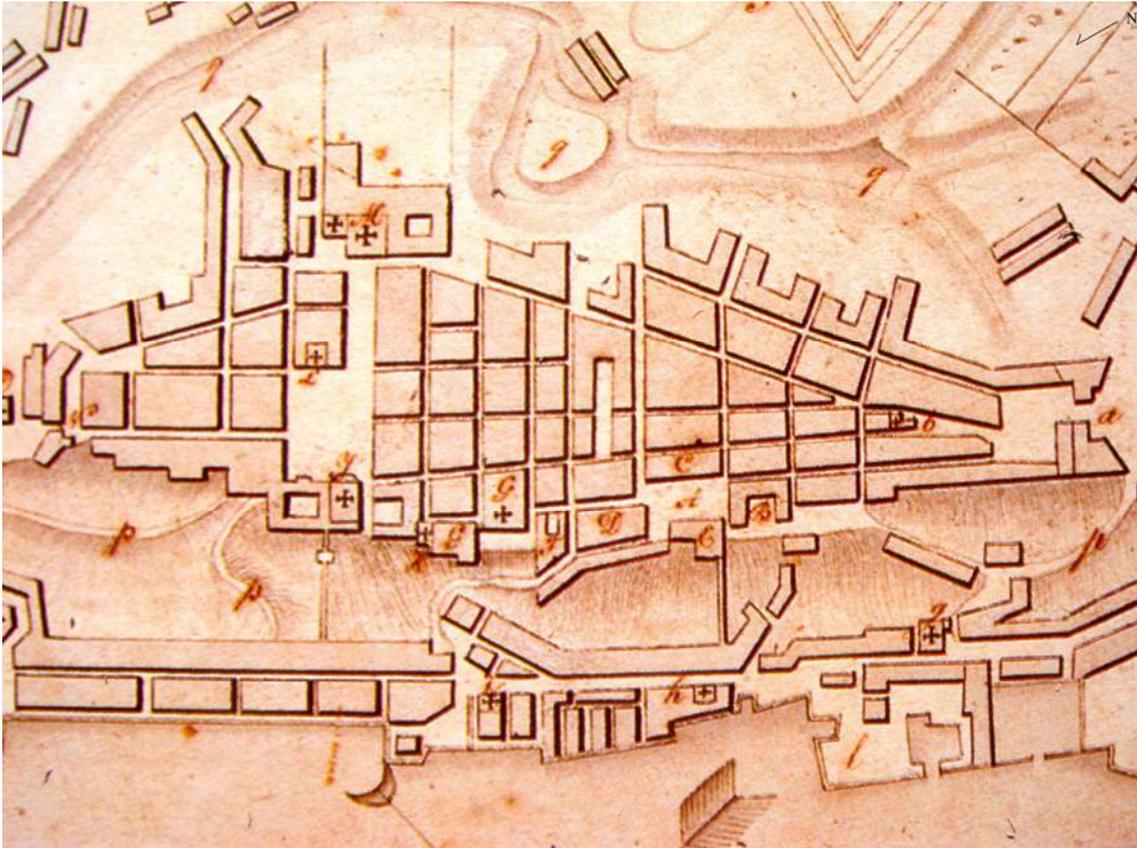


FIGURA 109. Detalhe da Planta da cidade de Salvador. Cópia manuscrita do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. ca. 1715. Fonte: REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000. p. 31. Legenda: A) Praça do Palácio; B) Palácio do Governador; C) Casa de Câmara e Cadeia; D) Casa da Moeda; E) Casa da Relação ou Audiência; F) Hospital da Misericórdia; G) Catedral da Sé e Palácio do Arcebispo; H) Capela de São Pedro; I) Colégio dos Jesuítas; L) Capela dos Terceiros de São Domingos; M) Convento dos Franciscanos; N) Portas do Carmo; O) Capela do Rosário dos Pretos; P) Convento dos Carmelitas; Q) Igreja de Santo Antonio do Carmo; R) Convento das Religiosas Franciscanas; S) Casa da Pólvora; T) Cidadela do Bairro da Palma; V) Hospício dos Grilos; Zz) Quartéis; x) Convento das Religiosas da Conceição da Lapa; z) Hospício dos Capuchinhos italianos; y) Igreja de São Pedro Velho; A) Mosteiro de São Bento; a) Portas de São Bento; b) Capela de Nossa Senhora da Ajuda; c) Convento dos Carmelitas; d) Casa da Pólvora; e) Forte de São Pedro; f) Bateria de São Paulo; g) Igreja da Conceição da Praia; h) Capela do Corpo Santo; i) Capela de Santa Bárbara; l) Fortificações; m) Forte Barbalho; n) Fortificações; o) trincheiras; p) Ladeiras que desciam para a praia; q) Dique; s) Capela do Rosário.

A introdução de novos meios de transporte provocou modificações globais no traçado urbano, como a abertura de vias e praças, além da ampliação artificial da área do porto, por meio de aterros, abrindo espaço para a construção de largas avenidas e grandes edifícios. Assim, *da época da formação da cidade restou apenas o traçado*, uma vez que as construções antigas foram paulatinamente sendo substituídas por novas estruturas, no final do século XVII e início do XVIII²⁷².

²⁷² SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 143.

A figura seguinte, do final do século XIX, ilustra a substituição do Palácio do Governador e da Câmara Municipal por novas estruturas. Nela observam-se, também, duas novas construções de quatro pavimentos entre a Câmara Municipal e a Casa da Moeda, uma delas conhecida como Casa das Recolhidas, além do elevador hidráulico da Conceição, à esquerda, no lugar da já demolida Casa da Relação.



FIGURA 110. Praça do Palácio, em 1873. À esquerda, o elevador hidráulico da Conceição e a Casa das Recolhidas. Esta, com duas longas janelas, situava-se entre o prédio de quatro pisos e a casa da moeda. Atrás dela, a torre da Santa Casa da Misericórdia. Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 87.

No que toca à tipologia construtiva, as edificações conhecidas como sobrados apresentavam de três a cinco pavimentos. Na “cidade baixa” tinham função mista, abrigando algum tipo de comércio no andar térreo e servindo como residência nos demais andares, principalmente nos mais altos. Além disso, era comum a existência de um subsolo no qual viviam os escravos e os funcionários domésticos²⁷³.

As habitações de Salvador não constituíam blocos tão densos quanto as de Nápoles, o que fez com que o uso de pátios internos fosse reduzido. Somente os grandes edifícios, que ocupavam todo o quarteirão, como a Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio do Governador e o Colégio dos Jesuítas dispunham de vazios internos. Destacam-se também outras tipologias construtivas, como as fortificações, igrejas e monumentos dos séculos

XVI a XVIII. Já as construções do século XX apresentavam, inicialmente, entre quatro e seis pavimentos, contendo, sobretudo, funções administrativas, comerciais e hoteleiras. Tempos depois, tais funções foram também alocadas nos prédios recém construídos, com mais de seis andares. No porto, têm-se ainda construções mais baixas, utilizadas como depósitos e armazéns ²⁷⁴.

Após a formação de seu primeiro núcleo urbano, o traçado de Salvador foi se expandindo e englobou novas ruas, quarteirões e largos, ao passo que os já existentes permaneceram praticamente inalterados. São exemplos dessa expansão os acréscimos do quarteirão da Casa da Moeda e da Casa da Relação, nas imediações da Praça Municipal (Praça Thomé de Souza). *Não aconteceu aqui a experiência de Nápoles, consistente na reunião de vários quarteirões para a construção de grandes edifícios, sobretudo de caráter religioso.* As edificações desse tipo, como o Complexo dos Jesuítas, já existiam muito antes da expansão urbana.

O traçado dos séculos XVI e XVII permaneceu praticamente inalterado nos quarteirões da área central. Comparando-se a imagem a seguir com a Planta da cidade de Salvador (cópia manuscrita do Arquivo Histórico do Exército), referida anteriormente, nota-se a demolição de quatro quarteirões entre a antiga quadra da Casa da Moeda e o Complexo dos Jesuítas, aí incluída a Catedral da Sé. Nesta área situam-se, atualmente, a Praça da Sé e os desativados edifícios do Cine Excelsior (número 1, no mapa a seguir) e do Palácio do Arcebispo (2). A nova catedral (3) passou a funcionar na esquina entre o Terreiro de Jesus (Praça XV de Novembro, 4) e a Praça da Sé (5). Digna de nota, também, a alteração no desenho do largo do Teatro, que se transformou na Praça Castro Alves (6). Perceba-se, ainda, que o quarteirão em que estava a antiga Casa da Moeda foi substituído por um bloco retangular, que hoje corresponde à sede da Prefeitura Municipal de Salvador (Palácio Thomé de Souza, 7), *ali instalada em caráter provisório, no ano de 1986, até que fosse transferida para um local mais apropriado*²⁷⁵.

²⁷³ *Op. cit.* p. 113.

²⁷⁴ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 113.

²⁷⁵ HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.



FIGURA 111. Vista aérea do centro histórico da cidade de Salvador, invertida para facilitar a análise em comparação com as outras imagens. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área dos núcleos iniciais da cidade. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 22 abr. 2008. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

Além das praças anteriormente citadas, destaca-se também outro importante vazio urbano de Salvador: a íngreme escarpa representada no mapa anterior por uma área verde. Já houve nesta considerável número de construções, porém atualmente o local funciona como simples rota de passagem entre as cidades baixa e alta, principalmente porque o Decreto Municipal nº 701, de 4 de março de 1948, proibiu construções no local, visando a preservar a paisagem. Há também as hortas dos conventos e ordens religiosas, inicialmente mantidas fora das portas da cidade²⁷⁶.

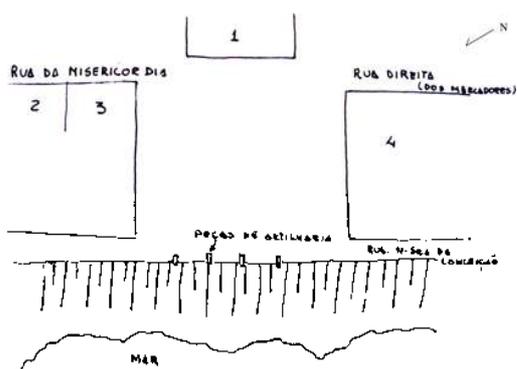
A proporção dos cheios e vazios em Salvador é maior do que em Nápoles, uma vez que as áreas públicas são mais presentes naquela do que nesta. Ainda que a capital baiana possua ruas estreitas para as proporções atuais, a densidade de suas construções não chega a ser tão massiva quanto em Nápoles e os quarteirões não são tão longos quanto os de lá²⁷⁷.

²⁷⁶ SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1959. p. 114.

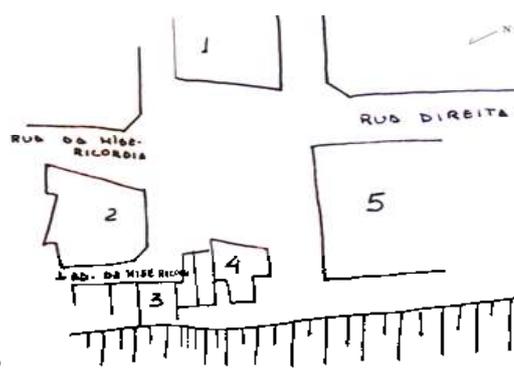
²⁷⁷ *Op. cit.* p. 115.

A partir de agora a análise se concentrará, especificamente, na Praça Municipal e nos edifícios de seu entorno, com destaque para o edifício-sede da Prefeitura Municipal de Salvador, situado no conjunto histórico da cidade.

Em 1549, o primeiro núcleo de Salvador apresentava uma muralha separando-o do Hospital das Candeias (atual Santa Casa da Misericórdia) e do Colégio dos Jesuítas. Todavia, no mapa a seguir, do século XVI, percebe-se que após a queda das muralhas e o crescimento do traçado urbano, no sentido norte, o espaço entre a referida Praça e a Santa Casa da Misericórdia foi preenchido pela Casa da Fazenda, Alfândega e Armazéns (número 3 do mapa seguinte, à esquerda). Já na imagem dos séculos XVII a XIX, observam-se o surgimento da Casa da Moeda, no local em que ficava a Casa da Fazenda, Alfândega e Armazéns (número 2 do mapa seguinte, à direita), e a construção, na parte inferior, até então não edificada, de uma residência e da Casa da Relação (números 3 e 4, respectivamente, do referido mapa, à direita).



112



113

FIGURA 112. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal no século XVI. Legenda: 1) Casa de Câmara e Cadeia; 2) Casa da Misericórdia; 3) Casa da Fazenda, Alfândega, Armazéns; 4) Palácio do Governo. Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 2.

FIGURA 113. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal nos séculos XVII à XIX (1690-1871). Legenda: 1) Casa da Câmara; 2) Casa da Moeda; 3) Residência; 4) Casa da Relação; 5) Palácio do Governador. Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 2.

No início século XX, foi construída a primeira biblioteca pública do país (número 5 do mapa seguinte, à esquerda), no local onde ficava a Casa da Moeda. A residência mencionada anteriormente foi substituída pela Imprensa Oficial (número 6 do referido mapa) e a Casa da Relação deu lugar ao elevador Lacerda (número 7 do referido mapa, à esquerda). Na segunda metade desse século, a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial foram destruídas, sendo construído em seu lugar um estacionamento subterrâneo e

um jardim ao nível da praça, este carinhosamente apelidado de “Cemitério de Sucupira” (número 5 do mapa seguinte, à direita)²⁷⁸.

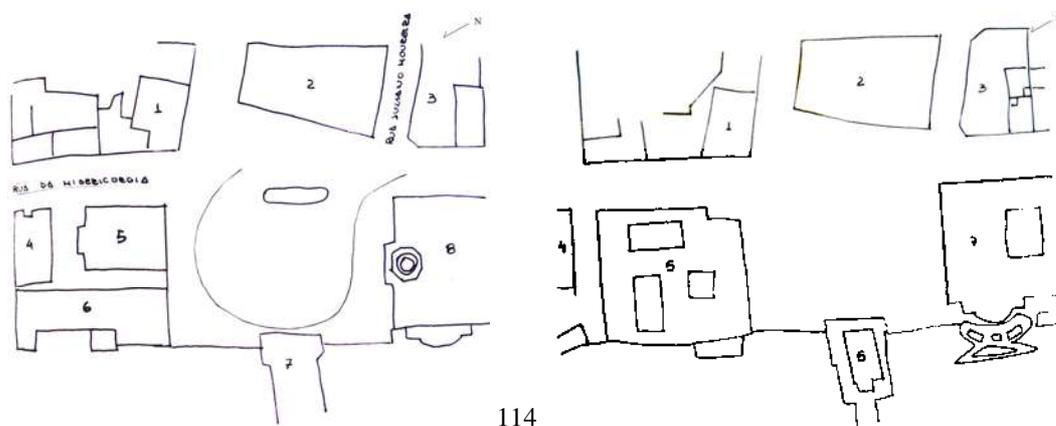


FIGURA 114. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal no século XX. Legenda: 1) Edifício Coqueijo (1919); 2) Câmara Municipal (1881); 3) Associação dos Empregados do Comércio (1916-1917); 4) Fórum; 5) Biblioteca Pública (1917-1919); 6) Imprensa Oficial (1915); 7) Elevador Lacerda (1907); 8) Palácio Rio Branco (1919). Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.p. 2.

FIGURA 115. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal na segunda metade do século XX (1978). Legenda: 1) Banco Bradesco; 2) Câmara dos Vereadores; 3) Associação dos Empregados do Comércio; 4) Igreja da Misericórdia; 5) “Sucupira” – Estacionamento – Praça – Jardim; 6) Elevador Lacerda, 7) Palácio Rio Branco. Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 2.

Somente em 1986 a sede da Prefeitura Municipal foi transferida do Solar da Boa Vista, no Engenho Velho de Brotas, para a Praça Thomé de Souza, que, por isso, passou a ser chamada também de Praça Municipal. *Esta transferência foi feita com o propósito de ser provisória e perdurar até que fosse escolhido o local definitivo para instalação da Prefeitura*, em algum imóvel restaurado do centro histórico de Salvador. Com isso, a Prefeitura Municipal (número 6, do mapa a seguir) passou a funcionar próximo aos prédios dos demais órgãos públicos locais, conforme se observa no mapa seguinte.

²⁷⁸ O lugar era chamado de “Cemitério de Sucupira” em referência à telenovela de Dias Gomes, “O Bem Amado”, pois se associava o platô ainda não construído com o fato de que o prefeito, na referida novela, pretendia inaugurar um cemitério, porém foi impossibilitado de fazê-lo porque ninguém morria na cidade. Ver também: HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008. CORDIVIOLA, Alberto Rafael. Prefeitura de Salvador: O passado no futuro e o presente no passado. *Arquitextos* n. 062. Texto especial 319, São Paulo, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp319.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

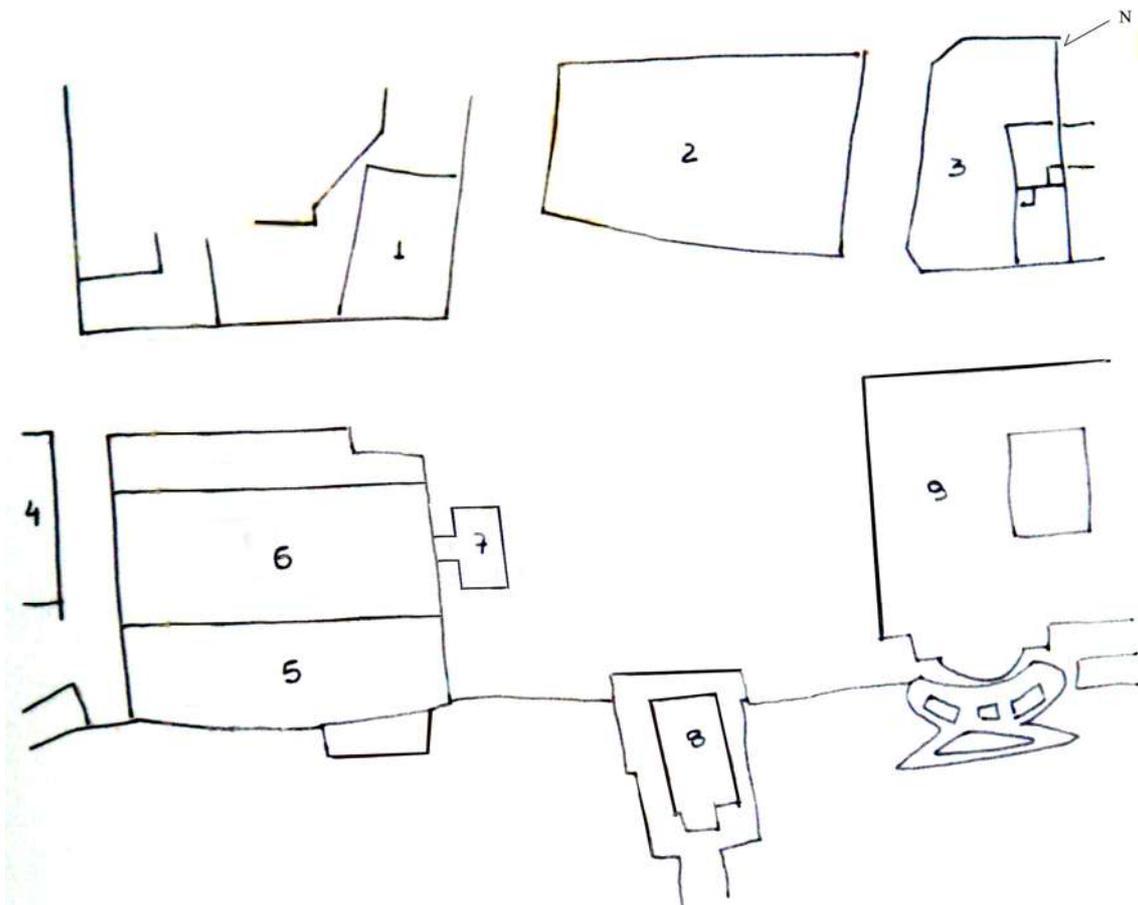


FIGURA 116. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal na segunda metade do século XX (1986). Legenda: 1) Banco Bradesco; 2) Câmara dos Vereadores; 3) Associação dos Empregados do Comércio; 4) Igreja da Misericórdia; 5) “Sucupira” – Estacionamento – Praça; 6) Palácio Thomé de Souza; 7) Escadaria de acesso ao Palácio; 8) Elevador Lacerda; 9) Palácio Rio Branco. Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 2. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Em virtude desse caráter provisório, o projeto do arquiteto João Filgueiras Lima baseou-se na utilização de placas pré-moldadas de estrutura metálica, as quais poderiam ser facilmente desmontadas, redundando na criação de um edifício de dois pavimentos, com volume retangular, elevado sobre um platô já existente (conhecido por “Cemitério do Sucupira”). O vão livre do prédio permite a visão da Bahia de Todos os Santos. Em relação às fachadas, foi utilizado o vidro comum, o *brise-soleil* horizontal para a proteção da luz, além das cores amarela, vermelha, azul, verde e branca, conforme se observa nas imagens a seguir²⁷⁹.

²⁷⁹ PAZ, Daniel J. Mellado. Notas sobre a polêmica da Prefeitura de Salvador. *Minha Cidade* n. 5, São Paulo, v. 3, p. 116, out. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc116/mc116.asp>>. Acesso em 07 mar. 2008.



117



118

FIGURA 117. Vista da Fachada Principal e Lateral Direita do Palácio Thomé de Souza. Fonte: arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 118. Detalhe da Fachada Lateral Direita do Palácio Thomé de Souza. Destaque para o *brise-soleil* horizontal, pilotis e torre de serviços na cor verde. Fonte: HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

Tal construção, apesar de edificada em caráter provisório, permanece até os dias de hoje. *Todavia, o Ministério Público Federal – MPF ajuizou uma ação civil pública*²⁸⁰ *alegando que tal obra comprometia o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Salvador, pois está situada em local objeto de tombamento coletivo, no qual se encontram, dentre outros, a Igreja e Santa Casa da Misericórdia, o elevador Lacerda e o Palácio Rio Branco*²⁸¹. Foi produzida prova pericial neste processo e os peritos

HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

CORDIVIOLA, Alberto Rafael. Prefeitura de Salvador: O passado no futuro e o presente no passado. *Arquitextos* n. 062. Texto especial 319, São Paulo, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp319.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

²⁸⁰ Ação Civil Pública é a medida processual utilizada para se obter a tutela de interesses que possuem uma dimensão coletiva e transcendem a esfera meramente individual. São desse tipo, por exemplo, os interesses relacionados à preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

Os interesses coletivos subdividem-se em difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos. Porém o estudo minucioso de tal classificação escapa aos objetivos deste estudo. Para maior aprofundamento no assunto, consulte-se a doutrina especializada: MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2005; VIGLIAR, José Marcelo. *Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos*. Salvador: JusPODIVM, 2005; e DIAS, André de Vasconcelos. Ministério Público Federal na Tutela Coletiva e Justiça Federal: Uma Questão de Legitimidade Ativa. *Boletim dos Procuradores da República*, Brasília, v. 8, n. 73, p. 7-16, mar. 2007. Disponível em <<http://www.anpr.org.br>>. Acesso em 19 jun. 2007.

²⁸¹ O Processo em questão é o de nº 2000.33.00.032978-2. No momento em que redigido este trabalho, a causa encontrava-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando o julgamento do recurso interposto pelo Município de Salvador. O andamento processual pode ser acompanhado na página da: JUSTIÇA FEDERAL. Acompanhamento processual – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.justicafederal.gov.br/>>. Acesso em 16 mar. 2008.

concluíram que a volumetria do Palácio Thomé de Souza (atual sede da Prefeitura Municipal) conflita e concorre com o conjunto histórico da praça. Baseado nesta prova, o juiz Wilson Alves de Souza, da 7ª Vara Cível (Agrária) sentenciou *determinando a remoção ou demolição do Palácio Thomé de Souza*. A sentença foi proferida em 13 de setembro de 2004 e houve recurso do Município de Salvador, ainda pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília. Segue trecho da decisão do juiz Wilson Alves de Souza:

*À vista de todo o exposto, julgo a presente ação procedente em relação ao Município de Salvador para condená-lo a remover ou demolir, no prazo máximo de seis meses, a atual sede da Prefeitura Municipal, devolvendo o espaço imobiliário à situação anterior à atual edificação. Comino multa diária de R\$100.000,00 (cem mil reais) por dia de descumprimento. Custas ex lege. Condeno o Réu ao pagamento de 20 % sobre o valor da causa, a título de honorários advocatícios [...]*²⁸².

Em maio de 2005, a sentença teve sua eficácia suspensa e *o edifício continua em plenas funções até os dias de hoje*²⁸³.

Vale destacar que tanto o vazio existente na área da Praça Municipal de Salvador quanto aquele referente ao pavilhão demolido do Policlínico, em Nápoles, já serviram de estacionamento. Contudo, na capital baiana, esse vazio funciona atualmente como espaço público para festas e manifestações populares. Já o de Nápoles permanece inexplorado.

Outra semelhança entre o Policlínico e a Prefeitura Municipal de Salvador é que ambos fazem parte da história da área há décadas. Ainda que não sejam a solução ideal, ou mesmo um bom ou mau exemplo de intervenção, o fato é que, inegavelmente, fazem parte do imaginário coletivo e da memória da cidade. Além disso, essas construções rompem com o ritmo edilício do local em que estão situadas, pois sua forma se contrapõe à estrutura do entorno, sobretudo quanto ao Palácio Thomé de Souza, cuja escala é bem diferente da que possuíam os edifícios anteriores.

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ FERREIRA, Carla. “Justiça quer desmontar prefeitura”. *A Tarde*, Salvador, Caderno Local, 02 out. 2004. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.gov.br/pr-acessibilidade/noticiaImprensa.php?cod=288>>. Acesso em 07 mar. 2008.

HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

Note-se, entretanto, que a situação do referido palácio é compreensível, pois fora planejado para ser provisório, além de ser mais baixo do que as demais edificações, de modo a não interferir na panorâmica do conjunto. Sua permanência, contudo, não soluciona o vazio da área²⁸⁴, anteriormente marcada por variadas edificações ao redor da Praça Thomé de Souza, como a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial, as quais encobriam a lateral da Santa Casa da Misericórdia. De qualquer modo, o escopo deste estudo não é a enumeração das virtudes e defeitos desta obra, mas apenas a análise da possível lacuna decorrente de sua retirada.

Por outro lado, Salvador e Nápoles diferenciam-se quanto à forma do traçado urbano. Enquanto a primeira manteve grande parte de suas características, do século XVII até os dias de hoje²⁸⁵, a segunda sofreu várias modificações, em especial no núcleo originário, em decorrência da reorganização de vários quarteirões.

Por fim, já foi dito que o Ministério Público Federal requereu a demolição do edifício sede da Prefeitura Municipal de Salvador. Cabe indagar novamente: demoli-lo é mesmo a melhor opção? E se o for, o que fazer no local? Deve-se edificar algo novo ou manter o espaço vazio?

Oportunamente, serão feitas outras considerações sobre o tema, tanto com base no edifício do Policlínico de Nápoles quanto na sede da Prefeitura Municipal de Salvador.

3.3. Leitura morfológica.

Este tópico dedica-se à leitura morfológica de uma parte do centro histórico de Salvador, na qual se situa o Palácio Thomé de Souza. São utilizadas como substrato teórico as considerações de Michael Conzen em relação às paisagens urbanas históricas²⁸⁶.

²⁸⁴ NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. Contraponto: o museu do Ara Pacis no centro de Roma e o Palácio Thomé de Souza no centro histórico de Salvador. In: MARIANO, Liliane; NETO, Joaquim Viana; MORAES, Ariadne (Org.). *Paisagens mediadas: olhares sobre a imagem urbana*. Salvador: UNIFACS, 2008. p. 95-138. p. 132. “O problema dessa edificação não está efetivamente em suas linhas geometrizadas, e em sua linguagem compatível e característica de seu tempo, mas em seu volume leve que permanece como uma lacuna na continuidade urbana ainda bastante conservada do sítio sotero-politano. O prisma de vidro suspenso em pilotis e afastado do alinhamento da rua que conforma uma caixa longilínea caracteriza a incapacidade desta obra em ocupar plenamente o vazio deixado pela demolição dos edifícios da face norte da praça.”

²⁸⁵ Exemplo disto é que até mesmo a depressão situada no prolongamento da Rua do Tijolo (ou 28 de Setembro), que dificultara a ocupação de Salvador nos séculos anteriores, ainda não foi superada.

²⁸⁶ CONZEN, Michael R.G. Historical townscapes in Britain: a problem in applied geography. *The urban landscape: historical development and management*. London, n.13. p. 55-74. C. 1981. (Special publication/ Institute of British Geographers). Artigo traduzido por Staël de Alvarenga Pereira Costa.

Assim, pode-se afirmar que Salvador, em relação à sua estrutura urbana, apresenta um conjunto edilício de uso variado (residências, comércio e prestação de serviços). Algumas ruas de menor porte ainda mantêm o caráter residencial (em cinza claro, no mapa a seguir). Já as vias predominantemente comerciais e/ou de serviços (representadas em cinza escuro) são mais abundantes, contemplando algumas secundárias e outras principais. Aqui, ao contrário de Nápoles, o pólo principal consiste numa série de vias, como a Avenida Sete de Setembro, a Rua Chile/Misericórdia, e as ruas que partem do Terreiro de Jesus. Este pólo principal engloba também algumas praças, como a Castro Alves, Thomé de Souza, da Sé e XV de Novembro (Terreiro de Jesus). Como pólo secundário, tem-se a Rua Doutor José Joaquim Seabra, na parte inferior, e a “cidade baixa”, na qual se localiza o Mercado Modelo (letra “m”, do referido mapa). Esta área, também conhecida como Comércio, possui uma concentração de empresas, sobretudo bancárias, apesar de que em Salvador os locais de comércio especializado não são tão numerosos quanto em Nápoles.

Ainda em relação à estrutura urbana, destaca-se como barreira natural a zona de proteção formada por uma escapa verde (letra b, no mapa seguinte), sendo que as áreas periféricas estão além dos pólos secundários e principais.

Por fim, *a área em exame já está consolidada há séculos*, não havendo zonas disponíveis para crescimento, tal como em Nápoles. Em ambas, a tendência de expansão é a nordeste (TE, no mapa a seguir), nas áreas próximas ao aeroporto e, especificamente em Salvador, também ao longo da avenida que conduz a ele (Luiz Viana Filho ou Avenida Paralela)²⁸⁷.

²⁸⁷ LUCCHESI, Rafael; CASALI, Emerson. Negócios de Oportunidade. TecnoVia Parque Tecnológico: Um caminho para o adensamento das Cadeias de Inovação na Bahia. *Bahia invest*, Salvador, v. 4, junho de 2006. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/bahiainvest/port/depoimentos1.php?find=versao007>>. Acesso em 28 jul. 2008. “Sobre o papel estratégico da localização na Avenida Paralela para o desenvolvimento científico-tecnológico da cidade, deve-se mencionar que esse é um dos principais eixos de expansão urbana de Salvador. Construída na década de 1970 para conectar o centro ao Aeroporto Internacional, a Paralela tornou-se o foco de atração de diversos investimentos residenciais, comerciais e educacionais de alto padrão. A Cidade do Salvador, cercada por mar, tem na direção nordeste o seu principal vetor de crescimento. Historicamente, o centro da cidade tem se deslocado nesta direção na medida em que a malha urbana se desenvolve.”

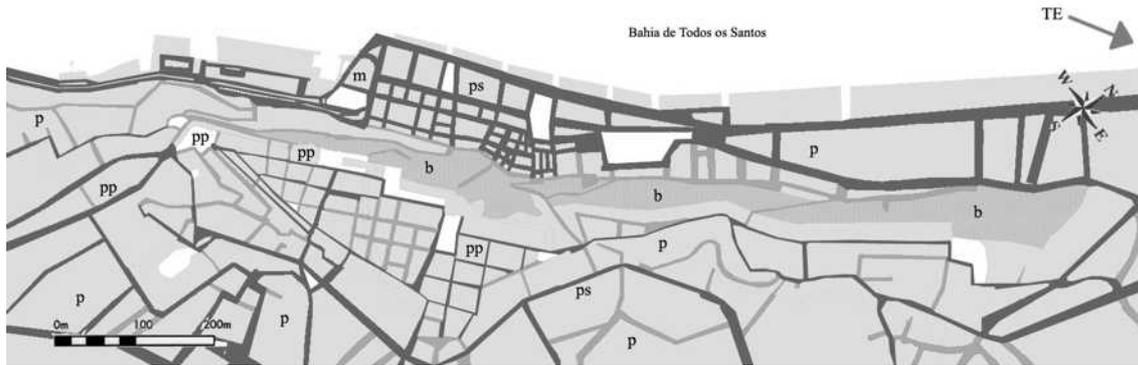


FIGURA 119. Mapa da estrutura urbana. Em cinza claríssimo, a malha urbana atual. Em cinza um claro, as vias predominantemente residenciais. Em cinza escuro as vias predominantemente comerciais e/ou de serviços. A área em cinza define a escarpa que representa a barreira destacada pela letra b. Já as letras p, pp e ps definem respectivamente periferia, pólo principal e pólo secundário. A letra m define o mercado modelo. Por fim, a letra TE define a direção da tendência de expansão da cidade. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

A paisagem urbana histórica da capital soteropolitana possui uma estrutura complexa, derivada das diversas conformações que seu traçado incorporou nos últimos séculos. O primeiro núcleo compreendia a malha dos séculos XVI (em cinza mais escuro, no mapa a seguir) e XVII (em cinza escuro), com suas respectivas muralhas e inúmeras igrejas no estilo Barroco e Maneirista. Tal área é marcada, ainda, por construções que foram paulatinamente substituídas por edifícios mais altos. Quanto à técnica construtiva, o pau a pique²⁸⁸, predominante nas primeiras casas, deu lugar às estruturas em taipa e madeira, rebocadas com cal. Estas edificações civis tinham, em média, de três a cinco pavimentos e, em alguns casos, abrigavam atividades comerciais no andar térreo.

Na seqüência, tem-se o traçado do século XVIII (em cinza médio, no próximo mapa) com um desenho mais orgânico, sem a presença das muralhas. No século seguinte (em cinza claro), a parte inferior do mapa manteve essa tendência, ao passo que a expansão da “cidade baixa”, na parte superior do mapa, caracterizou-se por uma malha mais regular, em razão das condições naturais favoráveis. Neste contexto, têm-se ainda as componentes tradicionais (em linha diagonal), como o Convento de Santa Tereza (1), o Mosteiro de São Bento (2), a Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia (3), o Forte de São Marcelo (4), o Convento de Nossa Senhora do Carmo (5), a Igreja de Santo Antônio Além do Carmo (6) e o Forte de Santo Antônio Além do Carmo (7). Por fim, cumpre mencionar os seguintes componentes recentes (em linha paralela): Palácio Thomé de Souza (A), Elevador Lacerda (B), os edifícios ao longo das praças Castro Alves e Thomé de Souza (C), além da área do

Comércio (D). Com isso, as novas construções – sobretudo o Palácio Thomé de Souza – tornam-se elemento de destaque na paisagem urbana histórica.

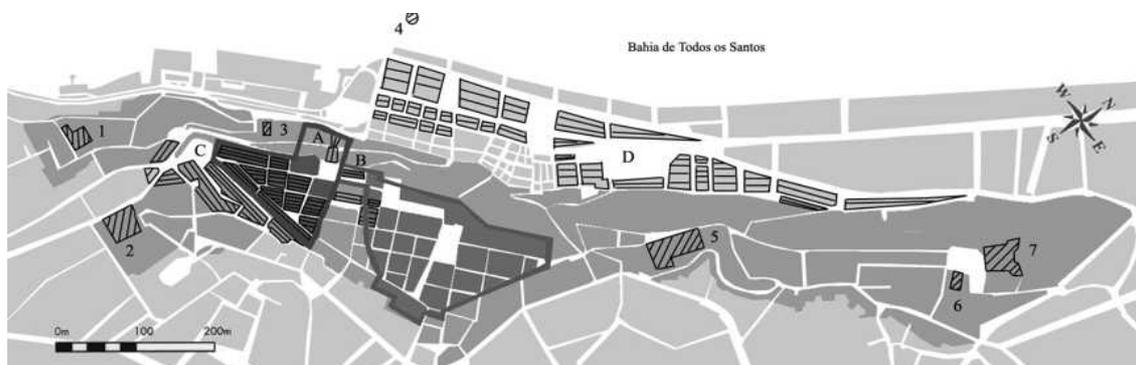


FIGURA 120. Mapa da evolução urbana. Em cinza mais escuro a malha do século XVI e sua muralha. Em cinza escuro o traçado do século XVII e sua muralha. Em cinza médio a malha do século XVIII e em cinza claro o traçado do século XIX. Em linha diagonal, as componentes tradicionais: 1) Convento de Santa Tereza (século XVII), atual Museu de Arte Sacra da Bahia; 2) Mosteiro de São Bento (século VII); 3) Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia (século XVI, reconstruída no XVIII); 4) Forte de São Marcelo (século XVI); 5) Convento de Nossa Senhora do Carmo (XVII); 6) Igreja de Santo Antônio Além do Carmo (século XVII reconstruída no XIX); 7) Forte de Santo Antônio Além do Carmo (século XVII). Em linha paralela as componentes recentes: A) Palácio Thomé de Souza (século XX); B) Elevador Lacerda (século XIX); C) Edifícios de cinco a dez pavimentos do século XX; D) Edifícios de 10 a 15 pavimentos do século XX. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

Quanto ao tecido urbano, há três áreas identificadas no mapa a seguir, agrupadas segundo as características de cada uma com relação às quadras, à implantação dos edifícios no lote e ao uso em geral. No que toca às ruas, suas dimensões são variáveis. Enquanto as vias internas possuem de cinco a oito metros de largura, em média, as de maior porte atingem cerca de 10 a 15 metros, sendo que algumas principais alcançam até 30 metros.

Neste contexto, destaca-se como primeiro tipo predominante, e também de maior ocorrência, o grupo de quarteirões formado por edifícios de dois a cinco pavimentos (em cinza claro, no mapa a seguir). O segundo tipo refere-se ao conjunto de quarteirões formados por um único edifício, de dois a três pavimentos (em cinza médio). Nele estão incluídos o Palácio Rio Branco, a Câmara Municipal, o Palácio Thomé de Souza e a Santa

²⁸⁸ SMITH, Robert C. *Arquitetura Colonial*. Salvador: Progresso, 1955. p.19. “Existe ampla evidência de que as suas primeiras construções tenham sido similares, pois os colonos usaram a antiga técnica portuguesa de madeira e barro chamada ‘pau a pique’ [...]”

Casa de Misericórdia. Por fim, têm-se as quadras formadas por edificações de cinco a 15 pavimentos²⁸⁹ (em cinza escuro).



FIGURA 121. Mapa dos tecidos urbanos. 1) Quarteirões formados por construções de dois a cinco pavimentos; 2) Quarteirões formados por um único edifício de dois a três pavimentos; e 3) Quarteirões formados por edifícios de cinco a 15 pavimentos. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

A *tipologia da primeira área* representada no mapa acima (área 1) é constituída de edificações com utilização residencial, comercial, de serviços ou mesmo um misto entre eles. A forma das quadras varia em função das condições naturais do sítio, porém a ocupação dos quarteirões é semelhante. Os lotes são distribuídos ao longo de todas as faces do quarteirão, compartilhando os fundos. Como os lotes são estreitos (apenas cinco a nove metros de frente, nos mais antigos), as construções não são afastadas entre si, tendo, muitas vezes, área livre apenas nos fundos.

Os edifícios tinham planta retangular, com média de dois a cinco pavimentos. Suas fachadas apresentavam grandes aberturas ornamentadas, distribuídas simetricamente, tais como janelas ou portas com balcão. O ingresso se faz por uma das portas térreas, podendo as restantes servir de entrada para os estabelecimentos comerciais. Os materiais tradicionalmente utilizados são taipa e madeira. Tais descrições podem ser observadas nas figuras seguintes.

²⁸⁹ Neste grupo, os edifícios mais baixos, de cinco a dez pavimentos, situam-se junto às praças Castro Alves e Thomé de Souza, enquanto os mais altos, de 10 a 15 pavimentos, se situam próximo ao Mercado Modelo, na parte baixa da cidade, na área conhecida como Comércio.

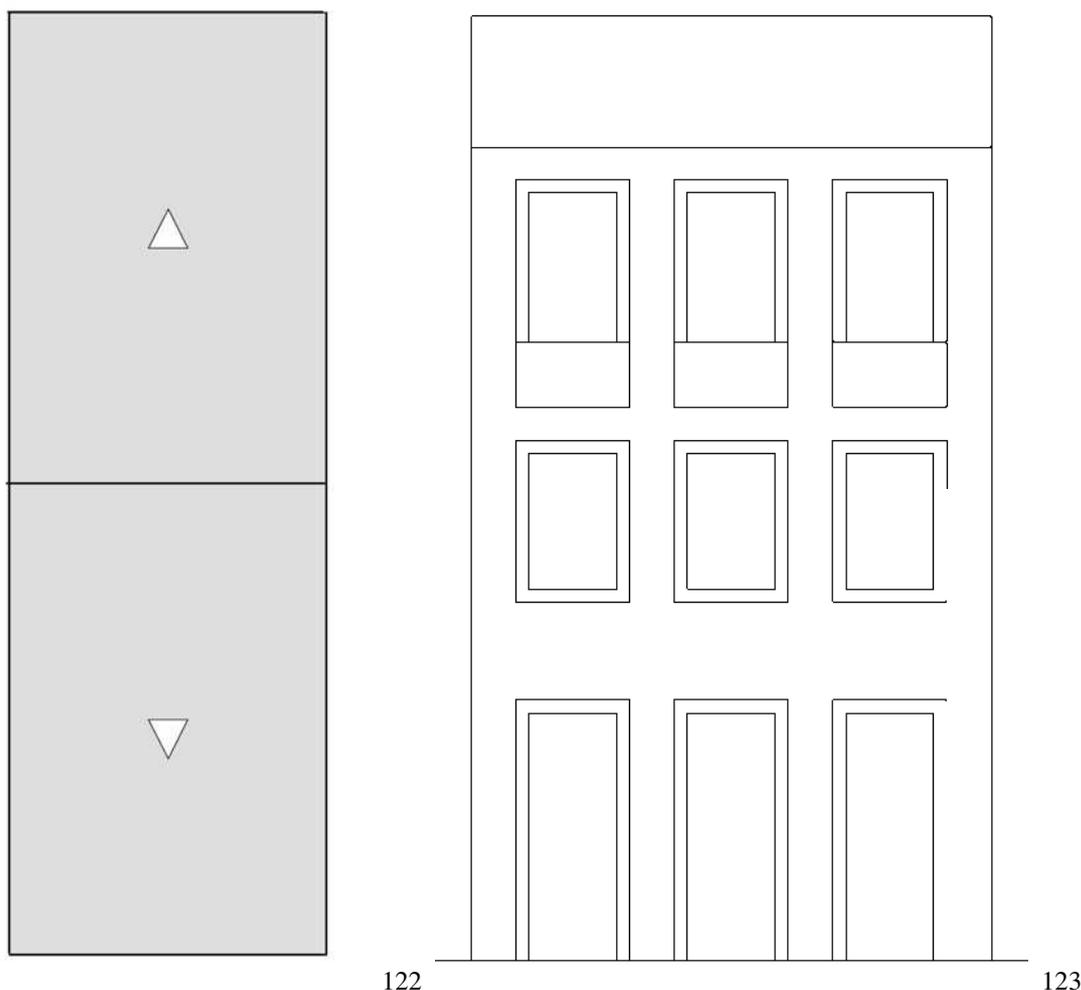


FIGURA 122. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo um. A autoria de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 123. Fachada principal do quarteirão do tipo um. A autoria de Raquel Diniz Oliveira.

A *tipologia da segunda área* caracteriza-se pela presença de edificações com utilização restrita à prestação de serviços. As quadras são regulares, devido à formação mais antiga. Esta área foi criada no século XVI e suas construções foram substituídas por novas estruturas, especialmente no século XVIII. Os edifícios possuem de dois a três pavimentos, ocupam todo o quarteirão e apresentam planta retangular, com pátio interno, assim como os da primeira área. Exceção para o Palácio Thomé de Souza, que não possui pátio interno. Apesar do menor número de andares, estes edifícios não destoam muito daqueles com mais pavimentos, porque possuem um pé direito maior.

Note-se que as fachadas da segunda área são similares às da primeira, com exceção do Palácio Thomé de Souza, que possui um pano de vidro com *brise soleil*. Quanto aos materiais, por outro lado, verifica-se que ao invés da madeira foi utilizada taipa

juntamente com pedra²⁹⁰ para a Câmara Municipal e a Santa Casa de Misericórdia. Já o Palácio Rio Branco, inicialmente feito em taipa, foi reconstruído no século XX, utilizando-se o concreto. Por sua vez, o Palácio Thomé de Souza adotou a estrutura metálica. Algumas dessas informações estão ilustradas na figura abaixo.

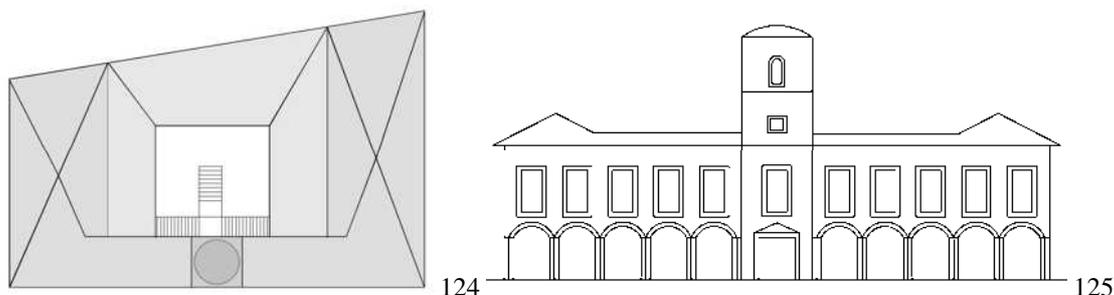


FIGURA 124. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo dois. No caso a Câmara Municipal. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 125. Fachada principal do quarteirão do tipo dois. No caso a Câmara Municipal. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

A tipologia da terceira área, assim como a da primeira, apresenta edifícios que podem ter utilização residencial, comercial e de serviços, ou mesmo uma combinação entre elas. A forma das quadras também é regular, sendo que o lote, em geral, é ocupado ao máximo, de modo que as construções não possuem afastamento umas em relação às outras²⁹¹. Os edifícios são feitos de concreto, com planta quadrangular, tendo em média cinco a dez pavimentos, na área da Praça Castro Alves, e 10 a 15 andares, no Bairro do Comércio.

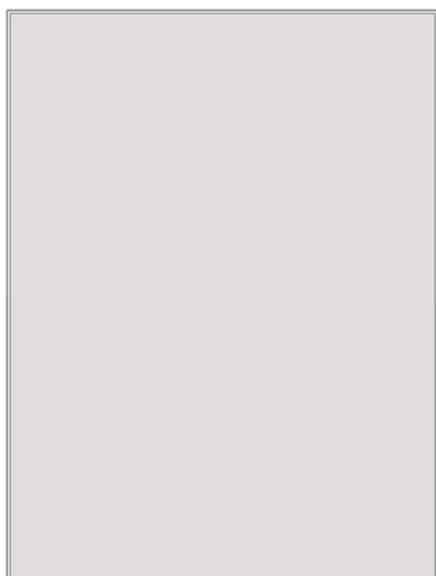
Nas fachadas, o vidro é abundantemente utilizado, em especial no Bairro do Comércio, onde se localiza grande parte das agências bancárias, além de órgãos públicos e empresas privadas. As imagens a seguir ilustram essa tipologia.

²⁹⁰ SMITH, Robert C. *Arquitetura Colonial*. Salvador: Progresso, 1955. p. 21. “A pedra talhada era usada, apenas, nos chamados ‘claros’ dos edifícios, nos cunhais, nas molduras de portas e janelas ou nas beiradas de frontões e torres.

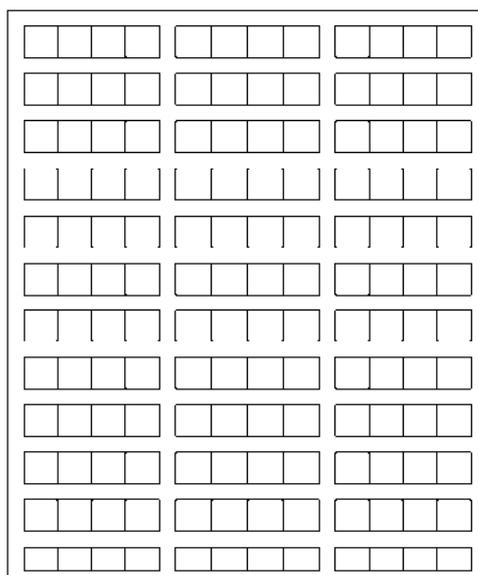
[...]

E’ a pedra de lioz ou pedra do reino, um pseudo-mármore da região de Lisbôa, de côr crême, importado em grandes quantidades como lastro nos porões das esquadras portuguesas. Era muito apreciada, especialmente na Bahia, não só pelo seu caráter suntuário mas, também, por serem as pedras locais, o gneis granítico e o arenito, de côr baça e textura inferior.”

²⁹¹ Vale lembrar que na época em que tais edifícios foram feitos, em meados do século XX, ainda não existia legislação a respeito.



126



127

FIGURA 126. Planta de cobertura de um quarteirão do tipo três. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 127. Fachada principal do quarteirão do tipo três. Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

Por fim, serão destacados, em um único mapa, os *principais tipos edilícios* da parte do centro histórico de Salvador em que está situado o Palácio Thomé de Souza. Têm-se, então, os de uso misto (em cinza claríssimo no mapa a seguir), os de serviços de atendimento público (em cinza claro), os educacionais (em hachura cinza) e aqueles religiosos (em cinza escuro). Nota-se, à semelhança de Nápoles, uma forte predominância de igrejas e complexos religiosos dos séculos XVI a XVIII, como o Convento de Santa Tereza (1), o Mosteiro de São Bento (2), a Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia (5), a Igreja da Misericórdia (10), a Catedral - antiga Igreja dos Jesuítas (11), a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (13), o Convento de Nossa Senhora do Carmo (14), a Igreja de Santo Antônio Além do Carmo (15). Como edifício educacional, destaca-se a Faculdade de Medicina - antigo Colégio dos Jesuítas (12). Têm-se, ainda, os seguintes edifícios de serviço público: o Forte de São Marcelo (3), o Mercado Modelo (4), o Palácio Rio Branco - antigo Palácio do Governador (6), a Câmara dos Vereadores - antiga Casa de Câmara e Cadeia (7), o Elevador Lacerda (8), o Palácio Thomé de Souza (9), o Forte de Santo Antônio Além do Carmo (16), além de pequenos museus.

O metrô de Salvador ainda está em construção, todavia não contemplará a área em exame, por constituir zona histórica, na qual é mais difícil implantar esse sistema de transporte.

Em Salvador, diferentemente de Nápoles, não há vestígios das muralhas da cidade. Deste modo, pode-se dizer que a paisagem urbana histórica é formada pelas igrejas e complexos monásticos, pelos grandes edifícios públicos, como palácios e fortes, pelo conjunto de construções de dois a cinco pavimentos, presente, sobretudo, na área do Pelourinho, além dos edifícios de recente formação²⁹², com maior número de pavimentos.

Assim, pode-se dizer que a paisagem urbana histórica é diversificada e apresenta muitas surpresas visuais, em razão de ter sido planejada em diferentes momentos históricos, bem como pela conformação viária, pelas condições do sítio e pela heterogeneidade construtiva.

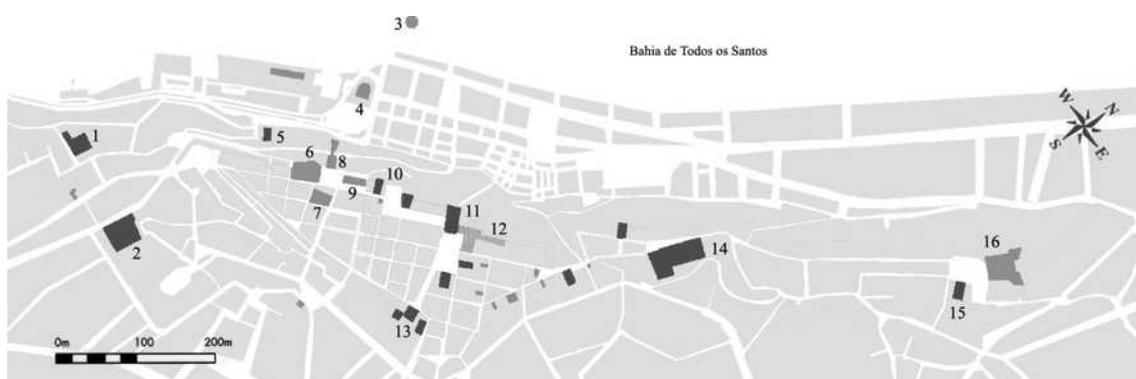


FIGURA 128. Mapa dos tipos edilícios. Em cinza claríssimo, os edifícios de uso misto (residência, comércio e/ou serviços); em cinza claro, os edifícios de serviços públicos. Em hachura cinza, o edifício educacional; em cinza escuro, os edifícios religiosos. Os números definem alguns dos principais tipos edilícios como: 1) Convento de Santa Tereza (século XVII), atual Museu de Arte Sacra da Bahia; 2) Mosteiro de São Bento (século XVII); 3) Forte de São Marcelo (século XVI); 4) Mercado Modelo (século XIX); 5) Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia (século XVI, reconstruída no século XVIII); 6) Palácio do Governador (século XVI, reconstruído no século XX), atual Palácio Rio Branco; 7) Casa de Câmara e Cadeia (século XVI reconstruída no século XVIII), atual Câmara dos Vereadores; 8) Elevador Lacerda (século XIX); 9) Palácio Thomé de Souza (século XX); 10) Igreja da Misericórdia (século XVI reconstruída no século XVII); 11) Igreja dos Jesuítas (século XVI reconstruída no século XVII), atual Catedral; 12) Colégio dos Jesuítas (século XVI-XVII), atual Faculdade de Medicina; 13) Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (século XVIII); 14) Convento de Nossa Senhora do Carmo (XVII); 15) Igreja de Santo Antônio Além do Carmo (século XVII reconstruída no século XIX); 16) Forte de Santo Antônio Além do Carmo (século XVII). Autoria de Raquel Diniz Oliveira.

3.4. A questão do vazio.

Em prol da concisão, clareza e objetividade do texto, os fundamentos teóricos acerca da questão do vazio, inspirados na doutrina de Cesare Brandi, já foram abordados no capítulo anterior, ao analisar-se a cidade de Nápoles, e não serão aqui repetidos. Passa-

²⁹² Refere-se aos edifícios de meados do século XX.

se, agora, ao estudo específico da realidade brasileira, no contexto do caso escolhido: a Prefeitura Municipal de Salvador.

Não existe no centro histórico da capital baiana um considerável vazio produzido, tal como ocorre em Nápoles, no espaço anteriormente ocupado pelo terceiro pavilhão do Policlínico. Em Salvador, *por enquanto*, esta lacuna é hipotética. Diz-se por enquanto uma vez que há ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal requerendo a demolição do Palácio Thomé de Souza, atual sede da Prefeitura Municipal, sob o argumento de que este edifício não se harmoniza com o contexto do lugar, marcado por edifícios de inegável valor histórico, como o Palácio Rio Branco, a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia. Esta ação foi julgada procedente em primeira instância e atualmente encontra-se em grau de recurso, conforme já referido no tópico anterior.

Se a decisão judicial definitiva determinar a demolição do Palácio Thomé de Souza, esta construção dará novamente lugar a um vazio urbano de 2800 metros quadrados (56 x 50 metros), num dos principais quarteirões do centro histórico, como já visto por ocasião das análises histórica e morfológica. Desta forma, a área da Praça Municipal, que hoje é de 3500 metros quadrados (70 x 50 metros), quase duplicaria, passando a ter 6300 metros quadrados livres (126 x 50 metros). Em princípio, tal lacuna na malha urbana será percebida como uma extensão da Praça Municipal. Contudo, é indispensável um cuidadoso planejamento para o lugar, a fim de que ele não se torne desconexo em relação ao restante do tecido urbano.

As imagens a seguir retratam a região em exame, com e sem o Palácio Thomé de Souza.



129



130

FIGURA 129. Configuração atual com o Palácio Thomé de Souza. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área da Praça Thomé de Souza. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 01 jun. 2008.

FIGURA 130. Hipótese do vazio sem o Palácio Thomé de Souza. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área da Praça Thomé de Souza. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 01 jun. 2008. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

Ocupar esse possível vazio é um desafio. Caso se confirme a remoção do edifício sede da Prefeitura Municipal, não seria recomendável tentar reviver um período anterior, com uma construção que deixou de existir, pois isto poderia comprometer a originalidade do conjunto, ao completá-lo em momento diverso e por pessoa distinta do criador. Seria grande o risco de incorrer num falso artístico e histórico. Ademais, qual o critério para se escolher um dentre os vários períodos históricos e utilizá-lo como modelo para a nova edificação? É razoável prestigiar um período em detrimento dos demais?

A solução seria criar algo com feição atual, respeitando o passado, porém com um sentido no presente e, acima de tudo, que estivesse em conformidade com o conjunto histórico e de acordo com as leis, a fim de evitar nova investida do Ministério Público Federal. O preenchimento de lacunas deve se pautar pela prudência e ser analisado caso a caso, uma vez que não existe uma resposta única para a questão.

A retirada do edifício sede da Prefeitura Municipal cria, ao menos, duas oportunidades: 1) estender-se a Praça Municipal; ou 2) construir uma nova edificação, mais adequada ao conjunto histórico e aprovada pelos órgãos públicos competentes, inclusive o Ministério Público Federal.

Caso se opte pelo *acréscimo*, o desafio maior será justamente o crivo de tais órgãos. Todavia, *é perfeitamente possível relacionar uma arquitetura nova com outra antiga, por meio de uma série de elementos, como a proporção, a forma e os materiais empregados, estabelecendo um diálogo contemporâneo.* Ocorre que nessas situações o juízo crítico é extremamente subjetivo.

Neste ponto, importante lembrar as lições da Gestalt, já abordadas no tópico relativo à cidade de Nápoles²⁹³, no sentido de que a percepção ocorre de um trecho restrito para uma visão global. Essa corrente ressalta a importância da contextualização entre as partes do conjunto. Também aqui se aplica, analogamente, a sugestão de Brandi para a solução das lacunas na pintura, consistente na utilização de tinta neutra. Esta solução teria a virtude de possibilitar a leitura do traçado urbano até mesmo em suas lacunas.

Abaixo, vista aérea da Praça Municipal em duas fotos. Na da esquerda, com o Palácio Thomé de Souza ao centro e, na da direita, com o jardim e o estacionamento anteriores a sua construção.



131



132

FIGURA 131. Vista aérea da Praça Municipal e do Palácio Rio Branco à esquerda, do Palácio Thomé de Souza à direita e do Elevador Lacerda ao fundo. Fonte: SKYSCRAPERCITY. Salvador. Berkshire (UK), 2008. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=482154>>. Acesso em 22 abr. 2008.

FIGURA 132. Imagem da Praça Municipal com o jardim anterior a instalação do Palácio Thomé de Souza e o Palácio Rio Branco ao fundo. Fonte: COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *A Grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978. v. 1. cap. 11. p. 3.

Como já afirmado, não existe uma única solução para o problema. Qualquer que seja a proposta de trato do vazio urbano em centro histórico, é preciso, primeiro, empreender profunda retrospectiva histórica da área, analisando cuidadosamente suas transformações. Em seguida, deve-se buscar um diálogo entre o espaço e seu entorno, sempre pautado pelo bom senso e pelo juízo crítico. O tópico 4.5 deste capítulo analisa algumas proposições para a Praça Municipal de Salvador, ainda que mais abstratas do que as abordadas em relação ao Policlínico de Nápoles, pois quanto a este o Plano Regulador Geral prevê, detidamente, o que pode ser feito na área, ao passo que o Plano Diretor de

²⁹³ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 18.

Nesse sentido ver também: SCHMIDT, Laila Rotter. *A percepção visual da forma: a teoria e as lacunas da Gestalt*. *Advérbio*. Cascavel, p. 1-11, 2008. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/adverbio/v4/artigos/artigo09.pdf>>. Acesso em 27 maio 2008. p. 4.
KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: UNB, 1996. p. 32.

Desenvolvimento Urbano de Salvador não se refere especificamente à Praça Thomé de Souza, limitando-se a enunciar diretrizes gerais.

3.5. Delimitação do perímetro objeto de estudo.

O perímetro objeto de estudo, em relação à cidade de Salvador, engloba o *quarteirão do Palácio Thomé de Souza*, construído para abrigar temporariamente a Prefeitura Municipal, bem como as *mais expressivas construções do entorno imediato*.

Assim, o caso brasileiro estudado compreende, ao norte da Prefeitura Municipal, no prolongamento da Rua do Tijolo, a Santa Casa da Misericórdia. Na parte sul, na Rua do Tira Chapéu, encontram-se a Praça Municipal e o Palácio do Governo, atual Palácio Rio Branco, sede da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. A oeste está o Elevador Lacerda, na Ladeira da Misericórdia. Por fim, a leste, ao longo da Rua Chile/Rua da Misericórdia, situa-se a Câmara Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia.

A hipótese de vazío urbano em centro histórico, objeto central deste estudo, compreende a área da Prefeitura Municipal, a ser demolida caso se confirme a decisão judicial proferida em primeira instância no processo nº 2000.33.00.032978-2, movido pelo Ministério Público Federal²⁹⁴. O entorno imediato será abordado como forma de contextualizar e enriquecer esta discussão. A área em comento pode ser observada no mapa seguinte.

²⁹⁴ No momento em que redigido este trabalho, a causa encontrava-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando o julgamento do recurso interposto pelo Município de Salvador. O andamento processual pode ser acompanhado na página da: JUSTIÇA FEDERAL. Acompanhamento processual – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.justicafederal.gov.br/>>. Acesso em 16 mar. 2008.

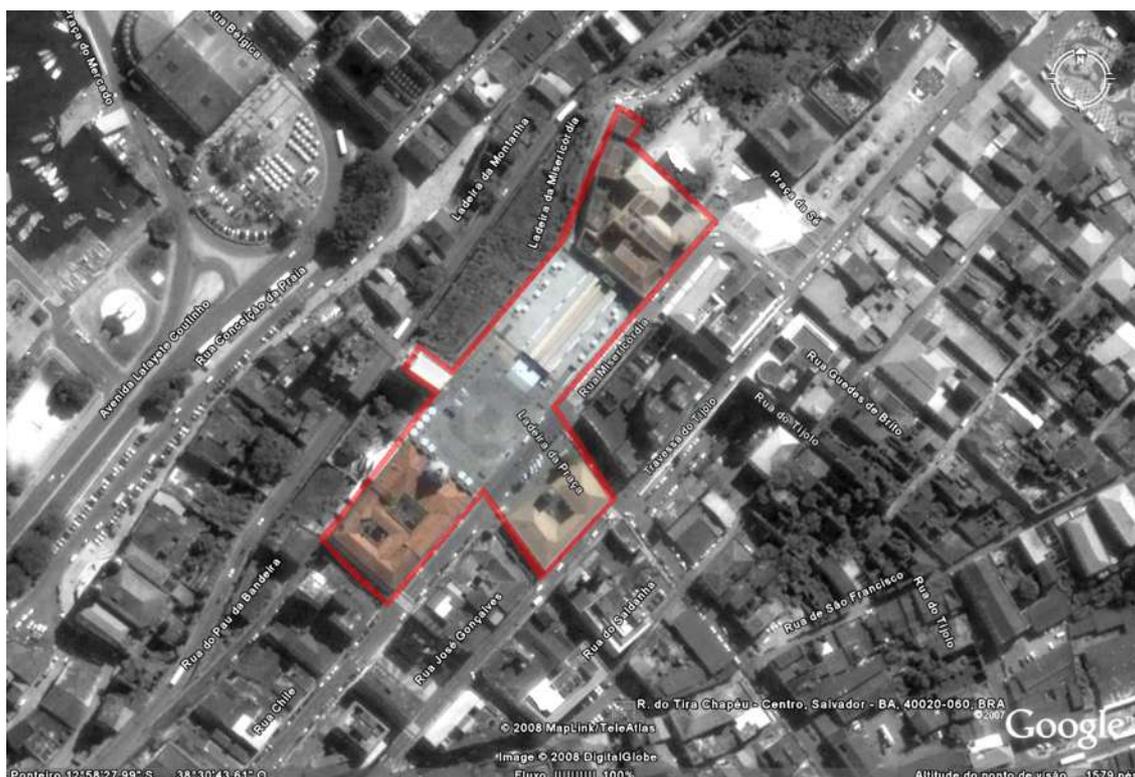


FIGURA 133. Vista aérea do centro histórico da cidade de Salvador, Brasil. O perímetro objeto de estudo foi delimitado pela linha vermelha. Fonte: GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Praça Thomé de Souza. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

3.6. Proposições para a área.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PDDU, Lei Municipal n° 7.400/2008²⁹⁵, não prevê, detidamente, o que pode ser feito na área da Praça Thomé de Souza, diferentemente do que fez o Plano Regulador Geral em relação ao Policlínico de Nápoles.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, *a área da Praça Thomé de Souza classifica-se como* centro municipal tradicional – CMT e área de uso não residencial (artigo 171), macroárea de requalificação urbana (artigo 132, parágrafo único, I), área de proteção cultural e paisagística – APCP (artigo 230) e, quanto ao gabarito de altura das edificações em relação à borda marítima, área de proteção rigorosa (artigo 238)²⁹⁶.

²⁹⁵ Norma disponível na: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. PDDU – Lei n. 7400/2008. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/>. Acesso em 28 jun. 2008.

²⁹⁶ *Ibidem*.

A referida norma enumera, em seu artigo 135, as *diretrizes para a macroárea de requalificação urbana*, das quais se destacam as seguintes, em virtude de sua maior relação com a Praça Thomé de Souza:

Art. 135. São diretrizes para a Macroárea de Requalificação Urbana:

[...]

II - incremento às atividades vinculadas à cultura, ao turismo e ao lazer, particularmente nos espaços beneficiados pela presença do mar;

[...]

VI - preservação das características simbólicas dos espaços, cenários e monumentos aí localizados, de fundamental importância para a memória e a identidade local;

VII - proteção aos padrões de ocupação do solo característicos dos sítios históricos, bem como aos mirantes, cones visuais importantes e elementos da paisagem natural e construída que definem a imagem urbana de Salvador²⁹⁷.

Importante mencionar também o artigo 172:

Art. 172. São diretrizes para o Centro Municipal Tradicional, CMT:

I - fortalecimento como espaço de centralidade municipal, tanto do ponto de vista simbólico, quanto cultural, político e econômico, mediante o resgate e incorporação de novas funções capazes de integrá-lo plenamente à vida urbana e ao desenvolvimento do Município²⁹⁸;

Pelo que se tem notícia, as discussões quanto ao Palácio Thomé de Souza parecem não ser tão sistematizadas quanto as que se desenvolveram em Nápoles, com relação ao Policlínico. Atualmente, parece não existir um grupo de trabalho focado especificamente numa nova proposta de projeto para a área da Praça Municipal de Salvador. O que sobressai é um problema de ordem prática, decorrente da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, requerendo a retirada do citado edifício. A partir deste caso é que surgiram inúmeras manifestações por parte de arquitetos, professores e estudantes universitários. Há quem sustente que o Palácio Thomé de Souza já se incorporou à área, tornando-se parte de sua história. O próprio idealizador do projeto, o arquiteto João Filgueiras Lima, conhecido popularmente como “Lelé”, diz não ter nada de errado com a construção e que ela foi feita respeitando a volumetria do conjunto e

²⁹⁷ *Ibidem.*

²⁹⁸ *Ibidem.*

buscando um diálogo entre as partes²⁹⁹. Por outro lado, alguns moradores são amplamente favoráveis a sua demolição³⁰⁰.

Desta forma, enquanto Nápoles apresenta iniciativas acadêmicas concretas visando ao tratamento do vazio urbano em conjuntos históricos, expressadas por meio de uma série de projetos, em Salvador tais discussões parecem se limitar ao plano das idéias.

Ainda assim convém analisar o projeto da Prefeitura Municipal de Salvador à luz dos parâmetros de intervenção propostos por Cesare Brandi³⁰¹, à semelhança do que fora feito em relação ao Policlínico de Nápoles. Desse modo, pode-se dizer que é válida a conservação do edifício projetado por “Lelé”, pois se trata de um acréscimo realizado no conjunto histórico, representando uma nova estratificação que se incorporou à história da área. Por isso, a supressão do referido edifício só seria aceitável mediante uma justificativa plausível. Como não existe tal justificativa no caso concreto, segundo as idéias de Brandi, o Palácio Thomé de Souza não deveria ser demolido, uma vez que sua supressão não deixaria sequer vestígios do objeto.

Porém, o fato é que há ação judicial em curso, requerendo providência em sentido diverso, o que demanda a análise do tratamento a ser dado à possível lacuna decorrente da retirada dessa construção. Neste caso, a aplicação da tinta neutra, da diferença de nível, ou mesmo do *tratteggio*, só seriam possíveis se existisse, em construção de reconhecido valor histórico, alguma lacuna passível de reintegração, o que, como em Nápoles, não ocorre. Mesmo porque não há qualquer vestígio das edificações anteriores, como a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial, as quais foram substituídas pelo Palácio Thomé de Souza. O que se tem é uma lacuna situada em área de interesse histórico, porém associada a um edifício do final do século XX, desprovido de tal interesse.

Já no que toca ao tratamento de vazios por meio de adição, cabe recordar a advertência de Cesare Brandi quanto aos falsos artístico e/ou histórico, bem como a opinião de que inserir uma arquitetura contemporânea no contexto antigo é inaceitável.

²⁹⁹ HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

³⁰⁰ Confira-se, por exemplo, os seguintes depoimentos de moradores, citados por FERREIRA, Carla. “Justiça quer desmontar prefeitura”. *A Tarde*, Salvador, Caderno Local, 02 out. 2004. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.gov.br/pr-acessibilidade/noticiaImprensa.php?cod=288>>. Acesso em 07 mar. 2008. “Deve ser demolido [o Palácio Thomé de Souza]. A praça e as construções têm uma história. Preferia ver em seu lugar uma construção em harmonia com o Centro Histórico.”; e “Concordo com a demolição e o lugar deve ser ocupado por um outro prédio que tenha mais a ver com o espírito da Praça Municipal.”

³⁰¹ BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. p. 18; 19; 35-37; 42-46; 60; 65-67; 71-76.

Caso se confirme a ordem judicial para a retirada do Palácio Thomé de Souza, a teoria de Brandi recomendaria que a nova edificação a ser instalada no local buscasse resgatar os parâmetros das construções anteriores. Antes do referido palácio, a área foi marcada pela permanência da perspectiva edilícia do século XVII, com pequenas alterações, em razão dos edifícios da Casa da Moeda, substituída pela Biblioteca Pública, da Imprensa Oficial e da Casa da Relação, esta demolida para a construção do elevador Lacerda. Por isso, a retirada do palácio traz a oportunidade de que uma nova construção retome as características do conjunto histórico.

Abaixo, da esquerda para a direita, vista das perspectivas anterior e atual da Praça Thomé de Souza.



134



135

FIGURA 134. Croqui da perspectiva Praça Thomé de Souza na época da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial. Note-se que a Santa Casa de Misericórdia não era evidenciada. Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 1.

FIGURA 135. Vista atual da Praça Thomé de Souza. Note-se que a lateral da Santa Casa de Misericórdia é evidenciada. Fonte: HORSCHUTZ, Alessandra. *E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?*. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

Em suma, a intenção não seria reviver um período anterior, com uma construção que deixou de existir, mas devolver a área à sua conformação original. Mesmo porque incluir ali um novo edifício, cuja forma negue a característica do lugar, destoando do contexto, recairia no mesmo equívoco do Palácio Thomé de Souza. Ao contrário, deve haver um respeito em relação às formas tradicionalmente utilizadas, de modo que seja perceptível que se trata de uma construção nova, perfeitamente adaptada ao contexto do local (*mimésis*), porém sem a pretensão de copiar um estilo. Essa nova construção deve recompor a unidade do conjunto urbano, sendo a mais próxima possível da perspectiva original em relação à massa, cor e altura.

Abaixo, mapas referentes à implantação dos edifícios da Praça Thomé de Souza no início e ao final do século XX.

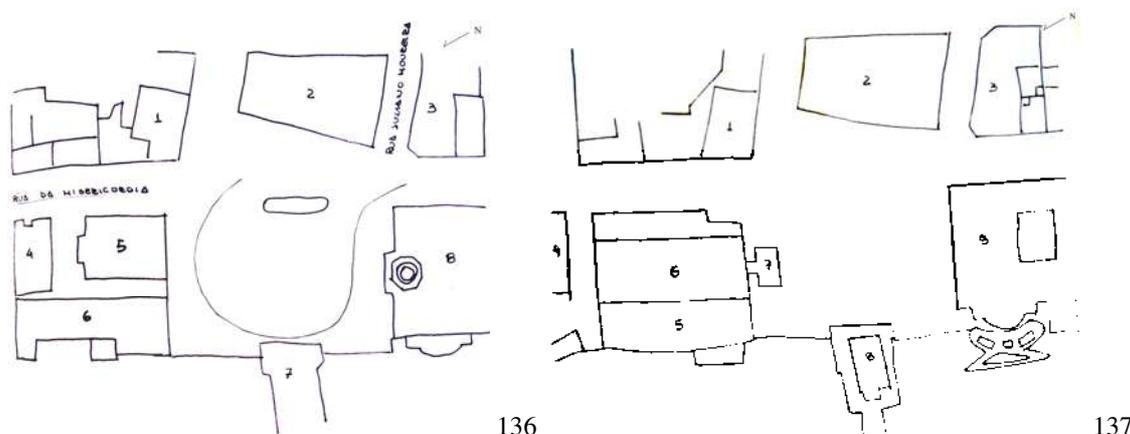


FIGURA 136. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal no século XX. Legenda: 1) Edifício Coqueijo (1919); 2) Câmara Municipal (1881); 3) Associação dos Empregados do Comércio (1916-1917); 4) Fórum; 5) Biblioteca Pública (1917-1919); 6) Imprensa Oficial (1915); 7) Elevador Lacerda (1907); 8) Palácio Rio Branco (1919). Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 2.

FIGURA 137. Mapa esquemático do entorno da Praça do Palácio ou Praça Municipal na segunda metade do século XX (1986). Legenda: 1) Banco Bradesco; 2) Câmara dos Vereadores; 3) Associação dos Empregados do Comércio; 4) Igreja da Misericórdia; 5) “Sucupira” – Estacionamento – Praça; 6) Palácio Thomé de Souza; 7) Escadaria de acesso ao Palácio; 8) Elevador Lacerda; 9) Palácio Rio Branco. Fonte: SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. p. 2.

Como dito em relação a Nápoles, aqui também as intervenções em conjuntos históricos devem se pautar pela integração entre o antigo e o novo, sem destoar das características tradicionais do local. Deste modo, as próximas construções devem ser apenas uma nova estratificação, recriando a mesma realidade arquitetônica que já existiu³⁰².

³⁰² KÜHL, Beatriz Mugayar. *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*. R. CPC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006. p. 32.

3.7. Breve cotejo entre o caso italiano e o brasileiro: o realce de suas principais semelhanças e diferenças.

Ao longo do texto, já foram estudadas diversas semelhanças e diferenças entre o Policlínico de Nápoles e o Palácio Thomé de Souza, em Salvador. Contudo, como foram feitas ao longo de vários tópicos, é conveniente aqui reiterar as principais, acrescentando outras, de modo a possibilitar uma comparação mais ampla entre os casos estudados. Ou seja, pretende-se partir das peculiaridades de cada caso concreto para, então, traçar um sucinto paralelo entre a experiência italiana e a brasileira em matéria de tratamento dos vazios urbanos em conjuntos históricos.

Antes, porém, cumpre ressaltar que tais considerações serão baseadas na ótica da autora, porém fundamentadas nos diversos substratos teóricos desenvolvidos ao longo deste estudo. Os termos de comparação pretendidos *não envolvem o julgamento das intervenções arquitetônicas, seus aspectos estéticos, a escolha dos materiais ou mesmo das técnicas construtivas*. Ao contrário, o que se pretendeu foi realizar uma *análise conceitual e ideológica* do tratamento dado aos vazios urbanos em conjuntos históricos, questionando a essência dessas intervenções, especialmente no aspecto urbano.

Convém apontar algumas analogias básicas antes de adentrar as premissas mais complexas. Assim, tanto Nápoles quanto Salvador são as principais cidades de suas respectivas regiões³⁰³, estão incluídas na lista do patrimônio mundial da UNESCO e ocupam o posto de terceira maior cidade do país em termos populacionais. Segundo a classificação do IPEA, da UNICAMP-NESUR e do IBGE, Salvador é considerada metrópole com influência nacional³⁰⁴, enquanto Nápoles é uma metrópole com influência restrita à sua região³⁰⁵.

Em comum também o fato de que tais cidades concentram um grande número de pessoas com baixa renda. Na Itália, para quase 50 % da população o salário não dura até o final do mês, situação ainda mais alarmante em Nápoles³⁰⁶. Já em Salvador, segundo

³⁰³ No caso de Salvador, o estado da Bahia, enquanto para Nápoles o referencial é a região da *Campania*.

³⁰⁴ SCHVASBERG, Benny. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. p. 43-63. p. 44; 58; 61.

³⁰⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 186. “No contexto das situações urbanas italianas, a de Nápoles é, sem dúvida, uma situação *sui generis*. Seu *status* nunca foi o da cidade capital, mas também não foi o da cidade de província ou do município.”

³⁰⁶ Para maiores informações ver: POLIDORI, Elena. Gli italiani non risparmiano più: il 48% ha soldi solo per vivere. *La Repubblica*. Roma, 2008. Disponível em: <<http://www.repubblica.it/2004/i/sezioni/economia/prezzi6/nosoldi/nosoldi.html>>. Acesso em 10 jul. 2008.

dados do censo de 2001, 54% da população economicamente ativa³⁰⁷ tinha uma renda média mensal de até dois salários mínimos³⁰⁸. Tal problema é agravado pela alta densidade demográfica dessas metrópoles. Excluindo-se a região metropolitana, Nápoles apresenta densidade de 8.566 habitantes por quilômetro quadrado³⁰⁹, enquanto Salvador, pelo mesmo critério, tem densidade de 3.455 habitantes por quilômetro quadrado³¹⁰. Essa disparidade decorre do fato de que a área de Nápoles é sete vezes menor que a de Salvador.

Quanto à conformação natural, pode-se dizer que ambas são cidades marítimas e de relevo acidentado. Historicamente, a *Neapolis* foi formada por volta do século V a.C., enquanto o núcleo primitivo de Salvador surgiu no século XVI. Ao longo do texto foi dito também que seus núcleos originários foram instalados em áreas internas e de quota alta, afastadas do mar e cercadas por sistemas defensivos contendo muralhas e fossos, além de portas protegidas por fortalezas. Para ambas o porto funcionava como suporte. Contudo, há uma diferença marcante. Em Nápoles, a alteração de nível ocorre de forma gradual, à exceção da área da acrópole³¹¹, cujo desnível de 20 metros foi superado por meio da *Rampa Maria Longo*. Salvador, por outro lado, apresenta brusca mudança de nível, especialmente no local em que foi instalado o elevador Lacerda, responsável por superar um declive de 72 metros. A seguir, imagens ilustrativas de tais desníveis.

“Adesso però, riuscire a mettere da parte qualche soldo, è diventata un'impresa difficile. Anzi, addirittura impossibile per il 48% dei connazionali. Per loro, il reddito disponibile basta solo per andare avanti e, alla fine del mese, non resta neppure un euro da mettere nel salvadanaio.”

³⁰⁷ Totalizando 639.760 pessoas.

³⁰⁸ Dados do: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 10 jul. 2008.

³⁰⁹ População total de 1.004.500 dividida pela área de 117 quilômetros quadrados, segundo dados do censo de 2001 do: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 10 jul. 2008.

³¹⁰ População total de 2.443.107 dividida pela área de 707 quilômetros quadrados, de acordo com censo do ano 2001. Em 2007, pela mesma fonte, esse índice aumentou para 4091 habitantes por quilômetro quadrado. Dados do: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 10 jul. 2008.

³¹¹ A área da acrópole situa-se a 65 metros acima do nível do mar.



138



139

FIGURA 138. Vista da *Rampa Maria Longo* da *Piazza Cavour*. Destaque para o desnível de 20 m vencido pela rampa. Fonte: Arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

FIGURA 139. Vista do Elevador Lacerda da Praça Thomé de Souza. Destaque para o desnível de 72 metros vencido pelo elevador. Fonte: Arquivo pessoal de Raquel Diniz Oliveira.

Outra distinção relevante refere-se ao desenho da malha urbana. Isto porque o núcleo originário de Nápoles passou por maiores alterações, uma vez que várias ruas e quarteirões foram fundidos para dar lugar a grandes construções religiosas. Na capital baiana, diversamente, o traçado permaneceu quase inalterado, ocorrendo apenas a substituição de edifícios, sem significativas modificações da malha urbana. Note-se, ainda, a diferença de escala edilícia, já que em Nápoles, na área do Policlínico, a extensa cortina edilícia tem, em média, cinco pavimentos, enquanto a Praça Thomé de Souza é também marcada por largas construções, porém com média de apenas dois andares, como o Palácio Rio Branco, a Câmara Municipal e o Palácio Thomé de Souza. Excetua-se apenas a área do elevador Lacerda, propositadamente estreito para não prejudicar a vista do mar.

Outra semelhança foram as epidemias por que passaram as citadas metrópoles, em virtude das precárias condições sanitárias do passado. Na Itália, a peste e o cólera, enquanto no Brasil esta mesma moléstia, juntamente com a febre amarela, fizeram inúmeras vítimas. Tal fato acarretou importantes alterações urbanas, como a abertura da *Via Duomo* e do *Corso Umberto I*, no caso de Nápoles, e o fechamento da vala do Rio das Tripas, atualmente Rua Doutor José Joaquim Seabra, na metrópole soteropolitana.

Até mesmo manobras políticas dessas cidades geraram repercussão arquitetônica semelhante: a criação de um vazio decorrente da supressão de edifícios, num primeiro momento, e o posterior preenchimento da lacuna por meio da adição de prédios pertencentes ao poder público. No caso italiano foram demolidos os Monastérios *della*

Sapienza e della Croce di Lucca, para dar lugar aos pavilhões do Policlínico³¹², enquanto na capital baiana foram destruídas a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial para a construção do Palácio Thomé de Souza. Diferença apenas no fato de que no caso brasileiro o vazio perdurou por mais tempo, em razão da instalação de uma laje na Praça Thomé de Souza, apelidada de “Cemitério de Sucupira”³¹³.

No que tange ao projeto dos pavilhões do Policlínico e da Prefeitura Municipal de Salvador, pode-se dizer que foram implantados de modo centralizado no terreno, com uma forma que nega o contexto do conjunto histórico, sendo insuficientes para o preenchimento da lacuna. Apesar de ambos terem respeitado o limite de altura em relação ao restante da cortina edilícia, os materiais utilizados em sua construção foram diversos dos tradicionalmente empregados no local. Em Nápoles optou-se pelo concreto ao invés das tradicionais pedras *Tufo e Piperno*³¹⁴, sendo que em Salvador foi utilizada estrutura metálica, inédita para as edificações do lugar³¹⁵.

Já quanto à linguagem arquitetônica, em Nápoles buscou-se uma aproximação com o estilo anterior, por meio de texturas no concreto imitando o embasamento de pedra, além de ter sido mantida a mesma proporção das aberturas e ornamentos. Em Salvador, por sua vez, utilizou-se uma linguagem nova, sem referência direta aos estilos anteriores.

A seguir, imagens referentes à implantação dessas construções.

³¹² Note-se que em Nápoles houve uma nova lacuna por supressão, causada pela demolição do terceiro pavilhão do Policlínico, em virtude de um terremoto.

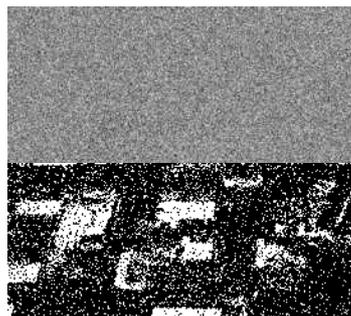
³¹³ Recorde-se que o ‘Cemitério de Sucupira’ ocupa a área em que hoje se encontra o Palácio Thomé de Souza, tendo funcionado como estacionamento no subsolo e como praça-jardim no nível térreo.

³¹⁴ As características das pedras *tufo e piperno*, já foram descritas no tópico intitulado “Leitura Morfológica”, no capítulo referente a Nápoles.

³¹⁵ Apenas para exemplificar, a Câmara Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia, foi executada em alvenaria de pedra e cal, com a atual cúpula da sua torre em concreto armado, conforme: BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – Monumentos do Município de Salvador*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1984. v. 1. p. 159-160.



140



141

FIGURA 140. Vista atual da Praça Thomé de Souza. Fonte: NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. Contraponto: o museu do Ara Pacis no centro de Roma e o Palácio Thomé de Souza no centro histórico de Salvador. In: MARIANO, Liliane; NETO, Joaquim Viana; MORAES, Ariadne (Org.). *Paisagens mediadas: olhares sobre a imagem urbana*. Salvador: UNIFACS, 2008. p. 95-138. p. 133.

FIGURA 141. Vista aérea do Policlínico. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. ICD-Rom.

Por fim, uma das mais importantes semelhanças entre essas cidades relaciona-se às conseqüências da manutenção de um vazio no centro histórico. Todavia, antes de fazer essa comparação, torna-se necessário mapear como são e onde se situam os principais espaços não edificados do entorno do Policlínico e do Palácio Thomé de Souza.

Assim, tem-se que em Nápoles o núcleo originário greco-romano (delimitado por uma linha amarela, no mapa seguinte) contava com um único grande vazio: o fórum. Além dele, porém em menores dimensões, havia a área do mercado. Posteriormente, com as mudanças do traçado urbano, estas áreas foram sendo construídas, enquanto outros bairros passaram por diversas alterações que originaram novas praças e largos. Hoje, não existe no entorno do Policlínico nenhum espaço vazio com dimensões sequer próximas daquele originado pela demolição de seu terceiro pavilhão (número 1). A partir disso, pode-se vislumbrar como seriam as proporções dessa lacuna em relação ao entorno, caso fosse triplicada, em razão da retirada dos dois pavilhões restantes (destacados em vermelho). Note-se, ainda, que os espaços situados nas proximidades do local – *Piazza Luigi Miraglia* (2), *Piazza Bellini* (3), *Piazza San Gaetano*, onde se situava o antigo Fórum (4), *Piazza San Domenico Maggiore* (11) e *Piazza Dante Alighieri* (13) – têm sua expressão reduzida diante da enorme lacuna que seria deixada pelos três pavilhões.

Importante registrar que existem em Nápoles outros extensos espaços não edificados, porém todos situados fora do núcleo originário da cidade e afastados da área em exame, como a *Piazza Enrico De Nicola* (10); *Piazza Cavour* (14) e a *Piazza Giuseppe Garibaldi* (16). Relativamente próximo do Policlínico apenas a citada *Piazza Dante*.

Registre-se, ainda, que há outros espaços vazios no próprio centro histórico, porém todos de menor calibre em relação à lacuna, o que não justifica sua referência no texto.

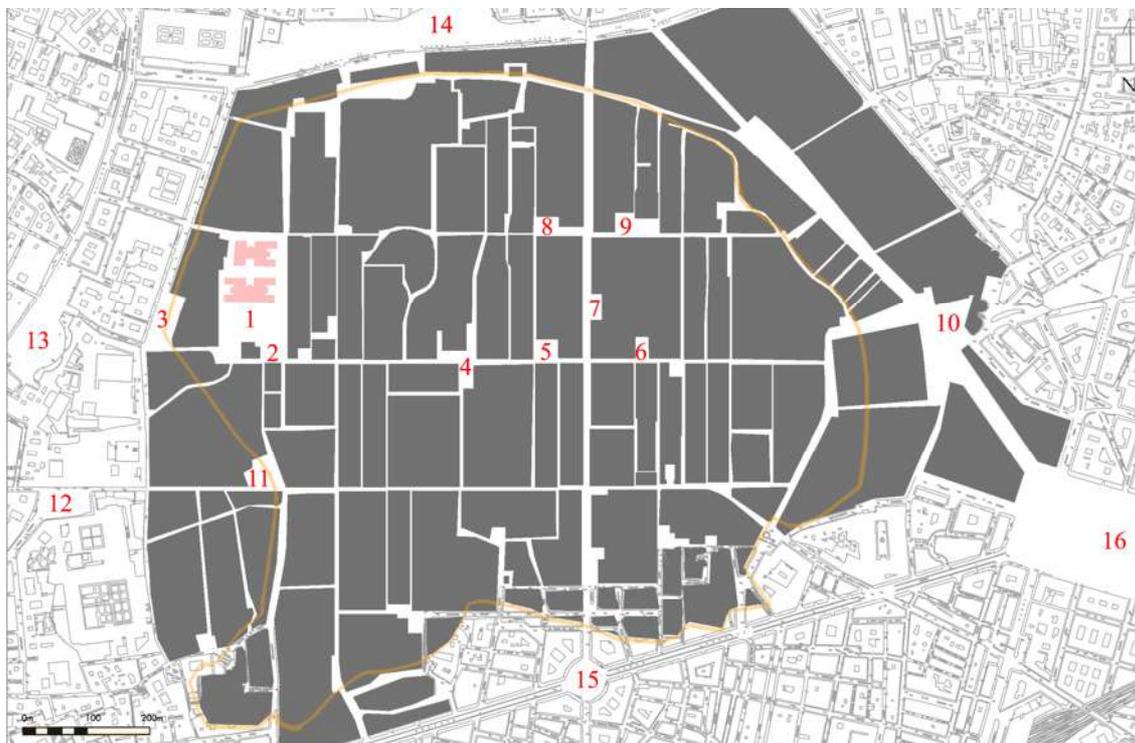


FIGURA 142. Mapa das principais áreas vazias. Destacado em vermelho os dois pavilhões restantes do Policlínico passíveis de demolição. A linha amarela define a área do núcleo originário. Note-se que os pátios internos das construções foram propositalmente suprimidos para dar destaque aos largos e praças. Legenda: 1) Vazio referente ao pavilhão demolido do Policlínico em 1980; 2) *Piazza Luigi Miraglia*; 3) *Piazza Vincenzo Bellini*; 4) *Piazza San Gaetano*, antigo Fórum; 5) *Piazza dei Gerolomini*; 6) *Piazza Cardinale Sisto Riario Sforza*; 7) *Largo del Duomo*; 8) *Piazzetta San Giuseppe dei Ruffi*; 9) *Largo Donnaregina*; 10) *Piazza Enrico De Nicola*; 11) *Piazza San Domenico Maggiore*; 12) *Piazza Gesù Novo*; 13) *Piazza Dante Alighieri*; 14) *Piazza Cavour*; 15) *Piazza Nicola Amore*; 16) *Piazza Giuseppe Garibaldi*. Fonte: MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

Em Salvador, diferentemente de Nápoles, o núcleo dos séculos XVI e XVII já contou com vários grandes vazios, como a Praça do Palácio (número 1 no mapa seguinte), atual Praça Thomé de Souza, o Largo do Teatro, atualmente transformado na Praça Castro Alves (2) e o Terreiro de Jesus (4). Outra diferença é que o traçado soteropolitano não passou por significativas modificações, permanecendo praticamente inalterado até os dias de hoje. Destaca-se, como mudança significativa, apenas a Praça da Sé (3), resultante da demolição de alguns quarteirões.

Assim, no núcleo originário de Salvador (delimitado por uma linha amarela no mapa seguinte) as praças possuem áreas livres próximas ou mesmo superiores à que

surgiria na Praça Thomé de Souza, em decorrência da retirada do palácio de mesmo nome (destacado em vermelho, ao lado do número 1). Aqui se pode também vislumbrar como seriam as proporções da nova lacuna em relação ao entorno, a qual, diferentemente da de Nápoles, não destoaria tanto do contexto.

No caso soteropolitano, a proximidade da Praça Thomé de Souza com outras áreas não edificadas - Praça da Sé (3) e Terreiro de Jesus (4) - redundaria na criação de um vazio excessivo. Note-se que há também outras lacunas na vizinhança, como a Praça Castro Alves (2) e a Praça do Mercado³¹⁶ (8), além da escarpa arborizada destacada em verde³¹⁷.

Tal como em Nápoles, aqui também existem outros extensos espaços não edificadas situados além do núcleo originário e, portanto, distantes da área em exame. Apenas para ilustrar, podem ser mencionados: o Largo Santo Antônio Além do Carmo (7); a Praça Riachuelo (9); o Largo do Cais do Ouro (10); a Praça da Barroquinha (11); a Praça dos Veteranos (12); o Largo da Palma (13) e a Praça Duque de Caxias (14). Registre-se, ainda, que há outros espaços vazios no próprio centro histórico, porém de menor calibre em relação à área estudada, o que não justifica sua referência no texto.



FIGURA 143. Mapa das principais áreas vazias. Destacado em vermelho o Palácio Thomé de Souza, sede da Prefeitura Municipal, passível de demolição e em verde as escarpas arborizada protegidas pelo Decreto Municipal nº 701/48. Legenda: 1) Praça Thomé de Souza ou Municipal; 2) Praça Castro Alves; 3) Praça da Sé; 4) Praça XV de Novembro ou Terreiro de Jesus; 5) Largo do Pelourinho; 6) Largo do Carmo; 7) Largo Santo Antônio Além do Carmo; 8) Praça do Mercado; 9) Praça da Inglaterra; 10) Praça Riachuelo; 11) Largo do Cais do Ouro; 12) Praça da Barroquinha; 13) Praça dos Veteranos; 14) Largo da Palma; 15) Praça Duque de Caxias. Fonte: PELO PELÔ. O centro histórico de Salvador. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://pelopelourinho.blogspot.com/2008/06/o-centro-historico-de-salvador.html>>. Acesso em 06 jul. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

³¹⁶ A Praça do Mercado localiza-se a cerca de 70 metros abaixo da Praça Thomé de Souza.

³¹⁷ Trata-se de uma área de proteção ambiental que funciona como mirante com vista para o mar e para a parte baixa em geral, como o forte de São Marcelo, o Mercado Modelo e a Marina.

Tudo que foi dito conduz à conclusão de que demolir as construções em exame – Policlínico de Nápoles e Palácio Thomé de Souza, em Salvador – não é a melhor opção. Ainda que tais edifícios sejam reflexos de intervenções que negaram o contexto, não se trata de um erro, mas apenas de uma postura diversa da que hoje guiaria as intervenções. Ademais, uma nova construção nesses lugares demandaria cuidadoso planejamento, tempo e altos investimentos.

Contudo, caso se opte pela demolição, sustenta-se, *subsidiariamente*, que o vazio não deveria ser mantido. Em Nápoles, porque as grandes praças têm um papel secundário, já que a vivacidade do centro histórico se manifesta por meio de suas principais vias, como a *Spaccanapoli*, nas quais se misturam pessoas e veículos, num intenso fluxo cotidiano. Em Salvador, também não se justifica a demolição do Palácio Thomé de Souza, pois isto ampliaria os já extensos vazios do centro histórico, comprometendo a escala humana da cidade, suprimindo as surpresas que a irregularidade do traçado poderia possibilitar aos transeuntes e expondo edifícios cujas fachadas não possuem o tratamento necessário para se relacionar com uma lacuna desse tipo.

Conseqüentemente, nesses casos, deveria se optar por edificações que tomem como parâmetro as teorias de Cesare Brandi, a fim de que as próximas construções promovam uma integração entre o antigo e o novo, sem destoar das características tradicionais de cada cidade e sem recair num falso artístico ou histórico. Para tanto, não basta apenas manter uma relação com o gabarito edificado. É desejável, também, que se resgate a perspectiva anterior do conjunto histórico, mantendo a proporção, a volumetria e o ritmo o mais próximo possível do que já existiu na área, sem, contudo, recriar um estilo passado³¹⁸.

³¹⁸ No caso de Nápoles, deve-se atentar especialmente para a *Chiesa della Croce di Lucca*; e, em Salvador, para a vista panorâmica proporcionada pela localização da Praça Thomé de Souza.

4. CONCLUSÃO

Inicialmente, o trabalho pretendia abordar apenas a inserção de edifícios contemporâneos em conjuntos históricos, com base na evolução da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte – MG. Ao longo da pesquisa, porém, optou-se por expandir o objeto, passando a compreender o próprio tratamento de vazios urbanos em conjuntos históricos, o que não necessariamente se traduz na inserção de novos edifícios.

Partiu-se, então, para a análise comparada entre um caso italiano e outro brasileiro. Pretendia-se, a partir do contraste entre as situações concretas, inferir quais seriam as principais semelhanças e diferenças entre esses países em matéria de tratamento dos vazios urbanos em conjuntos históricos, identificando os principais pontos positivos e negativos de cada um, à luz das teorias do restauro e da conservação.

Neste contexto, o Policlínico de Nápoles foi o primeiro a ser escolhido, não apenas pelas particularidades da área, mas também porque a autora residiu em Nápoles e teve a oportunidade de conhecê-lo de perto, por ocasião do *Master di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica*, na *Università degli Studi di Napoli – Federico II*, o que facilitou a coleta de material para a pesquisa.

Neste ponto surgiu a primeira grande dificuldade do trabalho: encontrar no Brasil uma real possibilidade de vazio urbano, situada em conjunto histórico com características próximas às de Nápoles, possibilitando a pretendida comparação. Após longo estudo, optou-se pela área da Praça Thomé de Souza, em Salvador, uma vez que há possibilidade concreta de demolição do Palácio Thomé de Souza, à semelhança do que ocorre com os pavilhões remanescentes do Policlínico.

Feita a opção pelos casos objeto de estudo, passou-se à cuidadosa análise histórica e morfológica dessas áreas, bem como sua leitura à luz das teorias do restauro de Cesare Brandi. Isto permitiu inferir que a manutenção da lacuna como um vazio não seria a melhor solução. Nesse percurso, não se pretendeu esgotar o tema, mas tão somente abrir caminho para o futuro aprimoramento dos estudos, na ótica de outros pesquisadores, ou mesmo pela utilização de teorias diversas das de Cesare Brandi.

Conclui-se também que os interesses políticos e econômicos que moveram o projeto do Policlínico de Nápoles manifestaram-se, de modo semelhante, também no Palácio Thomé de Souza. Em ambos os casos, não se priorizou o respeito ao conjunto

histórico. Ao contrário, as intervenções se pautaram pelo contraste entre o antigo e o novo, descaracterizando a área. Neste contexto, a intervenção que melhor solucionaria a questão das lacunas seria aquela que possui parâmetros engajados nas questões de integração com o antigo, como aqueles preconizados pelas teorias de Cesare Brandi. A prática ideal seria aquela que buscasse uma relação além do gabarito edificado, almejando o resgate da perspectiva anterior do conjunto histórico, por meio da manutenção da proporção, volumetria e ritmo os mais próximos possíveis do que já existiu na área, sem, contudo, recriar um estilo passado ou mesmo destoar das características tradicionais da cidade.

Ademais nota-se, tanto no Brasil quanto na Itália, uma preocupação comum em não repetir as posturas inadequadas do passado, com a inserção de novos edifícios que não se relacionam com o contexto. Busca-se, então, resgatar os conjuntos históricos por meio de ações que promovam suas características singulares e, conseqüentemente, fortaleçam o turismo e a economia, trazendo recursos que podem ser reinvestidos na preservação de novos edifícios históricos. Registre-se, por fim, que tão importante quanto o minucioso planejamento das intervenções é resgatar o valor dos conjuntos históricos, conscientizando a sociedade de sua importância como elo entre diferentes momentos históricos, além de instrumento para a preservação da memória urbana e coletiva.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Centro Histórico de Salvador. *Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/patrim/salvador/index.htm>>. Acesso em 08 mar. 2008.
- AFONSO, Mariza Rezende. A Política Cultural e de Preservação do Patrimônio em Belo Horizonte. In: CURSO DE GESTÃO URBANA E DE CIDADES. mar. 2000, Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, WBI, LILP, IPEA, ESAF. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/gestaourbana/index1.php>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BAETA, Rodrigo Espinha. Renovação urbanística da cidade de Roma após o Risorgimento: Fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2008. p. 1-61.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – Monumentos do Município de Salvador*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1984. v. 1.
- BENACH, Núria; TELLO, Rosa. En los intersticios de la renovación: Estrategias de transformación del espacio y flujos de población em Barcelona. *Revista de Geografía*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 3, p. 93-114, 2004.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *História da cidade*. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BONAVENTURA, Maria Antonietta Lozzi. *Pompeii Reconstructed*. Roma: Archeolibri, 2007.
- BORGES, Ricardo de Carvalho Abreu. Utopía x Realidad: Una propuesta de recuperación de centro histórico en una ciudad brasileña a partir de la fusión de conceptos que comprenden los universos de la música y de la arquitectura. In: SEMINARIO DE ARQUITECTURA LATINO-AMERICANA, 11., 2005, Oaxtepec, México. Anais... Oaxtepec: [s.n.], 2005. p. 1-22.
- BOROLI, Achille; BOROLI, Adolfo (Org.). *Grande Enciclopedia*. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1983. v. 13.
- _____. *Città e Paesi d'Italia: enciclopedia illustrata di tutti i comuni italiani*. Novara: Istituto Geográfico de Agostini, 1968. v. 4.
- BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. Requalificação urbana: novos caminhos para o centro histórico de Salvador. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2008. p. 1-16.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Uma Proposta de Valorização do Centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 93-108.
- BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977. BRASIL. Ministério da Cultura – Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Cadernos técnicos n. 3., v. 1.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estabelece o patrimônio cultural brasileiro e dá outras providências. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Legislação. Brasília, 2006/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao.htm>. Acesso em 03 mar. 2008.

_____. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dá outras providências. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Legislação. Brasília, 2006/2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 03 mar. 2008.

CAPEL, Horacio. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado 'Modelo Barcelona'. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, n. 233, p. 1-70, fev., 2007.

CARBONARA, Giovanni. "The Integration of the Image: Problems in the Restoration of Monuments", In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 236-243.

CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

CASIELLO, Stella. *Restauro: dalla teoria alla prassi*. Napoli: Electa Napoli, 1989.

CASTELLO, Lineu. O Nexu Ambiental: E nos conhecerão por nossos lugares. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2008. p. 1-22.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. p. 186-206.

CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 167-195.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2003.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *A Grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978. v. 1. cap. 11.

COMUNE DI NAPOLI. Area statistica - Popolazione. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/2842>>. Acesso em 08 mar. 2008.

_____. Aree tematiche – Territorio e Riqualificazione urbana – Servizi di Riqualificazione ed Arredo Urbano – Pianificazione urbanistica – Piano regolatore genelare – Variante generale al Prg – Norme di attuazione. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/1044>>. Acesso em 08 mar. 2008.

_____. Le Municipalità – Ambiti territoriali. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/2692>>. Acesso em 27 mar. 2008. Modificado por Raquel Diniz Oliveira.

CONZEN, Michael R.G. Historical townscapes in Britain: a problem in applied geography. *The urban landscape: historical development and management*. London, n.13. p. 55-74. C. 1981. (Special publication/ Institute of British Geographers). Artigo traduzido por Staël de Alvarenga Pereira Costa.

CORDIVIOLA, Alberto Rafael. Prefeitura de Salvador: O passado no futuro e o presente no passado. *Arquitextos* n. 062. Texto especial 319, São Paulo, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp319.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.

CROCE, Benedetto. *Storia del Regno di Napoli*. 3. ed. riv. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1944.

- DEL BELLO, Giuseppe. Destinação Afragola per il Vecchio Policlinico. *La Repubblica – Napoli*. Napoli, Sezione Napoli, p.4, 14 gennaio 2007. Disponível em: <<http://espresso.repubblica.it/dettaglio-local//1479207>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- DE FUSCO, Renato. *Artifici per la storia dell' architettura*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1998.
- DE LUCA, Margherita. *La villa della Duchesca attraverso le fonti*. 2000. 128 p. Tese (Laurea) – Facoltà di Lettere e Filosofia, Università degli Studi di Napoli, Napoli, 2001.
- DIAS, André de Vasconcelos. Ministério Público Federal na Tutela Coletiva e Justiça Federal: Uma Questão de Legitimidade Ativa. *Boletim dos Procuradores da República*, Brasília, v. 8, n. 73, p. 7-16, mar. 2007. Disponível em <<http://www.anpr.org.br>>. Acesso em 19 jun. 2007.
- DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001. 1CD-Rom.
- ENCICLOPÉDIA Microsoft Encarta. Buffalo (NY): Microsoft Encarta, 1999. 1CD-Rom.
- FERRARO, Italo. *Napoli, Atlante della Città Storica: centro antico*. Napoli: Clean, 2002. v. 4.
- FERREIRA, Carla. “Justiça quer desmontar prefeitura”. *A Tarde*, Salvador, Caderno Local, 02 out. 2004. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.gov.br/pr-acessibilidade/noticiaImprensa.php?cod=288>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- FRANCO, Ângela. Não só de Referência Cultural (Sobre)Vive o Centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 31-46
- FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. Arquivos – Centro de Memória. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo_cmemo_memgovs_palacio_historico.asp>. Acesso em 05 maio 2008.
- GIOVANNONI, G. *L'urbanistica dall' antichità ad oggi*. Firenze: 1943.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 47-58.
- GOOGLE EARTH. Imagem de satélite – Área da Praça Thomé de Souza. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- _____. Imagem de satélite – Área do Policlínico de Nápoles. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- _____. Imagem de satélite – Área dos núcleos iniciais da cidade. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 22 abr. 2008.
- _____. Imagem de satélite – Centro Histórico de Salvador. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 20 maio 2008.
- _____. Imagem de satélite - Itália. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- _____. Imagem de satélite - Nápoles. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 20 maio 2008.
- _____. Imagem de satélite – Praça Thomé de Souza. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008. Modificada por Raquel Diniz Oliveira.

- _____. Imagem de satélite – Salvador. Mountain View (CA), 2008. Disponível para *download* em: <<http://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- GOULART, Nestor Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000.
- GUTIERREZ, Gaspar Maza; TORNER, Francesc Magrinyà. Inmigracion y huecos en el centro histórico de Barcelona (1986-2000). *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. V, n. 94, p. 1-19, ago., 2001.
- HORSCHUTZ, Alessandra. E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?. *Arquitextos* n. 070. Texto especial 360, São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp360.asp>>. Acesso em 15 mar. 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 10 jul. 2008.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 10-14.
- JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1986. *A history of architectural conservation*. 466 p. Thesis (PhD) – Instituto of Advanced Architectural Studies, The University of York, Heslington, York (UK), 1986
- JUSTIÇA FEDERAL. Acompanhamento processual – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.justicafederal.gov.br/>>. Acesso em 16 mar. 2008.
- KENZO TANGE ASSOCIATES. Profile – Masterpiece – 1995, Master Plan and Design for Napoli Administration Center. Tokyo, 2001. Disponível em: <http://www.ktaweb.com/profile/en_works.html>. Acesso em 28 mar. 2008.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: UNB, 1996.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*. R. CPC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006.
- _____. *Restauração – Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- LUCCHESI, Rafael; CASALI, Emerson. Negócios de Oportunidade. TecnoVia Parque Tecnológico: Um caminho para o adensamento das Cadeias de Inovação na Bahia. *Bahia invest*, Salvador, v. 4, junho de 2006. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/bahiainvest/port/depoimentos1.php?find=versao007>>. Acesso em 28 jul. 2008.
- MADEIRA, Teresa. Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. In: ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL, UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS - 1415-1822, 2001, Lisboa. Anais... Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses, mar. 2001. p. 247-264.
- MASTER di II Livello in Progettazione di Eccellenza per la Città Storica. Napoli: Università degli Studi di Napoli – Federico II, 2007. 1CD-Rom.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Intervenções Modernistas e Pós-modernistas em Sítios Históricos*. P@ranoá Eletrônico, Brasília, v. 6, p. 1-21, 2004.
- METRONAPOLI. Le linee Metronapoli. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.metro.na.it/>>. Acesso em 10 abr. 2008.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Programas e Ações. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/brasil_patrimonio_cultural/index.php>. Acesso em 31 ago. 2005.

- _____. Monumenta. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/>>. Acesso em 24 jun. 2008.
- MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITÀ CULTURALI. Grandi Restauri. Roma, 2006. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/restauri/default.asp?nd=gr>>. Acesso em 06 mar. 2008.
- NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. Contraponto: o museu do Ara Pacis no centro de Roma e o Palácio Thomé de Souza no centro histórico de Salvador. In: MARIANO, Liliane; NETO, Joaquim Viana; MORAES, Ariadne (Org.). *Paisagens mediadas: olhares sobre a imagem urbana*. Salvador: UNIFACS, 2008. p. 95-138.
- NICOLINI, F. *L'arte napoletana del Rinascimento*. Napoli: Ricciardi, 1925
- PAIM, Gilberto. *A beleza sob suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- PANE, Roberto. *Architettura del Rinascimento in Napoli*. Napoli: Soc. ed. Politecnica, 1937
- _____. *Napoli imprevista*. Torino: Einaudi, 1949.
- PAZ, Daniel J. Mellado. Notas sobre a polêmica da Prefeitura de Salvador. *Minha Cidade* n. 5, São Paulo, v. 3, p. 116, out. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc116/mc116.asp>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- PELO PELÔ. O centro histórico de Salvador. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://pelopelourinho.blogspot.com/2008/06/o-centro-historico-de-salvador.html>>. Acesso em 06 jul. 2008.
- PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. *Urban renewal - urban revolution?*. 1980. 175 f. Dissertation (Master) - Joint Centre for Urban Design, Oxford Polytechnic, Oxford, 1980.
- PHILIPPOT, Paul. "Restoration from the Perspective of the Humanities", In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 216-229.
- PINHEIRO, Eloísa Pettit; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Os arquitetos, a cidade e o fascínio pela história. In: PINHEIRO, Eloísa Pettit; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *A cidade como história: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 9- 18.
- POLIDORI, Elena. Gli italiani non risparmiano più: il 48% ha soldi solo per vivere. *La Repubblica*. Roma, 2008. Disponível em: <<http://www.repubblica.it/2004/i/sezioni/economia/prezzi6/nosoldi/nosoldi.html>>. Acesso em 10 jul. 2008.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5., n. 10, p. 200-212, 1992.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. A cidade – Esta é Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=40>. Acesso em 08 mar. 2008.
- _____. A cidade – História de Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=40>. Acesso em 08 mar. 2008.
- _____. _____; EMTURSA – Empresa de Turismo de Salvador. Conheça Salvador – Geografia e Clima. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.emtursa.ba.gov.br/template.asp?Nivel=00010006&IdEntidade=12>>. Acesso em 09 mar. 2008.
- REDAÇÃO. Iphan tomba elevador Lacerda, em Salvador. *Folha Online*. São Paulo, Caderno Cotidiano, 08 dez. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129160.shtml>>. Acesso em 12 mar. 2008.

- REDAZIONE. Mercado Immobiliare: l'espansione continua. Rilevante la crescita dei settori terziario e produttivo al sud. *Consulenza Immobiliare*. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.consulenzaimmobiliare.org/2007/01/13/mercato-immobiliare-lespansione-continua/>>. Acesso em 25 jul. 2008.
- REIS, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo Julio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- RENNA, Agostino; FERRARO, Italo; FUSCO, Ludovico, *et al.* Napoli: Prospettive per l'architettura del Centro storico. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 103-130, mar./apr., 1973.
- REGINA, Vincenzo. *Le chiese di Napoli: viaggio indimenticabile attraverso la storia artistica, architettonica, letteraria, civile e spirituale della Napoli sacra*. Napoli: Newton & Compton, 2004.
- ROSA, Mário. *A Reputação na Velocidade do Pensamento: A Imagem e Ética na era Digital*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- ROSSI, Aldo. Un progetto per la città antica. *Edilizia Popolare: L'Intervento Pubblico nei Centri Storici, Problemi Sociali, Giuridici, Economici, Architettonici e Tecnici*. Roma: Associazione Italiana Ricerche Edilizie (A.I.R.E.), v. 20, n. 111, p. 7-19, mar./apr., 1973.
- RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. London: 1901.
- _____. *The Stones of Venice*. London: 1981. v. 3.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SAMPAIO, Theodoro. *Historia da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso, 1959.
- SANTOS, Jémisson Mattos dos; CERQUEIRA, Érika do Carmo. Levantamento geomorfológico e mapeamento digital para elaboração do diagnóstico ambiental da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. In: X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. Disponível em: <<http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo3/3.3/153/153.htm>>. Acesso em 11 mar. 2008.
- SCHMIDT, Laila Rotter. *A percepção visual da forma: a teoria e as lacunas da Gestalt. Advérbio*. Cascavel, p. 1-11, 2008. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/adverbio/v4/artigos/artigo09.pdf>>. Acesso em 27 maio 2008.
- SCHVASBERG, Benny. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. p. 43-63.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Cidade – Um pouco de História. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/cidade/dentro_mapas.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.
- _____. Cidade – Mapas – Estrutura Político-Administrativa. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/ssadados/mapas/administrativa.htm>>. Acesso em 15 abr. 2008.
- _____. PDDU – Lei n. 7400/2008. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.seplam.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/>. Acesso em 28 jun. 2008.

- SHANE, Grahame. The Emergence of “Landscape Urbanism”. *Harvard Design Magazine: Architecture As Conceptual Art?* Cambridge, Massachusetts. n. 19, Fall 2003/Winter 2004. Disponível em: <http://www.gsd.harvard.edu/research/publications/hdm/back/19_onlandscape.html>. Acesso em 24 ago. 2008.
- SILVA, Alberto. *A cidade do Salvador: aspectos seculares*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, Livraria Progresso, 1957.
- SILVA, Luis Octávio da. Cidade e História: um olhar epistemológico. In: PINHEIRO, Eloísa Pettit; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 151-173.
- SILVA, Teresa Cristina Esteves. *Praça Thomé de Souza*. 1985. 25 f. Trabalho (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- SKYSCRAPERCITY. Salvador. Berkshire (UK), 2008. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=482154>>. Acesso em 22 abr. 2008.
- SMITH, Robert C. *Arquitetura Colonial*. Salvador: Progresso, 1955.
- SOCIETÀ PER LE INIZIATIVE DI RECUPERO DI NAPOLI. Progetto Sirena. Napoli, [200-]. Disponível em: <<http://www.sirena.na.it/>>. Acesso em 06 mar. 2008.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português: Séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- UNESCO. Historic Centre of Naples. Paris, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/726>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- _____. Historic Centre of Salvador. Paris, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/309>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI FEDERICO II. Cenni Storici. Napoli, 2007. Disponível em: <<http://www.unina.it/ateneo/cenni/index.jsp>>. Acesso em 30 mar. 2008.
- _____. Tavola Strozzi. Napoli, 2007. Disponível em: <<http://www.storia.unina.it/strozzi/def.html>>. Acesso em 13 mar. 2008.
- VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VIGLIAR, José Marcelo. *Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos*. Salvador: JusPODIVM, 2005.
- VIOLLET –LE-DUC *et al.* “V – Restoration and Anti-Restitution, In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 47-55.
- WIKIMEDIA COMMONS. Image - World map 2004. Boston (MA), 2008. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b3/World-map-2004-cia-factbook-large-1.7m-whitespace-removed.jpg>>. Acesso em 07 mar. 2008.
- WIKIPÉDIA. Nápoles. Boston (MA), 2008. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Napol.jpg>>. Acesso em 11 mar. 2008.
- WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. Informação Meteorológica para Nápoles (Napoli). Genebra, [200-]. Disponível em: <<http://www.smg.gov.mo/wwis/176/c00604.htm#climate>>. Acesso em 09 mar. 2008.
- ZINGARELLI, Nicola. *Lo Zingarelli Minore: vocabolario della lingua italiana*. Edizione Terzo Millennio. Bologna: Zanichelli, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)